



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : AVALIAÇÃO DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2002
PROCESSO Nº : 35000.000298/2003-93
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF
CÓDIGO : 510001
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO Nº : 117146
UCI 170972 : CG AUDIT. ÁREA PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 117146, e consoante o estabelecido nas Instruções Normativas nº 12/96-TCU e nº 02/2000-SFC/MF, apresentamos o Relatório de Auditoria que trata dos exames realizados sobre os atos e conseqüentes fatos de gestão, praticados no período de 01Jan2002 a 31Dez2002 sob responsabilidade dos dirigentes da Entidade em referência, arrolados às fls. 04 a 11 do processo supracitado.

I - ESCOPO DO TRABALHO

2. Os trabalhos foram realizados na Sede da Entidade em BRASILIA, no período de 02/01 a 30/04, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, com o objetivo de emitir opinião avaliando a gestão, dos responsáveis tratados neste processo, do exercício anteriormente aludido, sobre as áreas da Entidade auditada, quais sejam:

- CONTROLES DA GESTÃO
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- GESTÃO FINANCEIRA
- GESTÃO PATRIMONIAL
- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS
- GESTÃO OPERACIONAL

3. Durante os trabalhos de auditoria nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, os quais foram realizados por amostragem, sendo que a seleção de itens auditados observou os seguintes critérios relevantes, em cada área de atuação:

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

Endereço DSPAS/SFC/CGU/PR - SAS Qd. 01 Bl. A 6º Andar sala 604 Ed. Darcy Ribeiro - Brasília/DF - CEP:70.070-905 - Cx. Postal: 3772
Telefone: (0**61) 412.7100 - 412.7193 - FAX 412.7386 - e-mail: sfcdspas@cgu.gov.br

D:\2003\APOIO\Relatórios\INSS\PCA_INSS_2002\Relatório\RelatórioINSS2002_117146.doc

II - RESULTADO DOS EXAMES**4 CONTROLES DA GESTÃO****4.1 SUBÁREA - SUPERVISÃO MINISTERIAL****4.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES CENTRAIS/ADMINISTRATIVAS****4.1.1.1 INFORMAÇÃO:****- Vulnerabilidades identificadas em Procedimentos e Sistemas**

Trabalho realizado pela Assessoria de Gerenciamento de Risco/GM/MPAS, de levantamento de vulnerabilidades identificadas em procedimentos e sistemas envolvendo as áreas de Benefícios, Arrecadação, Procuradoria Geral e Auditoria Geral.

Na Área de Arrecadação, foram detectadas fragilidades operacionais e gerenciais nos sistemas AGUIA, CND Corporativa, REFIS, SICOB, PIAF, GIRAFÁ/SICAD/CNAF, suas interfaces, bem como no que se refere à análise de débitos, inscrição de débitos, débito em conta corrente, supervisão fiscal e de cobrança.

Na Área de Procuradoria, foram identificadas vulnerabilidades nos sistemas PROCNET DIVIDA referentes às alterações cadastrais e de valores, alterações de fases, interface entre os sistemas SICOB e DIVIDA, liquidação/amortização de créditos por arrematação, créditos de apropriação indébita, ausência de implantação formal do sistema DIVIDA.

No que se refere à Área de Benefícios, foram detectadas vulnerabilidades nos sistemas PRISMA, CADPF, SARCI, referentes à concessão ou revisão de benefícios, dados cadastrais insuficientes, utilização de NIT's irregulares, utilização de CPF indevido, manutenção indevida de benefícios, alteração de dados qualitativos.

JUSTIFICATIVA:**- Diretoria de Arrecadação:**

Por intermédio de documento datado de 27/03/2003, a Diretoria de Arrecadação informou que:

"(...) a esmagadora maioria das providências a serem adotadas dependem da efetiva participação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, vinculada diretamente ao Ministério da Previdência Social, sobre a qual falta competência a este Instituto, (...), para praticar qualquer ato de ingerência direta. (...) Convém assinalar, por oportuno, que todos os sistemas corporativos de interesse da Diretoria de Arrecadação foram submetidos a exaustivas discussões junto à DATAPREV, quase sempre com a participação do Ministério. Há de se reconhecer, no entanto, que alguns deles sofreram solução de continuidade, frustrando por vezes as expectativas das áreas e dos usuários interessados. (...). Informou, ainda, que a Portaria INSS/DIRAR n.º 50, de 24/10/2002, "versando sobre a constituição e atribuições da equipe gerencial responsável pela Gestão dos Sistemas Informatizados da Arrecadação Previdenciária (GSIAP), que consiste na aplicação de um conjunto de medidas visando a melhorar e corrigir os sistemas que atendem à Diretoria de

Arrecadação, destacando que o gerenciamento dessas ações está sendo feito com a utilização da página da referida Diretoria na Internet, por meio do sistema denominado GSIAPNet".

- Diretoria de Benefícios:

Por meio do Memorando/INSS/CGBENEF n.º 73, de 28/02/2003, encaminhado à Diretoria de Benefícios, a Coordenação Geral de Benefícios informou sobre as ações implementadas nos sistemas de Benefícios relativamente aos questionamentos e pontos de controle sugeridos pelo Grupo de Trabalho responsável pela análise de riscos de sistemas e processos, a seguir descritos:

Vulnerabilidade

1. - Quando da concessão ou revisão de benefícios, as inclusões, alterações e exclusões de dados cadastrais, vínculos, remunerações e recolhimentos, são registradas por qualquer servidor, pelo Sistema PRISMA - módulo de concessão.

Ponto de controle

1.1 - Todos os acertos de cadastros, vínculos, remunerações e de recolhimentos, devem ser solicitados via CADPF, SARCI e CNISVR, com homologação via HIPNet, mediante análise documental, sendo inibidos quaisquer procedimentos via Sistema de Benefícios - PRISMA.

Informações do Gestor

Os acertos de dados cadastrais são efetuados por meio do CADPF.

Os acertos de contribuições são efetuados por meio do SARCI, o sistema está sendo reformulado e até os meados de junho/03, estará fazendo todos os acertos que se fizerem necessários.

As alterações, inclusões e exclusões de vínculos e remunerações são realizadas por meio do CNISVR.

Apenas as informações oriundas do CNISVR são homologadas pelo sistema HIPNET.

A área de Arrecadação está avaliando a possibilidade de homologação dos pedidos de acertos oriundos dos Sistemas CADPF e SARCI conforme sugerido.

A Diretoria de Benefícios já definiu que todas as alterações de dados cadastrais devem ser efetuadas por meio do CADPF. Tal procedimento foi implementado no item 2 da Versão 8.2 do PRISMA, contudo os sistemas da DATAPREV não foram capazes de suportar a demanda existente na forma concebida na citada versão.

Objetivando evitar maiores transtornos foi emitido o MEMORANDO - CIRCULAR CONJUNTO DIRAR/DIRBEN Nº 11/02.

Entendemos que é inviável a análise e homologação dos acertos de NIT em faixa crítica, somente pela área de arrecadação face a demanda existente.

Vulnerabilidade

2 - Utilização de NIT's irregulares para as concessões de benefícios, permitindo posteriores alterações e inclusões pelo PRISMA: NIT pertencente a outra pessoa, NITs válidos - sem dados cadastrais e sem recolhimentos, NITs indeterminados - sem dados cadastrais e com recolhimentos.

Ponto de controle

2.1 - As alterações somente poderão ser solicitadas via CADPF, SARCI e CNISVR, com homologação pelo HIPNet, mediante análise documental. A homologação deverá ser um procedimento adotado por pessoa diferente do solicitante, sendo este restrito ao servidor habilitado para esse fim.

Informações do gestor

Com relação as alterações as informações foram prestadas no item acima.

Quanto ao NIT, os procedimentos de batimento dos dados cadastrais com o CNIS, através dos sistemas PRISMA e SABÍ no ato do requerimento, revisões e atualizações dos benefícios, continuam. Contudo as alterações de dados cadastrais a partir de 07.11.02, somente estão obrigadas a continuar a utilizar o CADPF as APS/UAA que já tem CNISVR/HIPNET instalado. As demais APS/UAA podem proceder as alterações por meio dos Sistemas de Benefícios com a liberação do gerente do sistema, em virtude das freqüentes paralisações do Sistema CNIS que não suportou a demanda.

Visando a atualização e aperfeiçoamento dos procedimentos do reconhecimento de direitos, foram inseridas no Plano de Ação 2003 as seguintes ações: 1 - Validação on-line do NIT (dados cadastrais) para todos os requerimentos e atualizações de benefícios e 2 - Implantação dos Sistemas CNISVR e HIPNET em todas as APS/UAA. Ressaltamos que esta implementação depende dos equipamentos da DATAPREV suportarem mais acesso ao CNIS.

Somente os dados relativos a alteração, inclusão ou exclusão de vínculos e remunerações oriunda do CNISVR, são homologadas por meio do Sistema HIPNET.

Vulnerabilidade

3 - O Sistema de Benefícios - PRISMA, acata sem restrições, vínculos extemporâneos e inscrições com contribuições anteriores a inscrição (retroação de DIC).

Ponto de controle

3.1 - Os vínculos extemporâneos bem como as inscrições com retroação de DIC, não devem migrar imediatamente para o PRISMA, os acertos de dados cadastrais, vínculos, remunerações ou recolhimentos devem ser solicitados via CADPF, SARCI e CNISVR com análise e homologação pela área de arrecadação.

Informações do gestor

Foi realizada reunião com representantes da área de Arrecadação, Benefício, MPS, APE e Auditoria para tratar da definição e as demais ações em relação aos vínculos extemporâneos.

Vulnerabilidade

4 - Autonomia procedimental no CADPF e SARCI, ilimitada aos servidores das APSs e UAAs, produzindo inserção, alterações, exclusões e transferências de recolhimentos em qualquer nível, com todos os procedimentos concluídos pelo mesmo servidor, sem necessidade de homologação ou autorização.

Ponto de controle

4.1 - Todas as inclusões, alterações e exclusões solicitadas via CADPF e SARCI devem ser submetidas a homologação através do HIPNet, mediante análise documental, sendo inibidos quaisquer procedimentos via PRISMA.

Informações do gestor

A proposta está em estudo pela Divisão de Gerenciamento da Arrecadação de Pessoa Jurídica.

Vulnerabilidade

5 - Homologação virtual via HIPNet, uma vez que, conforme conceituação do aplicativo e orientações repassadas nos treinamentos, não é obrigatório o encaminhamento de documentação referente as comprovações da solicitações.

Ponto de controle

5.1 - Inclusão, alteração e exclusão de vínculos e remunerações, através do CNISVR com solicitação por qualquer servidor, com análise e homologação exclusiva pela área Arrecadação e Fiscalização.

Informações do gestor

Foram definidos, na ORIENTAÇÃO INTERNA CONJUNTA DIRAR/DIRBEN/DIROFL nº 058, de outubro de 2002, os procedimentos que devem ser adotados pelos pesquisadores nos casos de inclusão, alteração e exclusão de vínculos e remunerações, bem como o perfil do homologador das mesmas.

Entendemos que a homologação não deve ser exclusiva da área de Arrecadação face a demanda de pedidos, sob pena de inviabilizar todo o processo.

As homologações são efetuadas com base em documentação apresentada pelo segurado, casos em que os documentos são considerados suficientes para comprovação do vínculo ou remuneração, os quais ficam arquivados junto ao pedido de acerto.

Nos demais casos, as homologações são efetuadas com base nas Pesquisas Externas ou Requisições de Diligências.

O homologador será servidor indicado pelo chefe da APS ou UAA em número compatível a demanda da mesma, mediante autorização no SCA, conforme definido na mencionada ORIENTAÇÃO INTERNA.

Vulnerabilidade

6 - Utilização do CPF indevido.

Ponto de controle

6.1 - Realizar batimento via PRISMA, junto à Receita Federal para a verificação da real titularidade do CPF, bem como de sua regularidade.

Informações do gestor

Estamos agendando reunião com a secretaria da Receita Federal/SERPRO, para viabilizarmos a disponibilização on-line do cadastro da Receita Federal para que seja efetuada consulta on-line dos dados do CPF.

Foram implementados itens nas versões 8.2 e 8.3 do PRISMA/SUB, tornando obrigatório a utilização do CPF na concessão, revisão e atualização de benefícios.

Vulnerabilidade

7 - Manutenção indevida de benefícios cujos titulares apresentam registros de óbitos no SCO.

Ponto de controle

7.1 - Para suprir a falta de elementos de identificação de titular do benefícios no SUB, sugerimos a realização de uma atualização cadastral do acervo - RECADASTRAMENTO, uma vez que essa deficiência compromete o desempenho de vários aplicativos de controle.

Informações do gestor

Em dezembro de 2002, foram iniciados os trabalhos de atualização de dados cadastrais, por meio do Sistema "Identificação Única de Benefícios - IUB", de 5.200.000 benefícios que apresentavam inconsistência nos dados cadastrais. Item implementado na Versão 8.3 do PRISMA/SUB.

Foi implementado na versão 8.3 do PRISMA/SUB batimento com o objetivo de identificar pensões por morte com remunerações posterior ao óbito.

Vulnerabilidade

8 - Concessão de pensão por morte sem a existência de registro do óbito do instituidor - pensão de instituidores vivos.

Ponto de controle

8.1 - Verificação obrigatória no Sistema de Óbitos, respaldando a informação de óbito registrada no ato concessório, com a contida no SCO.

Informações do gestor

Foram criados códigos para identificar a concessão de pensão sem o registro do óbito no sistema SISOB, na versão 8.3 e 8.4 do PRISMA/SUB, sendo que a cada 60 dias será feito batimento para identificação de tais situações.

Está sendo elaborado Orientação Interna sobre os procedimentos a serem adotados quando ocorrer concessão de pensão sem que o óbito esteja registrado no Sistema de Óbitos - SISOB.

Vulnerabilidade

9 - Registro no sistema de benefícios dos procuradores legalmente constituídos pelos segurados, para representá-los junto ao INSS, para fins de requerimento de benefícios.

Ponto de controle

9.1 - Deve ser disponibilizada a opção de cadastramento do procurador no ato da habilitação, quando da opção no aplicativo, sendo registrado via sistema e no requerimento.

Informações do gestor

Foi criada rotina para cadastramento de procurador na habilitação de benefícios, conforme Portaria n.º 6.480/00, com exigência do NIT e CPF, item 1 da seção concessão da Versão 8.3 do PRISMA/SUB.

Vulnerabilidade

10 - Benefício com conversão de tempo de serviço indevida.

Ponto de controle

10.1 - Os benefícios da espécie 46 (Aposentadoria Especial) ou 42 (Aposentadoria por Tempo de Contribuição) que apresentem necessidade de conversão de tempo, (DESP. 10) deverão ser submetidos a avaliação pelo GBENIN, com homologação através do HIPNet, e retorno das informações para o CNISVR.

Informações do gestor

Na concessão de Aposentadorias com exposição a agentes nocivos, na tela TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, foram criados os campos "15 - Código Médico Perito do Quadro" e "16 - Data Avaliação", item 2 da seção concessão da versão 8.3 do PRISMA/SUB.

Liberado código do Médico Perito e Data da avaliação nos casos de Enquadramento de Atividade Especial concedido por Decisão Judicial e Recursal.

Na Versão 8.5 será implementado item que permitirá ao próprio médico registrar a informação sobre enquadramento de tempo especial no Sistema PRISMA/SUB.

Vulnerabilidade

11 - Reativação de benefícios suspensos por não saque, que constam no SCO.

Ponto de controle

11.1 - Para suprir a falta de elementos de identificação do titular do benefícios no SUB, sugerimos a realização de uma atualização cadastral do acervo - RECADASTRAMENTO, uma vez que essa deficiência compromete o desempenho de vários aplicativos de controle.

Informações do gestor

Em dezembro de 2002, foram iniciados os trabalhos de atualização de dados cadastrais, por meio do Sistema "Identificação Única de Benefícios

- IUB", de 5.200.000 benefícios que apresentavam inconsistência nos dados cadastrais.

Vulnerabilidade

12 - SCO - "Ação Verificar".

Ponto de controle

12.1 - Ação exclusiva do SCO, para fins de batimentos de dados oriundos dos cartórios e os registrados no SUB.

Informações do gestor

Essa ação foi eliminada quando da reformulação do sistema de óbitos - SISOBI, que passou dos 14 critérios de batimento para 64.

Vulnerabilidade

13 - Alteração de dados qualitativos.

Ponto de controle

13.1 - O comando de alteração de nome e dados cadastrais através do módulo de atualização, ficaria pendente a nível de gerente de sistema.

Informações do gestor

Em qualquer pedido de atualização a informação do NIT do Titular será obrigatória e serão validados os dados básicos: (Nome, Nome Da Mãe, DN e um documento).

OBS.: Na informação de NIT cujos dados migrados do CNIS não batem com os dados do benefício será emitida a mensagem. Atenção: Troca de titularidade, confirma? (S/N).

Se a APS não tiver CADPF, será permitido atribuir NIT para Titular, Segurado Instituidor, Procurador e RL se houver batimento de pelo menos dois dados; (nome do titular/segurado e nome da mãe, nome do titular/segurado e DN, nome da mãe e DN) entre os dados do benefício com os dados migrados do CNIS.

Vulnerabilidade

14 - Emissão de PAB, gerando pagamento indevido de benefícios por meio dos códigos (motivos) 27 - decisão judicial e 22 - pagamento de resíduo.

Ponto de controle

14.1 - Sugerimos que os PABs emitidos por motivo 27 (decisão judicial), motivo 22 (resíduo) e motivo 34 (pecúlio) sejam gerados com pendência automática a nível de Divisão de Benefício, com registro obrigatório no PRISMA dos respectivos instrumentos judiciais.

Informações do gestor

Foi criado controle para os Pagamentos Alternativos de Benefícios - PAB.

Para qualquer PAB emitido independente do valor e do motivo ficará pendente de liberação. Obrigatoriedade de informação do NOME, CPF, DN, NOME DA MÃE E ENDEREÇO.

Para emissão de PAB motivo 27 necessário se faz a informação dos dados da sentença judicial.

Vulnerabilidade

15 - Identificação do segurado no recebimento.

Ponto de controle

15.1 - Deverão ser observadas cláusulas previstas no contrato INSS/FEBRABAN, quando da entrega dos cartões magnéticos, bem como das renovações periódicas das senhas.

Informações do gestor

Agendar reunião com a FEBRABAN para exame do assunto enfocado.

Vulnerabilidade

16 - Manutenção indevida de aposentadoria por invalidez, cujo segurado retornou voluntariamente à atividade laborativa.

Ponto de controle

16.1 - Proceder a cada seis meses batimento junto ao CNIS, a fim de ser verificado vínculo posterior ao início da aposentadoria.

Informações do gestor

No caso de aposentadoria por invalidez, proceder a cada 6 (seis) meses batimento junto ao CNIS, a fim de identificar remunerações posteriores ao início da aposentadoria. Em caso positivo, efetuar cessação do benefício com motivo 68 (Liberação após a DIB) conforme determina o Art. 48 do Decreto n.º 3.048/99, o aposentado por invalidez que retornar voluntariamente a atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada a partir da data do retorno.

OBS.: O batimento será feito somente com remunerações, à partir de 01/1999 (GFIP) e com NIT válido.

Vulnerabilidade

17 - Reavaliação médico pericial periódica, para todos os segurados detentores de aposentadorias por invalidez.

Ponto de controle

17.1 - O procedimento de reavaliação bienal é uma determinação legal, conforme artigo 46, parágrafo único, do Decreto n.º 3.048/99.

Informações do gestor

Disponibilizada no PLENUS/INFGER -opção- LON - consulta benefícios com longa duração (Aposentadorias por Invalidez sujeitas à Perícia Revisional, com última perícia realizada há mais de 2 anos), para controle gerencial.

Vulnerabilidade

18 - Beneficiários sem dados suficientes para efetuar identificação.

Ponto de controle

18.1 - Deve ser feito recadastramento destes beneficiários, considerando, inclusive, a possibilidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação, como por exemplo, o uso de sistema de FINGER PRINT.

Informações do gestor

Disponibilizada no PLENUS consulta de Benefícios de Auxílio Doença em manutenção há mais de 2 anos, contabilizando no INFGER o total de AX longo, para controle gerencial.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em relação às justificativas apresentadas pela Área de Arrecadação, observa-se que o assunto se encontra em fase de adoção de providências. Portanto, está PENDENTE de solução.

Em relação às providências adotadas pela Área de Benefícios, verifica-se que o gestor está implementando ações com objetivo de minimizar/eliminar as fragilidades apontadas, porém, as questões ainda se encontram PENDENTES, cabendo ainda monitoramento por parte da área responsável quanto às alterações nas versões 8.2 e 8.3 do sistema PRISMA/SUB, com intuito de verificar sua efetividade.

Não houve manifestação da Procuradoria Geral sobre as fragilidades constatadas, continuando PENDENTE o assunto.

4.2 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

4.2.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX

4.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Diligências, Recomendações e Determinações do TCU Pendentes

A SFC realizou levantamento junto ao gestor com o intuito de verificar o atendimento às diligências, recomendações, determinações e solicitações efetuadas pelo TCU, sendo identificadas as seguintes pendências:

Diligências/Decisões/TCU Anteriores ao exercício de 2000:

- 1) Decisões nº s 392/97 - TCU - Plenário (TC-003.527/97-2) e 743/99 - TCU - Plenário (TC-011.021/97-7) - Irregularidades na Procuradoria Estadual/INSS, no Rio de Janeiro (item 4.2.1.2.1).
- 2) Decisão n.º 690/98/TCU Plenário - TC 025.238/91-4 - Ressarcimento de Valores e Pagamentos Suspensos (item 4.2.1.2.2).
- 3) TC 009.752/93-5 - Prestação de Contas de 1992 do Instituto Nacional do Seguro Social, conforme determinação do TCU-4ª SECEX, exarada no Ofício 344/99, de 28/09/1999 (item 4.2.1.2.3).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2000

- 4) TC 013.838/2000-9 - Concorrência Pública nº 05/1999/PMA/INSS - Trata-se da representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional do Seguro Social, na implantação do Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA (item 4.2.1.3.1).
- 5) Decisão nº 1049/2000-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria INSS e DATAPREV, dívida administrativa e judicial (item 4.2.1.3.2).
- 6) Decisão n.º 250/2000/TCU 2ª Câmara - TC 014.608/99-5 - Auditoria Interna - Posto INSS Manaus, correção das falhas nos dados cadastrais dos segurados no âmbito do Sistema Único de Benefícios - SUB (item 4.2.1.3.3).
- 7) Decisão n.º 240/2000 - TCU - Plenário - Reclamação Trabalhista 358/99 (item 4.2.1.3.4).
- 8) Decisão n.º 108/2000 - TCU - Plenário - TC 004.810/98-8 - Certidão de Tempo de Serviço Rural (item 4.2.1.3.5).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2001

- 9) Decisão nº 1099/2001-TCU-Plenário - Morosidade na Apuração de Processo Disciplinar nº 35000.000650/99-71, alusivo a indícios de prática de ato de improbidade administrativa (item 4.2.1.4.1).
- 10) Decisão n.º 154/2001 - TCU - 2ª Câmara - INSS/FUB, abstenção de incluir no objeto cláusula que fuja ao escopo definido na Lei de Licitações, em especial a terceirização de serviços de recepção e atendimento ao público nas agências do Instituto (item 4.2.1.4.2).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2002

- 11) Decisão n.º 88/2002-TCU-Plenário - Representação formulada pela XEROX (item 4.2.1.5.1).
- 12) Decisão n.º 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista.(item 4.2.1.6.1)
- 13) Decisão nº 201/2002 - TCU - Plenário - TC 010.805/2000 - Denúncia acerca da Contratação Terceirizada de Mão-de-Obra. (item 4.2.1.7.1)
- 14) Decisão n.º 027/2002 -TCU - Plenário - TC 016.101/2000-4 - Atuação de representantes da Autarquia em ações judiciais.(item 4.2.1.8.1)
- 15) Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC-005.512/2001-0 Sigiloso - INSS-SP/MIRAMAR - Contrato de permuta de terrenos realizado entre o INSS-SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda.(item 4.2.1.9.1)
- 16) Decisão n.º 493/2002 - TCU - 2ª Câmara -TC 004.029/1999-2 - regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS. (item 4.2.1.10.1)
- 17) Decisão n.º 501/2002 TCU - 2ª Câmara - regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS. (item 4.2.1.10.2)
- 18) Decisão n.º 160/2002 - TCU-2ª Câmara - UNESCO/CTIS - Impropriedades Terceirização de Mão-de-Obra. (item 4.2.1.11.1)
- 19) Decisão nº 026/2002- TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) - Adiantamento Pecuniário-PCCS. (item 4.2.1.12.1)
- 20) Decisão nº 368/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6) - Adiantamento Pecuniário-PCCS. (item 4.2.1.13.1)
- 21) Decisão nº 369/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7) - Adiantamento Pecuniário-PCCS. (item 4.2.1.14.1)
- 22) Decisão nº 1.367/2002- TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9) - Decisões Judiciais - Pagamentos em duplicidade (item 4.2.1.15.1)
- 23) Decisão n.º 586/2002 - TCU - 2ª CÂMARA - TC 008.683/2002-9 - Irregularidades em Licitações/Contratos - GEX/INSS/PR(item 4.2.1.16 1)
- 24) Decisão nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC 004.085/2002-2) - Irregularidades em Licitações/Contratos (item 4.2.1.17.1)

- 25) Decisão nº 1098/2002 - TCU - Plenário (TC 003.501/2001-7) - Inexistência de ação efetiva da gestão de segurança, verificada junto ao INSS e DATAPREV. (item 4.2.1.18.1)
- 26) Decisão n.º 1566/2002 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - Impropriedades constatadas quando da avaliação dos controle de bens imóveis. (item 4.2.1.19.1)

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor estão melhor elucidadas e detalhadas nos itens seguintes deste Relatório de Auditoria de Gestão.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao INSS a adoção de providências no sentido de apurar responsabilidade pelos pagamentos efetuados indevidamente e instaurar processo de Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores pagos, encaminhar a esta Secretaria informações sobre as providências adotadas para atendimento das determinações do TCU.

4.2.1.2 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU anteriores a 2000

4.2.1.2.1 => Decisões n.ºs 392/97 - TCU - Plenário (TC-003.527/97-2) e 743/99 - TCU - Plenário (TC-011.021/97-7) - Irregularidades na Procuradoria Estadual/INSS, no Rio de Janeiro

Tratam as presentes Decisões de determinações para a apuração de responsabilidade e ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres do Instituto, em decorrência da atuação irregular de seus representantes em diversas ações judiciais.

Com objetivo de verificar o cumprimento das determinações, o Tribunal de Contas da União, por intermédio do Of. N.º 127/2003, de 11/03/2003 da 4ª SECEX/TCU, comunicou ao Sr. Crésio de Matos Rolim, ex-Presidente do INSS, sobre a audiência a ser realizada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentasse justificativas acerca do descumprimento dos itens 1.b da Decisão n.º 392/97 e 8.1 da Decisão n.º 743/99, que determinaram a verificação da atuação de advogada credenciada e a apuração de responsabilidades e a promoção do ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da autarquia, respectivamente.

4.2.1.2.2 => Decisão n.º 690/98/TCU Plenário - TC 025.238/91-4 - Ressarcimento de Valores e Pagamentos Suspensos

A presente Decisão refere-se a:

- a) processo disciplinar n.º 35000.017935/92-92 referente ao ressarcimento de valores pagos indevidamente a Regina Teixeira Santana (Processo n.º DF 22/75.936.718-3; e
- b) solicitação de posição atual dos benefícios nas RJ 43/11.013.714-0, 43/10.516.794-9, 58/73.312.995-1, 58/73.311.943-3 e 069.078.969-6, cujos pagamentos haviam sido suspensos e foram, "a posteriori", restabelecidos por força de Mandado de Segurança.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Of./INSS/DCPRES n.º 127, de 31.01.2003 e Memo/INSS/CGBENEF n.º 21, de 24.01.2003, o gestor informou o seguinte:

Alínea "a":

"Com relação à Sra. Regina Teixeira de Santana, localizamos o benefício n.º 0937705209, em nome de Benedito Francisco Santana e enviamos expediente a APS de Boqueira/BA, com o objetivo de verificar se o mesmo é o pai da Sra. Regina Teixeira de Santana e, se confirmado solicitar o endereço atualizado da mesma.

Com a chegada da Equipe de Auditoria da SFC o fato foi relatado, imediatamente recebemos o apoio necessário para localização do endereço da Sra. Regina Teixeira de Santana. Localizado o endereço, emitimos correspondência convocando a mencionada senhora a comparecer ao INSS para tratar do ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.

Em 03/10/02, a Sra. Regina Teixeira de Santana compareceu a Coordenação Geral de Benefício e foi informada do valor a ressarcir aos cofres públicos. Em 10/10/02, a mencionada senhora retornou a esta Coordenação comunicando que não tem condições de devolver a quantia informada.

Em face da informação prestada pela ex-segurada, o processo foi encaminhado à Procuradoria para inscrição do débito em Dívida Ativa."

Alínea "b":

"Relativamente a posição atual dos benefícios n.º 43/11.013.714-0, 43/10.516.794-9, 58/73.312.995-1, 58/73.311.943-3 e 069.078.969-6, informamos:

- 58/73.311943-3 - MARCUS MARAVILHAS e 58/73.312995-1 - ION AS WEBER, o MS n.º 91.0011130-9 (37 VF), se encontra com baixa desde 1997, os benefícios continuam ativos.
- 43/11.013.7140.0 - RAUL BALLY GUIMARAES e 43/069.078.969-6 - GEORGE STEWART LONDON, benefícios cessados por óbito dos beneficiários.

- 43/10.516.794-9 o número do benefício está incorreto.

Ainda houve esclarecimentos prestados por meio dos Ofícios nºs 416/INSS/DIRBEN, de 23/12/02, 127 e 139/INSS/DCPRES, de 31/01/03, informando, sobre adoção de providências junto aos setores competentes para a resolução das questões tratadas nas alíneas "a" e "b".

(...)

Houve recurso por parte do INSS (nºs 96.02.13300-7 e 92.02.12236-9), sendo que o Agravo de Instrumento nº133553 impetrado pelo Instituto teve seu provimento negado em abril de 1997. Esclareceu ainda que o processo foi remetido ao STF ex-ofício (REO/MS/6588), sem êxito para a Autarquia.

(...) ressalta-se que os segurados acima descritos são beneficiários de aposentadorias de ex-combatentes e anistiados, benefícios esses que são regidos não só por leis especiais, como também estão inseridos na Constituição Federal, o que torna difícil o êxito nos recursos do INSS, nas ações judiciais propostas pelos mesmos contra a Autarquia."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação a alínea "a" o assunto continua PENDENTE, uma vez que não houve adoção de medidas tempestivas, o débito não havia sido

inscrito em Dívida Ativa e não houve ações/providências judiciais por parte da Procuradoria-Geral para a recuperação dos valores pagos indevidamente.

Quanto a alínea "b" em relação aos benefícios n.º 43/11.013.714.0 - RAUL BALLY GUIMARAES e n.º 43/069.078.969-6 - GEORGE STEWART LONDON, encontram-se cessados por óbito. Os benefícios n.º 58/73311943-3 - MARCUS MARAVILHAS e n.º 58/73.312995-1 - ION AS WEBER, foi informado que o Mandado de Segurança n.º 91.0011130-9(37ª VF) que garantia o restabelecimento dos respectivos benefícios se encontra com baixa desde 1997, sendo que os mesmos continuam ativos até dez/2002, data da consulta ao sistema.

O gestor esclareceu apenas o andamento das questões, porém continuam PENDENTES as alíneas "a" e "b".

4.2.1.2.3 => TC 009.752/93-5 - Prestação de Contas de 1992

Com referência à Prestação de Contas do Instituto Nacional do Seguro Social, exercício de 1992. Conforme determinação do TCU - 4ª SECEX, exarada no Ofício 344/99, de 28/09/1999, deverão constar no Relatório de Auditoria referente às contas do INSS a partir de 1999, as seguintes informações:

- a) a conclusão a que chegou a Comissão de Sindicância instaurada pela DATAPREV, consoante informado no item 18 do Parecer/CISET/MPAS n.º 13/93;
- b) as providências adotadas pelo INSS e os resultados alcançados visando à regularização dos convênios, processos n.ºs: 011.696/91-86, 021.108/90, 008.342/91-45, 008.725/91-12, 008.343/91-78, 014.870/91- 45, 000.700/91-90, 009.808/91-75;
- c) a situação do imóvel cedido à Associação Nacional dos Procuradores das Autarquias Federais - ANPAF;
- d) compatibilização do quantitativo de cargos em comissão e de funções gratificadas, com os limites estabelecidos pela Lei n.º 8.422/92;
- e) as providências adotadas pelo INSS e os resultados porventura alcançados relativamente aos fatos constantes dos Relatórios de Auditoria de Acompanhamento n.ºs 004/92, 005/92, 007/92, 008/92 e 002/92, com especial destaque para as seguintes questões:
 - e.1) trabalhos das comissões de inquérito e sindicância instaurados em decorrência de irregularidades verificadas na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro;
 - e.2) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos indevidamente pela Direção Geral/DF;
 - e.3) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos pela Superintendência Estadual de Alagoas à empresa J.F. Serviços de Vigilância Ltda.
- f) resultado dos procedimentos administrativos instaurados para apurar responsabilidades por atos que configuram fracionamento de despesa, com fuga ao processo licitatório;
- g) resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão instituída pela Portaria/INSS/SEAL/n.º 112/93.

Com intuito de atualizar informações sobre as medidas adotadas pelo gestor, visando a implementação das recomendações ora mencionadas, esta Secretaria solicitou informações a respeito das alíneas "a", "b", "c", "e"; e "g".

JUSTIFICATIVA:

Alínea "a":

O Corregedor informou tratar-se de processo disciplinar instaurado pela DATAPREV, fugindo, portanto, à competência da Corregedoria do INSS. Em face do exposto, o assunto está sendo tratado diretamente com a DATAPREV.

O Coordenador-Geral de Auditoria Interna da DATAPREV encaminhou o documento CE CGAU.P nº 098/2002 de 03/12/2002, informando sobre as providências adotadas, bem como cópia do relatório da Comissão de Sindicância que apurou os fatos, cujos resultados determinaram a dispensa, por justa causa, do empregado Humberto Guimarães.

Alínea "b":

Processo 35000.021108/90 - ENAP - foi abordado e dado como solucionado no Relatório 087911, referente a Avaliação da Gestão 2001. Quanto aos Processos 35000.011696/91-86 SINE, firmado com a Prefeitura de Mar Vermelho/AL e 35000.009808/91-75 SINE, firmado com o Governo do Estado de Rondônia, o gestor informou que até a presente data os mesmos não foram localizados, mas que mantém esforços no sentido de localizá-los e informar a esta SFC.

Processo nº 35000.008342/91-45 - SINE, firmado com o Governo do Estado de Pernambuco para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. O gestor informou que conforme Parecer datado de 16/04/93, da Divisão de Auditoria Contábil e Financeira/INSS, fls. 331 e 332 do processo supramencionado, foi evidenciado que todas as pendências foram cumpridas, inclusive com devolução de valores ao INSS, não havendo necessidade de instauração de TCE, sendo aprovado pela Nota de Sistema 94NS000293, de 07/11/94, e homologado pela 99NS000057, de 09/03/99.

Processo nº 35000.008725/91-12 - SINE, firmado com o Governo do Estado de Mato Grosso para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. Houve instauração de Processo de TCE nº 3234/95-19, sendo autuado o devedor e ressarcido o devido valor ao INSS em 25/04/95, tendo o processo sido encaminhado ao TCU, em 02/10/95.

Processo nº 35000.008343/91-78 - SINE, firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. Houve instauração de TCE, Processo nº 35000.010315/94-58, tendo sido ressarcido ao INSS o valor de R\$1.816,81 (um mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), havendo a consequente baixa contábil com registro na conta de responsabilidade. O processo encontra-se sobrestado na Coordenação de Contabilidade do INSS, para análise complementar e posterior encaminhamento ao TCU.

Processo nº 35000.014870/91-45, firmado com a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, representada pelo Banco do Brasil S.A, para possibilitar a revisão de benefícios previdenciários existentes em manutenção. O gestor informou que da prestação de contas do referido Convênio, resultou em instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Processo 35000.003449/95-85, haja vista entendimentos à época de que o valor devolvido pelo Banco do Brasil S.A não correspondia ao correto. Foi questionado o fato de que o Banco do Brasil S.A não cumpriu cláusulas pactuadas no Convênio, quando da sua execução, e por esse motivo o INSS teria direito ao ressarcimento de todo valor repassado. Assim, a

Procuradoria-Geral do INSS emitiu a Nota Técnica PGC/CCON nº 525/98, com o entendimento que os procedimentos adotados pelo Banco do Brasil S.A, mesmo contrariando cláusulas do Convênio, o desobrigou a devolver os valores totais. O processo encontra-se arquivado na Coordenação de Contabilidade do INSS.

Processo nº 35000.000700/91-90, firmado com a Fundação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENIS, visando o apoio administrativo no desenvolvimento de estudos e projetos para a melhor integração do deficiente auditivo. O gestor informou que apesar de empenhado o valor orçamentário, não houve repasse financeiro, sendo registrada a baixa na conta convênios a liberar. Informou, ainda, que desconhece as razões pelo não prosseguimento do acordo.

Alínea "c":

Por meio do OF/DIROFL/n.º 1652, de 18/10/2002, o gestor informou que o referido imóvel foi alienado por concorrência pública realizada no exercício de 1996.

Alínea "e" e "g":

O gestor por meio do Of./INSS/AUDGER nº 00017, de 21/01/2003, prestou os seguintes esclarecimentos:

Com relação a alínea "e", o gestor deixou de informar sobre o assunto relativo à subalínea "e2" se pronunciando apenas sobre as subalíneas "e1" e "e3". Em relação a "e1" o gestor informou o seguinte: ram 1) Processos 35301.067505-08, 35301.045335-91, 35301.059113/92-94, 35301.059114/92-57, 35301.045127/91, 35301.047092/91 e 35301.065159/92-70, todos apensados ao processo 35301.094147/92-34, cujo resultado foi de demissão dos servidores Nilson Forry Viana, Itamar Neves da Silva e Adelino Francisco Pacheco; 2) 35301.055952/92-61 apensado ao processo nº35301.065248/92-06, cujo o resultado foi a demissão dos Servidores Nilson Forry Viana, Orlando Reis Filho, Jussara Pessoa Salema G. Ribeiro, Carlos Jusué Gonçalves, Maria Marta da Silva Lopes e Ubirajara de Jesus Oliveira); 3) 35301.047352/91 foi julgado; 4) 35301.065486/92-86 foi instaurado e está em fase de Notificação Prévia. Quanto a "e3" foi informado que não foram localizados os Processos nºs 35001.004484/90 e 35001.009725/92.

No tocante a alínea "g" foi localizada a Portaria/INSS/SEAL/nº129/93, instituída para apuração de responsabilidade, a qual se reporta ao Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 02/93, que resultou na aplicação de Penalidade "Advertência" ao servidor Itamar de Albuquerque Medeiros Diegues, Engenheiro, Mat. Nº1.316.877, conforme Port./INSS/SEAL/nº204, de 24/11/93.

AValiação DA SFC:

Em face das respostas do gestor, consideram-se PENDENTES as alíneas: "b" e "e", esta última em suas subalíneas "e1", "e2" e "e3".

Com relação a alínea "b", apenas 03 (três) processos estão PENDENTES: 35000.011696/91-86 SINE, firmado com a Prefeitura de Mar Vermelho/AL, 35000.009808/91-75 SINE, firmado com o Governo do Estado de Rondônia e 35000.014870/91-45, firmado com a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, sendo que este último ensejou a TCE nº 35000.003449/95-85.

4.2.1.3 INFORMAÇÃO: Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2000

4.2.1.3.1 => TC 013.838/2000-9 - Concorrência Pública nº 05/1999/PMA/INSS

Trata-se da representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional do Seguro Social, na implantação do Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA.

A matéria não foi objeto de manifestação definitiva por parte do Tribunal, encontrando-se em fase de audiência dos responsáveis.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação desta Secretaria, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, por meio do Ofício DIROFL/nº 1666/2002, de 22.10.2002, esclareceu que o Ofício 01-199/2001/SECEX/PR, expedido pelo TCU e dirigido ao Departamento de Administração do INSS, foi encaminhado diretamente para o endereço residencial do ex-Diretor de Administração, não tendo conhecimento das informações prestadas ao Egrégio Tribunal.

4.2.1.3.2 => Decisão nº 1049/2000-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria INSS e DATAPREV.

Em julgamento ao processo nº 001.983/1998-9, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com a seguinte determinação ao INSS:

"8.2.3. adotem providências para viabilizar a migração de todos os dados referentes à dívida (administrativa e judicial), contidos no sistema antecessor (ATARE) para o Sistema de Registro e Controle de Débitos, Parcelamento e Cobrança - SICOB;"

JUSTIFICATIVA:

"Em atendimento ao solicitado, informamos que a migração dos processos do antigo sistema ATARE para o SICOB iniciou em abril de 1999, quando foram migrados 11.529 processos de débito no valor de R\$ 5.548.194.006,00 (cinco bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil e seis reais) e 74.112 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.311.009.728,00 (sete bilhões, trezentos e onze milhões, nove mil e setecentos e vinte e oito reais).

Na época, maio/1999, por problemas de inconsistência, deixaram de ser migrados 3.478 processos de débito no valor de R\$ 1.238.038.656,00 (hum bilhão, duzentos e trinta e oito milhões, trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) e 11.916 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.861.801.508,00 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, oitocentos e um mil e quinhentos e oito reais).

No período de maio/1999 a setembro/2001 foram migrados 2.679 processos de débito no valor de R\$ 848.983.014,00 (oitocentos e quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, e quatorze reais) e 10.850 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.652.587.068,00 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e sessenta e oito reais).

No período de outubro/2001 a setembro/2002 foram migrados e/ou baixados por liquidação 585 processos de débito no valor de R\$ 365.380.471,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e um reais) e 475 processos de parcelamento no valor de R\$ 158.277.263,00 (cento e cinquenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais).

Hoje restam ainda a serem migrados e/ou baixados 796 processos, sendo 214 de débito no valor de R\$ 23.675.171,00 (vinte e três milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e um reais) e 582 de parcelamento no valor de R\$ 50.937.176,00

(cinquenta milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e setenta e seis reais).

No que se refere ao resíduo de débitos e parcelamentos ainda não migrados, informamos que tais processos estão a exigir uma análise mais criteriosa, visto que possuem inconsistências passíveis de saneamento, de relativa complexidade, além do que muitos deles já se encontram quitados, necessitando tão-somente das providências quanto à confirmação do recolhimento e respectiva apropriação/baixa nos sistemas. Em relação a esses processos, estão sendo adotadas as seguintes providências pela Diretoria de Arrecadação:

- disponibilização de três servidores do INSS para tratar exclusivamente do assunto "migração" os quais estão atuando no Rio de Janeiro em conjunto com os servidores alocados pela DATAPREV;
- migração com periodicidade semanal dos processos ajustados pela DATAPREV;
- inclusão no plano operacional 2002 de ação específica visando "zerar" os estoques de processos ativos e não migrados no PRODIN."

AVALIAÇÃO DA SFC:

O INSS vem envidando esforços no sentido de viabilizar a migração de todos os dados referentes à dívida ativa e judicial do sistema ATARE para o sistema SICOB, entretanto, não houve a regularização total, devendo ser implementada urgentemente a migração dos débitos e parcelamentos ainda pendentes. Portanto, a Decisão encontra-se PENDENTE.

4.2.1.3.3 => Decisão n.º 250/2000/TCU 2ª Câmara - TC 014.608/99-5 - Auditoria Interna Posto INSS Manaus.

A questão foi tratada no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de 2001. O TCU, por meio da Decisão n.º 250/2000, da Sessão de 13/07/2000 (Ofício n.º 1.370/SGC/TCU/2ª Câmara, de 17/07/2000), determinou à Presidência do INSS que:

"8.2.1. empreenda gestões junto à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, para a correção das falhas nos dados cadastrais dos segurados no âmbito do Sistema Único de Benefícios - SUB, notadamente quanto à possibilidade de inserção de dados pessoais de forma incompleta ou inconsistente, resultando em perda de eficácia nas críticas do Sistema, visto que as deficiências verificadas nos dados cadastrais podem suscitar a concessão de mais de um benefício a um mesmo titular, além de tornar o SUB vulnerável a erros administrativos e fraudes.

8.2.2. adote providências fitando garantir eficácia às recomendações da Auditoria Interna da Autarquia, notadamente em relação à Gerência Executiva do INSS/AM, instaurando, se necessário, as devidas apurações disciplinares dos administradores eventualmente omissos."

Embora o gestor tenha informado, por meio do Ofício/INSS/DCGAB/n.º 487, de 4/2002, a adoção de providências para a correção das falhas apontadas, o assunto continua pendente de regularização, conforme verificado nos trabalhos de validação da base de dados de benefícios que vêm sendo realizados por esta Secretaria. O levantamento das inconsistências e avaliação dos dados de benefícios, tendo como referência setembro de 2001, com consultas ao Sistema de Benefícios em

2002, tem apontado vários problemas nos registros contidos no banco de dados.

Assim sendo, solicitamos fossem informadas as medidas efetivamente implementadas, bem como estudos, planos e cronogramas formulados para regularizar de forma definitiva a questão.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta o gestor informou, em 11.10.02, que foi implementada na versão 8.1 do PRISMA/SUB, 07 (sete) itens com o título AUDITORIA, de forma a melhorar o gerenciamento e monitoramento dos trabalhos realizados na área de benefícios, tais como: captação do nome do dependente com o mesmo número de caracteres utilizados na captação do nome do titular; na atribuição de NIT (Número de Identificação do Trabalhador) não será aceito caractere inválido; na revisão de pensão, campo "Nome da mãe", serão feitas críticas de "único nome" e "sobrenome abreviado"; só permite inclusão de NB (Número do Benefício) de 09 dígitos com DER (Data de Entrada do Requerimento) até 31.12.1995, se despacho 04 (judicial) ou 03 (recurso); concessão e formatação de salário maternidade para segurada com mais de 45 anos, que não seja adoção, somente será permitida com a matrícula do Gerente; visualização em tela ou impressora, quando for solicitado Relatório de Auditoria do NB; implementação de crítica 2 no registro de certidão de nascimento, casamento e óbito, quando for informado nº de livro com caractere diferente (C - óbito, A - nascimento, B - casamento).

Para a implementação da versão 8.2 do mesmo sistema, foram definidos mais 05 (cinco) itens, visando impossibilitar a ocorrência das inconsistências verificadas, como: implementação de crítica 2 para os casos de NIT ou de CPF já utilizados na concessão de outro benefício; confirmação de NIT para os casos de informação de número incorreto; não é permitida alteração do nome do segurado onde exista CADPF - Cadastro de Pessoa Física - onde não existir CADPF a alteração somente será realizada com a matrícula do gerente ou substituto; nas críticas do caractere alfabético do livro de certidões de nascimento, casamento ou óbito não emitir crítica para datas anteriores a 31.12.1973 (Lei nº 6015).

Para correção das falhas existentes nos dados cadastrais dos segurados no Sistema Único de Benefícios, bem como para os casos de atualização de NIT, foi desenvolvido o sistema Identificação Única de Benefícios - IUB, que tem o objetivo de possibilitar a atualização do banco de dados do SUB, permitindo, também, o controle gerencial de todo o processo. Esse sistema será utilizado para atualização/complementação dos dados cadastrais de Titulares, Procuradores, Representantes Legais e Instituidores, perfazendo um volume de dados de pessoas a serem recadastradas de 4.781.171.

O Instituto, por meio do Ofício nº 95/INSS/DIRBEN, de 18 de dezembro de 2002, informou que estabeleceu o seguinte cronograma para o atendimento da referida Decisão:

"(...)

- A atualização dos dados cadastrais por meio do Sistema de Identificação Única de Beneficiários - IUB - os trabalhos foram iniciados em 16.12.2002 com execução durante todo o exercício de 2003, sendo que periodicamente repassaremos relatório do andamento dos trabalhos;
- Revisão dos benefícios com espécies incompatíveis (Acumulação Indevida) - os trabalhos tiveram início em 16.12.2002 e término em 15.04.2003;

- *Revisão dos 215 benefícios Assistenciais - LOAS constantes dos ANEXOS III dos Relatórios de Auditoria DSPAS/SFC nº 107380 e 107381/2002, oriundos do batimento dos Sistemas SISBEN e SIAPE - os trabalhos iniciaram em 16.12.2002 e término em 31.01.2003, para as Gerências Executivas retornarem as informações e até 28.02.2003 estaremos repassando o relatório."*

Por meio do Of./INSS/DCPRES nº 127 de 31/01/2003, o Gestor informou ainda sobre a emissão da Orientação Interna INSS/DIRBEN nº 75, de 19/12/2002, estabelecendo procedimentos a serem adotados pelas Gerências-Executivas/INSS na atualização dos dados cadastrais de benefícios.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que o gestor está adotando providências no sentido de corrigir as falhas existentes, porém, a avaliação da efetiva implementação não foi realizada em razão do não encaminhamento a esta SFC do resultado dos trabalhos conforme cronograma anteriormente descrito. Portanto, a Decisão continua PENDENTE.

4.2.1.3.4 => Decisão n.º 240/2000 - TCU - Plenário - Reclamação Trabalhista 358/99

Trata-se de liquidação de Reclamação Trabalhista (processo n.º 358/89, reclamantes José Escondino da Silva e Outros) em que se constatou pagamento em valores superiores aos de direito, tendo o Tribunal Regional do Trabalho dado parcial provimento "ao reexame necessário para admitir a compensação das parcelas comprovadamente pagas aos empregados". Foi requerido ao Juízo prazo suficiente para apresentação dos cálculos corretos.

Foi citado na letra "o" do Relatório de Gestão de 2001:

"Recebemos cópias de papéis datados do período de 2000, em especial o Ofício/INSS/DCPRES/n.º 582, de 14/06/2000, encaminhado à 4ª SECEX/TCU, informando que o Tribunal Regional do Trabalho deu parcial provimento "ao reexame necessário para admitir a compensação das parcelas comprovadamente pagas aos empregados", e, que foi requerido ao juízo prazo suficiente para apresentação dos cálculos corretos. Não foi informada a situação atual da apresentação dos cálculos e da compensação das parcelas pagas".

Assim sendo, solicitamos informações atuais quanto à apresentação dos cálculos e à compensação das parcelas pagas.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção à solicitação desta Secretaria Federal de Controle Interno, a Chefe de Divisão do Contencioso do Patrimônio Imobiliário endereçou o Despacho 01.200.23 N° 88/2002, de 19.11.2002, informando:

"(...) Atualizando as informações anteriores prestadas, dentre elas a de que o Procurador do Contencioso Judicial de Campos dos Goytacazes conseguiu sensibilizar o Juízo de Execução ao demonstrar as várias irregularidades que cercam o processo, consignamos que foram apresentados novos cálculos e que o Setor de Cálculos daquele juízo elaborou planilha, cujo valor final é de R\$ 30.370,36.

As partes já concordaram com os cálculos apresentados, em 21 de outubro do corrente ano, conforme documento anexo. Entretanto, requisitamos informações daquela PFE e o atual Procurador da causa ainda vai analisar o processo, pois pretende embargar esses cálculos. Diante do exposto, esclarecemos que essa ação trabalhista ainda não tem desfecho conclusivo (...)"

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE de regularização, devendo ser adotadas as providências cabíveis, informando a esta Secretaria tão logo se tenha o desfecho conclusivo.

4.2.1.3.5 => Decisão n.º 108/2000 - TCU - Plenário - TC 004.810/98-8 - Certidão de Tempo de Serviço Rural

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul/RS solicita o exame, pela Diretoria do Seguro Social/INSS, da legalidade de certidões de tempo de serviço rural averbado para fins de aposentadoria. A Diretoria de Benefícios emitiu a Ordem de Serviço INSS/DSS/n.º 617, de 26/11/1998, disciplinando a emissão de certidões de tempo de serviço com o cômputo de tempo de atividade rural e determinou a revisão de todas as certidões expedidas em desacordo com este ato a partir de 14/10/1996, porém com relação ao objeto da presente TC, o Instituto não se manifestou se havia ou não regularizado a situação, conforme citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002.

JUSTIFICATIVA:

"Solicitamos às Gerências Executivas no Estado do Rio Grande do Sul que nos informem as providências adotadas em relação às Certidões encaminhadas pelo TCE/RS para ratificação. Os ofícios recebidos do TCE/RS são encaminhados às APS/UAA para as devidas providências e o tempo de atividade rural é reconhecido pelo INSS mediante Carteira de Trabalho - CTS ou Contrato de Trabalho Coletivo - CTC, emitidos a partir de 14/10/1996, somente será considerado para compensação previdenciária, caso esse período tenha sido ou venha ser indenizado ao INSS pelo requerente."

O INSS comunicou ao TCE/RS o resultado da avaliação das CTS/CTC.

"Anexamos cópias dos seguintes documentos: Respostas das Gerências, Circular 176/99 (trata da Circular 142/99 - antecipação de tutela na Ação Civil Pública 1999.71.01.7799/4 Comprovação de Atividade Rural) e Portaria MPAS n.º. 4.273, de 12.12.97".

Por meio do Of. N.º 139/INSS/DCPRES de 31/01/2003, o Gestor informou ainda que solicitou à DATAPREV Regional, em 03/10/2002, um relatório contendo todas as CTC, contemplando tempo de atividade rural, da jurisdição da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, emitidas a partir de 14/10/1996, para análise.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O gestor esclareceu que foram tomadas providências no sentido de reexaminar a legalidade das Certidões de Tempo de Serviço Rural averbadas para fins de aposentadoria, atendendo a solicitação do Tribunal de Contas

do Estado do Rio Grande do Sul - TCE/RS, bem como aperfeiçoar as rotinas e procedimentos visando restringir a averbação de certidões ilegais, entretanto, o assunto continua PENDENTE uma vez que a Gerência Executiva/RS não informou sobre os processos ratificados ou retificados, emitidos a partir de 1996.

4.2.1.4 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2001

4.2.1.4.1 => Decisão nº 1099/2001-TCU-Plenário - Morosidade na Apuração de Processo Disciplinar nº 35000.000650/99-71, alusivo a indícios de prática de ato de improbidade administrativa.

Informações prestadas no Relatório de Auditoria de Gestão de 2001:

"O processo foi instaurado com o fim de apurar irregularidades no pagamento de verbas relativas à incorporação do PCCS (Plano de Classificação de Cargos e Salários). A Procuradora Chefe da Divisão do Contencioso-Geral - PG, Thelma Suely F. Goularte, declinou a possibilidade de irregularidades administrativas na condução da RT 1457/89, relacionada a pagamentos irregulares de valores não devidos e incorporação de PCCS não determinados judicialmente.

Constam como envolvidos os servidores Alélia Marcelino de Paula; Alice Prudente de Oliveira; Augusto Brito Filho; Gerseni Maria de Carvalho Gondim; Geraci Moreira da Silva Abraão; João Rodrigues de Miranda; José Afonso Pires Ferreira Júnior; Lourdes Maria Frazão; Maria Alves Figueiredo; Maria Cecília S. S. Landim; Maria de Lourdes Thees Perilo da Veiga Jardim; Orlando Alves Pedrosa; Selma Terezi Camargo Miranda, e Verônica Maria Monteiro da Rocha, os quais, entretanto, não foram indiciados ante a inexistência de provas que evidenciassem a prática de ilícito por parte desses servidores, segundo relatório da nobre Comissão Processante.

Ainda como envolvidas, constam as ex-servidoras Divina Oliveira Jardim, à época do relatório, ocupando cargo de juíza do trabalho na 10ª Região, e Margarida Maria Gonzaga Pereira, aposentada dos quadros do INSS em 12.03.93, designada para Cargo em Comissão, ocupado de 12.03.93 a 01.12.94, na função de Chefe da Divisão de Recursos Humanos em Goiás.

Restaram indiciadas estas duas últimas acusadas, as quais foram previamente citadas. As envolvidas foram inquiridas e reinquiridas, ultimando-se a instrução em 11 de julho de 2000, onde foram indiciadas, ambas como incursas na violação do inciso IX do art. 117 da Lei nº 8.112/90. As indiciadas foram devidamente citadas para apresentarem defesas.

Finda a instrução, emitiu-se relatório final em 15 de agosto de 2000, sugerindo-se a absolvição da indiciada Divina Oliveira Jardim, sob o argumento de impossibilidade jurídica de aplicar-se a pena de demissão, e propondo, em relação a ex-servidora Margarida Maria Gonzaga Pereira, a conversão da exoneração a pedido em destituição de cargo em comissão, nos termos do parágrafo único do art. 135, da Lei nº 8.112/90.

O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social baixou a Portaria nº 480, de 17 de maio de 2002, determinando fosse convertida a exoneração a pedido de Margarida Maria Gonzaga Pereira, matrícula nº 6887805, em destituição de cargo em comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos - INSS/GO, por

se valer do cargo para lograr proveito pessoal e de outrem em detrimento da dignidade da função pública”.

Com intuito de atualizar informações sobre as medidas adotadas pelo gestor, visando atender as determinações do Tribunal de Contas da União, solicitamos que fosse dada ciência a esta SFC das providências implementadas.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção à nossa solicitação, por intermédio do Ofício INSS/AUDGER nº 00427, de 22.11.2002, endereçado pelo Auditor-Geral Substituto do INSS a esta SFC, o gestor informou que a Corregedoria analisou e julgou o Processo Administrativo Disciplinar, emitindo Parecer/CJ/nº 2740/2002, sugerindo a absolvição da indiciada Divina Oliveira Jardim, sob o argumento de impossibilidade jurídica de aplicar-se a pena de demissão, e propondo, em relação a ex-servidora Margarida Maria Gonzaga Pereira, a conversão da exoneração a pedido em destituição de cargo em comissão, nos termos do parágrafo único do art. 135, da Lei nº 8.112/90.

Ressaltou, também, que os Processos nºs 35000.000650/99-71 e 37284.002217/2001-14 foram encaminhados à Procuradoria da Previdência Social em Goiânia/GO, a qual cabe adotar as medidas cabíveis.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das medidas adotadas pelo INSS, o assunto ainda carece de providências por parte da Procuradoria em Goiânia/GO. Dessa forma, devem ser encaminhadas as informações das medidas adotadas por essa Procuradoria-GO, bem como a abertura da competente Tomada de Contas Especial. Decisão PENDENTE.

4.2.1.4.2 => Decisão n.º 154/2001 - TCU - 2ª Câmara - INSS/FUB

Em julgamento à TC nº 011.244/99-2, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com a seguinte determinação ao INSS:

"8.2.1. nos eventuais contratos e respectivos termos aditivos oriundos de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, abstenha-se de incluir no objeto cláusula que fuja ao escopo definido no referido inciso da Lei de Licitações, em especial a terceirização de serviços de recepção e atendimento ao público nas agências do Instituto;"

No entanto, apesar dos termos da Decisão supra, a terceirização desses serviços vem sendo continuamente realizada pelo INSS.

Assim sendo, solicitamos informações acerca das providências efetivamente adotadas para cumprimento da determinação do TCU.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1.714, de 28.10.2002, o gestor prestou os seguintes esclarecimentos:

"Atendendo à Solicitação de Auditoria - SA nº 101249-17, de 16.09.2002, com relação à Decisão nº 154/2001 TCU 2ª Câmara - INSS/FUB, informamos que o INSS está abstendo-se de incluir no objeto da licitação de serviços, cláusulas que fujam do escopo definido no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Adicionalmente, informamos que foi rescindido o Contrato nº 24/98, firmado entre o INSS e a FUB em 17.08.2001, tendo sido providenciada pelo INSS a abertura de processo licitatório, conforme consta no Relatório da 4ª SECEX/TCU."

O gestor encaminhou, também, às Gerências Executivas e à Unidade de Administração e Logística, Memorando Circular nº 007, de 22.02.2002, sobre normatização de procedimentos e condutas a serem seguidos pelas Gerências Executivas do INSS quanto às licitações de obras e serviços.

Para substituição da mão-de-obra terceirizada, o INSS divulgou o Edital nº 01/2003, de 15.01.2003, para a realização do concurso público em conformidade com a Lei nº 8.112/90, o qual foi realizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/UNB, em 16.03.2003.

O gestor informou, ainda, por meio do Ofício nº 330/INSS/DCGAB, de 24/03/2003, esclarecendo sobre a orientação dada às suas Unidades quanto ao processo de transição/substituição da mão-de-obra terceirizada, que se dará a medida que os concursados tomarem posse, em cumprimento à Decisão supracitada.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das informações prestadas pelo gestor, o assunto ainda continua PENDENTE, haja vista o contrato emergencial vigente ainda no exercício 2003 firmado com a CTIS.

4.2.1.5 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2002

4.2.1.5.1 => Decisão n.º 88/2002-TCU-Plenário - Representação formulada pela XEROX

Em julgamento à TC nº 012.332/99, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, determinando ao INSS que confira, nas notas fiscais, o correto lançamento tributário, incluindo-se neste procedimento, a verificação da adequabilidade da alíquota de ICMS adotada, notificando o fornecedor na hipótese de incorreção, para que este promova a retificação e, caso isso não ocorra, comunicar o fato ao órgão de fiscalização tributária competente, conforme preceitua o inciso VI do artigo 116 da Lei nº 8.112/90.

Assim sendo, solicitamos fossem informadas as providências efetivamente adotadas para cumprimento da determinação do TCU.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1594, de 10.10.2002, o gestor informou que encaminhou Memo/Conjunto/INSS/CGOFC/CGLOG/nº 02, de 01.10.2002, às Gerências Executivas, solicitando a adoção dos seguintes procedimentos:

"(...)

- *informar aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estados e Municípios, as características e os valores pagos em suas contratações, conforme estabelece o § 3º do artigo 55, da Lei nº 8.666/93;*
- *conferir, nas notas fiscais, o correto lançamento dos valores tributários, incluindo-se a verificação da adequabilidade da*

alíquota de ICMS adotada, notificando o fornecedor, na hipótese de incorreção, para que este promova a retificação e, caso isso não ocorra, comunicar o fato ao órgão de fiscalização tributária competente, de acordo com o inciso VI, do artigo 116, da Lei nº 8.112/90.

Dessa forma, ficará a cargo dos respectivos Gerentes Executivos o cumprimento e acompanhamento da determinação do Tribunal de Contas da União, ficando a Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada incumbida dos procedimentos no que se refere às execuções no âmbito da Diretoria Colegiada."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que o gestor adotou providências visando orientar as suas respectivas Gerências Executivas e cumprir a determinação emanada do TCU.

4.2.1.6 INFORMAÇÃO:

4.2.1.6.1 => Decisão n.º 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista

Em julgamento à TC 004.723/2001, o Tribunal de Contas da União resolveu:

"(...)determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que adote, se ainda não o fez, as providências cabíveis para a apuração da responsabilidade e a promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da autarquia, em razão das falhas verificadas na condução de sua defesa na Reclamação Trabalhista n.º 240/92, nos termos da presente representação" (item 8.2).

Por meio do Ofício n.º 1347/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 12/03/2002, foi solicitado ao INSS informações sobre as medidas adotadas em cumprimento à Decisão, sobre o qual não houve manifestação. Assim sendo, reiteramos o assunto, por meio da AS nº 101249-29, de 16.09.02.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Despacho 01.200.2 nº 501/2002, datado de 27.09.2002, a Coordenação-Geral do Contencioso Judicial/Procuradoria Geral do INSS, encaminhou as seguintes informações:

"Trata-se de Solicitação de Auditoria encaminhada ao Sr. Procurador- Geral, com cópia para a Sra. Diretora-Presidente do INSS, em que a Coordenação-Geral de Auditoria de Programas da Área de Previdência e Assistência Social solicita informações sobre as medidas adotadas quanto ao cumprimento das determinações do TCU, relativamente a apuração de responsabilidade e a promoção do ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres do INSS, em razão de (...) falhas na condução da defesa nos autos da Reclamação Trabalhista nº 240/92, movida por Odélio Vilarinho Prudêncio, em curso na cidade de Presidente Prudente/SP.

Para o atendimento da solicitação e levando em conta que as atividades de Procuradoria são descentralizadas, mantive contato com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/SP que ofereceu, conforme o despacho de fls. 08/11, as informações sobre o caso.

Esta Coordenação ao examinar processos de acompanhamento de feitos judiciais, exerce a orientação que julgar necessária, e, nos casos em que seja indicado, sugere a abertura de Procedimentos Administrativos Disciplinares, transferindo a continuidade natural desses procedimentos aos setores competentes de Corregedoria e Auditoria, posto que esta Coordenação não tem atribuições de controle nem de acompanhamento de processos dessa natureza. Não obstante, em face da Solicitação de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno, requisitei à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS/Presidente Prudente/SP cópia do respectivo dossiê, que, tão logo recebida, será encaminhada ao Gabinete desta Procuradoria-Geral.

Complementando as informações prestadas através do Despacho 01.200.2 nº 501/2002, de 27 de setembro de 2002, bem como outras informações prestadas anteriormente, dentre elas, as constantes do Despacho 01.200.23 nº 34/2002, esclarecemos que esta Coordenação, ao analisar o processo administrativo, concluiu ter havido negligência na defesa dos interesses da Autarquia, sugerindo, inclusive, que os autos fossem remetidos à Auditoria-Geral para as providências a seu cargo, como também, que a PPS/SP ajuizasse ação regressiva para responsabilizar civilmente os causadores da lesão.

Diante do posicionamento desta Coordenação, orientações foram repassadas à PFE e o Ministério Público Federal tomou as providências cabíveis e ingressou com ação criminal nº 108/2001, contra os procuradores do INSS, que atuaram no processo à época dos fatos.

Entretanto, o referido processo foi arquivado por força da prescrição.

Com relação ao prejuízo ocasionado, impende demonstrar que o mesmo se deu, por falta dos recibos de pagamento do médico reclamante que, devido à sua relação contratual, os seus pagamentos eram efetuados diretamente pelo Setor Financeiro, em conjunto com o Setor de Perícias Médicas, o que impediu que se pudesse efetuar cálculos, impugná-los e sequer embargar o processo de execução.

O INSS alegou erro material quando, então, o reclamante juntou ao processo judicial algumas cópias desses comprovantes de pagamento, tornando possível a elaboração de novos cálculos, tanto pelo INSS, como pelo Juízo trabalhista, que restaram maiores do que aqueles homologados anteriormente, levando o Juiz a ignorar a alegação de erro material.

Logo, não houve prejuízo para os cofres da Autarquia e, se prejuízo houve, o mesmo ocorreu somente em relação à cobrança de período prescrito.

O INSS foi intimado para pagar em 1997, não efetuando nenhum depósito.

Em 1998 foi ameaçado seqüestro, também sem pagamento.

Em setembro de 2002, o precatório foi quitado, conforme documento anexo.

Entretanto, s.m.j. que, diante do arquivamento da Representação Criminal proposta pelo MPF, por prescrição, diante da apresentação de contracheques pelo autor da ação, com valores maiores do que os contracheques do paradigma, pagamento do precatório e decisão judicial alterando a situação jurídica do reclamante para a de servidor efetivo do quadro, a pendência judicial chegou ao fim, sem prejuízos maiores para os cofres da Autarquia”.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Na justificativa do gestor não foi informado adoção de providências para apuração de responsabilidade administrativa determinada pelo TCU. Portanto, o assunto continua PENDENTE até o encaminhamento do resultado da sua implementação.

4.2.1.7 INFORMAÇÃO:**4.2.1.7.1 => Decisão n.º 201/2002 - TCU - Plenário - TC 010.805/2000 - Contratação Terceirizada de Mão-de-Obra**

Em julgamento à TC 010.805/2000, o Tribunal de Contas da União resolveu:

"8.2 determinar ao INSS a imediata revisão da IN INSS/DC nº 43, de 13/02/2001, adequando-a ao disposto no Decreto nº 2.271/97, notadamente o art. 1º, § 2º; 8.3 determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem 8.2 desta decisão, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, sobre as providências adotadas;"

Tendo em vista as Instruções Normativas INSS/DC nº 54, de 20.08.2000 e nº 061, de 20.11.2001, que tratam do mesmo assunto da IN INSS/DC nº 43, esta Secretaria Federal de Controle Interno encaminhou ao INSS Ofício solicitando posicionamento do Instituto sobre o assunto, em especial o item 8.2 da Decisão nº 201/2002 TCU - Plenário e que observasse a aplicação do contido na decisão dessa Corte quanto ao teor da IN INSS/DC nº 061, de 22.11.2001.

JUSTIFICATIVA:

"Informamos que a Instrução Normativa INSS/DC nº 61, de 22 de novembro de 2001, foi editada com o prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias). Portanto já expirou o prazo de validade da mencionada Instrução Normativa.

Em substituição a IN INSS/DC nº 61, de 22.11.2001, foi editada a Instrução Normativa nº 72, de 22 de maio de 2002, contendo autorização semelhante à anterior, sem prazo de vigência.

O Tribunal de Contas da União por meio da Decisão nº 1.248/2002 - TCU - Plenário - Pedido de Reexame, Processo TC nº 010.805/2000-4, 4ª SECEX/SEUR, determinou: "O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo relator, decide:

8.1 conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo INSS e, dando-lhe provimento parcial, alterar a redação do subitem 8.2 da Decisão nº 201/2002 - Plenário, que passa a ter o seguinte teor: 8.2 determinar ao INSS que adote as devidas providências, no prazo de 180 dias, no sentido de fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada para a execução de atividade fim da Autarquia consistente na habilitação e formatação de benefícios no sistema de processamento de dados da Previdência Social".

Pelo Ofício/INSS/DCPRES nº 2019, de 20/12/2002, o gestor solicitou autorização para realização de concurso público para provimento de três mil e oitocentos cargos efetivos, sendo 1.525 (um mil e quinhentos e vinte e cinco) de Analista Previdenciário, de nível superior, e 2.275 (dois mil e duzentos e setenta e cinco) de Técnico Previdenciário, de nível intermediário criados pelo art. 4º da Medida Provisória nº 86, de

18/12/2002, no Quadro de Pessoal da Autarquia na Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, de 26/12/2001.

O gestor encaminhou, ainda, o Ofício nº 330/INSS/DCGAB, de 24/03/2003, esclarecendo sobre a orientação dada às suas Unidades quanto ao processo de transição/substituição da mão-de-obra terceirizada, que se dará à medida que os concursados tomarem posse, em cumprimento à Decisão supracitada.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que a regularização do assunto se concretizará quando o total dos terceirizados for substituído pelo total dos concursados previstos para junho/2003. O assunto continua PENDENTE.

4.2.1.8 INFORMAÇÃO:

4.2.1.8.1 => Decisão n.º 027/2002 -TCU - Plenário - TC 016.101/2000-4

Trata-se de verificar o cumprimento de determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio das Decisões Plenárias n.ºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como as Relações n.ºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97- 2ªC, referentes à defesa dos interesses do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O assunto em questão foi motivo de relato no Relatório de Gestão nº. 087911/2002, onde esta SFC considerou pendentes de providências por parte do INSS os itens 8.1 a 8.4.

"(...)

8.1 as providências adotadas em decorrência do determinado no item 2 da Decisão nº 362/97-TCU-Plenário, relativo a atuação deficiente da representação da Autarquia nos autos da Reclamação Trabalhista nº 651/91-6, em fase de execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP;

8.2 as providências adotadas visando ao cumprimento do referido no item 8.1.1 da Decisão nº 743/99-TCU-Plenário, relativamente à apuração das responsabilidades e promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia em razão da atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais que especifica;

8.3 os resultados das providências informadas no Ofício/INSS/DCGAB 309, de 11/4/00, e no Ofício/INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/nº 35/2000, relacionadas ao determinado no item 8.2 da Decisão nº 40/00-TCU- Plenário, notadamente no tocante à conclusão das apurações de responsabilidades dos servidores que especifica e à quantificação dos eventuais prejuízos causados ao Instituto;

8.4 as medidas administrativas e judiciais cabíveis porventura adotadas em relação aos eventuais prejuízos apurados em decorrência da atuação da advogada Marina Ribeiro Viana no Processo nº 1.768/90-2ª JCM/Niterói/RJ, em cumprimento ao item 1.b da Decisão nº 392/97-TCU- Plenário, bem como os resultados do levantamento dos possíveis danos materiais causados ao Instituto pela referida advogada nos demais processos em que tenha atuado, objeto da Relação nº 17/98-TCU-2ª Câmara, e as providências adotadas visando ao ressarcimento de tais prejuízos;"

Justificativa do Gestor ao Relatório de Gestão 087911/2002:

Por meio do Ofício INSS/AUDGER n.º 00089, de 28/03/2002, foi informado que:

"(...)

a) com referência ao item 8.1 (atuação deficiente da Representação da Autarquia nos Autos da Reclamação Trabalhista n.º 651/91 em fase de Execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP), que o mesmo foi encaminhado em 10/07/2001 para a Procuradoria do INSS de Ribeirão Preto/SP e até a presente data não retornou a Corregedoria.

b) no tocante ao item 8.4, foi solicitado maiores esclarecimentos da respectiva Decisão n.º 392/97 TCU, tais como servidores envolvidos, devido a não localização do mencionado documento no INSS."

O Ofício n.º 695 DCGAB/INSS, de 02/05/2002, encaminhando o Despacho 01.2002 n.º 71/2002, de 19/03/2002, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, informou que:

"O primeiro item (8.1) se refere a atuação da defesa nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 651/91-6, movida por Cleunice A. P. Nogueira e Outra, em curso na JCJ de Sertãozinho/SP. Sobre este item, registre-se, tramitou por esta Coordenação a Decisão n.º 362/97-TCU (Ofício n.º 664-SGS-TCU, processo TCU - 001.517/97-0) e a solicitação de Auditoria n.º 02/00, que recebeu os esclarecimentos conforme os despachos que se juntam às fls. 05/29, e foi encaminhado à Auditoria- Geral, em 22/.08.2001 (fls. 29), onde se opera apuração de responsabilidade de servidor.

O segundo (8.2, fls. 01), relativo à Decisão n.º 743/99-TCU/Plenário (Processo 011.021/1997-7), que determinou que se '... apure as responsabilidades e promova o ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da autarquia em decorrência de atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais n.ºs. 1955/89-39ª JCJ/RJ, 89.00078879-23ª Vara Federal/RJ, 0007717237-24ª Vara Federal/RJ, 754/89-23ª JCJ, 516/89-39ª JCJ/RJ, 0093.07656-24ª Vara Federal, 1340/89-26ª JCJ/RJ, 0007739907-28ª Vara Federal/RJ, 87.000041610-23ª Vara Federal/RJ, 1154/89-38ª JCJ/RJ e 89.25865-6-28ª Vara Federal'.

O assunto, tramitado nesta Procuradoria-Geral no ano passado, mereceu atendimento conforme os despachos que se juntaram as fls. 30/46, e as informações devem ser encaminhadas à Corregedoria-Geral, em virtude da Sindicância objeto da Portaria/INNS/PG/n.º 37, de 30.07.98.

Sobre o terceiro item (8.3 fls. 01), relativo aos resultados das providências informadas no Ofício INSS/DCGAB n.º 309, de 11.04.2000, e no Ofício INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/n.º 35/2000, quanto à Decisão n.º 40/2000-TCU-Plenário, registro que a participação desta Coordenação no episódio limitou-se à prestação das informações, conforme os documentos de fls. 47/63. A apuração de responsabilidade e a conseqüente quantificação de prejuízos, portanto, deverá ter seus resultados informados pela Auditoria-Geral à luz das conclusões do processo 35301.009.111/99-01. Quanto ao 4º item (8.4 fls. 02), relativamente à atuação da advogada Marina Ribeiro Vianna, no processo n.º 1.768/90, em curso na 2ª JCJ de Niterói/RJ, haverá que ser respondido pela Coordenação-Geral das Procuradorias que é responsável pelo gerenciamento das atividades de defesa dos advogados credenciados."

Assim sendo, solicitamos ao gestor informações quanto ao efetivo cumprimento das providências enumeradas.

JUSTIFICATIVA:

A Procuradoria Federal Especializada do INSS manifestou-se por meio do Despacho 01.200.23 nº 90/2002, da seguinte forma:

"(...)

1. Esta Coordenação se manifestou no sentido de que as ações objeto de providências, foram impetradas em outras localidades, (Rio de Janeiro, Niterói, Sertãozinho e Campos dos Goytacazes/Itaperuna) o que torna difícil o atendimento do pleito, visto a localização dos fatos e indisponibilidade e dificuldade de servidores naquelas localidades, para informar a posição atual dessas ações, sem deixar de perder prazos e atuar em ações judiciais que não param de ser impetradas contra a Autarquia.

2. As informações dessas PFEs, referentes às ações de sua alçada, quando chegam a esta Coordenação, não atendem de forma concreta aos questionamentos, não só desta Coordenação, como também da Controladoria-Geral da União, motivo pelo qual vários expedientes sobre o mesmo tema são reiterados a esta Procuradoria, pela absoluta falta de conclusão e objetividade.

3. Visando atender prontamente a solicitação da Controladoria-Geral e também, por economia processual, entendemos que esses questionamentos deveriam ser feitos diretamente às Procuradorias Federais Especializadas, onde os fatos ocorreram, ou então, que fosse deslocado um servidor desta Coordenação para colher in loco essas informações, com a finalidade de repassá-las àquela Controladoria, evitando, desta forma, diversos expedientes requerendo providências, sobre o mesmo assunto.

4. Como por exemplo, (item 8.5), temos o questionamento acerca da ação judicial impetrada por José Escondino da Silva e outros, (Campos dos Goytacazes/Itaperuna - RT 358/89), que já foi objeto de vários expedientes, dentre eles a Solicitação de Auditoria 101249-28, já tendo sido esclarecido e atualizado o fato, através do Despacho 01.200.23 nº 88/2002, motivo pelo qual não há nada que se acrescentar neste despacho.

5. Diante do exposto e com a sugestão do item 4 acima, sugerimos encaminhar este Despacho à Secretaria Federal de Controle Interno, atendendo às suas determinações".

Por intermédio do Of./INSS/DCPRES nº 127 de 31/01/2003 e Despacho 01.200.23 nº 28/2003, o gestor informou ainda que no tocante ao item 8.1 - RT 651/91-6, referente a Cleunice Aparecida Nogueira e outro, de Sertãozinho/SP, o assunto encontra-se na AGU/DF, desde 08/11/2002, para parecer conclusivo de sua alçada.

AValiação DA SFC:

O cumprimento da Decisão continua PENDENTE de regularização, uma vez que o INSS não informou quanto aos resultados das apurações de responsabilidade e à quantificação dos eventuais prejuízos causados (Tomada de Contas Especial), referentes aos itens 8.1 a 8.3 e nem das medidas administrativas e judiciais referentes ao item 8.4.

4.2.1.9 INFORMAÇÃO:

4.2.1.9.1 => Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC-005.512/2001-0 Sigiloso - INSS-SP/MIRAMAR (Ofício/4ª SECEX/n.º 366, de 18/10/01 (Ofícios nºs 356 a 365/2001-4ª SECEX - tratam de audiências), Processo Disciplinar nº 35366.000011/2000-81, Relatório de Auditoria n.º 053596A/2000

No Relatório de Gestão 087911/2002, foi relatado em linhas gerais o seguinte:

"Contrato de permuta de terrenos realizado entre o INSS-SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. Foi instaurado Processo de Sindicância n.º 35366.000011/00-81 para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 053596A, de 30/06/2000.

Justificativa do Gestor: Em resposta, o Ofício/INSS/AUDGER n.º 00001, de 08/01/2002, informou que o Processo Disciplinar n.º 5366.000011/00-81 encontrava-se na Consultoria Jurídica do MPAS para julgamento. O Ofício n.º 623 DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, solicitou esclarecimentos à Consultoria Jurídica sobre o Processo Disciplinar 35366.000011/00-81.

Como resposta foi recebido o Ofício/CJ/N.º 48/2002, de 25/02/2002, encaminhando cópia do Parecer 2656/02, de 30/02/2002, sugerindo a absolvição do servidor JOSÉ WEBER DE HOLANDA ALVES, Procurador Federal, e aplicação das penas de suspensão: por 80 dias ao servidor JOSÉ ANTÔNIO FURLAN, Procurador Federal, face a violação aos incisos I e III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; por 60 dias ao servidor FAUSTO HESCHELLES, Arquiteto, por violação dos incisos I e III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; por 15 dias ao servidor LAERTE HORTA, Auditor Fiscal, por dupla violação ao inciso III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; e por 30 dias à servidora MARIA HELENA JACINTO DE CARVALHO, Procuradora Federal, por violações ao dever inserto no artigo 116, inciso III da Lei n.º 8.112/90.

O Ofício INSS/DCPRES/n.º 477, de 28/03/2002, tendo como anexo o documento 01-300.12 - Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, de 13/03/2002, informou que com referência ao contrato INSS e a empresa MIRAMAR a situação é a seguinte:

Medidas tomadas pelo INSS:

- a) já estão sendo tomadas medidas de forma a regularizar e concluir o contrato entre o INSS e a empresa MIRAMAR.
- b) as 7 (sete) construções compromissadas pela empresa Miramar em fazer já foram executadas 6 (seis), faltando 1 (uma) - a construção da APS em Mauá/SP.
- c) em face do pronunciamento da Procuradoria Geral de que o contrato está em vigor e que se "diligencie para a eficaz e plena conclusão da obra contratada" deverá o INSS estabelecer condições para conclusão da obra de construção da APS em Mauá/SP.

Medidas que estão sendo implementadas, cuja execução está a cargo do INSS/SP:

- a) deverá ser levantado se há alguma das pendências citadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República no Ofício n.º 2887/DSPAS/SFC/MF, para, se houver, corrigi-las;

b) deverá ser feito encontro de contas para verificar se há pendências de pagamentos a favor do INSS ou da empresa para efetivar o respectivo Terno Aditivo;

c) há que se estabelecer os valores reais da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR ao INSS;

d) deverão ser observados quais serviços foram executados nas referidas construções feitas pela empresa MIRAMAR face às adequações ao Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social em virtude da determinação do Sr. Diretor de Administração do INSS em 01/12/1999, constante às fls. 872 do processo nº 35366.003272/94-51 (volumes de I a III) e apensos, e o que representou em valores dentro desta permuta INSS-MIRAMAR. Deverão ser levantados os serviços extras que por acaso houver, assim como quaisquer diminuições de serviços previstos inicialmente;

e) deverá ser verificada a forma de passar as respectivas escrituras pertinentes a permuta em tela, registrando-as nos respectivos Cartórios.

Em face da conclusão do Processo Disciplinar foi recomendado, por meio do Ofício n.º 972/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 27/02/2002, a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, e que fosse informado as providências até 12/03/2002.

O assunto continua pendente quanto ao contido no Ofício n.º 972 DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, que determina a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS".

Por meio da Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara, de 08/08/2002, TC nº 005.512/2001-0, o Tribunal decidiu o seguinte:

"(...)

"8.3.1. Promova, se já não o fez, as alterações cabíveis na Ordem de Serviço DAP/INSS n.º 19, de 09.08.95, que aprovou o modelo de publicação para aviso de procura de imóveis, de forma a que seja observado o disposto no artigo 3º da Lei n.º 8.666/93, na medida em que o modelo anexo à citada Ordem de Serviço não dá a devida publicidade e observância aos princípios da igualdade e da isonomia para a busca da proposta mais vantajosa para a administração previdenciária, não explicitando as principais informações da permuta que se pretende realizar, tais como: identificação expressa do imóvel a ser permutado; informação quanto às localidades em que a autarquia tem interesse em adquirir imóveis; e comprovação de regularidade no título dominial dos imóveis a serem permutados (subitem 8.6 da instrução de fls. 169 do volume principal);"

JUSTIFICATIVA:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.3.1: Mediante o Ofício/INSS/DIROFL/nº 1.900, de 03/12/2002, o INSS informou o seguinte:

"(...)O Instituto está revendo todas as normas relativas ao patrimônio imobiliário, tendo sido submetidas para análise da Procuradoria Geral as seguintes normas: "Locação de Imóveis do

INSS", "Alienação de Imóveis do INSS mediante Concorrência Pública" e "Dação de Imóveis do INSS em Pagamento à União". Com relação a OS/DAP/INSS/nº 19/95 informamos que estamos distribuindo, nesta data, uma nova orientação às Gerências Executivas".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme informação apresentada pelo INSS, as providências estão sendo tomadas, portanto, o assunto ainda continua PENDENTE, o que deverá ser objeto de avaliação por parte desta Secretaria após a sua conclusão.

Quanto ao item 8.3.2. o TCU determinou ao INSS o seguinte:

"8.3.2. Informe, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas visando cumprir a determinação contida no item anterior, bem como a situação atual do contrato de permuta celebrado com a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., principalmente no tocante à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima do citado contrato."

JUSTIFICATIVA:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.3.2: Mediante o Ofício/INSS/DIROFL/Nº 1.900, de 03/12/2002, o INSS informou o seguinte:

"Quanto ao Contrato de Permuta do INSS e MIRAMAR, esclarecemos que:

- O contrato está em vigor, conforme parecer da Procuradoria Geral do INSS - Despacho PROCGER/CGCONS nº 086/2002 - por prorrogação automática até a entrega da obra;
- As penalidades não foram aplicadas à empresa MIRAMAR, visto que os inquéritos administrativos relativos ao assunto, até o momento, não atribuíram responsabilidades à empresa MIRAMAR; Já foram entregues e encontram-se em operação 6(seis) Agências, sendo que a última construção está em fase final, com inauguração prevista para dezembro/2002. Os trabalhos de escrituração dos referidos imóveis estão sendo promovidos pelas respectivas Gerências; - Após entrega da última construção será procedido o encontro de contas objetivando o pagamento da torna."

Esta Secretaria solicitou ao INSS informações que vão desde a confirmação do endereço dos imóveis até a efetiva escrituração dos mesmos, gerando a Nota Técnica/DSPAS/SFC/CGU-PR nº 917/2002, com as seguintes conclusões e recomendações:

"Por ocasião dos trabalhos de auditoria em 2000, esta Secretaria concluiu, também, que a permuta foi oportuna, tendo em vista os benefícios advindos com instalações próprias, sobretudo pelo não pagamento de aluguéis, e o fato do Instituto não ter interesse na ocupação do terreno situado em Santos/SP. No entanto, durante as negociações ocorreram fatos prejudiciais ao INSS, os quais continuam pendentes de regularização, a saber:

I. A demora na entrega dos imóveis ao INSS pela empresa MIRAMAR fez com que o INSS continuasse a pagar aluguéis no período de 1997 a 2002, gerando uma despesa em torno de R\$ 1.103.675,38;

II. Os imóveis situados em Caçapava/SP, Ribeirão Pires/SP e São Sebastião/SP foram ocupados, respectivamente, 10 meses, 23 meses e 42 meses após o recebimento, o que gerou uma despesa com aluguel em torno de R\$ 446.177,84, demonstrando um ato de gestão antieconômica;

III. O INSS transferiu o terreno para o nome da referida empresa sem que o Instituto tivesse recebido a parcela relativa à torna e os postos construídos. A empresa construiu o seu Shopping. Portanto, a empresa MIRAMAR também foi culpada pela intempestividade na entrega dos imóveis, bem como na construção dos postos. No entanto, não houve aplicação de penalidades à empresa;

IV. A empresa MIRAMAR não efetuou o pagamento da torna (diferença) em favor do INSS, até a presente data, conforme estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 01/97;

V. Os laudos de avaliação dos imóveis realizados pela CEF, apresentados pelo INSS no Quadro ANEXO I, são datados de 1997/1998/1999, relativos apenas aos terrenos. O INSS não apresentou os laudos de avaliação dos imóveis já construídos, pelo nível de rigor maior ou igual ao estabelecido no subitem 7.6 da NBR 5676 (Avaliação Rigorosa ou Rigorosa Especial), conforme recomendação da SFC contida no Capítulo VI - letra "a" do Relatório de Auditoria nº 053596A/SFC, de modo a permitir o encontro de contas para levantar o valor real da torna ao INSS.

1. Dessa forma, recomendamos ao INSS o seguinte:

a) Proceder avaliação, por meio da CEF, pelo nível de rigor maior ou igual ao estabelecido no subitem 7.6 da NBR 5676 (Avaliação Rigorosa ou Rigorosa Especial), dos imóveis construídos, oferecidos em permuta, como forma de ajustar os valores da negociação (torna/diferença);

b) Apurar os prejuízos obtidos pelo INSS, relativos aos pagamentos de aluguéis, em função da demora na entrega dos imóveis, com vistas ao ressarcimento por parte da empresa MIRAMAR;

c) Adotar providências no sentido de agilizar o recebimento do imóvel situado em Mauá/SP, de modo a evitar gastos com aluguel;

d) Apurar responsabilidade e, se for o caso, instaurar processo de Tomada de Contas Especial, pela intempestividade na ocupação dos imóveis situados em Caçapava/SP, Ribeirão Pires/SP e São Sebastião/SP, tendo em vista que os mesmos foram ocupados, respectivamente, 10 meses, 23 meses e 42 meses após o recebimento, o que gerou uma despesa com aluguel em torno de R\$ 446.177,84, demonstrando um ato de gestão antieconômica."

O Instituto, objetivando atender as recomendações supracitadas, informou por meio do Ofício/INSS/DIROFL nº 143, de 02/02/2003, que foi constituída uma Comissão, mediante a Portaria INSS/DCPRES nº 145, de 20.01.2003, cuja data da elaboração do Relatório Final ficou estabelecida até o dia 20.03.2003.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Face as informações prestadas pelo INSS, o assunto continua PENDENTE até que seja enviado o resultado dos trabalhos da Comissão, a fim de que possamos fazer a devida avaliação.

4.2.1.10. INFORMAÇÃO:

4.2.1.10.1 => Decisão n.º 493/2002 - TCU - 2ª Câmara -TC 004.029/1999-2 e

4.2.1.10.2 => Decisão n.º 501/2002 TCU - 2ª Câmara

Em julgamento à TC n.º 004.029/1999-2, item 8.2, o Tribunal de Contas da União proferiu as Decisões mencionadas, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo:

=> Decisão n.º 493/2002 - TCU - 2ª Câmara

"8.2.1 adote junto à Superintendência Estadual do INSS/ES as providências necessárias, conforme Decisão n.º 26/2002-TCU-Plenário, à regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS, efetuados aos seguintes funcionários:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Rosângela Francisca Gonçalves	0937910	RT 1571/89/São Paulo
Haroldo Alves Bahia	0886959	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Roseana Taqueti Silva	0891759	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Gerson Rivadávia de Medeiros	0925948	RT 12288326/RS
Olívia Domingos de Oliveira Barbosa	0602025	RT 1472/89/São Paulo
José Soares Miranda	0886762	RT 378/89/ES
Dayse Solange Melo Alves Silva	0898271	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Hilda Alves dos Santos	0882101	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Luzia Cilene Lopes da Silva	0881815	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Regina Célia da Silva	0699272	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Maria da Glória Barbosa Valentim	0903807	RT 603/90/AL
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	RT 901469-01/CE
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 – URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
INATIVOS		
Maria Ivone Tavares do Amaral	0883156	RT 901469-01/CE
Rita de Cássia Rossi Guerra	0882572	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG

8.2.2. no pagamento aos seguintes servidores de parcela, reconhecida por sentença trabalhista, relativa à URP, observe os estritos termos da decisão judicial proferida quanto à limitação temporal:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 – URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Odiza de Sampaio Vieira	6948824	Sentença da JCJ/Rio Branco-Acre, de 30/10/90- Autos 3517 a 3585. Mantida pelo Acórdão 273/91 TRT/14ª
José Soares Rodrigues	0937608	Ação Ordinária – AO 91752 – 8/TRF-5-1ª V/CE
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	AO 91752-8 (MC XII-851/89)
Maria de Lourdes Siviero	0936158	RT 320/89 (JCJ-15ª Região-Araras/SP)
Antônio José Loureiro	0886903	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Benedito Antônio de Souza	0886880	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Bento Leandro Rodrigues	0886755	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luciene de Souza Coelho Pereira	0886813	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luzienne Mary Anechini Cintra	0953213	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Maria da Penha Zamperlini Frigini	0886971	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Vicente de Paula Pereira	0886973	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
INATIVOS		
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG
Adelino Caliman	0887045	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Roberto Jackes Granhem Cavalcante	0886553	RT 1067/90/1ª JCJ/ES

8.2.3. adote as medidas necessárias à suspensão do pagamento ao Sr. José Costa Bertora, por força da Medida Cautelar 9218462-4 de 29-06- 02/18ª Vara/Justiça Federal/RJ, da parcela de 45%, referente ao aumento das remunerações concedidas pela Lei nº 8.237/91 aos militares, tendo em vista a vasta jurisprudência no sentido de considerá-lo inaplicável aos servidores civis;

8.2.4. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas em cumprimento à presente deliberação."

RESPOSTA DO INSS: Ofício N° 1.825/INSS/DCGAB, de 21/11/2002 (reposta à SA nº 101249-54 - ref. Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara):

"(...)

2. Em atendimento ao solicitado informamos o seguinte:

Quanto as ações RT 12288326-89 (RS), RT 13891085-01/89(BA) e RT 1571/89 (SP) relativas ao PCCS, os Sindicatos regionais impetraram as AO nº. 2001.26649-5 10ª VF/RS, MS nº 2002.008202-3 1ªVF/DF e AO nº 2002.5739-1 4ª VF/SP, respectivamente, as quais os juízos proferiram decisões favoráveis as entidades;

- a) As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta nº 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;
- b) Em 09/04/2002, a Srª Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a esse título, até a manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;
- c) Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta Pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;
- d) A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784/99;
- e) Essa consulta foi encaminhada em 16.05.2002 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;
- f) Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que seja adotada 'medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo em anexo'.
- g) Quanto as Reclamações Trabalhistas nºs 1067/90 26,06%(ES), 320/89 26,05%(SP), 3517 a 3585/90 26/05%(AC), não constam servidores deste Instituto recebendo a referida vantagem;
- h) Cabe esclarecer, que a RT 919/89 que os servidores recebem a vantagem somente referente ao PCCS;
- i) Esclarecemos que a servidora ODIZA DE SAMPAIO VIEIRA CASSOLI percebe a vantagem judicial referente aos 26,05% pela RT 6573 a 6609/90 1ª JC/AC, conforme ficha financeira anexa."

JUSTIFICATIVA:

O INSS vem adotando providências com o objetivo de atender as determinações proferidas pelo TCU, orientando as Procuradorias Estaduais e as Unidades de Recursos Humanos para que recorram a quaisquer decisões sobre adiantamento.

=> Decisão n.º 501/2002 - TCU - 2ª Câmara

Em julgamento à TC n.º 007.058/2001-0, item 8.3, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais:

"8.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato de fls. 01/02, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

8.3.2 que sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU n.º 26/2002-Plenário, relativamente à parcela PCCS, acrescida nos proventos por força de sentença judicial."

Assim sendo, solicitamos informações acerca do cumprimento da determinação do TCU, recomendando que sejam adotadas as mesmas providências para os servidores que também recebem as mencionadas ações e não constam na relação/TCU acima, tendo em vista as irregularidades apontadas.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício n.º 1.825/INSS/DCGAB e Memorando, de 06/11/2002, o Gestor prestou as seguintes informações:

"(...)

a) Quanto as ações RT 12288326-89 (RS), RT 13891085-01/89 (BA) e RT 1571/89 (SP) relativas ao PCCS, os Sindicatos regionais impetraram as AO n.º 2001.26649-5 10ª VF/RS, MS n.º 2002.008202-3 1ª VF/DF e AO n.º 2002.5739-1 4ª VF/SP, respectivamente, as quais os Juízos proferiram decisões favoráveis as entidades (...);

b) As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta n.º 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU n.º 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;

c) Em 09.04.02, a Sra. Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a título de PCCS, até manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;

d) Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;

e) A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei 9.784/99;

f) Essa consulta foi encaminhada em 16.05.02 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo Ofício ao Senhor Secretário de

Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;

g) Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que sejam adotadas medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo (...);

h) Quanto às Reclamações Trabalhistas nºs 1067/90, 26,6% (ES), 320/89, 26,5% (SP), 3517 a 3585/90, 26,05%(AC), não constam servidores deste Instituto recebendo a referida vantagem;

i) Cabe esclarecer, com relação a RT 919/89, que os servidores recebem a vantagem somente referente ao PCCS;

j) Esclarecemos que a servidora ODIZA DE SAMPAIO VIEIRA CASSOLI percebe vantagem judicial referente aos 26,05% pela RT 6573 a 6609/90 1ª JCJ/AC (...)"

AVALIAÇÃO DA SFC:

Analisando as providências adotadas, constatou-se que o caso do PCCS continua PENDENTE de regularização, uma vez que, em análise das fichas financeiras dos servidores feita em março/2003, foi constatado o pagamento nas rubricas específicas de PCCS. Esse assunto foi encaminhado à AGU, em 16/05/2002, para apreciação e manifestação e, até o fechamento deste Relatório de Auditoria, não houve pronunciamento da mesma.

4.2.1.11 INFORMAÇÃO:

4.2.1.11.1 => Decisão n.º 160/2002 - TCU-2ª Câmara - UNESCO/CTIS

No que se refere à terceirização de mão-de-obra, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, em julgamento à TC nº 014.077/2000-8, com as seguintes determinações ao INSS:

"8.1.1. Cumprir as determinações exaradas no Ofício nº 3.419 DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2000;

8.1.2. Em futuras contratações de mão-de-obra terceirizada, objetivando garantir a economicidade dos contratos dessa espécie, efetuar previamente estudos com vistas a quantificar as reais necessidades dos recursos humanos demandados."

Quanto ao processo administrativo instaurado para apurar quem deu causa à dispensa de licitação, esta Secretaria, por meio do Ofício nº 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28.02.2002, recomendou a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, cujas providências não foram informadas até a presente data.

JUSTIFICATIVA:

"Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 101249-16, informamos o que segue:

- para cumprir as determinações contidas no item 8.1.1:

a) foi solicitado a realização de concurso público para provimento de cargos, conforme Avisos nºs 98/2002, 266/2002, Ofício nº 211/2002, e Nota Técnica encaminhada ao Sr. Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social (...), contendo estudo detalhado das reais necessidades de recursos humanos para o INSS;

b) foi aberta a licitação na Modalidade Concorrência nº 01/2002, processo nº 35000.000431/2002-21, tendo a mesma sido revogada,

publicação no DOU nº 220, de 13/11/2002, em atendimento a Decisão nº 1.248/2002-Plenário, publicada no DOU de 04/10/2002. No tocante a este tipo de Contratação informamos que o INSS vem buscando alternativas para solucionar o problema de recursos humanos existente. Na Decisão nº 1.521/2002 o próprio TCU esclarece que enquanto não for aprovado o Concurso Público para o INSS não teremos uma solução definitiva.

c) Com referência ao Ofício nº 3419/DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2000 e recomendação contida no Ofício nº 1057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 22/02/2002, informamos que foi encaminhado Memorando CGOFC/INSS/nº 154/2002, de 09/12/2002 (...), solicitando expedição de portaria de designação de servidores para instauração de Tomada de Contas Especial.

Esclarecemos que após o término dos trabalhos estaremos informando a essa Secretaria sobre o resultado das apurações.

d) Ao término dos trabalhos da TCE acima mencionada, será procedido o encontro de contas de importâncias devidas em função dos gastos realizados pela UNESCO.

- com relação ao item 8.1.2:

a) Foi elaborado projeto básico pela Diretoria de Recursos Humanos do INSS, tanto para Concorrência nº 01/2002, quanto na Nota Técnica encaminhada pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contemplando estudo das necessidades reais de recursos humanos do INSS. Esclarecemos que a Controladoria e Diretoria de Recursos Humanos, permanentemente, vêm aperfeiçoando um modelo de avaliação das Unidades do INSS, incluindo a fixação do quantitativo ideal de servidores de cada unidade, com estudos que prevêm a utilização de um modelo teórico para quantificação dos recursos necessários à cada unidade. Alerta-se que, atualmente, as Diretorias de Recursos Humanos e de Benefícios consideram as demandas de serviços para quantificar as necessidades de cada unidade. Ressalte-se ainda, que essas mensurações não são fixas, podendo ser alteradas com o tempo em função de sazonalidades associadas ao perfil da população e de mudanças geo-econômicas.

Informamos ainda, que em termos globais, a necessidade efetiva de pessoal para o Instituto está calculada em cerca de 18.000 servidores, e que essa demanda já foi encaminhada aos órgãos competentes com solicitação de aprovação de concurso público.

b) Com referência a recomendação contida no Ofício nº 1057 DSPAS/SFC/Casa Civil PR, de 22/02/2002, informamos que foi encaminhado Memorando CGFC/INSS/nº 154/2002, de 09/12/2002 (...), solicitamos expedição de portaria de designação de servidores para instauração de Tomada de Contas Especial. Esclarecemos que após o término dos trabalhos estaremos informando a essa Secretaria sobre o resultado das apurações."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quanto ao item 8.1.1 da citada Decisão, continua PENDENTE de regularização, uma vez que o processo de Tomada de Contas Especial encontra-se na fase de solicitação de instauração.

Ainda com relação ao contido no item 8.1.1 da supramencionada Decisão, a alínea "a" do item 3, do Of. nº 3.419/DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2002, foi atendida com a edição da Medida Provisória nº 86, de 18/12/2002 - DO de 19/12/2002, com a criação de 3.800 (três mil e oitocentos) cargos, sendo 1.525 (um mil quinhentos e vinte e cinco) Analistas Previdenciários e 2.275 (dois mil duzentos e setenta e cinco)

Técnicos Previdenciários, conforme Edital nº 1/2003 de 15/01/2003. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE, da Universidade de Brasília - UnB realizou concurso público em 16/03/2003.

Diante do exposto, cabe salientar que o INSS mantém ainda as contratações de mão-de-obra terceirizada e que, em decorrência deste fato, solicitamos informações quanto à adoção de medidas visando saneamento da questão em pauta, considerada de forma irregular por esta SFC e pelo TCU. O gestor informou que a mão-de-obra terceirizada será substituída à medida em que os novos servidores tomarem posse.

Dessa forma, o assunto continua PENDENTE até a substituição total da mão-de-obra terceirizada pelos concursados.

4.2.1.12 INFORMAÇÃO:

4.2.1.12.1 => Decisão nº 026/2002- TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1):

A decisão em questão trata do julgamento da TC 001.157/1998-1, referente ao ressarcimento de "Adiantamento Pecuniário - PCCS" recebido em duplicidade por ativos, inativos e pensionistas, sustado desde a vigência da Lei nº 8.460/92. Trata-se também do julgamento da TC 009.033/1993-9 (Débitos Trabalhistas INPS, INAMPS e IAPAS) relativa ao Relatório Consolidado das inspeções realizadas no INSS, com finalidade de se apurar, em todo o território nacional, a ocorrência de possíveis irregularidades relativas a pagamentos de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS, a saber:

8.1- Determinar à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno que:

8.1.1 - informe nas próximas contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

a) as atividades desenvolvidas pelo INSS quanto ao prosseguimento no trâmite do Processo nº 013.89.1085-01, do TRT - 5ª Região (Reclamação Trabalhista relativa ao antigo PCCS do INSS), em que são parte o INSS e a União; e SINDIPREV - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado da Bahia, em vista do montante atual bruto da dívida nos termos propostos pelo litigante, que atingiria aproximadamente o valor de R\$1.000.000.000,00;

b) o resultado das ações de revisões que se encontram na Justiça do Trabalho - TRT - 19ª Região/AL - RT's 521/89, 1701/89, 603/90 e 2345/90, bem como as medidas adotadas em razão do que foi constatado na Auditoria Operacional realizada por esta Secretaria na área de Recursos Humanos do INSS/AL, em 1996;

c) o cumprimento das determinações contidas adiante nos itens 8.2 a 8.6.

Sobre o assunto PCCS, o Tribunal de Contas da União proferiu, também, as seguintes Decisões:

- Decisão nº 368/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6);
- Decisão nº 369/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7);
- Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 004.029/1999-2);
- Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9);
- Decisão nº 386/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3);
- Decisão nº 455/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8);
- Decisão nº 456/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7);

- Decisão nº 483/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4);
- Decisão nº 484/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8);
- Decisão nº 485/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6);
- Decisão nº 486/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2);
- Decisão nº 501/2002- TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0);
- Decisão nº 507/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0);
- Decisão nº 1.434/2002- TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4).

JUSTIFICATIVA:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.1.1 LETRA "A" da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 nº 54/2002:

"(...)

Este item trata da RT 013 89 1985-01, TRT 5ª Região, proposta pelo SINDPREV/BA contra o INSS cujo montante atual bruto da dívida nos termos propostos pelo litigante, atingiria o valor de R\$1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS).

O SINDPREV/BA impetrou Mandado de Segurança contra o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS e, em 4 de abril de 2002, a Juíza Federal Solange Salgado assim decidiu:

Isto posto, presentes os pressupostos elencados no inciso II do art. 7º da Lei 1.533.51, CONCEDO a liminar para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de efetuar na remuneração dos servidores substituídos relacionados às fls. 49/96 o descadastramento das rubricas 'RT 13891085/01/89 PCCS ATIVO e "RT 13891085/89 PCCS APOSENTADO' e a supressão dos pagamentos mensais da 'parcela remuneratória PCCS'.

O INSS prestou as informações solicitadas em abril de 2002, e as medidas inerentes à defesa do Instituto estão sendo adotadas.

Foi elaborado Agravo com Pedido de Recebimento no Efeito Suspensivo e protocolado em 26 de abril de 2002, requerendo: suspensão imediata da decisão agravada, comunicando-se, assim, a r. decisão agravada, ainda sem decisão final por parte do Poder Judiciário, estando os autos conclusos ao Relator, com Embargos de Declaração, em 28/08/2002."

Despacho/INSS 01.200.23 nº 62/2002:

"(...)

2.Com relação ao Mandado de Segurança impetrado pelo SINDPREV/BAHIA, contra o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos, já nos manifestamos anteriormente através do Despacho 54/2002, cuja cópia anexamos às fls 02/06, cuja decisão judicial foi no sentido de conceder a liminar aos autores, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de efetuar na remuneração dos servidores, o descadastramento das rubricas do PCCS.

3.Mais uma vez, o INSS depende de decisão judicial conclusiva para adotar as providências cabíveis.

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.1.1 LETRA "B" da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 nº 62/2002:

"(...)

Quanto às Reclamações Trabalhistas acima mencionadas e que se encontram na Justiça do Trabalho de Alagoas, também foram repassadas determinações à PPS/AL, através do FAX, conforme pronunciamento de fls. 2/6. Orientando aquela PPS a manter o TCU informado do andamento dessas Reclamações Trabalhistas, até a conclusão das demandas judiciais.

De qualquer forma, entendemos que cópia deste Despacho deve ser encaminhada, novamente, à PPS/Alagoas, para cumprimento desta determinação, no sentido de manter o TCU informado do andamento dessas Reclamações Trabalhistas."

"8.2 - determinar à Presidência do INSS que:

8.2.1 - mantenha o Tribunal informado, por intermédio das prestações de contas anuais da Autarquia, quanto aos resultados que vêm sendo alcançados em vista da expedição do Memorando-Circular n.º CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97 - item 3.1, l.87, deste processo;

8.2.2. - providencie a instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos a serem ressarcidos que vierem a ser identificados na reanálise dos processos judiciais, mesmo nos casos daqueles já arquivados, que tratam da condenação do INSS ao pagamento da verba Adiantamento Pecuniário do PCCS, instituído pela Lei n.º 7.686/88 (Memorando-Circular n.º CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97) - item 3.2, fl. 87, deste processo;

8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsiderem, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei N.º 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, proceda à suspensão imediata desses pagamentos, subtraindo-os das rubricas das folhas de pagamentos relativas às referidas sentenças, realizando-se, além disso, a identificação dos prejuízos, instaurando-se a devida TCE conforme a proposta do item anterior - item 3.3, fls. 87 e 88, destes autos;

8.2.4 - nos feitos que envolvam reclamações trabalhistas acerca da rubrica salarial denominada "Adiantamento do PCCS", quando ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado, adote ações com a finalidade de se trazer aos respectivos autos a comprovação dos pagamentos de mesma natureza feitos anteriormente aos servidores, para consequentemente efetuar o recálculo dos valores porventura devidos - item 3.4, fl. 88, deste processo;

8.2.6 - de modo a se evitar situações de ambigüidade, que possam induzir o pagamento indevido, que na instrução dos processos de reclamationárias trabalhistas, referentes ao pagamento das diferenças decorrentes do adiantamento do PCCS (Lei n.º 7.686/89), conste quadro "Resumo do Processo", contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes - item 3.7, fls. 88 e 89, deste processo;

8.2.13 - na realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97, seja efetuado o devido exame no que concerne a casos onde, à época

dos pagamentos aos servidores beneficiados, não se efetivaram os descontos referentes a Imposto de Renda e Previdência Social, a fim de que se adote as devidas providências para a regularização dessas situações - item 3.13, fl. 91, deste processo;

8.2.16 - proceda a revisão geral das importâncias pagas pela Superintendência do INSS/RN, decorrentes de acordo com a Procuradoria (80% de reajuste de adiantamento do PCCS, outubro 88 a junho 89) para servidores do ex-IAPAS/RN e ex-INPS/RN, observando o desconto de forma atualizada (CM e juros) das importâncias históricas pagas em julho/89, sendo que, ao constatar valores pagos a maior, providenciar o ressarcimento, nos termos da orientação contida no Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97, mantendo a SECEX/RN informada dos resultados da revisão acima mencionada - item I, fl. 137, TC - 600.303/97-7;

8.3 - determinar à Superintendência do INSS/PA, que se mantenha atenta às decisões da Justiça relativas ao adiantamento do PCCS da entidade, a fim de não permitir o pagamento da correção relativa ao período de nov/88 a jul/89 nos casos em que ela já tiver sido paga - item 5, fl. 91, deste processo;

8.4 - determinar à Superintendência do INSS/AC, que considere, à época dos pagamentos de precatórios oriundos de reclamações trabalhistas do antigo PCCS, as atualizações dos valores já despendidos antecipadamente aos reclamantes - item 6, fl. 91, destes autos;"

RESPOSTA DO INSS AOS ITENS 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4 da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho 01.200.2 n° 68/2002:

"(...)

2. Os itens 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4, dizem respeito ao pagamento a servidores de parcela denominada "adiantamento do PCCS", instituída pela Lei nº 7.686/88.

3. Quanto a esses itens a Decisão TCU nº 026/2002 determinou à Presidência do INSS que informe sobre os resultados alcançados com a expedição do Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 05.06.97, recomendou a instauração de tomada de contas especial para a identificação de prejuízos a serem ressarcidos e a adoção doutras medidas com relação as ações judiciais sobre a matéria.

4. Relativamente a instauração da tomada de contas especial recomendada não cabe a esta Coordenação manifestar-se. Porém, quanto aos prejuízos a serem ressarcidos, sugerimos seja ouvida a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos que dispõe de relação de beneficiários e de valores mantidos em rubrica específica que continuam a ser pagos.

5. Quanto ao gerenciamento da questão "Adiantamento do PCCS" sim. O assunto mereceu o exame desta Coordenação que, desde a expedição do Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06/97, vem orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria considerando que o pagamento da parcela, desde o mês de setembro/92 representa duplo pagamento, em razão da aplicação das disposições dos artigos 4º e 9º da Lei 8.460/92.

6 Informa-se que em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, foi promovido o levantamento de todos os processos relacionados com a parcela que, requisitados, recebam a manifestação desta Procuradoria no sentido da imediata suspensão dos pagamentos.

7. A posição desta Procuradoria-Geral sobre a questão, portanto, é eminentemente técnica e se mantém, absoluta, no sentido de que o pagamento é irregular e deve, urgentemente, ser suspenso.

8. Juntou-se, as fls. 08/27, o Memorando 01.200.2 nº 094/2001, elaborado atendendo recomendação dos Srs. Procurador-Geral e Diretor- Presidente do INSS que contém, além do exame da matéria e da orientação às Procuradorias, a posição, a seu favor, dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e do Superior Tribunal de Justiça-STJ."

Ainda sobre a Decisão nº 026/2002- TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) o gestor se manifestou por intermédio do Memorando/INSS 01.200.2 nº 094/2001 e Despacho/INSS 01.200.21 nº 048/2002 com os seguintes teores:

"(...)

11. Sobre o assunto, por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, da Procuradoria-Geral do INSS, apresentou, ainda, um estudo que demonstrou que todos os servidores da previdência social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

'45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial.

Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade.'

E no seu Despacho 01.200.21 nº 048/2002, a Coordenação-Geral do Contencioso Judicial da Procuradoria Geral, sugeriu que:

'(...)

2. Em atenção às mesmas sugiro seja o presente Memorando 01.200.2 nº 094/2001 remetido à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos para:

ciência do inteiro teor e conclusão final do referido memo. devidamente aprovado pelo Sr. Procurador-Geral e Diretor-Presidente do INSS; e comunicação da mesma aos servidores beneficiários de decisões judiciais relativas a PCCS quando de eventual defesa administrativa, concedendo-se-lhes, assim, as garantias básicas decorrentes do due process of law relativamente às disposições da Portaria MPO nº 17/2001.

3. Neste procedimento sugerimos, s.m.j., que a referida comunicação seja procedida via mensagem no contracheque dos servidores, ou carta, com AR, constando da mesma o seguinte:

Comunicamos que a parcela PCCS não será cadastrada no SICAJ à vista das disposições da Portaria Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 17/2001 ficando, desde logo, aberto prazo para o oferecimento ou não de defesa administrativa.'

12.Sobre esse fato, por meio do Ofício nº 1.825/INSS/DCGAB, de 21/11/2002, o INSS informou o seguinte:

(...)

b)As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta nº 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;

c)Em 09/04/2002, a Srª Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a esse título, até a manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;

d)Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta Pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;

e)A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784/99;

f)Essa consulta foi encaminhada em 16.05.2002 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;

g)Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que seja adotada "medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo em anexo."

Constata-se que as determinações do TCU não foram cumpridas, apesar do Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do INSS. Por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, a Procuradoria-Geral do INSS, apresentou um estudo onde demonstrou que todos os servidores da previdência social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

'45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial.

Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade.'

Itens:

8.2.5 - com o intuito de se aperfeiçoar a sistemática de pagamentos de precatórias, dada a inobservância na ordem da liquidação observada por este Tribunal na Superintendência estadual do INSS/MG, passe a ser mantido junto à Presidência desse Instituto, em vista do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal c/c o art. 4º da Lei n.º 8.197/91, um controle de requisições encaminhadas pelos Presidentes dos Tribunais (créditos alimentares/outros), por intermédio de registro em livro próprio ou em meio informatizado, podendo ocorrer descentralização dos pagamentos, assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentar, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação das

respectivas requisições judiciais - item 3.5, fl. 88, destes autos;

8.2.8 - a fim de se evitar a interposição de ação de seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito pelas partes preteridas de seu direito de precedência, que as Procuradorias Estaduais do INSS observem a ordem cronológica para pagamento de precatórios, para que não se faça confronto ao art. 100, § 2º, da Constituição Federal - item 3.9, fl. 89, destes autos;

8.2.7 - instaure Tomada de Contas Especial, conforme exposição do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 35.000.033695/93-17, considerando serem adequadas as conclusões da Comissão Permanente de Inquérito, tendo em vista prejuízos patrimoniais efetivamente causados à Instituição pelos Sr. Renê Manoel da Silva Gomes, Therezinha Araújo Pereira de Souza, Lauro Evandro Romão da Cunha, Reynaldo Lacerda de Souza Gayoso e Sérgio Jardim de Bulhões Sayão - item 3.8, fl. 89, deste processo;

8.2.9 - providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RO que, no tocante à Ação Reclamatória de Lindete Souza Oliveira e outros (Processo n.º 897.937/89/1ª J CJ):

efetue o recolhimento da contribuição previdenciária, relativa aos pagamentos efetuados aos exeqüentes, nos montantes de CR \$27.180.542,84 e CR\$93.402.673,14, devidamente atualizados a partir de 30.03.94 e 28.04.94, respectivamente;

promova, administrativamente, a cobrança das quantias recebidas a maior em função de sistemática equivocada quando da atualização do precatório realizada pelo Setor de Apoio à Procuradoria, totalizando CR\$13.628.834,04, o equivalente a 19.017,42 UFIR's, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizado;

recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR \$140.688.485,43, o equivalente a 196.314,08 UFIRs, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizada, a qual decorreu de conversão para UFIR tendo por base o valor da média aritmética mensal (Cr 413.620,34), quando deveria ser pela UFIR do dia 31.03.93 (Cr 415.142,11), conforme determinação judicial;

recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR \$130.676.927,93, o equivalente a 182.344,14 UFIRs, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizada, proveniente do algoritmo equivocado para o cálculo dos juros de mora e da reincidência destes e de correção monetária, abatendo nessa oportunidade as quantias porventura já recolhidas no item 'b' supra; busque, também, a reparação da aplicação indevida de juros de mora no mesmo período em que os créditos dos reclamantes sofreram correção monetária pela Taxa Referencial (TR), atentando, quanto ao trâmite de novas ações, para o caráter de imprestabilidade da TR como fator de atualização do valor da moeda, conforme reiteradas decisões do STJ e STF;

8.2.10 - no tocante à Ação Reclamatória de Adão Magalhães e outros:

providencie o recolhimento da contribuição devida à previdência social, incidente sobre os valores recebidos na Ação Trabalhista n.º 1503 a 1526, de 21.06.89, em que figuraram como acordantes Adão Magalhães da Cruz e outros dezenove servidores (Justiça do Trabalho da 14ª Região - 2ª J CJ de Porto Velho); faça o levantamento da situação dos servidores que desistiram da ação judicial e que por isso não figuraram no acordo referido no item "a" supra, promovendo-se, se for o caso, o recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos valores que porventura

tenham sido recebidos a título de diferenças de Adiantamento Pecuniário;

8.2.11 - providencie junto à Secretaria Estadual do INSS/RS para que seja efetuado desconto, de maneira atualizada, no precatório complementar a ser pago ao reclamante do processo n.º 8.414/90, da parcela referente ao adiantamento pecuniário do PCCS (Lei n.º 7.686/89), já paga ao reclamante no acordo celebrado em 1990, de modo a evitar-se prejuízo ao INSS - item 3.11, fl. 91, deste processo;

8.2.12 - providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RS a implantação de mecanismos para que a Procuradoria Estadual do INSS em São Paulo detenha o devido controle das ações judiciais que tramitam no interior do Estado - item 3.12, fl. 91, destes autos;

8.2.14 - verifique junto à Procuradoria Estadual do INSS em Pernambuco a atuação dos representantes do INSS nas Reclamações Trabalhistas: RT n.º 999/89 - JCJ Limoeiro/PE, RT n.º 490/91 - 9ª JCJ/Recife-PE e RT n.º 0936/89 - 5ª JCJ/Recife-PE, promovendo a identificação do Procurador-Chefe da Procuradoria Estadual, responsável à época pela supervisão dos trabalhos, dos Procuradores, dos advogados contratados e dos demais responsáveis, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades, promovendo o ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia, nos termos do art. 194, inciso III, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 43, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, tendo em vista as seguintes irregularidades constatadas nas referidas RTs - item 20, fls. 439 e 440. TC - 500.290/97-0:

RT n.º 999/89 - JCJ Limoeiro/PE: a Sra. Diva Guerra Brandão, que sempre teve sua relação trabalhista regida pela Lei n.º 4.711/52 (regime estatutário), ganhou causa na Justiça do Trabalho, sem que a Procuradoria houvesse contestado, em tempo hábil, a incompetência absoluta do juízo laboral para dirimir as questões que dizem respeito ao regime em tela;

RT n.º 490/91 - 9ª JCJ/Recife/PE: a Sra. Verônica Maria de Negueiros, que ganhou causa na RT 999/89 - JCJ Limoeiro/PE, em 04 de julho de 1990, ajuizou, outra vez, por meio do Sindicato, a mesma ação (mesmas parte, mesmo pedido, mesma causa de pedir) na 9ª JCJ Recife-PE (TR 490/91), obtendo ganho de causa pela 2ª vez sem que a Procuradoria houvesse argüido em tempo hábil a litispendência;

RT n.º 0936/89 - 5ª JCJ/Recife-PE, de Augusto Cézar D'Almeida e outros, em que fora observado que os cálculos das diferenças salariais relativas aos meses de nov/88 a jul/89 estão indevidamente incluídos, uma vez que já haviam sido pagas administrativamente, tendo ficado a cargo da Procuradoria tão somente o acordo referente ao pagamento dos juros e correção monetária do período referido, de acordo com a Portaria INPS/PG n.º 26/90, bem como, a informação trazida aos autos pela então Superintendente da Regional do INSS/PE, Sra. Ana Maria Tinoco Machado de Albuquerque, sobre a duplicidade de pagamentos por decisão judicial, em que o primeiro pagamento fora implantado na folha de dezembro de 1990 e o segundo, realizado através do precatório, em 1993;

8.2.15 - implemente medidas visando ao controle e acompanhamento dos procedimentos judiciais adotados nas Procuradorias da Autarquia, nas fases de conhecimento, de execução e principalmente dos cálculos nos precatórios, notadamente o cumprimento da Ordem de Serviço Conjunta INSS/PG/DRH/n.º 35/94, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados em ações

judiciais de pessoal, de forma que sejam defendidos sempre os interesses do INSS e sejam aplicadas medidas punitivas quando constatada negligência ou desídia por parte dos seus representantes - item 20, fl. 440, TC - 500.290/97-0;

8.5 - determinar à Superintendência do INSS/RN, que mantenha a SECEX/RN-TCU informada do andamento das RT's n.º 143/90 e 144/90, até a conclusão destas demandas judiciais - item 2, fl. 137, TC - 600.303/97-7; e

8.6 - determinar à Superintendência do INSS/AM, que providencie, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, o ressarcimento aos cofres da Entidade, da quantia, devidamente atualizada, recebida administrativamente, em julho/89, pelo servidor Heleno Teixeira Montenegro, a título de diferença de PCCS (Cz \$3.818,96), não abatida do acordo judicial firmado por meio do Processo JF/1ª Vara 89.0002469-8 - item 7, fl. 819 TC - 225.255/97- 9 (...)"

RESPOSTA DO INSS AOS ITENS 8.2.5, 8.2.7 a 8.2.12, 8.2.14, 8.2.15, 8.5 e 8.6 da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 n.º 20/2002:

"(...)

3. Também determinou que cópia da decisão 26/2002 fosse encaminhada as Procuradorias da Previdência Social em Porto Velho/RO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, São Paulo/SP e Procuradoria do Tribunais/DF, para que prestassem informações atualizadas sobre a sua área de atuação. (fls. 34/48).

4. As informações atualizadas, são as que se seguem:

5. Com relação a Procuradoria dos Tribunais em Brasília solicitamos informar o andamento e a posição atual do Agravo de Instrumento n.º 2001 01 00 036957-0, interposto contra despacho liminar proferido nos autos do MS 2001 34 00023502-0/DF, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Previdência e Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

Vale ressaltar que a Decisão no referido Mandado de Segurança foi no sentido de determinar que o INSS procedesse ao registro e cadastro de todos os servidores amparados pela RT, garantindo-lhes a continuidade dos pagamentos ameaçados pela Portaria 17/2001, com prazo de 48 horas para cumprimento da decisão.

Referida Decisão foi cumprida, conforme petição protocolada em 24-04-2002.

Esta Coordenação, em 06-06-2002 despachou com o Relator do processo, visando a reversão da sentença judicial, com oferecimento de Memorial e em seguida encaminhou os autos à PPS/Distrito Federal, para prosseguimento das providências a seu cargo.

Em 29-05-2002, o processo foi incluído na pauta de julgamento do dia 25-06-2002, conforme documentos de fls. 74/75.

6. Procuradoria da Previdência Social em Manaus/AM - item 8.6 da Decisão 26/2002. - ressarcimento da quantia recebida indevidamente pelo Procurador aposentado Dr. Heleno Teixeira Montenegro, a título de PCCS, em julho de 1989, no valor de CZ\$ 3.818,96.

O valor acima foi atualizado, perfazendo o total de R\$ 10.075,47 e o servidor foi comunicado deste valor através da Carta 26/2002, ficando ciente dessa reposição ao erário.

O processo foi encaminhado a Seção de Recursos Humanos para as providências determinadas pelo TCU. (fls. 49/60).

7. Procuradoria da Previdência Social em Recife/PE - item, 8.2.14 da Decisão 26/2002, que deterrnina apuração de responsabilidade e ressarcimento de danos, na atuação frente as RT'S de Diva Guerra Brandão, Verônica Maria de Negreiros Augusto César D"Almeida.

Os esclarecimentos prestados foram os seguintes:

Processo 999/89 - Antonio Leal Neto/Diva Guerra Brandão - Foram adotadas providências no curso deste processo, alegando a incompetência absoluta da justiça especializada. Foi suscitado Conflito de Competência, pelo Juízo Federal, que declarou a competência do TRT da 6ª Região para conhecer e julgar o Processo.

Processo 936/89 - Augusto César de Almeida e outros - Processo pago via Precatório 150/911 liquidado através da AP 696/93, Ordem Bancária 930B05562, não havendo indícios de pagamento em duplicidade.

Processo 490/89 - Sindicato dos servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social - SINDPREV - Este processo substitui a totalidade dos servidores, então ativos, do extinto INPS e buscou a incorporação do PCCS e não foram liberados valores decorrentes dessa RT, restando impossível a alegada duplicidade de incorporação e/ou pagamento e que existem inconsistências nos sistemas SCAP, MCP e PROCnet sem que isso leve, necessariamente ao pagamento em duplicidade, por litispendência.

Esclarece, também, que descabe indicação prematura de culpabilidade dos servidores que atuaram nos feitos, a época, ante a falta do devido processo legal, mas foi determinada a adoção de medidas relativas a apuração de eventual falta funcional dos mesmos (fls. 61/66).

8. Procuradoria da Previdência Social em São Paulo/SP - A recomendação do TCU, na Decisão 26/2002, item 8.2.12, foi no sentido de que a Superintendência do INSS/SP implantasse mecanismos para obter controle das ações judicial que tramitam no interior do Estado, bem como levantamento de todos os processos para exame com a finalidade de detectar se os descontos, referentes a IR e Previdência Social foram efetivados, adotando-se as providências para a regularização dessas situações.

A PPS/SP, esclarece que essa recomendação esta prejudicada, haja vista a nova estrutura do INS S e que cada PPS's ficou subordinada ao controle centralizado da própria PG, não tendo, portanto, competência para atender as determinações do TCU (fls. 67/68).

9. Procuradoria da Previdência Social em Porto VelhoIRO - itens 8.2.9 e 8.2.10 que determina à Superintendência Estadual do INSS/RO que efetue o recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos pagamento efetuados aos autores da RT de Lindete Souza Oliveira e outros (Proc. 897 937/89-1ª JCJ) e RT de Adão Magalhães da Cruz e outros, promova a cobrança administrativa das quantias recebidas indevidamente e recolha dos exequentes as importâncias pagas a major.

Em resposta, a PPS/Porto Velho/RO esclarece que essas recomendações demandam cuidadoso estudo para verificação de sue viabilidade e operacionalização, já que envolvem atos promovidos no curso de processos judiciais, alem de questões relativas a orientações jurisprudenciais que devem ser analisadas com a devida minúcia, além do que, naquela Procuradoria são apenas 4 procuradores e uma advogada credenciada para acompanhar mais de 6.000 processos e comparecer a audiências situadas a distâncias que variam de 200 a 800 quilômetros da Capital.

Sugere, ainda, que seja designado procurador específico para atuar e adotar as providências para o cumprimento das determinações do TCU, até que sejam disponibilizados novos procuradores naquela procuradoria. (fls. 69/71).

10.Procuradoria da Previdência Social em Porto Alegre/RS - item 8.2.11 que determine a adoção de providências para que seja efetuado desconto no precatório complementar a ser pago ao reclamante do processo 8416.18/90-1, Sérgio Pedro Augusto Socal Schimer, da parcela referente ao adiantamento pecuniário do PCCS, já paga em acordo celebrado em 1990, a fim de evitar-se prejuízo ao INSS.

A determinação acima já foi repassada a PPS/RS, restando um precatório com inclusão no orçamento de 2002, no valor de R\$ 91.407,79. (fls. 72/73).

11.Procuradoria da Previdência Social em Natal/RN - RT's 143/90 e 144/90 (TC 600.303/97-7) - O TCU determinou a essa PPS que mantenha a SECEX/RN-TCU informada do andamento dessas Reclamações Trabalhistas, até a conclusão das demandas judiciais.

A determinação acima já foi repassada a PPS/RN, através do FAX n.º 01.200.2 n.º 40/2002, de 18 de março de 2002 (fls. 40)."

11.Com relação aos itens 8.2.5 e 8.2.8 da mencionada Decisão, permanecem as informações constantes do Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002.

Despacho/INSS 01.200.23 N° 60/2002, de 10/10/2002:

"(...)

2.O assunto em tela mereceu o exame desta Coordenação, que vem orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria, considerando que o pagamento da parcela, desde o mês de setembro de 1992 representa duplo pagamento, em razão da aplicação das disposições dos artigos 4º e 9º da Lei nº 8.460/92.

3.Foi promovido, também, o levantamento de todos os processos relacionados com a referida parcela e a manifestação desta Procuradoria foi no sentido da imediata suspensão desse pagamento por sua ilegalidade.

4. As orientações às Procuradorias, para defesa do Instituto, também foram acompanhadas de Decisões dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, como também do Superior Tribunal de Justiça, STJ, favoráveis à Autarquia.

5.Entretanto, como se trata de sentença judicial, deve-se proceder ao reexame da força executória do Julgado, como orientado no Memorando-Circular Conjunto INSS/CGARH/CGFC/CGCJUD nº 10, de 09-05- 2002, levando em consideração que, a partir de setembro de 1992, a parcela denominada PCCS foi legalmente incorporada aos vencimentos dos servidores, e que, apesar da executoriedade da decisão judicial, o pagamento dessa parcela, a partir dessa data, representa duplicidade.

6.A questão não é tão simples como se quer fazer entender, por se tratar de decisão judicial, onde os autores das ações, como é óbvio, não se quedam inerte, atravessando petições no sentido de manter a vantagem incorporada aos seus vencimentos, obtendo liminares preventivas ao menor sinal de perigo que possa advir da Autarquia, sem deixar de mencionar as garantias do contraditório e da ampla defesa, asseguradas na CF/88, art. 5º, LV.

7.O INSS também quer ver essa pendência solucionada de forma segura e legal, mas que, infelizmente, ainda continua sem

conclusão final por depender do Poder Judiciário e não do Instituto.

(...)

9. Também foram repassadas orientações às Procuradorias, no sentido da análise criteriosa dos processos judiciais, com a finalidade de se adotar providências e medidas relativas à apuração de eventual falha funcional, bem como promoção de cobrança administrativa de quantias recebidas indevidamente por autores de ações, após análise criteriosa e cuidadosos estudos, já que essas ações envolvem atos promovidos no curso de processos judiciais, além de questões jurisprudenciais que devem ser analisadas com a devida minúcia, evitando-se, dessa forma, prejuízo ainda maior aos cofres da Autarquia.

10. Mais uma vez consignamos que as orientações e determinações estão sendo repassadas aos Estados, em que pesem não surtirem efeitos imediatos, por dependência do Poder Judiciário."

4.2.1.13 INFORMAÇÃO:

4.2.1.13.1 => Decisão nº 368/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6) ;

"8.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

8.3.2 com relação aos atos impugnados, que sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU n.º 26/2002-Plenário, relativamente à parcela PCCS incluída nos proventos por força de sentença judicial."

Esclarecemos que os atos impugnados referem-se ao pagamento destacado de adiantamento pecuniário a Elza Fernandes Vargas, adiantamento do PCCS a Maria Cristina Lana Gomes e vantagem pessoal por sentença judicial a Rubens de Souza Werneck, acrescentando que a Decisão TCU n.º 26/2002-Plenário determinou ao INSS suspender o pagamento da vantagem PCCS, subtraindo-o das rubricas das folhas de pagamentos relativas a sentenças judiciais, uma vez que a mesma foi incorporada aos vencimentos por força do inciso II, do art. 4º, da Lei n.º 8.460/92 (subitem 8.2.3)."

4.2.1.14 INFORMAÇÃO:

4.2.1.14.1 => Decisão nº 369/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7) :

"8.2.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

8.2.2 observe, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU n.º 26/2002-Plenário, relativamente à parcela PCCS, acrescida nos proventos por força de sentença judicial;

8.2.3. passe a adotar o entendimento manifestado na presente deliberação para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.443/92;"

Esclarecemos que os atos impugnados referem-se ao decidido no subitem 8.1 da mesma decisão:

"considerar ilegais os atos de fls. 01/35 e 41/45, em nome, sucessivamente: de Arilda Maria Coelho Parreira, Mirtes Helena de Sousa Pavani, Maria Aparecida Fleury Perini, Niva Cotrim Soares, Joana D'Arc Monteiro Bandeira, Joana D'Arc Silva dos Santos, Amélia Maria Almeida Pinto e Edílson Rodrigues de Oliveira, negando-lhes registro, por incluir, nos proventos dos ex-servidores, em caráter permanente, vantagem pessoal, denominada "PCCS", já incorporada aos proventos dos interessados por força da Lei n.º 8.460/92;"

Acrescentamos que a Decisão TCU n.º 26/2002-Plenário determinou ao INSS suspender o pagamento da vantagem PCCS, subtraindo-o das rubricas das folhas de pagamentos relativas a sentenças judiciais, uma vez que a mesma foi incorporada aos vencimentos por força do inciso II, do art. 4º, da Lei n.º 8.460/92 (subitem 8.2.3)."

JUSTIFICATIVA:

RESPOSTA DO INSS: Ofício N° 1.600/INSS/DCPRES, de 11/10/2002 (reposta à SA n° 101249-50; 101249-51 e 101249-52 - ref. Decisões n°s 368 e 369/2002 - TCU - 1ª Câmara):

"(...)

17.A Procuradoria examinou grande parte dos Processos Judiciais, concluindo pelo cancelamento das rubricas de pagamento criadas especificamente para esse fim, sob pena de incorrer em duplicidade de pagamento, ou seja, o objeto da ação judicial já vem sendo cumprido administrativamente nos termos da citada Lei 8.460/92 e orientou as Procuradorias Locais que revejam os pareceres que orientam acerca da inclusão em folha, em parcela destacada, com trânsito por esta Coordenação.

18.Conforme orientado, os processos foram encaminhados às Gerências Executivas de origem para avaliação.

19.Não obstante, até a presente data, somente as ações oriundas do Estado do Maranhão tiveram seus pagamentos suspensos em fevereiro de 1997, bem como daqueles aposentados no qual houve determinação expressa do TCU.

(...)

21.Com o objetivo de avaliação de todos os processos judiciais que tratam de Adiantamento Pecuniário, visando a inclusão desses processos no Sistema de Cadastramento de Ação Judicial - SICAJ, foi constituído, por meio da Portaria n° 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU n° 60, de 28 de março de 2002, Grupo de Trabalho com a participação de representantes da Advocacia-Geral União, do INSS e de Entidades Representativas de Classe.

22.Em 09/04/2002, a Senhora Diretora Presidente este Instituto, solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a esse título, até a manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho.

23.Concluído os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta Pasta, no qual solicitou avaliação da Consultoria Jurídica do MPAS.

24.A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999.

25.Essa consulta foi encaminhada em 16.05.2002 e dessa forma não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Diretora Presidente encaminhou novo ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU.

26.Para atender a Decisão TCU nº 26/2002, faz-se necessário que seja feito um comparativo do somatório do vencimento básico e do Adiantamento Pecuniário, recebidos em agosto de 1992, com o novo padrão estipulado pela Lei nº 8.460/92 para fins de verificar se houve redução de vencimentos.

27.Caso haja, a diferença deverá ser paga a diferença como Vantagem Individual art. 9º da Lei nº 8.460/92, rubricas 602 (ativos) ou 604 (aposentados), sendo aplicados a essas parcelas, os reajustes lineares.

28.Importante registrar que existem Decisões Judiciais, abrangendo os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leve à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada, até o julgamento do mérito da ação.

29.Temos, ainda, o que consta do item 2 do Termo de Acordo firmado pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, 'in verbis':

"2. Os servidores que em 08 de agosto de 2001 percebiam adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686/89, sem prejuízo da continuidade das ações judiciais, não sofrerão redução em sua remuneração, tomados os valores praticados em 31 de janeiro de 2002, por decisão administrativa de qualquer órgão do INSS em virtude da opção pela carreira previdenciária, recebendo a diferença que resultar;"

30.Esse assunto é tão complexo que o Juiz Federal Tourinho Neto, reconsiderou a decisão que havia cassado liminar concedida com vistas a exclusão do PCCS do Estado da Bahia,..."

31.Como se vê, há divergência de entendimento no próprio Poder Judiciário."

4.2.1.15 INFORMAÇÃO:

4.2.1.15.1 => Decisão nº 1.367/2002- TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9):

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1 -conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos arts. 34, § 1º, e 30 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 235, § 1º, e 237 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial com vistas a reformar o item "8.2.3" da Decisão nº 26/2002 TCU - Plenário, no sentido de adequá-lo ao entendimento que predomina neste Tribunal, esclarecendo, de forma mais abrangente, o alcance da determinação ali contida, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsideram, dentre outros desembolsos feitos

pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei N.º 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, adote todas as medidas legais cabíveis visando obter a suspensão desses pagamentos, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido os responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE;"

JUSTIFICATIVA

RESPOSTA DO INSS: Memorando-Circular Conjunto/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11, de 21/11/2002: (ref. Decisão nº 1.367/2002-TCU - Plenário):

(...)

12.Tendo em vista a determinação constante da Decisão nº 1.367/2002-TCU-Plenário, a Coordenação-Geral de Contencioso Judicial e a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS, mediante o Memorando-Circular Conjunto, acima referenciado, recomendaram:

"1.Às Procuradorias Federais Especializadas/INSS que: prossigam nos trabalhos de revisão dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, em continuidade, promovendo a limitação do cumprimento do julgado até a competência agosto/92, tendo em vista a incorporação operada pela aplicação da Lei nº 8.460/92, a partir do mês de setembro/92;

mantenham rotina de interação permanente com a Unidade Local de Recursos Humanos para o fornecimento das rubricas de pagamento em continuidade com a indicação do procedimento judicial a que se referem, para a revisão quanto à força executória do julgado; promovida a revisão e constatada a continuidade do pagamento da parcela PCCS, por força de decisão judicial, em competências posteriores a agosto/92, encaminhem o processo de acompanhamento da ação judicial à Unidade Local de Recursos Humanos, para a expedição de carta, com Aviso de Recepção-AR, a cada percepiente da parcela, comunicando-lhe que o pagamento será suspenso, em virtude da alteração legal posterior à decisão judicial, concedendo-lhe o prazo de trinta (30) dias para apresentação de defesa;

orientem a Unidade Local de Recursos Humanos, no exame e na decisão a ser proferida em face das defesas apresentadas; estabeleçam o gerenciamento prioritário das ações relativas à parcela do Adiantamento do PCCS, formulando pedido de preferência no julgamento de mérito nos mandados de segurança porventura interpostos que originaram decisões liminares pela manutenção do pagamento.

Encaminhem, semanalmente, informações sobre a posição dos processos judiciais relativos à parcela do Adiantamento do PCCS, à Divisão do Contencioso de Pessoal desta Coordenação-Geral do Contencioso Judicial para fins de gerenciamento na Direção-Geral;

Quando a ação judicial ascender à segunda instância, fazer imediata comunicação à respectiva Procuradoria dos Tribunais, para fins de especial acompanhamento.

2.Às Unidades de Recursos Humanos, que:

forneçam à Procuradoria Federal Especializada/INSS da Gerência-Executiva da origem da ação judicial, relação das rubricas de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, em continuidade,

declinando os processos judiciais a que se referem para a necessária análise da força executória do julgado; recebido o dossiê de acompanhamento da ação, devidamente analisado pela Procuradoria Federal Especializada/INSS, com orientação de suspensão do pagamento das rubricas a ele relativas, promovam a comunicação, por carta, com Aviso de Recebimento - AR, a cada percebente da parcela, conforme a alínea "c", do item anterior, na forma do anexo I, deste Memorando-Circular;

recebida a defesa administrativa apresentada pelo percebente da parcela, promovam o seu exame e profiram a decisão, suspendendo o pagamento, se for o caso, ouvida, obrigatoriamente, a Procuradoria Federal responsável pelo acompanhamento da ação que lhe deu origem;

considerem, no exame recomendado, a remuneração percebida pelo servidor anteriormente à Lei 8.460/92 (com a parcela do PCCS) e após a edição dessa Lei, excluído o PCCS. Na hipótese de se constatar que a remuneração anterior seja superior à nova remuneração, a diferença será mantida como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, nos termos do art. 9º da Lei 8.460, de 1992.

Comuniquem, ao interessado, o resultado do julgamento administrativo proferido.

3.À Subprocuradoria-Geral e às Procuradorias de Tribunais, que: promovam, de ordem do Sr. Procurador-Geral, no âmbito da sua atuação e conforme informado pelas PFE-INSS de origem, especial acompanhamento dos processos relativos ao pagamento, em continuidade, da parcela Adiantamento do PCCS, apresentando, além dos recursos pertinentes, pedidos de preferência nos respectivos julgamentos, informando, semanalmente, a situação de cada processo a esta Coordenação-Geral do Contencioso Judicial para o gerenciamento nesta Direção-Geral."

Decisão nº 386/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3); Decisão nº 455/2002-TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8); Decisão nº 456/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7); Decisão nº 483/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4); Decisão nº 484/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8); Decisão nº 485/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6); Decisão nº 486/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2); Decisão nº 501/2002- TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0); Decisão nº 507/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0); Decisão nº 1.434/2002-TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4): determinam ao INSS que:

"(...) sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU nº 26/2002 - Plenário, relativamente à parcela PCCS, incluída nos proventos/pensões dos interessados por força de errônea interpretação de sentença judicial".

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE de regularização, uma vez que o PCCS continua sendo pago e, ainda, não foram adotadas providências, por parte do INSS, para apuração de responsabilidades e instauração de TCE. Constata-se, ainda, que as determinações do TCU não foram cumpridas, apesar do Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do INSS, que, por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, apresentou um estudo onde demonstrou que todos os servidores da Previdência Social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

"45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial. Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à Constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade."

Para as mencionadas decisões o INSS deverá encaminhar as informações as providências adotadas, a esta SFC, para avaliação da eficácia e acompanhamento das mesmas.

4.2.1.16 INFORMAÇÃO:

4.2.1.16.1 => DECISÃO n.º 586/2002 - TCU - 2ª CÂMARA - TC 008.683/2002-9

Trata a mencionada Decisão de apuração de irregularidades detectadas na área de Licitações e Contratos da Gerência Executiva/INSS/PR, em decorrência de trabalhos de auditoria realizados pela SECEX/PR, no período de 20/05 a 10/06/2002, ficando determinado:

"(...)

8.1. à presidência do INSS, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 que:

8.1.1. solicite à DATAPREV, antes da abertura de qualquer licitação para a compra/locação de equipamentos de informática, um parecer acerca do parque de informática do INSS e dos produtos necessários a sua modernização, com a indicação dos benefícios das novas tecnologias em confronto com um estudo de viabilidade econômica, de maneira a evitar a celebração de contratos de locação de equipamentos sem a previsão de cláusula de atualização ou a adoção de política de sistemas de informação inadequado e desvantajoso à Administração, consoante detectado nos Contratos nº 100/2000, assinado com a UNISYS Brasil Ltda., e 101/2000, celebrado com a MICROSENS Informática Ltda., para o Pólo VII (PR e MS);"

JUSTIFICATIVA:

Em relação ao subitem 8.1.1, por meio do Memo-Circular/INSS/DIROFL/n.º 101, de 30/12/2002 e do Memo-Circular/INSS/CGLOG/n.º 04, de 03/01/2003, o gestor expediu orientações as suas Unidades e às Gerências Executivas no sentido de que os processos licitatórios para aquisição/locação de bens de informática sejam precedidos de parecer técnico da Coordenação Geral de Tecnologia e Informação - CGTI/INSS.

Quanto aos subitens 8.1.2 e 8.1.3. o TCU determinou:

"8.1.2. adote as providências pertinentes a respeito da solicitação de imóvel da propriedade do INSS pela Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Marechal Deodoro, 1290, região central de Curitiba, contendo 4 pavimentos, com 3.426,93 m2, avaliado em R\$ 1.135.000,00 pela CEF em 18/03/2002, tendo em

vista que a UFPR está em situação irregular perante o Instituto pois continua na posse de 3 imóveis permutados com o INSS em 1985;

8.1.3. providencie a averbação em Cartório de Registro de Imóveis, do imóvel situado à rua Coronel Dulcídio, 638, Bairro Batel, em Curitiba, objeto de permuta com a Universidade Federal do Paraná, conforme Escritura Pública de Permuta, lavrada pelo 7º Tabelionato em 13/12/1985 - matrícula nº 18.864 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba."

JUSTIFICATIVA:

Em relação aos subitens 8.1.2 e 8.1.3, o gestor expediu Memo-Circular/INSS/DIROFL/n.º 102, de 30/12/2002 para a Gerência Executiva em Curitiba/PR e a Coordenação Geral de Logística, solicitando providências para a regularização dos imóveis citados nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 da Decisão/TCU/n.º 586/2002, solicitando, ainda, para a Coordenação Geral de Logística que orientasse as demais Gerências Executivas do INSS no sentido de realizar uma análise completa dos imóveis sob suas responsabilidades, adotando as medidas necessárias para regularizar os eventuais problemas detectados.

Quanto ao subitem 8.1.4 o TCU determinou:

"8.1.4. adote providências no sentido de orientar suas unidades executivas no sentido de que:

a) abstenham-se de proceder à repactuação contratual antes de decorrido um ano de vigência do respectivo contrato, em cumprimento às Decisões/TCU nº 457/1995 - Plenário e 360/2001 - Segunda Câmara;

b) não celebrem contratos com a previsão de efeitos financeiros retroativos, contrariando o princípio da legalidade previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e decisões desta Corte, tais como as contidas no Acórdão/TCU nº 71/1996 - Plenário (item 2.11); Acórdão 250/2002 - Segunda Câmara (alínea e.3); e Decisão 161/1997 - Plenário (item 2.1), dentre outras;

c) pesquisem os preços de objetos a serem licitados no mercado local para estimar o valor de uma licitação, consoante previsto no art. 15, V, c/c art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93, não obstante serem divulgados valores parâmetros pela Administração Central, de forma a evitar o superdimensionamento dos preços na estimativa inicial e frustrar a contratação de proposta mais vantajosa à Administração, consoante constatado no Contrato nº 001/2000, celebrado entre a Gerência Executiva de Curitiba e a empresa Diana Paolucci S/C Indústria e Comércio, para o fornecimento de uniformes ao PMA, e no Contrato nº 14/2001 da CETESUL, firmado para a contratação de serviços de manutenção de ar condicionado;

d) não existe a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o ano civil, nos contratos de serviços continuados cuja duração ultrapasse o exercício financeiro em curso, uma vez que não pode ser confundido o conceito de duração dos contratos administrativos (art. 57 da Lei nº 8.666/93) com a condição de comprovação de existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações executadas no exercício financeiro em curso (art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93), pois nada impede que contratos desta natureza tenham a vigência fixada para 12

meses, ultrapassando o exercício financeiro inicial, e os créditos orçamentários fiquem adstritos ao exercício financeiro em que o termo contratual é pactuado, conforme dispõe o art. 30 e §§, do Decreto 93.872/86;

e) licitem a contratação de serviços de natureza continuada considerando todo o período de 60 meses previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, pois, "...Para que o ganho da Administração se efetive, é imprescindível que o dimensionamento da duração do contrato se dê logo de início, ou seja, no período de realização dos procedimentos licitatórios. Caso contrário - se esse tempo de duração contratual for redimensionado após a realização do certame licitatório - não haverá ganhos adicionais para a Administração, contrariando o espírito norteador do dispositivo (...)", conforme consta da Decisão Plenária nº 605/96 - Ata 38/96 (Relator: Ministro Carlos Átila Álvares da Silva);

f) indiquem, em edital licitatório, a dotação orçamentária que suportará a despesa a ser licitada, tomando o cuidado para que corresponda ao orçamento do exercício em curso, e não a exercícios passados, em obediência ao disposto no art. 7º, § 2º, III da Lei nº 8.666/93 e art. 30, do Decreto nº 93.872/86;

g) promovam o levantamento dos bens imóveis de propriedade do INSS e certifiquem-se de que todos estão averbados no Cartório de Registro de Imóveis competente;

h) emitam empenho para a aquisição de material de consumo, descrevendo de forma mais detalhada a respectiva despesa, assim como as informações disponibilizadas no Sistema de divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SÍDEC, módulo do COMPRASNET (IN/MARE nº 03/97 e IN/SEAP nº 03, de 31/03/1999), pois a frequência com que determinadas empresas são contratadas em confronto à descrição genérica do produto pode indicar ausência de controle de estoque e de planejamento das compras, além de eventual fracionamento de despesas, conforme verificado nos contratos celebrados com a empresa NC Papéis Comercial Ltda., CNPJ 59.363.937/0001-74;"

JUSTIFICATIVA:

O gestor emitiu Memo-Circular/INSS/CGLOG/n.º 006, de 03/01/2003, a todas as Unidades envolvidas para que adotem providências no sentido de cumprir o determinado no subitem 8.1.4, da Decisão em referência.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em cumprimento ao que determina o subitem 8.2, da Decisão n.º 586/2002 e diante das justificativas apresentadas pelo gestor, verificamos ausência de comunicação à DATAPREV conforme determinado no subitem 8.1.1, da Decisão em pauta.

Quanto aos subitens 8.1.2 e 8.1.3, não houve retorno sobre a adoção de providências por parte da Gerência Executiva de Curitiba/PR, portanto o assunto continua PENDENTE.

Em relação ao subitem 8.1.4, o cumprimento das providências solicitadas pelo gestor as suas Unidades, deverá ser objeto de auditoria para verificar a eficácia da implementação da providência adotada pelo INSS.

4.2.1.17 INFORMAÇÃO:**4.2.1.17.1 => DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC 004.085/2002-2)**

Esta Decisão trata das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria realizada pela 4ª SECEX, no período de 01.04 a 03.05.2002, na área de licitações e contratos do INSS.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício nº 325/INSS/DCGAB, de 21/03/2003, complementado pelo de nº 370/INSS/DCGAB de 01/04/2003, apresentou justificativas/esclarecimentos quanto às determinações constantes da mencionada Decisão:

"(...)

8.4. determinar ao INSS:

8.4.1. adotar procedimentos e ferramentas que tornem possível amplo e efetivo controle sobre a execução de todos os seus contratos, mantendo atualizadas as informações sobre os limites contratuais, os quantitativos adquiridos e os valores pagos;"

Resp.: "O controle sobre a execução dos contratos, bem como a atualização das informações, é realizado por meio do Sistema de Gestão Integrada de Contrato - SGIC e pela empresa fornecedora do sistema, COMP LINE."

"8.4.2. cumprir as Leis nºs 4.320/64 e 8.666/93, arts. 14 e 7º, §2º, incisos III e IV, especialmente quanto à correta previsão de recursos orçamentários para cobrir os contratos do Instituto, ao pleno atendimento ao Plano Plurianual e à utilização de programas de trabalhos correlacionados com o objeto contratual;

8.4.3. descrever, quando do preenchimento das notas de empenho, do material adquirido de forma clara e completa, indicando o item, quantidade, unidade, objeto, marca, preço unitário, preço total e outras especificações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto, além da correta indicação da licitação e processo correspondentes, facilitando o posterior controle pelos órgãos competentes;"

Resp.: "As Coordenações estão adotando providências para o cumprimento das determinações (subitens 8.4.2 e 8.4.3), conforme Memorando- Circular INSS/CGOFC/CGL n.º 01/2003, de 12/03/2003, encaminhado às Gerências Executivas do INSS e Superintendências."

"8.4.4 que em futuras licitações, quando exigir valor mínimo de capital social, que seja o mesmo proporcional aos itens para os quais serão apresentadas propostas, em obediência ao princípio da proporcionalidade e ao disposto na Lei nº 8.666/93, art. 31, §§ 2º e 3º;

8.4.5. abster-se de se valer de contratos verbais, em obediência ao disposto na Lei nº 8.666/93, art. 62;"

Resp.: "As recomendações já estão sendo acatadas, conforme Memorando- Circular INSS/DIROFL nº 18/2003".

"8.4.6. relativamente ao processo nº 35000.005539/2000-86, que trata da contratação de sistema de gerenciamento de contratos, adotar as providências cabíveis, visando à comprovação do

cumprimento integral do Contrato nº 020/2000 e da regularidade dos pagamentos efetuados, inclusive, se necessário, instaurando tomada de contas especial, para que sejam apuradas as responsabilidades e quantificado o débito porventura existente, informando a este Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias as medidas adotadas;"

Resp.: "Processo n.º 35000.005539/2000-86 - Contrato n.º 020/2000:

- a) Em que pese não ter sido ainda possível acessar o processo de que trata a contratação do Sistema de Gestão Integrada de Contrato - SGIC, atualmente, o sistema funciona devido ao fato de estar sendo devidamente alimentado. Para tanto, tornou-se necessária a convocação do fornecedor, para assistência técnica continuada sem qualquer ônus para o INSS. Ressalta-se que essa assistência técnica é realizada até o presente momento;
- b) Esclarecemos, sobre a regularidade nos pagamentos efetuados, o detalhamento abaixo:
 - 2000OB004173 (cópia em anexo), o valor de R\$ 434.640,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), de 11/08/2000;
 - 2000OB006196 (cópia em anexo), o valor de R\$ 434.640,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), de 04/10/2000;
 - 2002OB000048 (cópia em anexo), o valor de R\$ 2.716,50 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), de 03/01/2003, a título de reconhecimento de dívida.
- c) Informamos, ainda, que está sendo providenciada a instauração de Sindicância com o objetivo de localizar o processo original em epígrafe e serão estartados procedimentos para apuração das responsabilidades, tão logo, seja localizado o processo."

"8.4.7. informar, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas para obter da empresa Novadata Sistemas e Computadores S/A os equipamentos pagos e não entregues, relativos ao Contrato nº 040/98 (processo 35000.004900/1998-05), ou, alternativamente, para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessária."

Resp.: "Considerando que o processo nº 35000.0049001/1998-05 encontra-se na Corregedoria, conforme consulta ao Sistema Informatizado de Protocolo - IPPS, foi encaminhado o referido Ofício à Auditoria-Geral, por meio do Memorando INSS/DIROFL nº 117/2003 (...)."

"8.5. recomendar ao INSS que, em futuras licitações, quando o fornecimento do objeto destinar-se a várias regiões do país, que o objeto seja fracionado por região geográfica ou Estado da Federação, considerando-se os benefícios que tal fracionamento pode trazer, principalmente, em relação ao aumento do caráter competitivo do certame, à economicidade da contratação e à melhoria nos instrumentos de controle;"

Resp.: "Com relação as futuras licitações de âmbito nacional, no que se refere ao fracionamento por região geográfica ou Estado

da Federação, foi encaminhado o Memorando DIRFL nº 104/2002, de 30/12/2002 (...)."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que o gestor vem adotando providências para o saneamento das questões tratadas na mencionada Decisão, porém se faz necessário instituir mecanismo de acompanhamento que possibilite periodicamente avaliar as ações executadas pelas unidades, objetivando minimizar as ocorrências constantes da citada Decisão. As questões tratadas nos subitens 8.4.6 e 8.4.7, continuam PENDENTES de regularização.

4.2.1.18 INFORMAÇÃO:

4.2.1.18 1 => DECISÃO nº 1098/2002 - TCU - Plenário (TC 003.501/2001-7)

A Decisão em epígrafe é proveniente da Auditoria realizada pela Secretaria Adjunta de Fiscalização - ADFIS, no período de 19.03 a 22.06.2001, junto ao INSS e DATAPREV, e trata da inexistência de uma ação efetiva da gestão de segurança., dando cumprimento ao item 8.4.1. da Decisão nº 633/2000 - TCU - Plenário.

"(...)

8.3. determinar ao Comitê de Tecnologia e Informação do INSS (CTINF) que coordene a elaboração de metodologia para classificação das informações, nos termos do item 5.2 da Norma ISO/IEC 17799:2000 e promova estudo para alteração ou complementação da Portaria MPAS nº 862, de 23 de março de 2001, contemplando os subitens "a" a "i" do item 8.2 (...).

8.4. determinar ao INSS que envie os resultados do trabalho de melhoria de controle e das funcionalidades da transação AEB (SUB/ONL), desativando-a em caso de impossibilidade de correção, no prazo de 60 dias a contar dessa Decisão;"

JUSTIFICATIVA:

Visando o atendimento da determinação contida no item 8.4 da referida Decisão, o gestor, por intermédio do Memorando/INSS/CGBENEF/s/n.º, datado de 21/03/2003, complementado pelo Ofício nº 370/INSS/DCGAB, de 01/04/2003, informou que estão sendo implementados na versão 8.4 do PRISMA/SUB, itens relativos a funcionalidade do aplicativo Atualização Especial de Benefícios - AEB, com os devidos controles. A implantação dessa versão está prevista para o dia 31/03/2003.

O gestor comunicou, ainda, que em razão da complexidade das mudanças que estão sendo implementadas necessita de mais 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão dos trabalhos e a desativação da transação AEB (SUB/ONL), ou seja, até 15/05/2003.

Está previsto que o acesso a essa transação será restrito a servidores devidamente autorizados no PRISMA e SCA (Sistema de Controle de Acesso), sendo que todas as operações realizadas no AEB serão gravadas e disponibilizadas no Relatório de Auditoria de Benefício.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que o gestor está adotando providências para regularização da questão objeto do subitem 8.4. Porém, a implementação da determinação ainda está em fase de conclusão, prevista para 15/05/2003. Não

houve manifestação quanto ao subitem 8.3. Dessa forma, continuam PENDENTES os mencionados subitens da Decisão em referência.

4.2.1.19 INFORMAÇÃO:

4.2.1.19.1 => DECISÃO n.º 1566/2002 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4

Refere-se ao Relatório de Auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, com o objetivo de avaliar a área de controle de gestão dos bens imóveis do INSS.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício/DIROFL n.º 248, de 28/02/2003, complementado pelo Ofício n.º 325/INSS/DCGAB, de 21/03/2003, apresentou justificativas/informações quanto ao determinado na citada Decisão, conforme segue:

"8.1. determinar à Presidência do INSS que adote, junto a cada unidade da estrutura da autarquia abaixo indicada, as medidas a seguir elencadas, se já não foram implementadas:

8.1.1. Auditoria Geral:

8.1.1.1 "Estabeleça mecanismos de controle contábil que permitam a visualização da composição patrimonial (Bens Imóveis) do INSS, com precisão e clareza, em atenção ao artigo 85 da Lei n.º 4.320/64 e aos itens 02 e 03 da letra "f", da IN/STN 08/93;

8.1.1.2. alimente tempestivamente o Sistema SIAFI com as informações gerenciais referentes ao aludido patrimônio (IN/DTN n.º 05/92)".

Resp.: *"1 - Trata-se de Solicitação de Auditoria n.º 117146-01, emitida pela Secretaria Federal de Controle Interno, na qual solicita, informar as providências adotadas para atender a Decisão n.º 1566/2002 - TCU - Plenário (TC n.º 001.843/2002-3).*

2 - (...)

3 - Diante desta solicitação, e para que possamos demonstrar o fluxo operacional e responsabilidades desta operação, temos a esclarecer que:

Os inventários físicos são realizados pelas Seções/Serviços de Logística das Gerências Executivas e sintetizados pela Coordenação-Geral de Logística por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI.

Os lançamentos contábeis realizados no Sistema de Administração Financeira - SIAFI são realizados pelas Seções/Serviços de Orçamento, Fianças e Contabilidade das Gerências Executivas e supervisionados pela Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

4 - A Auditoria-Geral e Auditorias Regionais compete a análise dos procedimentos em dois níveis:

Nível Tático: No âmbito desta Coordenação-Geral, quando analisa os relatórios de gestão e prestação de contas para elaboração do Relatório e Parecer de Auditoria.

Nível Operacional: No âmbito das Divisões de Gestão Interna, das Auditorias Regional, quando em ações ordinárias nas Gerências-Executivas.

5 - Como exemplo, informamos que no exercício de 2002, analisamos 549 registros contábeis e detectamos 105 disfunções. Como sempre, para tais disfunções, foram elaboradas recomendações de auditoria e encaminhadas à Diretoria de Orçamento Finanças e Logística, para providências cabíveis.

6 - Destarte, e considerando que, na espécie, a recomendação em comento deveria ser endereçada à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, para que a mesma implemente ações corretivas, em conformidade com as suas atribuições regimentais, sugerimos o encaminhamento, da mesma, a citada Diretoria, para conhecimento e providências, cabendo, a esta Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, realizar verificações de auditoria, de forma periódica e de caráter preventivo".

"8.1.2 Diretoria de Administração Patrimonial:

8.1.2.1. proceda à supervisão das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário, evitando a ocorrência de falhas nos registros do patrimônio e de suas mutações;"

Resp.: "A Coordenação, através da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário tem orientado as Gerências no sentido de manter atualizados os registros referentes ao patrimônio imobiliário e suas mutações".

"8.1.2.2. atualize os sistemas de gerenciamento na área de patrimônio, buscando a precisão das transações e dos eventos pertinentes;"

Resp.: "O único sistema existente é o SGPI (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário), que foi desenvolvido à época (1989) em uma plataforma hoje ultrapassada. Vem sendo atualizado por servidor lotado na GEX Rio de Janeiro - Centro, visto que nunca se conseguiu adquirir um outro sistema por falta de recursos orçamentários".

"8.1.2.3. atualize o sistema de cadastro de imóveis, demonstrando a verdadeira composição patrimonial e a situação dos imóveis sob a administração da autarquia;"

Resp.: "A atualização do cadastro vem sendo feita atualmente no SGPI, cuja base serve para geração do respectivo inventário contábil anual. Considerando as deficiências identificadas no referido Sistema, resolvemos iniciar um treinamento dos servidores das Gerências-Executivas em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, que irá executá-lo através das suas projeções nos Estados. Concluída a fase de treinamento, será dado início ao registro dos imóveis. Por determinação da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, os imóveis que fazem parte do patrimônio imobiliário do INSS deverão ser lançados no 'SPIU-NET' da SPU".

"8.1.2.4. crie ou aperfeiçoe rotinas de fiscalização do patrimônio imobiliário".

Resp.: "Apesar da grande defasagem de Recursos Humanos nas Gerências-Executivas e na Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, a fiscalização do Patrimônio Imobiliário consta das diversas circulares orientativas às Gerências-Executivas. Os imóveis funcionais não estão afetos a essa Coordenação".

"8.1.2.5. execute adequadamente os contratos relativos à administração patrimonial, em obediência ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93".

Resp.: "As Gerências-Executivas têm sido orientadas no sentido de que, em havendo descumprimento dos contratos, os mesmos devem ser submetidos à Procuradoria para as providências jurídicas e administrativas cabíveis a cada caso".

"8.1.3. Diretoria de Administração Financeira:

8.1.3.1. faça cumprir as normas legais e regulamentares visando ao gerenciamento do sistema contábil, uma vez que o SIAFI não vem sendo fonte segura e tempestiva de informações gerenciais referentes ao patrimônio imobiliário do INSS e às suas alienações (IN/DTN nº 05/92);

8.1.3.2. atente para a consistência dos dados contábeis dos eventos relativos ao patrimônio imobiliário do Instituto, procurando analisar tal consistência em seus balancetes, a fim de que os serviços de contabilidade proporcionem, com precisão e clareza, o conhecimento da composição patrimonial (art. 85, Lei nº 4.320/64; itens 2 e 03, letra 'f', da IN/STN nº 08/93; art. 6º da Resolução CFC nº 750/93);

8.1.3.3. acompanhe e controle de forma efetiva a elaboração do inventário de bens imóveis, procedendo, inclusive, à devida conferência desse inventário com a escrituração contábil (art. 96 da Lei nº 4.320/64);

8.1.3.4. efetue, de imediato, para a Conta Única, as transferências dos créditos financeiros recebidos em decorrência da alienação de bens imóveis (item 03, NE/DTN nº 24/91; subitem 3.10.1.3 da IN/STN nº 05/96);

8.1.3.5. atualize o Relatório Contábil do INSS, incluindo todas as incorporações ainda pendentes de lançamento em nível nacional;

8.1.4. Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF:

8.1.4.1 apure a responsabilidade pelos juros e multas relativas aos atrasos nos pagamentos das cotas de condomínios, ocorrência verificada no Processo nº 35000.15258/91-51;

8.1.4.2. providencie autorização, na forma da legislação em vigor, para as cessões de imóveis aos seguintes órgãos: AFIP, SINDISAC e ANASPS, ou suste imediatamente as cessões dos mesmos, visto que atualmente estão irregulares;

8.1.4.3. consulte sempre a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, com a finalidade de se verificar a eventual disponibilidade de imóveis da União que sejam compatíveis às suas necessidades, conforme determina o § 5º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1184, de 12/08/71;

8.1.4.4. efetue levantamento de todos os ocupantes de imóveis residenciais no Distrito Federal que estão inadimplentes em relação aos pagamentos das taxas de ocupação e efetue as revogações das permissões de uso desses imóveis, em obediência ao inciso X do artigo 16 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.5. providencie as medidas necessárias no sentido de que as taxas de ocupação dos imóveis residenciais do INSS sejam equivalentes a dois milésimos dos valores de avaliação dos imóveis, conforme determina o artigo 14 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.6. providencie os ressarcimentos dos valores que, indevidamente, não foram cobrados a título de taxa de ocupação, em virtude da orientação da SAF de que fossem cobradas taxas equivalentes a um milésimo do valor do imóvel, em desacordo com o artigo 14 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.7. suste imediatamente as cessões de imóveis residenciais para todas as pessoas que foram aposentadas ou dispensadas/exoneradas dos cargos em comissão/função de

confiança na administração pública, em obediência aos incisos V e I, respectivamente, do artigo 16 do Decreto nº 980/93;

8.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo que:

8.2.1. instaure tomada de contas especial a fim de que sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis e quantificado o prejuízo decorrente do não ingresso aos cofres da Autarquia da importância de CR\$ 27.377,22 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros reais e vinte e dois centavos), correspondente ao recolhimento de 5%, referente a sinal e princípio de pagamento dos Lotes 03, 04 e 05 da Rua Rio Verde, s/n - Morro do Atalaia, Bairro Paul, Vila Velha/ES, conforme Ordem de Recebimento nº 014/93, emitida em 23/12/93, pela Superintendência Estadual do INSS/ES;

8.2.2. adote as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, instaure tomada de contas especial, para que se defina a responsabilidade pelo recebimento, como dação em pagamento, de terreno povoado por um bairro inteiro, no Município de Cariacica, denominado Piracema;

8.2.3. providencie o pagamento, por parte dos ocupantes de imóveis cedidos pelo INSS no Espírito Santo, das despesas de manutenção;

8.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte que:

8.3.1. adote providências para melhorar o estado de conservação do prédio situado na Rua Benjamim Constante R84/90 - Macau/RN;

8.3.2. regularize as cessões feitas dos imóveis pertencentes ao INSS, de modo a sustar as que permanecem informais;

8.3.3. viabilize alternativa para o imóvel situado na Av. Salgado Filho, 1789, considerando que o mesmo, como consequência de Decisão Judicial, está sendo locado por valor superior ao de avaliação;

8.4. determinar à Superintendência do INSS em Tocantins que vistorie periodicamente os imóveis, com a finalidade de acompanhar o estado de conservação dos mesmos;"

"8.5. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso do Sul que:

8.5.1. consulte previamente à SPU antes de locar ou comprar imóveis, com a finalidade de verificar a possível existência de imóvel similar pertencente à União, conforme determina o Decreto-lei nº 1184, de 12.08.71, no § 5º do seu artigo 4º;"

Resp.: "A Seção de Logística (área de Patrimônio Imobiliário) tem adotado as providências necessárias, efetuando consulta prévia, através de ofício, junto ao SPU, quando da ocorrência de nova locação de imóvel de terceiros".

"8.5.2. conserve adequadamente o prédio localizado na Rua Manoel Cavassa nºs 343 e 352, no Município de Corumbá, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado;"

Resp.: "O referido prédio foi alienado através de Concorrência Pública INSS/SEMS nº 001/98, objeto do Processo 35092.002115/98-55, homologado e adjudicado à Sra. Lúcia Cavalcante e efetuada a baixa contábil junto ao SIAFI".

"8.5.3 observe os procedimentos legais para a operacionalização de cessões de uso de imóvel ou espaços físicos de propriedade do INSS a terceiros e de propriedade de terceiros ao INSS,

constantes da Resolução INSS/PR nº 463, de 23.06.97, em especial no caso da cessão do imóvel situado na Rua Sete de Setembro, 940, no Município de Aquidauana, ao servidor Carlos de Oliveira Júnior".

Resp.: "A Seção de Logística tem dado cumprimento ao que determina o artigo 10 da Lei nº 9.702/98, inclusive tendo negado solicitações de várias entidades, inclusive de órgãos públicos. Quanto à ocupação da área física em Aquidauana - MS pelo servidor Carlos de Oliveira Júnior, à época Chefe da Agência, havia a cobrança de taxa relativa à ocupação, sendo descontada em folha de pagamento. O referido espaço físico foi desocupado em outubro de 2000, através de assinatura de Termo de Rescisão Contratual".

"8.6. determinar à Superintendência do INSS na Bahia que:

8.6.1. providencie, junto ao Banco do Brasil, o pagamento das despesas de manutenção do imóvel cedido a esse Banco pelo INSS no Município de Jequié;

8.6.2. observe o prazo de duração dos contratos, conforme o disposto no dispõe o artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

8.6.3. providencie a documentação comprobatória exigida no art. 3º, § 3º, da Portaria MPAS nº 2835, de 04.12.95, do reembolso das despesas efetuadas com o rateio dos tributos e condomínio (água, luz, telefone, etc.), na proporção da área cedida pelo INSS à DATAPREV, desde a sua efetiva ocupação do 5º e 6º andares, do Edifício Octacílio Gualberto, Praça da Sé, Salvador/BA, conforme Termo de Cessão, de 16/08/96 (processo 35013.006064/95-21);"

"8.7. determinar à Superintendência do INSS no Amapá que:

8.7.1. faça constar, sempre, nos processos licitatórios os comprovantes das publicações feitas acerca dos certames, em cumprimento ao inciso II do artigo 38 da Lei nº 8.666/93;

8.7.2. proceda à regularização dos imóveis localizados nos seguintes endereços: Quadra 01, Lote 01, Distrito de São Joaquim do Pacuí, Município de Macapá; Rua Ferreira Gomes, Quadra 24, Setor 16, Município de Ferreira Gomes; Rua Presidente Kennedy, Quadra 13, Lote 20, Município de Oiapoque; Rua Rio Jari, nº 1183 - Lote 440, Quadra 05, Setor 05; Rua Cônego Domingos Maltez, s/nº, Município de Calçoene; e Rua Jovino Dinoá, nº 1044, Município de Macapá;

8.7.3. envie esforços no sentido de conjuntamente com a Procuradoria Estadual do INSS no Pará, utilizem os meios e instrumentos, necessários à regularização da situação dominial do imóvel situado na Rua Hermógenes de Matos, nº 321, Quadra 14, Lote 399, Setor 04, Município de Mazagão, alienado ao Sr. Francisco Soares Nascimento Júnior;"

Resp.: (QUADRO A SEGUIR)

Município	endereço	Situação de Uso	Condição de documentação em 19/12/2002	Observação/Sugestão
Macapá	Rua Jovino Dioná 1044	Invadido pelo Governo do Estado	Documentação regular RG Nº 02/4166	A proposta de permuta por outro imóvel foi concretizada, conforme processo administrativo de nº 37042.000350/97-50. A Gerência-Executiva solicitou providências da Procuradoria/INSS/AP quanto às medidas judiciais cabíveis para reforma do imóvel

Município	endereço	Situação de Uso	Condição de documentação em 19/12/2002	Observação/Sugestão
Macapá	Distrito de São Joaquim do Pacuí, Q-1, L-1	m desuso	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominal indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Laranjal do Jari	Av. Rio Jari, 1183	Funcional a Unidade Avançada de Atendimento da Previdência Social	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Foi requerido título de domínio. Aguardando documento.
Mazagão	Rua Emógenes de Matos, 321	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominal indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Ferreira Gomes	Rua Ferreira Gomes s/n Q-24, Setor 16	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominal indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Oiapoque	Rua Presidente Kennedy, s/n, Q- 13, L-20	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominal indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Calçolene	Rua Cônego Domingos Maltez, s/n	Terreno em edificação	Possui apenas termo de cessão	Será feita uma visita a Prefeitura para verificar a regularização do imóvel.

"8.8. determinar à Superintendência do INSS no Rio Grande do Sul que:

8.8.1. providencie judicialmente a retirada dos ocupantes dos imóveis objeto do Processo nº 35239.001617/96-59, nos casos em que permanecerem nos imóveis sem base contratual e sem pagar aluguel, alienando-os posteriormente, caso sejam prescindíveis ao INSS;

8.8.2 processe modificação no valor do aluguel de imóvel alugado em Marau, objeto do Processo nº 35239.012170/91, de modo a torná-lo compatível com a avaliação;

8.8.3. formalize os termos de cessões nos casos em que existirem imóveis cedidos a terceiros, de modo a evitar informalidades e pendências de regularização;"

Resp.: *"Imóveis próprios ocupados por terceiros:*

1. São Pedro do Sul/RS - Rua Fernando Ferrari, s/n - ocupado pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

2. Vera Cruz/RS - Rua Padre Feijó esquina Rua Júlio Wild, s/n - ocupado pela Prefeitura de Vera Cruz - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

3. Santa Maria/RS - Rua André Marques, 675 - ocupado pela 4ª Delegacia Regional da Saúde do Rio Grande do Sul (já houve tentativa, sem sucesso, de acordo para desocupação para instalação da Procuradoria do INSS);

4. Santa Maria/RS - Rua Tuiuti, 1926 - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria - SUS (sem termo de cessão atualizado ou locação);

5. Santa Maria/RS - Rua Serafim Valandro, s/nº - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

6. Santa Maria/RS - Rua Otávio Mangabeira, s/nº - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

7. São Sepe - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação)."

Resp.: *"Imóveis próprios ocupados pelo INSS e por terceiros:*

1. Tupanciteta/RS - Rua Capitão Amorim, s/nº - ocupado pelo INSS e Prefeitura Municipal de Tupanciteta - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

2. Santa Cruz do Sul/RS - Rua Ramiro Barcelos, 1430 - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
3. Rio Pardo/RS - Rua Adolfo Pritsch, 504 - ocupado pelo INSS e Prefeitura Municipal de Rio Pardo - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: em obras do PMA; está sendo feita a separação de energia elétrica;
4. Sobradinho/RS - Rua Pedro Alves Cabral, s/nº - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Sobradinho - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: as contas de energia elétrica já estão separadas conforme a área que cada órgão utiliza;
5. Júlio de Castilhos/RS - Rua Fernando Abott, s/nº - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
6. Santiago/RS - Rua Francisco Camargo, 128 - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Santiago - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
7. Candelária/RS - Rua Vinte de Setembro, s/nº ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Candelária/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
8. Cachoeira do Sul/RS - Rua Gal Portinho, 1785 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: em obras do PMA está sendo feita a separação de energia elétrica;
9. Cacequi/RS - Rua Sete de Setembro, 1276 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Cacequi - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
10. Venâncio Aires/RS - Rua Jacob Becker, 1733 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação).

Como o ex-INAMPS (saúde) fazia parte do Ministério da Previdência, e através do SUS foi repassado aos Municípios, até a presente data a situação de locação e/ou venda da maioria dos prédios não foi regularizada; o que se tentou, foi fazer convênio com as Prefeituras para divisão de água e energia elétrica, mas sem êxito junto à maioria das Prefeituras."

"8.8.4 adote as ações judiciais cabíveis, com a finalidade de se obter a desocupação do imóvel cedido por meio do Processo nº35239.005464/95-19, que não foi obtido êxito pela via administrativa;"

"8.8.5. providencie a venda ou a reforma do imóvel situado em Caxias do Sul, Rua Visconde de Pelotas, nº 2260, que está em péssimo estado, sem uso e que, naquela cidade, o INSS tem tido necessidade de alugar móvel de terceiros;"

Resp.: "Informa que foi providenciada a reforma do referido imóvel (o imóvel estava ocupado e houve reintegração de posse através da Ação Civil Pública nº 1999.71.07.002379-1), através do Processo nº 35000.002098/2000-14, em que a Agência da Previdência Social de Caxias do Sul foi incluída no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social - PMA, tendo funcionando neste imóvel desde o dia 18/01/2001.

Conclusão da reforma do prédio (2º piso), através do Processo nº 35249.000058/2002-03, onde passarão a funcionar todos os Serviços da Gerência, inclusive a Procuradoria, que ocupava imóvel alugado de terceiros (o contrato nº 35239.007864/91 foi denunciado em 01/2003)".

"8.8.6. implemente o rateio das despesas, junto aos ocupantes, do imóvel cedido no Município de Estrela, Rua Rio Branco, nº 553;

8.8.7. adote ações judiciais com a finalidade de desocupar o imóvel situado no número 1603 da Rua General Câmara, em Santana do Livramento, visto que está invadido;"

"8.8.8. inclua os imóveis incorporados ao patrimônio do INSS, nos Municípios de Santo Antônio das Missões, de Cruz Alta e de Rolante, em registros no Inventário e no SIAFI;"

Resp.: "Conforme documentos em anexo, o terreno do Município de Cruz Alta /RS e o imóvel de Santo Antônio das Missões/RS já constam no SIAFI e no Relatório Contábil - 2002 como patrimônio do INSS".

"8.8.9. promova as medidas judiciais cabíveis para a solução das infiltrações de água existentes nas lojas 01 e 02 da Avenida Getúlio Vargas, 5501 - Canoas/RS, vez que tal problema compromete o estado de conservação do imóvel, tornando-o insalubre, bem assim a prestação dos serviços à comunidade;"

"8.9. determinar à Superintendência do INSS na Paraíba que adote medidas judiciais com a finalidade de desocupar os invasores dos lotes nºs 20, 21 e 22 da Quadra B da Travessia Solon de Lucena, em Cabedelo".

Resp.: "Informa que os imóveis objeto da ocorrência E.12, ou seja, terrenos de lotes 20, 21 e 22 da Quadra "B", da Travessa Solon de Lucena, Centro, Cabedelo/PB, foram alienados através das Concorrências n.ºs 02/1999, 02/2000 e 01/2002, respectivamente, não pertencendo mais ao patrimônio do INSS".

"8.10. determinar à Superintendência do INSS em Sergipe que promova a formalização da cessão do imóvel sito à Praça Abelardo do Rosário, s/n, Centro, em Tobias Barreto/SE, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado".

Resp.: "Informa que a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto devolveu o referido imóvel, tendo este Instituto, por diversas vezes, incluído o mesmo no Plano de Desimobilização, entretanto sem obter êxito na venda do bem, apesar apesar da revisão do valor de alienação hoje avaliado em R\$ 22.700,78. Em todas as sessões de concorrências para alienações, não compareceram interessados".

"8.11. determinar à Superintendência do INSS em Santa Catarina que:

8.11.1. providencie o pagamento das despesas de manutenção de imóveis cedidos por parte dos cessionários, ou então a desocupação dos mesmos nos casos em que esses se recusarem a fazer os desembolsos previstos na Portaria MPAS nº 2835/95;"

Resp.: "No prédio da Gerência-Executiva em Joinville, a área foi cedida ao Posto do Banco do Brasil S/A, o qual vem rateando as despesas de água/esgoto e energia elétrica, mensalmente. O prédio da Agência da Previdência Social de Mafra é ocupado pelo SUS paga integralmente as faturas mensais de água e energia elétrica;

O prédio da Agência da Previdência Social em Canoinhas é ocupado pelo SUS, que comunicou extra-oficialmente que iria desocupar o prédio no final de 2002, o que ainda não ocorreu. Não foi possível ratear as despesas com água e energia.

No prédio da Agência da Previdência Social de São Bento do Sul, o SUS ocupa em torno de 50% da área total. O prédio está em reforma para cumprir o Programa de Melhoria e está sendo adequada nova área. As despesas não estão sendo rateadas, entretanto, está sendo executado projeto para separação de medição de energia elétrica.

No prédio da Agência da Previdência Social em Jaraguá do Sul, o SUS ocupa 50% da área total, e o mesmo paga mensal e integralmente a fatura de água. O SUS está construindo prédio próprio, estimando-se a desocupação do atual imóvel para final de 2005.

Diante da Decisão do TCU, essa Gerência aguardará informações de como proceder para formalizar os devidos rateios das despesas com manutenção, em decorrência da Lei nº 9.702/98, art. 10 que prejudica a cobrança dos valores devidos". (Informações da Gerência-Executiva de Joinville/SC).

"Na APS/UAA, onde não existe a divisão dos medidores de luz e água, o SUS está pagando à proporção de 50% as respectivas despesas mensais de luz e água". (Informações da Gerência-Executiva de Chapecó/SC).

"8.11.2. proceda à escritura de venda da Sala 14 do número 1.500 da Avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, utilizando, se necessário, as vias judiciais;

8.11.3. reforme ou aliene os imóveis de propriedade do INSS, nesse Estado, que estejam vagos e em estado ruim de conservação;

8.11.4. adote todas as medidas necessárias, inclusive as de natureza judicial, para reaver o imóvel ocupado pela Secretaria Estadual de Saúde/SC, localizado no Centro de Florianópolis;

8.11.5. Superintendência do INSS em Roraima, execute a manutenção do imóvel situado na Av. Zanny, s/nº, Caracaraí;"

"8.12 determinar à Superintendência do INSS no Pará que:

8.12.1. providencie a alienação do terreno situado na Rodovia Dionísio Bentes, s/nº, Município de Tomé-Açu, em obediência à Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "O imóvel localizado na Rodovia Dionísio Bentes, s/n, localidade de Quatro Bocas, no Município de Tomé-Açu/PA, foi alienado através de Concorrência/INSS/DA/ nº 02/99, de 06/12/1999, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, publicada no DOU nº 40, de 25/02/2000, seção 3, página 29".

"8.12.2. consulte previamente a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, em obediência ao Decreto-lei nº 1.184/71;"

Resp.: "Sempre foi de praxe desta Gerência promover consulta prévia ao SPU antes de efetuar qualquer locação de imóveis de terceiros;"

"8.12.3. agilize o trâmite dos processos relativos a imóveis desse Estado pendentes de regularização;"

Resp.: "Procedemos ao levantamento das pendências relativas aos imóveis de propriedades do INSS no Estado do Pará, para as

devidas providências quanto às suas regularizações, aguardando recursos para a conclusão".

"8.12.4. estude a viabilidade de locar os imóveis utilizados como reserva técnica, de forma a assegurar sua vigilância permanente e a receber receitas patrimoniais;"

Resp.: "Estamos providenciando estudo dos imóveis de propriedade do INSS enquadrados como reserva técnica, para fins de locação, conforme orientação do TCU."

"8.12.5. reavalie, se ainda não o fez, o contrato de locação do imóvel localizado na Praça Magalhães, 211, Reduto, em Belém, a fim de compatibilizar o aluguel pago pelo órgão com os preços de mercado (item 7, fl. 334, TC 450.268/97-7)".

Resp.: "Foi rescindido em 27/05/1999 o contrato de locação do imóvel localizado na Praça Magalhães, nº 211, bairro Reduto, na cidade de Belém/PA, cujo processo Contrato nº 12.300.1/15/95."

"8.13. determinar à Superintendência do INSS no Rio de Janeiro que:

8.13.1. adote as providências cabíveis junto aos mutuários que estão inadimplentes com as prestações dos imóveis vendidos a prazo no Estado do Rio de Janeiro;"

Resp.: "Todos os processos referentes a mutuários inadimplentes e administrados por essa Gerência, encontram-se na Procuradoria para adoção de providências quanto a cobrança."

"8.13.2. formalize os processos de alienação de imóveis de acordo com a Lei nº 8.666/93, mantendo a ordem cronológica dos atos praticados e fazendo a inclusão tempestiva de todos os documentos comprobatórios desses atos;"

Resp.: "Serão observadas as recomendações elaboradas pelo TCU, na formalização dos processos."

"8.13.3. caso ainda não efetivada a devolução ou regularização dos espaços irregularmente ocupados situados na Rua Feliciano Sodré, nº 154, São Gonçalo/RJ, sejam tomados os procedimentos administrativos e judiciais cabíveis;

8.14. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:

8.14.1. caso ainda localizado o volume I do Processo nº 35087.027441/96-76, instaure processo administrativo com a finalidade de apurar as responsabilidades;

8.14.2. registre todas as transações com bens imóveis em processos administrativos;

8.14.3. promova o acerto dos registros contábeis no SIAFI e no inventário de bens imóveis;

8.14.4. utilize corretamente o Plano de Contas, de forma a contemplar os lançamentos contábeis nas contas "14131.00.00 - Bens Imóveis não destinados a uso", "14211.97.00 - Bens Imóveis a alienar" e "14211.94.00 - imóveis em poder de terceiros", bem como especificar cada uma das obras quando do uso da conta "14211.91.00 - obras em andamento".

8.15. determinar à Superintendência do INSS em Pernambuco que:

8.15.1. adote as medidas pertinentes, inclusive judiciais, no sentido de solucionar a questão da adjudicação ocorrida em 1972,

pelo INSS, de lotes inexistentes em Jaboatão (Processo nº 324/70);

8.15.2. proceda à regularização dos demais imóveis cujos atos dependam apenas do INSS;

8.15.3. providencie, se ainda não o fez, melhorias no edifício-sede do INSS em Recife, de forma a não colocar em risco a segurança das pessoas e o patrimônio público;

8.16. determinar à Superintendência do INSS em Minas Gerais que:

8.16.1. planeje corretamente as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis a que se pretenda locar;

8.16.2. instaure tomada de contas especial com a finalidade de apurar responsabilidade e de obter ressarcimento aos cofres públicos no caso dos prejuízos verificados na locação de imóvel de terceiros por preço superior ao de avaliação, situação ocorrida em Betim/MG, Processo nº 35097.010317/94-42;

8.16.3. formalize as cessões de imóveis e providencie o ressarcimento das respectivas despesas de manutenção;

8.16.4. providencie a inclusão de todos os imóveis do INSS no Estado no inventário de bens imóveis e no SIAFI;

8.16.5. se já não tiver feito, proceda à alienação ou retomada dos seguintes imóveis invadidos, os quais encontravam-se em situação "Pendente de Regularização" (letra c, fl. 356, TC 375.409/97-1):

- 4 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10053-11-00000-5 e 10054-11-00000-4; 10073-11-00000-5 e 10074-11-00000-4.

-26 lotes no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10587-11-00000-6 a 10612-11-00000-2.

- 1 caixa d'água na Favela Prado Lopes, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10165-11-0000-4.

- 1 gleba na Rua Cândido de Souza, Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10165-11-00000-4.

- 4 lotes na Av. Macapá x Rua Nova Frigurgo, em Ipatinga:

Códigos SGPI 10517-11-00000-6 a 10520-11-00000-3;

8.17. determinar à Superintendência do INSS no Maranhão que:

8.17.1. regularize a cessão do prédio da Avenida Alexandre de Moura, Bairro do Apicum, São Luís;

8.17.2. adote, caso ainda não tenha feito, as medidas judiciais cabíveis com vistas à cobrança dos aluguéis em atraso;

8.17.3. abstenha-se de renovar os contratos de locação com as prefeituras inadimplentes, adotando, se for o caso, as medidas necessárias para reaver a posse dos respectivos imóveis; e

8.17.4. regularize as pendências relacionadas à obra de reforma do Edifício João Goulart;

8.18. determinar à Superintendência do INSS em Goiás que implemente as ações cabíveis, judiciais se necessárias, junto aos compradores dos seus imóveis que estão inadimplentes;

8.19. determinar à Superintendência do INSS em São Paulo que:

8.19.1. consulte a SPU antes de locar imóveis de terceiros;

8.19.2. atualize o inventário dos bens imóveis do INSS nesse Estado, juntamente com os respectivos registros no SIAFI;"

"8.20. determinar à Superintendência do INSS no Piauí que:

8.20.1. processe a juntada e formalize, por meio de processos, toda a documentação relativa à administração dos imóveis do INSS nesse Estado;"

Resp.: "A Gerência está adotando providências referentes à formalização de processos relativos à administração dos imóveis localizados naquele Estado, cujos números e comandos serão informados oportunamente. Atualmente todos os documentos dos imóveis do INSS/PI são arquivados em pastas individuais."

"8.20.2. priorize solução para o terreno localizado na Rua Riachuelo, em Teresina/PI, adquirido junto a pessoa que não era o verdadeiro proprietário, implementando ações judiciais se necessárias, com a finalidade de obter a posse do imóvel ou de se ressarcir de eventuais prejuízos provocados por estelionato;"

Resp.: "Existe processo na Procuradoria Federal Especializada do INSS, para regularizar a situação do terreno localizado na Rua Riachuelo, até então não devolvido à Seção de Logística; entretanto, solicitou-se uma certidão vintenária ao Cartório do 4º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da Capital, a fim de se agilizar o processo de regularização que será conduzido pela Comissão já constituída através da Portaria/INSS/GEXTER/PI nº 008/2003, cópia anexa".

"8.20.3. regularize a situação jurídica dos imóveis do INSS no Estado;"

Resp.: "A Comissão, através da Portaria acima mencionada, já está adotando as providências necessárias com o objetivo de regularizar a situação jurídica dos imóveis desta Autarquia. Após a conclusão dos trabalhos, será formalizado relatório conclusivo e encaminhada cópia ao TCU."

"8.20.4. agilize a negociação da proposta de compra das casas residenciais, situadas no Conjunto Broder Ville, em Parnaíba-PI (total de 133 casas), com a Prefeitura Municipal de Parnaíba do processo enviado à Direção Geral do INSS-PI - Diretoria de Engenharia e Patrimônio que, à época da auditoria, encontrava-se em fase final de negociação."

Resp.: "As casas do Conjunto Broder Ville, na cidade de Parnaíba/PI foram vendidas para a Prefeitura Municipal daquela cidade através do Processo nº 35226.006816/98-09 (fls.03/224). Ressalte-se que aquela Prefeitura vem cumprindo a parte contratual, no que diz respeito à liquidação das parcelas mensais".

"8.21. determinar à Superintendência do INSS no Amazonas que:

8.21.1. adote as ações cabíveis, judiciais se necessárias, para solucionar as pendências relativas a imóveis do INSS em Manaus que estão invadidos;"

Resp.: "Cinco imóveis encontram-se em situação de invasão. Destes, 4 (quatro) estão sob a responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada INSS/AM, para ações cabíveis, e 1 (um) no aguardo de desmembramento da área, para efeito de alienação. De acordo com informações prestadas pela Seção de Logística, há 3 (três) ocorrências registradas que guardam alguma relação com os parâmetros do pedido em apreço, a saber:

a) Terreno localizado na Rua Recife, nº 2800, Bairro Parque Dez, em Manaus, recebido em doação do Estado do Amazonas com a expressa declaração de que sobre o imóvel pediam litígios dominiais. Com efeito, existe ação de usucapião que tramita perante a 2ª Vara Cível de Manaus, processo nº 157/1986, proposta por Raimundo Cincinato dos Santos (posseiro) contra Sebastião Gomes Correa e Nuno Nery da Fonseca (supostos proprietários). Nesse efeito, o INSS informou ao Juízo a respeito de seu interesse na lide, protestando pelo declínio da competência para a Justiça Federal, para que possa aviar a pertinente oposição. Aguarda-se decisão judicial, que, deferindo ou indeferindo a arguição de incompetência ensejará de imediato o manejo da oposição.

b) Terreno localizado na Rua Pedro Ferreira Gonçalves, qdª 083, setor 001, lote 260, em Parintins/AM, doado pelo município. O INSS, nunca chegou a tomar posse do referido imóvel, que se encontra ocupado por João Bosco Pessoa da Silva e Paulo Roberto Sicsu, o que ensejou a propositura de ação reivindicatória contra ambos, perante o Juízo de direito de Parintins, atualmente em fase instrutória (processo nº 086/2000);

c) Terreno localizado na Av. Ipase, entre as ruas B e C, Conjunto Residencial João Batista Mascarenhas de Moraes em Manaus: o INSS e o Sr. Raimundo Alves Tribuzi Filho celebraram contrato de locação do imóvel, que veio a ser reclamado pelo INSS após expirado o prazo de validade do pacto. Com a negativa de devolução, o INSS ajuizou ação de despejo (processo nº 88.26167-1 - 2ª Vara Federal, em que saiu vitorioso, tendo sido compelido o Réu a desocupar o imóvel. Quatro meses após a desocupação o Réu invadiu o terreno, dando ensejo à "notitia criminis" ao MPF, que promoveu a pertinente ação penal, atualmente em fase de instrução (processo nº 1998.32.00.002001-9).

Será ajuizada ação de reintegração de posse, já que se encontra exaurida a ação de despejo.

Na verdade, este foi o único imóvel do qual o INSS chegou a ter posse, vindo a ser dele esbulhado, estando em andamento medidas de natureza criminal (ação criminal) e civil contra o autor do esbulho (por meio de ação de reintegração). Quanto aos demais, a propriedade está sendo discutida judicialmente.

Outra situação, relativamente ao terreno localizado na margem direita do Rio Negro, com acesso pela Estrada da Ponte Negra, Km 04, 17759,55m2) em Manaus, transmitido ao IAPAS à guisa de dação em pagamento de débito da empresa Estaleiros da Amazônia S/A - ESTANAVE, foi leilado em processo trabalhista, sendo arrematado e adjudicado ao arrematante (RT - 10345-90-06-6ª Vara do Trabalho). As medidas processuais outrora aviadas (embargos de terceiro nº 07/93 - 6ª Vara do Trabalho - AR-35/1996 TRT da 11ª Região) não surtiram efeito, tendo transitado em julgado as decisões judiciais a ela relativas. A questão está sendo novamente estudada para se tentar verificar a possibilidade de resgate do imóvel, ainda que parcialmente, ou alguma medida judicial tendente a ressarcir o erário previdenciário, notadamente quando estão em andamento as execuções fiscais correspondentes ao débito relativo à dação em pagamento; porém, não se trata de "invasão", mas de casual discussão acerca da propriedade do bem, da qual o INSS não dispõe até a presente ocasião".

"8.21.2. providencie o pagamento, corrigido monetariamente, do valor que deixou de ser pago pelo Sr. José Jerônimo da Silva

quando adquiriu o imóvel situado na Rua Frei José dos Inocentes, Casa 01 do Conjunto Mecena, Boa Vista/RR (CR\$ 38.718,60, em 30.12.93);"

Resp.: "Os autos, que têm por objeto o imóvel localizado na Rua Frei José dos Inocentes, não se encontram na Gerência de Manaus, pois o processo e toda a documentação foram destinados à Gerência Executiva de Boa Vista/RR, quando de sua autonomia;"

"8.21.3. inclua nos processos licitatórios de alienações de imóveis, que vierem a ocorrer nesse Estado, os imóveis locados para terceiros que não tiverem previsão de uso futuro, em cumprimento à Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "A Gerência encontra-se observando e cumprindo as legislações pertinentes, inclusive a Lei n.º 7.787/80;"

"8.21.4. rateie corretamente as despesas de manutenção dos imóveis locados ou cedidos a terceiros, especialmente no que se refere aos localizados no edifício-sede do INSS, Av. Sete de Setembro nº 280 - Centro;"

Resp.: "O rateio das despesas com manutenção está sendo procedido corretamente;"

"8.21.5. observe os ditames da Lei nº 8.666/93 quando realizar a alienação de imóveis, em especial os arts. 38, caput, e inciso I, e 43, § 2º;"

Resp.: "A Gerência encontra-se observando e cumprindo as legislações pertinentes, inclusive a Lei nº 8.666/93;"

"8.21.6 publique, no Diário Oficial da União, as sínteses das lavraturas das escrituras dos imóveis, conforme exige o artigo 37 da Resolução INSS/PR nº 370/96";

Resp.: "Todas as sínteses de escrituração dos imóveis são publicadas pela Gerência Executiva no Diário Oficial da União, conforme exige o artigo 37 da Resolução INSS/PR nº 370/96;"

"8.21.7 instaure processo administrativo com a finalidade de apurar responsabilidades pela penhora do terreno recebido em 1989 da Estaleiros Amazônia S/A - ESTANAVE, ocorrida em virtude de não ter sido adotado o tempestivo registro, no cartório competente, da dação em pagamento do imóvel";

Resp.: "Não existe, nos arquivos da Seção de Logística, registro acerca da instauração de processo administrativo; há apenas a informação sobre o encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada do INSS/AM".

"8.22. Superintendência do INSS em Rondônia:

8.22.1. providencie os registros, nos cartórios competentes, dos imóveis incorporados ao patrimônio do INSS em Rondônia;

8.22.2 resolva, em definitivo, a situação que se arrasta por mais de 6 (seis) anos com relação à propriedade do lote situado na Avenida Rogério Creser, esquina com Avenida Rio Branco, s/nº, Porto Velho (nº RIP 10004-26-00000-7), observando, para tanto, a legislação que rege a matéria;

8.23. determinar à Superintendência do INSS no Paraná que adote providências para adequar aos preceitos do Decreto nº 99.509/90 a cessão do imóvel em posse da Associação dos Servidores da Previdência Social, reexaminando a conveniência de ser mantida a referida cessão, sendo indispensável que, para tanto, seja obtida autorização legal;

8.24. determinar à Superintendência do INSS no Acre que observe, em futuros contratos de locação de imóveis, a exigência de realização de avaliação prévia, conforme dispõe o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93;"

"8.25. determinar, ainda, à Presidência do INSS, que adote providências com vistas à implementação das seguintes medidas pela administração central da autarquia e/ou por seus órgãos subordinados:

8.25.1. nos editais de venda de imóveis do INSS, inclusão de cláusula de atualização dos valores das propostas, observando sempre o valor de mercado dos imóveis alienados;"

Resp.: "Está sendo incluída tal cláusula no Edital, cuja minuta e demais normas de alienação de imóveis estão sob análise da Procuradoria-Geral do INSS."

"8.25.2. edição de norma definindo procedimentos a serem adotados nos casos em que existirem imóveis pendentes de regularização jurídica;"

Resp.: "Tal orientação cabe à Procuradoria-Geral, pois implica em regularização de natureza jurídica, mas foi emitida circular às GEX sobre orientação quanto a regularização de imóveis."

"8.25.3. no caso dos imóveis utilizados como reserva técnica, quando a previsão de uso for a médio ou longo prazo, ocupação dos referidos bens, quando houver essa possibilidade, de forma a aumentar as receitas patrimoniais e impedir possíveis invasões;"

Resp.: "Está sendo constituído um Grupo de Trabalho para rever e instituir novas normas de Administração Patrimonial, incluindo a definição do que seria reserva técnica e os procedimentos quanto a sua temporalidade;"

"8.25.4. sempre que possível, desocupação prévia dos imóveis que forem postos à venda, de forma a não afastar possíveis interessados;"

Resp.: "As Gerências Executivas têm sido orientadas a agir de acordo com a legislação em vigor, observando, quando pertinente, a desocupação, atentando sempre para a possibilidade de não havendo êxito à alienação, tal desocupação vir a propiciar invasão do imóvel."

"8.25.5. para toda e qualquer cessão de imóveis do INSS, destinada a instituições não pertencentes à Administração Pública, exigência de prévia autorização mediante ato do Presidente da República, tendo em vista o teor do § 3º do art. 18 da MP nº 1.567/97, em suas diversas reedições, convertida na Lei nº 9.636, de 15.05.98, c/c a Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "O INSS, desde a vigência da Lei n.º 9.702/98 (de vigência posterior àquelas citadas neste item) não está

autorizando novas cedências, a não ser em dois casos excepcionais que foram submetidos à Diretoria Colegiada na gestão passada e aprovada com base em Parecer emitido pela Procuradoria-Geral do INSS, fato esse que não deverá ocorrer na atual gestão."

"8.25.6. exigência junto à Caixa Econômica Federal de apresentação semestral da prestação de contas dos recursos arrecadados com a venda de imóveis residenciais do Instituto, adotando as providências legais cabíveis em caso de não-atendimento da exigência;"

Resp.: "A Caixa Econômica Federal vem prestando as informações mensalmente ao INSS."

"8.25.7 apuração dos prejuízos causados ao INSS em virtude das seguintes irregularidades, bem como o ressarcimento junto a cada um dos responsáveis dos valores apurados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais:

8.25.7.1. execução de despesas de condomínio relativas a imóveis residenciais do INSS localizados no Bloco D da SQN 310 e no Condomínio Napoleão de Queiroz, sito na OAS 04, em Brasília-DF, uma vez que os mesmos encontravam-se ocupados, não cabendo despesa à autarquia, de acordo com a alínea "c" do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.2. não-revisão das taxas de ocupação dos imóveis administrados pelo INSS, em 23/01/95, data do reajuste geral dos servidores públicos, de acordo com o estatuído no artigo 16 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.3. não-cessação das permissões de uso de imóveis residenciais quando os ocupantes estiveram inadimplentes no pagamento das taxas de ocupação, descumprindo-se o inciso X do art. 16 do Decreto nº 980/93;

8.25.7.4. remessa a este Tribunal de informações atualizadas acerca do processo nº 35000.003945/95-57, que, à época da auditoria, se encontrava desaparecido, devendo ser informadas as providências porventura tomadas para ressarcir a autarquia de eventual prejuízo decorrente desse desaparecimento."

Resp.: "Por se referirem a ações relativas a imóveis funcionais, não dizem respeito à Coordenação-Geral de Logística. No tocante a avaliações dos referidos imóveis, informamos que não há solicitação alguma registrada na Coordenação. O desaparecimento do citado processo não deveria ter impedido, ao longo do tempo, que a avaliação fosse feita, pois poderia ter sido formalizado novo processo, se este fosse o objetivo.

O Grupo de Trabalho com a finalidade de rever normas e orientações relativas a Gestão Patrimonial está sendo constituído; observamos que algumas das normas já foram elaboradas e estão em análise na Procuradoria-Geral."

8.26. determinar à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União que informe nas próximas contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a adoção das medidas implementadas, bem como dos resultados alcançados, para o saneamento das determinações constantes desta deliberação, e,

ainda, que informe a situação patrimonial dos seguintes imóveis localizados no Estado de Minas Gerais:

8.26.1. imóveis com situação "Regularizado para Alienação":

- 74 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052-11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11-00000-6; 10075-11-00000-3 a 10079-11- 00000-7.

- 1 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10446-11-00000-6

- 1 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10302-11-00000-9

- 2 apartamentos - Rua José Bonifácio, 240, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11-10482-7

- 1 apartamento - Av. Antonio Carlos, 1197, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10516-00000-7;

8.26.2. imóveis que são passíveis de alienação:

- terreno-gleba em Ipatinga:

Código SGPI 10521-11-00000-2

- terreno na Rua Padre Eustáquio, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10252-11-00000-8

- terreno-gleba em São João Del Rey:

Código SGPI 10154-11-00000-5;

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quanto ao item 8.2.6 a Unidade de Controle Interno desta Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais, conforme a Ordem de Serviço nº 117268/2002, realizou auditoria na Gerência Executiva/INSS/BH, com a finalidade de apurar as questões tratadas no item em apreço:

"(...)

- Imóveis disponíveis para alienação, de acordo com a Lei nº 9.702, de 17/11/98:

a) 74 lotes/terrenos localizados no bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte: códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052-11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11-00000-6; 10075-11-00000-3 a 10079-11-00000-7;

b) 01 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, bairro São Geraldo, em Belo Horizonte: código SGPI 10302-11-00000-9;

c) 02 apartamentos localizados na Rua José Bonifácio, nº 240, em Belo Horizonte: códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11-10482-7;

d) 01 apartamento situado à Av. Antônio Carlos, nº 1197, em Belo Horizonte: código SGPI 10516-00000-7;

e) terreno-gleba em São João Del Rei, código SGPI 10154-11-00000-5: e,

f) terreno-gleba localizado na quadra 1A, lote 1, bairro Bom Jardim, rua Máximo Rosa Gomes (antiga rua Copo de Leite), em Ipatinga/MG: código SGPI 10521-11-00000-2.

Segundo informações da Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte - GEXBHZ, os imóveis supracitados nas alíneas "a", "b", "c" e "d" não são utilizados pelo INSS, bem como não possuem justificativas para serem mantidos como reserva técnica pela autarquia, conforme determinado pela Lei 7.787/89. Esclareceu, ainda, que esses imóveis encontram-se invadidos.

A Gerência Executiva em Barbacena - GEXBBC informou que o imóvel constante no item "e" supracitado encontra-se pendente de

avaliação pela Caixa Econômica Federal, estando aguardando a emissão do laudo técnico antes de proceder à alienação.

Já a Gerência em Governador Valadares esclareceu que o imóvel localizado em Ipatinga, item "f" supra, não teve o processo de alienação instruído por falta de recursos humanos e/ou treinamento de pessoal do setor encarregado para a execução do serviço.

- Imóveis com pendências administrativas e/ou judiciais:

a) lote 07 da quadra 19, localizado na rua Padre Eustáquio, bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte: código SGPI 10252-11-00000-8;

b) 01 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte: Código SGPI 10446-11-00000-6. Segundo informações da GEXBHZ, trata-se de áreas remanescentes quando ocorreu a regularização e alienação das unidades do Conjunto Residencial Cidade Industrial;

Ainda de acordo com a GEXBHZ, esses imóveis não estão sob o seu uso, encontram-se invadidos e serão destinados à alienação.

Em face dos exames realizados e à vista das respostas das Gerências Executivas do INSS envolvidas, podemos concluir que os imóveis arrolados no item 8.26 da Decisão TCU nº 1.566/2002 encontram-se pendentes de medidas administrativas visando suas alienações."

Por todo o exposto, as justificativas/informações apresentadas pelo gestor, quanto aos assuntos constantes nos subitens 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3, 8.1.2.4, 8.1.2.5, 8.7.2, 8.7.3, 8.8.3, 8.12.3, 8.12.4, 8.13.1, 8.20.1, 8.20.2, 8.20.3, 8.21.1, 8.21.2, 8.21.5, 8.21.7, 8.25.1, 8.25.2, 8.25.3, 8.25.4, 8.25.5 e 8.25.7, da Decisão nº 1566/2002 continuam PENDENTES.

Quanto aos subitens 8.5.1, 8.5.2, 8.5.3, 8.8.5, 8.8.8, 8.9, 8.10, 8.11.1, 8.12.1, 8.12.2, 8.12.5, 8.13.2, 8.20.4, 8.21.3, 8.21.4, 8.21.6 e 8.25.6, verifica-se que o gestor adotou providências no sentido de saneá-los, porém, as questões necessitam de monitoramento.

Em relação aos subitens 8.1.3.1, 8.1.3.2, 8.1.3.3, 8.1.3.4, 8.1.3.5, 8.1.4.1, 8.1.4.2, 8.1.4.3, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.6.1, 8.6.2, 8.6.3, 8.8.1, 8.8.2, 8.8.4, 8.8.6, 8.8.7, 8.8.9, 8.11.2, 8.11.3, 8.11.4, 8.11.5, 8.13.3, 8.14.1, 8.14.2, 8.14.3, 8.14.4, 8.15.1, 8.15.2, 8.15.3, 8.16.1, 8.16.2, 8.16.3, 8.16.4, 8.16.5, 8.17.1, 8.17.2, 8.17.3, 8.17.4, 8.18, 8.19.1, 8.19.2, 8.22.1, 8.22.2, 8.23 e 8.26.1, o gestor não apresentou justificativas, continuando, portanto, PENDENTES de saneamento.

4.2.1.20 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO n.º 272/2002 - TCU - 2ª CÂMARA - TC 006.932/1995-9

O mencionado Acórdão origina-se de pagamento de despesas sem cobertura contratual relativas ao exercício de 1994, contrariando o art. 2º da Lei n.º 8.666/93, resultando na aplicação de multa ao Sr. Crésio de Matos Rolim, Superintendente do INSS/BA à época.

Foi interposto recurso de reconsideração, por parte do ex-Superintendente, contra o referido Acórdão, cujas justificativas apresentadas foram consideradas insuficientes pelo TCU, negando provimento ao recurso impetrado e, mantendo inalterada a decisão recorrida.

4.2.1.21 INFORMAÇÃO:

De acordo com o que determina a Lei nº 8.730/93 e em cumprimento ao item IX, art. 16 da IN/TCU nº 12/96, combinado com o item VI da IN/SFC/MF nº 02/2000, os membros da Diretoria da Autarquia apresentaram e/ou atualizaram suas Declarações de Bens e Renda, referentes ao exercício objeto dos exames, conforme declaração do Coordenador de Recursos Humanos e verificação amostral efetuada "in loco", na Gerência-Executiva da Diretoria Colegiada.

Sobre o tema a Coordenação-Geral Auditoria em Gestão Interna do INSS, por intermédio das Divisões Regionais, recomendou as unidades que observem a legislação vigente, objetivando manter em arquivo próprio as Declarações de Renda dos servidores ocupantes de cargos de confiança e funções

4.2.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES DA SFC**4.2.2.1 CONSTATAÇÃO:****Recomendações da SFC Pendentes**

A SFC realizou levantamento junto ao gestor visando verificar o atendimento das recomendações constantes dos relatórios e notas elaborados por esta Secretaria, sendo o seu detalhamento especificado em itens próprios, mencionados a seguir:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA ORÇAMENTÁRIA

- 1) Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002 (item 4.2.2.2.1)
 - Utilização de dotações impróprias para Realização de Despesas
 - Despesas com Precatórios e Sentenças Judiciais
 - Pagamento de Juros e Multas pela Instituição
 - Despesas com pagamentos de benefícios
 - Indicadores contábeis de pagamentos sem dotação orçamentária

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA FINANCEIRA

- 2) Relatório de Auditoria n.º 044356, de 14/04/2000 - Prestação de Contas de 1999 (item 4.2.2.3.1)
 - Descontinuidade na forma de tratamento dos créditos, quando do registro no SIAFI de valores na conta Diversos Responsáveis Apurados.

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA PATRIMONIAL

- 3) Relatório de Auditoria n.º 044356, de 14/04/2000 - Prestação de Contas de 1999 (item 4.2.2.4.1)
 - Inventários Físicos Financeiros - incompatibilidade entre os registros efetuados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e o SIAFI;
 - Bens Móveis em Trânsito - continua pendente de regularização o valor de R\$5.786,58, referente ao exercício de 1996; e
 - Desapropriação de Imóveis pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro - continuam pendentes de regularização os valores referentes à desapropriação de três imóveis situados em Botafogo/RJ.
- 4) Relatório de Auditoria de Gestão n.º 087911/2002 (item 4.2.2.4.2)
 - Incompatibilidade entre os registros do SIAFI e dos Inventários de Bens Imóveis
 - Ausência de Inventário consolidado de Bens Móveis

5) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 001/2001, de 02.01.01 - Agência Laranjeiras/RJ (Fraudes em aposentadorias, publicadas no Correio Braziliense de 14/10/00, praticadas por servidores do INSS na reativação irregular de benefícios cancelados e suspensos) (item 4.2.2.6.1)

6) Relatório de Auditoria nº 111473, de 19/12/2002 - PMA (item 4.2.2.7.1)

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - SERVIÇOS

7) Relatório de Auditoria de Gestão n.º 087911/2002 - Irregularidade no contrato com a BRADIV - Processo nº 35000.004818/97-37 (item 4.2.2.8.1)

8) Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado, de 06/11/2001, Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado n.º 096166, de 23/12/2001 e Notas Técnicas n.ºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR - Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social/PMA (item 4.2.2.9.1)

9) Relatório de Auditoria nº 111473, de 19/12/2002 - PMA (item 4.2.2.10.1)

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONVÊNIOS

10) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 202, de 26/10/2001 - INSS e CONTAG (item 4.2.2.11.1)

11) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 249, de 10/12/2001 - Irregularidade no Convênio INSS e CETEAD (item 4.2.2.11.1)

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - TERCEIRIZAÇÃO

12) NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 229 de 27.11.2001 - Contrato Emergencial CTIS nº 88/01 (item 4.2.2.12.1)

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - OBRAS

13) Relatório de Auditoria n.º 053596B, de 30/06/2000 - Contrato INSS e CDM Ltda. (item 4.2.2.13.1)

14) Relatório de Auditoria nº 087911/2002 desta SFC - Irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência n.º 002/2001 e contratação emergencial de software destinado ao gerenciamento eletrônico de fila nas APS (item 4.2.2.14.1)

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

- 15) Relatório de Auditoria de Gestão n.º 087911/2002 (item 4.2.2.5.1)
- Servidores cedidos com ônus, sem o devido ressarcimento
 - Quantitativo de Estagiários
 - Pagamento indevido de Sentença Judiciais

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2002 EM DIVERSAS ÁREAS

Os trabalhos desenvolvidos por esta SFC no exercício de 2002, estão devidamente tratados nas áreas de Controles da Gestão, Gestão Operacional, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas e Gestão do Suprimento de Bens e Serviços deste Relatório, sendo o seu detalhamento especificado em itens próprios, mencionados a seguir:

Controles da Gestão

- 1) Nota Técnica nº 917/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 13/12/2002 (item 4.2.1.9.1) - Refere-se ao processo de permuta de imóveis entre o INSS/SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda, onde constatou-se:
 - Prejuízo do INSS na permuta de imóvel;
 - Descumprimento de normas internas;
 - Desvalorização do imóvel do INSS durante a negociação, por parte de servidores do próprio quadro;
 - Antecipação da escritura definitiva de transferência, sem que o Instituto recebesse a parcela proporcional da torna em seu favor e/ou parte dos postos prometidos.

Gestão Operacional

- 2) Nota Técnica nº 0179, de 05/06/2002 (item 5.2.3.2) - Trata-se de auditoria realizada nas informações registradas nos sistemas da Previdência e da Receita Federal, referentes ao campo CPF.
Foram encontradas as seguintes situações: 4.256.975 CPF - campo sem informação; 63.330 CPF - campo com 999999999999; 8.283 CPF - campo com 11111111111; 162 CPF - campo com 00000000787; 109 CPF - campo com 00000000191; 1.265.080 CPF - nome do titular diferente entre as bases; 4.552 CPF - inválidos na base da Receita Federal; 128.651 CPF - não cadastrados na Receita Federal; 1.031.064 CPF - nome da mãe diferente entre as bases; 715.587 CPF - data de nascimento diferente entre as bases.
- 3) Relatório de Auditoria nº 099921, de 22/08/2002 (item 5.2.3.3)
 - Foram identificados cerca de 20 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios que, após regularizados, gerarão uma economia mensal em torno de R\$ 5,7 milhões e anual cerca de R\$ 73,3 milhões, sem levar em consideração os valores pagos indevidamente nos anos anteriores;
 - Existência de mais de 13 milhões de informações cadastrais inconsistentes/irregulares que provocaram e ainda podem provocar emissões de créditos e pagamentos indevidos;
 - Gestão antieconômica por emissão de créditos às agências bancárias, com gasto anual de aproximadamente de R\$ 3,5 milhões; e
 - Beneficiários fantasmas.
- 4) Relatório de Auditoria nº 101350, de 16/12/2002 (item 5.2.3.4) - Trata-se de trabalho de auditoria realizado nos sistemas da Previdência Social, utilizando informações das bases de dados do sistema de benefícios.
As principais constatações foram: existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com aposentadoria por invalidez (trabalhador rural - espécie 04), aposentadoria por invalidez acidentária (trabalhador rural - espécie 05) e aposentadoria por velhice (trabalhador rural - espécie 07), contrariando o disposto no art. 333 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24.01.1979; existência de pagamento de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Renda Mensal Vitalícia (espécies 30 e 40) e com benefício da Lei Orgânica de Assistência

Social (espécies 87 e 88), o que contraria o disposto no § 1º do art. 117 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, bem como no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 07.12.1993; existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Pensão por Morte (espécies 21 e 93) iniciada a partir de 29.04.1995, no caso em que ambas pensões o dependente era cônjuge, companheiro ou companheira do instituidor, contrariando o disposto no art. 124 da Lei nº 8.213, de 24.07.1991, com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.04.1995, apresentando casos de dependente que recebe mais de uma pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira com DIB (Data de Início do Benefício) a partir de 29.04.95, dependente que recebe mais de uma pensão deixada por cônjuge e irmão, companheiro e pai e de dependente que recebe mais de uma pensão deixada pelo mesmo instituidor.

- 5) Relatório de Auditoria nº 101351, de 30/10/2002 (item 5.2.3.5) - ação de controle nos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48).
Constatou-se a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência. Essas inconsistências/irregularidades geraram pagamentos indevidos acima de R\$ 87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. A manutenção destas inconsistências/irregularidades está gerando pagamento mensal de R\$ 939.713,88 e anual de R\$ 12.606.280,18.
- 6) Relatório de Auditoria nº 107380, de 04/11/2002 (item 5.2.3.6)
 - Constatação de fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios de Prestação Continuada a Deficientes, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência;
 - Inconsistências/irregularidades geram pagamentos indevidos em torno de R\$ 193 mil mensais e R\$ 3 milhões anuais, que poderiam estar sendo utilizados em outras ações em prol da sociedade;
 - Descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos;
 - Recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas.
- 7) Relatório de Auditoria nº 107381, de 04/11/2002 (item 5.2.3.7)
 - Constatação de fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios de Prestação

- Continuada a Idosos, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como, falta de integração com outros regimes de previdência;
- Inconsistências/irregularidades gerando pagamentos indevidos em torno de R\$ 423 mil mensais e R\$ 6 milhões anuais;
 - Recomendações propostas por esta SFC não foram efetivamente implementadas.
- 8) Relatórios nºs 098535/2002, 101297/2002, 108757/2002 e 120194/2003 (item 5.2.3.8) - Trata-se de relatórios de trabalhos de auditoria realizados no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários. As principais constatações foram: expressiva evolução do montante dos créditos previdenciários; o processo de arrecadação dos créditos previdenciários, tanto na fase de cobrança administrativa quanto na fase judicial, ainda é demorado e pouco eficaz; dentre outros.
- 9) Relatório de Auditoria nº 099688, de 17/12/2002 (item 5.2.3.9) - Trata-se de auditoria realizada na Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI, na área de Arrecadação, em especial à Cobrança de Débitos Administrativos. As principais constatações foram: divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receita proveniente de parcelamentos e débitos; falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança; falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança; falta de integração entre o INSS e o Comitê Gestor do REFIS, ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor; demora nas decisões administrativas devido ao atraso por parte do INSS na emissão da Decisão de Notificação (DN), ocasionando prejuízo para a arrecadação; e ausência de documentação indispensável e de critérios objetivos para fundamentar o cancelamento do débito.
- 10) Relatório de Auditoria Operacional nº 099749, de 16/12/2002 (item 5.2.3.10) - Auditoria Operacional realizada pela SFC por meio da Gerência Regional de Controle Interno/MS, na área de Arrecadação Previdenciária, especificamente no processo de fiscalização em empresas devedoras de contribuição, emissão de CND, e anulação e restituição de créditos previdenciários, realizados pela Gerência Executiva do INSS em MS. As principais constatações foram: anulação dos LDC's (lançamentos de débitos confessados); suspensão da ação fiscal; e emissão de CND indevidamente.

Gestão Financeira

- 11) Nota Técnica nº 390/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 20/08/2002 (item 7.1.1.1) - Trata-se do levantamento de indicadores/indicativos contábeis junto ao sistema SIAFI.

Foram identificadas as seguintes situações que requerem providências imediatas por parte do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

- a) Pagamentos sem Dotação Orçamentária;
- b) Saldo nas Contas de Juros e Multas;
- c) Saldo na conta de "Pessoal de Exercícios Anteriores";
- d) Convênios em situação "A Comprovar" com vigência expirada;
- e) Convênios em situação "A Aprovar" com mais de sessenta dias do registro de recebimento da respectiva prestação de contas;
- f) Conformidade Contábil Registrada Com Restrição ou Sem Registro
- g) Índice de Utilização de Empenho Garantia;
- h) Emissão de Ordem Bancária para o próprio CPF; e
- i) Índice de Utilização de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.

Gestão de Pessoas

- 12) Relatório de Auditoria Integrada CE, de 08/11/2002 (item 9.1.1.1) - Auditoria de Acompanhamento Integrada na área de Recursos Humanos, realizada na Gerência-Executiva do INSS em Fortaleza/CE.

As principais constatações foram: necessidade de remanejamento da força de trabalho das localidades excedentes para as deficitárias; concessões de ajuda de custo sem observância do disposto no art. 53 da Lei nº. 8112/90 e no Decreto nº. 4004/01; remoções "ex-offício" sem alcançar eficiência e economia, onerando em demasia os cofres públicos; valores pagos indevidamente a título de indenização de transporte; pagamento indevido de vantagem pessoal (quintos/décimos); necessidade de homologação dos termos dos acordos judiciais referentes ao pagamento do passivo dos 28,86%; necessidade de maior rigor nos procedimentos de solicitação de adicional por serviços extraordinários, de acordo com o que preceitua o Decreto nº. 2.030/96; pagamento de valores indevidos a título de devolução de abate-teto; pagamentos indevidos referentes a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI; pagamentos incorretos referentes a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ; manutenção de vantagens e incorporação ao vencimento de ações judiciais em desacordo com os dispositivos legais; pagamentos indevidos a servidores com ocorrência de exclusão no cadastro do SIAPE; e pagamentos irregulares a título de PCCS. Essas disfunções ocasionaram a fuga de recursos da ordem de R\$ 1,5 milhões.

- 13) Relatório de Auditoria Integrada SC, de 13/12/2002 (item 9.1.1.1) - Auditoria de Acompanhamento Integrada na área de Recursos Humanos, realizada na Gerência-Executiva do INSS em Florianópolis/SC.

As principais constatações foram: necessidade de remanejamento da força de trabalho das localidades excedentes para as deficitárias; remoções "ex-offício" sem alcançar eficiência e economia, onerando em demasia os cofres públicos; pagamento indevido de vantagem pessoal (quintos/décimos); necessidade de homologação dos termos dos acordos judiciais referentes ao pagamento do passivo dos 28,86%; pagamento de valores indevidos a título de

devolução de abate-teto; pagamentos indevidos referentes a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI; pagamentos incorretos referentes a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ; pagamentos indevidos a servidores com ocorrência de exclusão no cadastro do SIAPE; pagamento indevido de incompatibilidade de rubricas; e pagamentos irregulares a título de PCCS. Essas disfunções ocasionaram a fuga de recursos da ordem de R\$ 1,4 milhões.

- 14) Nota Técnica nº 947/2002/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 18/12/2002 (item 9.3.1.1) - Trata-se da análise e avaliação das informações/justificativas apresentadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativas a pagamentos de Adiantamento Pecuniário - PCCS em duplicidade a ativos, inativos e pensionistas.

Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

- 15) Relatório de Auditoria nº 111473, de 19/12/2002 (item 10.1.1.2) - Auditoria no Programa "Qualidade no Atendimento da Previdência Social" que contempla a ação "Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social".
As principais constatações foram: falhas na formalização dos procedimentos licitatórios; realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra; desvinculação do projeto básico; modificações no projeto original; ausência de mecanismos de fiscalização interna; falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato; recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato; itens aditivados que poderiam ser previstos na licitação; acréscimos e diminuições de serviços sem aditivos de alteração; pagamentos antecipados; pagamentos de serviços não executados; não retenção de contribuição devida ao INSS; boletins de medição que não revelam a real situação da reforma; descumprimento de cláusulas contratuais; retirada de penalidade por descumprimento de Cláusula Contratual; serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas; incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro.
- 16) Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 0024/2002 (item 10.3.1.1) - Trata-se de irregularidades/impropriedades verificadas no contrato n.º 34/2000 firmado entre a Gerência-Executiva/INSS/SP/CENTRO e a empresa Confex Bel Tecidos e Armarinhos Ltda., na aquisição de uniformes destinados a servidores e terceirizados lotados e/ou que prestam serviço nas agências do PMA no Estado de São Paulo.
- 17) Nota Técnica nº 571/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 23/09/2002 (item 10.3.1.2) - Trata-se de auditoria no processo nº 35239.000704/2002-36, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 23/2002, firmado entre o INSS, por intermédio da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, e a empresa TECNOCOOP SISTEMAS.

As principais constatações foram: os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados, passíveis de execução indireta; as atividades terceirizadas correspondem a tarefas administrativas permanentes, contínuas, inerentes e indispensáveis aos processos de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e aos processos de concessão e manutenção de benefícios e serviços previdenciários (típicas atividades-fins do INSS, conforme art. 3º do Decreto nº 99.350/90), estando incluídas entre as tarefas de responsabilidade dos agentes administrativos.

- 18) Nota Técnica n.º 273/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 18/07/2002 (item 10.3.1.3) - Trata-se da análise e avaliação dos fatos ocorridos quando da contratação realizada entre o INSS e a empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda. Foram constatadas as seguintes irregularidades: essa situação vem ocorrendo desde a primeira contratação (processo nº 35000.003005/1998- 74), ferindo o princípio da isonomia; o objeto adquirido não se enquadra como inexigibilidade de licitação, haja vista a grande expansão de empresas de informática, capazes de adaptar ou desenvolver sistemas da mesma natureza, conforme demonstrado nas pesquisas de preços constantes no processo; o SIAFI Gerencial pode ser utilizado como ferramenta alternativa para a confecção dos relatórios gerenciais, considerando principalmente o baixo custo deste em relação ao software adquirido.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas do gestor estão apresentadas em itens específicos ainda nos assuntos Controles da Gestão, Gestão Operacional, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas e Gestão do Suprimento de Bens e Serviços deste Relatório.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Instituto adote providências no sentido de regularizar as pendências apontadas, detalhadas em itens específicos neste relatório.

4.2.2.2 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA ORÇAMENTÁRIA

4.2.2.2.1 => Pendências do Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002

- Utilização de dotações impróprias para Realização de Despesas

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"No Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, foi mencionada a realização de despesas em dotações impróprias nos seguintes programas: 0083 - Previdência Social Básica, 0065 - Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, 0066 - Valorização e Saúde do Idoso, 0072 - Gestão da Política de Assistência Social, 0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias, 0085 - Qualidade do Atendimento da Previdência Social e Outros Programas, como 0087

- Gestão da Política de Previdência Social, 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 0100 - Assistência ao Trabalhador, 0752 - Gestão da Política de Comunicação de Governo e 0791 - Valorização do Servidor Público. Apesar de as situações em questão poderem se constituir em meros problemas de classificação contábil, a utilização inadequada de dotações na realização de despesas pode comprometer as metas físicas do programa, especialmente ao se considerar que o orçamento público é uma peça que contém as realizações do governo (metas físicas) e meios para tal (recursos financeiros). Portanto, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a premissa.

Justificativa do Gestor: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC do INSS comentou o seguinte: 'No sentido de prevenir e evitar tais inconsistências, o INSS promoveu reuniões de serviços e publicou em BSL Orientação Interna 01, que dispõe sobre a utilização dos créditos orçamentários e recursos financeiros pelas Unidades Gestoras das Gerências Executivas, das Agências da Previdência Social e das Unidades Avançadas de Atendimento.'

Recomendação da SFC: Recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e a instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Ademais, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a programação. Portanto, deve-se evitar utilização de dotações impróprias para a realização de despesas."

- Despesas com Precatórios e Sentenças Judiciais

"Despesas com precatórios sendo realizadas com dotações do programa de Previdência Social Básica, quando o correto seria a utilização de programa próprio para tal (0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais).

Justificativa do Gestor: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC do INSS comentou o seguinte: "Não concordamos com afirmativa de pagamento de Precatórios neste programa. Existe sim, execução decorrente da Lei 10.099 que obriga a Instituição promover todas as condenações a ela impostas. Desta forma, as eventuais execuções vinculadas a Benefícios Previdenciários devem ser realizadas no programa a qual vincula-se aquela ação. Visualizamos nesta execução a utilização incorreta do subitem contábil direcionando no Balancete a despesa Precatórios Incluídos na Lei do Orçamento. O correto seria utilizar a classificação contábil de Sentenças para Créditos Alimentícios, conforme Plano de Contas da União. A maciça não apresenta despesas com precatórios. Quanto a Precatórios para CPF, mais uma vez justifico que trata-se de Créditos Alimentícios decorrentes de sentenças proferidas decorrentes da Lei 10.099, cuja apropriação indevida na classificação contábil de Precatórios Incluídos na Lei do Orçamento. Os pagamentos de Precatórios diretamente a CNPJ de bancos depende da forma em que o tribunal administra estes recursos, lembrando que normalmente isto ocorre com os Tribunais Regionais do Trabalho, que normalmente mantém conta no Banco do Brasil S.A. para recebimento desses recursos. Os precatórios

vinculados aos TRF's são pagos via UG/GESTÃO". E por fim: "Todo e qualquer pagamento de precatório decorre de uma ação da Procuradoria, que por sinal, mantém um bom controle e um bom relacionamento com esta Coordenação no sentido de dar cumprimento às determinações advindas do Poder Judiciário.

Recomendação da SFC: Apesar das justificativas apresentadas, recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária da área de precatórios e sentenças judiciais. Recomendamos à Setorial Contábil que registre tais restrições na conformidade contábil. Ademais, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a programação. Portanto, deve-se evitar utilização de dotações impróprias para a realização de despesas."

Em pesquisa realizada junto ao sistema SIAFI, no exercício de 2002, constatamos impropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidade diversa, e encaminhamos ao INSS um documento/relatório com os programas utilizados pelo INSS e as naturezas das despesas.

JUSTIFICATIVA:

O gestor encaminhou Ofício/INSS/DIROFL/nº 1.706, de 25.10.2002, informando que as execuções nas naturezas de despesa ressaltadas no documento/relatório "tratavam-se de enganos na execução. Já foram identificadas as Unidades Gestoras responsáveis pelas falhas e estamos providenciando os devidos acertos no SIAFI, na competência outubro/02. A Área de Orçamento e Finanças também encaminhou memorando para as unidades descentralizadas com relação a esse teor, solicitando justificativas e regularização das inconsistências encontradas".

AValiação DA SFC:

Apesar da informação das providências em curso, a impropriedade apontada no exercício de 2001 também se verifica no exercício de 2002, o Instituto apresenta fragilidade nos seus mecanismos de controle e monitoramento, precisando de medidas imediatas para a sua regularização, para que a Gestão do INSS não seja prejudicada.

- Pagamento de Juros e Multas pela Instituição

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"O Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001, solicitou esclarecimentos ou informações sobre o pagamento de juros e multas pela Instituição. Em resposta, constante do Ofício INSS/DCGAB n.º 300, de 04/03/2002, foi anexado documento contendo resumo das justificativas apresentadas pelas unidades gestoras. Constava, dentre elas, o pagamento a concessionárias de serviços (energia elétrica, água e telefone). No tocante à questão, foi informado ao gestor que o comando expresso na Súmula n.º 266 do TCU classifica como indevida a despesa decorrente de multas moratórias aplicadas entre órgãos integrantes da Administração Pública e entidades a ela vinculadas, pertencentes à União, aos Estados, ao Distrito

Federal ou aos Municípios, inclusive empresas concessionárias de serviços públicos, quando inexistir norma legal autorizativa.

Justificativa do Gestor: O gestor expediu a Orientação Interna INSS/DIROFL/CGOFC n.º 02, de 08 de abril de 2002, disciplinando o assunto, contudo, a Gerência Executiva de Marília/SP questionou a fundamentação legal da Súmula em questão por ela ter sido modificada pela Decisão TCU nº 537/1999 nos seguintes termos: "a)... de que forma seriam analisadas as despesas de concessionário de serviço público executado por empresas privadas, que porventura venham a ocorrer? b) Cite-se, neste caso as despesas de telefonia (Embratel; Telecomunicações de São Paulo - Telesp), energia elétrica (Votorantim-Energia, Companhia Luz e Força Santa Cruz; Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A; Companhia Paulista de Força e Luz) , telefonia celular (Telesp Celular), água e esgotos (DAEM de Marília; SABESP); c) O entendimento da Súmula 226 - TCU foi parcialmente revogado pela Decisão nº 537/99 - TCU - Plenário, DOU de 8-11-99? Ressalte-se, todavia, que até então a alteração definitiva da Súmula ainda não havia sido feita pelo Tribunal (conforme disposto na Decisão TCU nº 70/2002, de 06/02/2002).

Recomendação da SFC: Em que pese o questionamento da fundamentação legal que ampara a constatação, recomendamos que o gestor adote providências visando aprimorar seus processos gerenciais e seus mecanismos de controle interno levando em consideração a economicidade da gestão. Recomendamos, ainda, a abertura de processo administrativo para determinação dos responsáveis por tal prejuízo. Ressalte-se que a área responsável pelo gerenciamento dessas despesas deve exercer efetivo monitoramento sobre as UG visando evitar situações dessa natureza. Ademais, deve informar esta SFC das providências deflagradas para solucionar a questão. Por fim, é oportuno expedir mensagem às unidades visando complementar a Orientação Normativa supracitada."

Por meio do Ofício nº 6557/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 21 de agosto de 2002, foi encaminhado à Diretora-Presidente do INSS a Nota Técnica nº 390 DSPAS/SAFC/CGU/PR, de 20 de agosto de 2002, na qual foram relatadas, dentre outras impropriedades, saldo nas Contas de Juros e Multas - Para o Órgão, foi constatada a existência de R\$ 149.148,10. Esse fato já foi motivo de diligências anteriores desta SFC e já foi ressaltado no Relatório de Gestão do exercício de 2001. A própria entidade emitiu a Orientação Interna INSS/DIROFL/CGOFC nº 02, de 08/04/2002, procurando orientar a matéria. Contudo, a despeito das recomendações, permanece a existência do problema e os indícios de falta de economicidade e falhas no gerenciamento operacional.

JUSTIFICATIVA:

"Foram encaminhadas mensagens via SIAFI às Unidades Gestoras responsáveis, assim como, estamos encaminhando expediente para o conhecimento e providências cabíveis dos Gerentes Executivos. Ressalta-se que as multas e juros vinham ocorrendo por falta de recursos financeiros. Foi elaborada e remetida às Gerências Executivas a Orientação Interna Conjunta nº 055, de 02/09/2002, fl. 24), que dispõe sobre a cobrança de multas moratórias e revoga a Orientação Interna/INSS/DCPRES nº 02, de 08/04/2002."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das providências adotadas o Instituto continua apresentando, no exercício de 2002, fragilidade nos seus mecanismos de controle e monitoramento.

- Despesas com pagamentos de benefícios

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"Realização de despesas de benefícios previdenciários tendo como favorecidos pessoas físicas ou jurídicas, tendo sido também constatado pagamento de salário-maternidade a CPFs masculinos e a CNPJs, entre outros aspectos. A situação pode estar regular, contudo, parece não estar totalmente correto o pagamento paralelo ao Sistema Único de Benefícios.

Justificativa do Gestor: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC do INSS comentou o seguinte: "As constatações acima citadas decorrem de reembolso da obrigação que o INSS teria com a EMPREGADA que foi honrado pelo seu empregador (Empresa ou Profissional Liberal). Trata-se de processos de Reembolso Salário-família requeridos por Empresas, Médicos, Advogados, etc, cujo o pagamento foi processado via SIAFI". Além disso, expediu a Orientação Interna nº 01.

Recomendação da SFC: Em princípio, mantemos nosso posicionamento de que esse não seria o procedimento adequado para o caso em questão, contudo há a necessidade de um posicionamento da Procuradoria Jurídica e da área de Arrecadação do INSS no tocante à matéria. Ademais, recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Recomendamos à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil."

Sobre o assunto solicitamos ao INSS informar os casos em que esse procedimento é possível, analisar os casos encaminhados em anexo e informar os procedimentos de monitoração e providências de acerto/responsabilização em caso de erro/fraude.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta, o gestor esclareceu o que segue:

"(...) com relação ao pagamento de benefícios previdenciários, tendo como favorecidos pessoas físicas ou jurídicas, informamos que trata-se de pagamentos relacionados a reembolsos de salários família e maternidade. Temos o caso do pagamento de licença maternidade que, a princípio, seria concedido como um benefício, o qual não tenha sido requerido. Este caso ensejará requerimento de solicitação de reembolso ao empregador, uma vez que o mesmo comprovou junto ao INSS, os pagamentos dos 4 meses de licença gestante, previstos em lei, obrigando o INSS a conceder o ressarcimento, independentemente de se tratar de pessoa física ou jurídica, ou seja, o reembolso será concedido ao requerente. Outra situação é o reembolso do salário-família concedido aos Sindicatos de Trabalhadores Avulsos, ocorrendo com frequência nos grandes centros, principalmente nas regiões portuárias. Em

resumo, pode ocorrer pagamentos com indicativo de execução orçamentária nos Programas de Trabalho afetos às ações salário-família e salário-maternidade no SIAFI às pessoas físicas e jurídicas.

Enfatizamos que o Programa de Trabalho - Auxílios, permite a execução no SIAFI, visando custear as despesas com alimentação e deslocamento a beneficiários, quando propostos pelo INSS, para possibilitar a realização de ações de perícias médicas ou de reabilitação profissional.

A Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade está monitorando e corrigindo eventuais inconsistências, quanto à execução orçamentária dos Programas de Trabalho vinculados à Unidade Orçamentária 33904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Embora o gestor tenha justificado que os procedimentos realizados estão corretos, não nos foi informada a fundamentação legal que permite a realização de tais pagamentos fora dos sistemas próprios de pagamento de benefícios. Esclarecemos que este tipo de procedimento além de não ser registrado nos sistemas da Previdência, não consta das normas previdenciárias, podendo acarretar pagamento em duplicidade para um mesmo segurado. Dessa forma, constata-se que os mecanismos de controle encontram-se fragilizados no processo em questão, devendo ser adotadas medidas corretivas urgentemente.

- Indicadores contábeis de pagamentos sem dotação orçamentária

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"Ao longo do exercício, visando monitorar as ações do gestor e colher indícios para os trabalhos de auditoria, são levantados indicadores e indicativos contábeis no sistema SIAFI relativos a determinados parâmetros específicos. Um deles se denomina 'pagamentos sem dotação orçamentária' e trata de indícios de fatos dessa natureza, a partir do exame dos saldos das contas contábeis 11261.11.00 - Valores a Creditar, 11219.70.01 - Créditos em Liquidação e 52381.00.00 - Ajustes Financeiros. No caso do INSS, foram constatados saldos nas duas primeiras contas. Os saldos persistiram durante a gestão e ultrapassaram o exercício financeiro em algumas unidades gestoras. O gestor foi comunicado por meio da SA n.º 087911-07, de 01/03/2002.

Justificativa do gestor: O gestor não se pronunciou oficialmente até a data de encerramento dos trabalhos.

Recomendação da SFC: Recomendamos ao gestor que procure regularizar o mais breve possível a situação, adotando providências para racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada, mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Recomendamos, ainda, à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil. Ademais, deve informar esta SFC sobre as providências deflagradas para solucionar a questão."

Por último, foi emitida a Nota Técnica nº 390/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 20.08.2002, na qual foi abordada a questão de Pagamentos sem Dotação Orçamentária, sendo constatado que o Órgão possui saldo (em diversas UGs)

de R\$ 38.410,90 na conta contábil 11219.70.01 - Créditos em Liquidação, o que pode indicar a possibilidade de pagamento sem cobertura orçamentária.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 1541/INSS/DCGAB, de 03.10.2002, e informações anexas, foram apresentadas as seguintes justificativas:

"Em resposta ao Ofício nº 6557/DSPAS/SFC/CGU-PR e considerando a Nota Técnica nº 390/DSPAS/SFC/CGU-PR (fl. 32 a 59), que trata do levantamento de indicadores/indicativos contábeis junto ao sistema SIAFI, temos a informar que:

a) Anexo 1 - Os saldos apresentados nas contas 11219.70.01 - Créditos em Liquidação e 11261.00.00 - Valores a Creditar, não se tratam de pagamentos sem dotação orçamentária e sim, devolução de salários pagos indevidamente e/ou em duplicidade, e prestação de contas de suprimentos de fundos, registrados nas contas mencionadas, que estão sendo regularizadas via descontos FPP e/ou devolução em espécie via NS, conforme especificação abaixo (...):

UG	Nome da Unidade Gestora	Documentação/Regularização
510005	Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal	2002NL001347
510080	Gerência Executiva do INSS em Aracaju	2002NS000074 2002NS000075
510120	Gerência Executiva do INSS em Belém	2002NL000937 2002ns000055
510135	Gerência Executiva do INSS em Macapá	2002NL000625
510280	Gerência Executiva do INSS em Campo Grande	2002NS000072 2002NS000075
510580	Gerência Executiva do INSS em Manaus	Mensagem 2002551690 Mensagem 2002555217
510695	Gerência Executiva do INSS em Maringá	2002NS000007 2002NS000011
510699	Gerência Executiva do INSS em Cascavel	Mensagem 20022542809 Mensagem 2002545088
510815	Gerência Executiva do INSS em Fortaleza	2002NS000030 2002NS000031
510907	Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul	2002 NL000897 (parte) Mensagem2002551744 Mensagem2002552507
510909	Gerência Executiva do INSS em Novo Hamburgo	2002NI000985

Observação: Na conta 52381.00.00 - Ajustes Financeiros, até o momento não encontramos registros de saldos."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que houve providências e esclarecimentos por parte do gestor para regularização das falhas apontadas, entretanto há necessidade de se adotar mecanismos de monitoramento na execução orçamentária pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Direção Geral do INSS passe a monitorar efetivamente as suas Unidades Descentralizadas, visando evitar a ocorrências das falhas apontadas.

4.2.2.3 INFORMAÇÃO:**AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA FINANCEIRA****4.2.2.3.1 => Relatório de Auditoria n.º 044356, de 14/04/2000 - Prestação de Contas de 1999**

Trata-se de pendência do Relatório de Auditoria nº 044356, de 14/04/2000 - Prestação de Contas de 1999, onde foi registrado a descontinuidade na forma de tratamento dos créditos, quando do registro no SIAFI de valores na conta Diversos Responsáveis Apurados.

Assim sendo, solicitamos informação quanto à situação atual desse caso, bem como a forma de registro e o acompanhamento/monitoramento efetuado pelo Órgão sobre os valores inscritos na conta Diversos Responsáveis.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício DIROFL/nº 2003/2002, o Gestor apresentou as informações que se seguem:

"(...)

- foi encaminhado às Gerências Executivas deste Instituto, Memorando Circular/CONTAB nº 02, de 20/07/2001, cópia anexa, que estabelece homogeneidade nos procedimentos de registros e acompanhamento/monitoramento de diversos responsáveis;

(...)

No inventário correspondente ao período de 1997 a 2000, elencamos abaixo as contas que necessitam de acompanhamento por parte de cada Gerência Executiva:

- Pagamentos indevidos;
- Débito de terceiro em Prestação de Serviços;
- Responsáveis por Danos e Perdas;
- Fraudes em Benefícios;
- Saldo não Recolhidos;
- Falta ou Irregularidade de Comprovação;
- Desfalque ou Desvio;
- Multas e Juros;
- Adiantamentos Consignados Irregularmente;
- Outras Responsabilidades;
- Diversos Responsáveis - Apurados.

Ressalte-se que, com a capacitação promovida pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, estamos priorizando a instauração de diversas Tomadas de Contas Especiais, principalmente aquelas apontadas pelos Órgãos de Controle Externo e que novos cursos serão oferecidos no exercício de 2003, o que permitirá a esta Coordenação-Geral realizar o acompanhamento sistematizado das contas e evitar a ocorrência de inconsistências.

Finalmente, informamos que procedemos a emissão de Memorando-Circular CGOFC/INSS nº 06/2002 (...) endereçado às Gerências Executivas, reforçando que cada Gerência possui um Contador Responsável, sendo este o gestor que acompanhará as devidas regularizações, seguindo as recomendações apresentadas pela Secretaria Federal de Controle no Relatório de Gestão deste Instituto, buscando, principalmente, a regularização das contas vinculadas a Diversos Responsáveis."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que houve providências e esclarecimentos por parte do gestor para regularização das falhas apontadas, entretanto há necessidade de se adotar mecanismos de monitoramento na execução financeira pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Direção Geral do INSS passe a monitorar efetivamente as suas Unidades Descentralizadas, visando evitar a ocorrência das falhas apontadas.

4.2.2.4 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA PATRIMONIAL

4.2.2.4.1 => Relatório de Auditoria n.º 044356, de 14/04/2000 - Prestação de Contas de 1999

Na Prestação de Contas Anual do Exercício de 1999, foram ressaltados os seguintes itens:

- a) Inventários Físicos Financeiros - incompatibilidade entre os registros efetuados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e o SIAFI;
- b) Bens Móveis em Trânsito - continua pendente de regularização o valor de R\$5.786,58, referente ao exercício de 1996; e
- c) Desapropriação de Imóveis pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro - continuam pendentes de regularização os valores referentes à desapropriação de três imóveis situados em Botafogo/RJ.

Assim sendo, solicitamos informações quanto à situação atual dos itens ressaltados.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta o gestor, por meio do Ofício DIROFL/nº 1623, de 15.10.02, esclareceu o seguinte:

"(...)

- a) A incompatibilidade entre os registros efetuados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e os dados do SIAFI já foi detectada e corrigida pela Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário em conjunto com a Coordenação de Contabilidade, a partir do Inventário de 2001;*
- b) Os Bens Móveis em Trânsito que estavam pendentes de regularização no valor de R\$ 5.786,58, referente ao exercício de 1996, já foram regularizados no SIAFI de acordo com Notas*

- de Lançamento - NL n°s 500226, 500227, 500228, 500229 e 500230, da Unidade Gestora 511270/Gerência Executiva do INSS em São Luís, em 31 de dezembro de 2001; e
- c) Quanto à desapropriação de três imóveis situados em Botafogo/RJ, informou que o Decreto da Prefeitura do Rio de Janeiro n° 18.020, de 26 de outubro de 1999, que declarou as áreas como de utilidade pública, foi revogado pelo Decreto n° 20.047, de 11 de junho de 2001, resolvendo a pendência apontada."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista os esclarecimentos prestados pela Unidade informando que o assunto foi resolvido, bem como os comprovantes enviados, consideramos regularizadas as ressalvas.

4.2.2.4.2 => Relatório de Auditoria de Gestão n.º087911/2002

- Incompatibilidade entre os registros do SIAFI e dos Inventários de Bens Imóveis

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"Por ocasião do encerramento do exercício de 2001 não foi realizado Inventário Físico e Financeiro dos Bens Imóveis do Instituto.

As informações apresentadas no Processo de Prestação de Contas de 2001 foram extraídas do Sistema de Gerenciamento Patrimonial de Imóveis - SGPI, no qual não são consignadas informações importantes tais como: confirmação de endereço, reavaliação, estado de conservação, condições de uso, ocupação própria ou terceirizada, situação legal e atualização dos registros.

Confrontados os valores registrados no SIAFI, com os consignados nos Relatórios de Bens Imóveis das Gerências Executivas, observa-se divergência de valor das contas referentes a esses bens.

A não realização de Inventário Físico e Financeiro e de reavaliação dos imóveis contribui para existência de base de dados inconsistentes do SGPI, que aliados à carência de servidores capacitados para atuar no Setor e a falta de interação com a Área Contábil vem influenciando de forma negativa no controle e gerenciamento de imóveis no âmbito das Gerências Executivas.

Justificativa do Gestor: Não foi apresentada justificativa para o fato em questão.

Recomendação da SFC: Recomendamos maior atenção quanto aos controles internos dos Bens dos Imóveis, devendo ser tomadas providências tais como: atualizações dos dados cadastrais, realização tempestiva dos inventários, regularização das documentações, dentre outras, com vistas a facilitar a implementação das cessões ao SPU, bem como dispor de informações fidedignas que representem a realidade do patrimônio imobiliário do Instituto."

- Ausência de Inventário consolidado de Bens Móveis

"Em decorrência da implementação da atual estrutura organizacional do INSS, as atividades de logística foram transferidas para as Gerências Executivas, dentre as quais a

incumbência de proceder o controle dos Materiais Permanentes e à elaboração do Inventário Físico destes.

Entretanto, das 98 Unidades Gestoras - UGs com saldo na conta Bens Móveis em 31 de dezembro de 2001, 41 não apresentaram Inventário ou os apresentaram com valores divergentes do SIAFI.

Justificativa do Gestor: O Gestor não apresentou justificativa acerca das UGs que não apresentaram inventário.

Recomendação da SFC: Recomendamos às Gerências Executivas dispensar a devida atenção ao controle dos Bens Móveis, bem como, atentar para a elaboração e encaminhamento tempestivo dos Inventários Físicos/Financeiros desses bens por ocasião dos encerramentos dos exercícios. Igualmente recomendamos à Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna a inclusão nos escopos de suas missões a serem realizadas em 2002, a avaliação dos controles internos dos Bens Imóveis."

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou, por meio do Ofício DIROFL/n.º 1663/2002, que o Inventário Físico-Financeiro de Bens Imóveis já está concluído e corrigidas as disfunções. Quanto às divergências ocorridas no Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis já foram identificadas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade e repassadas à Coordenação-Geral de Logística, que está solicitando às respectivas Gerências Executivas os devidos ajustes.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das providências adotadas pelo gestor, correspondentes às divergências ocorridas no Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis, o assunto continua PENDENTE de regularização.

4.2.2.5 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

4.2.2.5.1 => Relatório de Gestão 087911/2002

- Servidores cedidos com ônus, sem o devido ressarcimento

No Relatório de Gestão 087911, referente ao exercício de 2001, foram apontadas inadimplências decorrentes do não ressarcimento por parte das cessionárias dos valores referentes a remuneração e encargos sociais dos servidores cedidos com ônus.

JUSTIFICATIVA:

Visando sanar as pendências do Relatório de Gestão 087911, exercício de 2001, o INSS adotou as seguintes providências:

Expediu o Memorando-Circular nº 52 de dezembro/2001, cobrando dos órgãos cessionários o ressarcimento dos valores devidos.

Em 19 de junho de 2002, pelo Memorando-Circular nº 397, notificou as Gerências-Executivas, para que estas cientificassem os órgãos cessionários sobre o retorno dos servidores, caso as inadimplências não fossem regularizadas.

De acordo com o último relatório sobre o assunto, emitido pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, restam apenas 05 casos de inadimplência, acerca dos quais já foram adotadas providências visando a regularização das situações, sendo a seguinte a situação atual:

- As despesas com remuneração e encargos dos servidores cedidos totalizam R\$ 725.148,32 (setecentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), tendo sido ressarcida a importância de R\$ 676.192,44 (cento e setenta e seis mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos), restando um débito de R\$ 30.949,19 (trinta mil, novecentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

AValiação DA SFC:

Verifica-se, portanto, que embora haja situações de inadimplência, foram adotadas providências pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, com vistas a sanar as falhas apontadas. A situação vem se encaminhando para uma situação de normalidade, entretanto, faz-se necessário a continuidade de esforços no sentido de cumprir as determinações do Decreto 4.050/2001, em sua plenitude.

Em trabalho de auditoria integrada por esta SFC com as Áreas de Auditoria Interna e de Recursos Humanos do INSS, realizadas nas Gerências-Executivas em Fortaleza e Florianópolis, foram observados dois casos de cessão com ônus para o cessionário, sendo constatado que os respectivos ressarcimentos estavam sendo efetuados regularmente.

- Quantitativo de Estagiários

O quantitativo de estagiários evoluiu de 4.317 em 2000 para 5.015 em 2001, correspondendo a um acréscimo de 16%, entretanto os desembolsos foram reduzidos de R\$ 1.460.110,35 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, cento e dez reais e trinta e cinco centavos) em 2000 para R\$ 967.897,20 (novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos) em 2001, correspondente a 33,75%.

- Pagamento indevido de Sentença Judiciais

As recomendações emanadas da Secretaria Federal de Controle Interno, continuam PENDENTES de regularização por parte do INSS, conforme evidenciado na Nota Técnica DSPAS/SFC/CGU/PR nº 947, de 18.12.2002.

4.2.2.6 INFORMAÇÃO:

4.2.2.6.1 => NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 001/2001, de 02.01.01 - Agência Laranjeiras/RJ (Fraudes em aposentadorias, publicadas no Correio Braziliense de 14/10/00, praticadas por servidores do INSS na reativação irregular de benefícios cancelados e suspensos)

No tocante ao caso em questão, foi comentado no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 087911/2002, que a Entidade havia instaurado o Processo Administrativo Disciplinar n.º 37280.000709/00-71 e apensos, contra 10 servidores lotados na Agência de Laranjeiras/RJ (Ofício/INSS/DCPRES/n.º 1.172) e que havia sido implantada a versão 7.0 do Sistema PRISMA-SUB por meio da qual não seriam mais permitidas alterações de dados que modificassem a identificação dos segurados, ou seja, os dados primários dos segurados não poderiam mais sofrer alterações quando fossem reativados.

Esta SFC/CGU-PR recomendou que fossem elaborados e enviados mensalmente relatórios gerenciais das reativações ocorridas no sistema, para que as unidades de controle do INSS (Diretoria de Benefícios, Gerências e Auditoria) passassem a monitorar o processo sistematicamente.

Assim sendo, solicitamos informações acerca das medidas implementadas, bem como estudos, planos e cronogramas formulados para regularizar de forma definitiva a questão.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta o gestor informou, em 11.10.02, que no ato de reativação de benefícios não é permitida modificação de dados de identificação dos segurados.

Com a versão 7.0 do sistema PRISMA/SUB, foi implementada crítica na concessão (COM 014), a qual não permite alteração dos dados que modifiquem a identificação dos segurados. Com o advento da Lei nº 10.043, de 08.01.02, parte destas críticas foram excluídas, tendo em vista que se considera para reconhecimento de direitos as informações existentes no CNIS. Estando os dados cadastrais incorretos, o acerto é feito pelo Sistema de Cadastramento e Alteração de Dados da Pessoa Física - CADPAF.

Com relação à atualização e revisão, deverão ser realizados estudos visando aprimorar os controles existentes nos mencionados módulos. Foi implementada no Sistema de Benefícios - SISBEN, no aplicativo INFGER - Informações Gerenciais, opção de consulta a benefícios reabertos denominada CONREA, que permite a geração de relatórios por período, com detalhamento por dia, em nível Brasil, Estado, Gerência e Agência da Previdência Social, contendo o total de benefícios reabertos, a data e o respectivo motivo de reabertura: judicial, recursos, administrativo e CNIS. O aplicativo encontra-se à disposição dos servidores que possuem acesso ao PLENUS - HOST DTPRJCV3.

Ainda, por intermédio do Of./INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003, e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, o gestor informou que vem desenvolvendo processo de supervisão periódica para avaliação dos benefícios reativados, com emissão de relatórios gerenciais que serão encaminhados à Auditoria Interna do INSS.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O gestor vem envidando esforços no sentido de aprimorar os controles internos, tendo sido implantada opção de consulta a benefícios reativados, permitindo a geração de relatórios detalhados e periódicos. Entretanto, o assunto deve ser monitorado periodicamente por parte da Diretoria de Benefícios, objetivando verificar a efetividade dos resultados apresentados nos relatórios gerados, devendo, também, ser avaliado periodicamente pela Auditoria Geral do INSS, com o encaminhamento dos trabalhos realizados a esta SFC.

4.2.2.7 INFORMAÇÃO:

4.2.2.7.1 => Relatório de Auditoria nº 111473, de 19/12/2002

Trata-se de auditoria no Programa "Qualidade no Atendimento da Previdência Social" que contempla a ação "Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social", envolvendo dentre outras atividades, a realização de obras e serviços de engenharia destinados a reformas e adaptações dos prédios onde irão funcionar as novas agências e postos da

Previdência Social. Em 2000/2001 foram realizadas 104 auditorias em obras alcançadas pelo Programa de Melhoria de Atendimento - PMA, e em 2002 foram descentralizadas 94 ações de controle, dessas 66 já foram concluídas.

As principais constatações foram: falhas na formalização dos procedimentos licitatórios; realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra; desvinculação do projeto básico; modificações no projeto original; ausência de mecanismos de fiscalização interna; falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato; recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato; itens aditivados poderiam ser previstos na licitação; acréscimos e diminuições de serviços sem aditivos de alteração; pagamentos antecipados; pagamentos de serviços não executados; não retenção de contribuição devida ao INSS; boletins de medição que não revelam a real situação da reforma; descumprimento de cláusulas contratuais; retirada de penalidade por descumprimento de Cláusula Contratual; serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas; incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, com vistas à regularização das falhas encontradas.

4.2.2.8 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - SERVIÇOS

4.2.2.8.1 Relatório de Auditoria de Gestão n.º 087911/2002

Irregularidade no contrato com a BRADIV - Processo nº 35000.004818/97-37

No Relatório de Auditoria de Gestão n.º 087911/2002, referente ao exercício de 2001, foi relatado no item 1.1.3 - Atuação das Unidades da SFC, letra "o", tópico relativo à análise do Contrato n.º 17/97 - INSS/BRADIV Indústria e Comércio Ltda. - ref. Concorrência 003/97. (Proc. 35000.004818/97-37) sobre a execução dos serviços de instalação de divisórias, incluindo o fornecimento, remanejamento, remoção e montagem de divisórias, confecção e desmontagem de armários e divisórias, nas Unidades do INSS do DF, com transporte de materiais às expensas da empresa contratada no valor de R\$ 3.200.000,00.

Dessa forma, foi solicitado ao INSS informar as providências adotadas pela Procuradoria Geral, com vistas à apuração de responsabilidade de Procuradores Federais envolvidos nas irregularidades verificadas no alusivo contrato. O Instituto, por meio do Ofício/INSS/AUDGER n.º 00094, de 03/04/2002, informou que foi instaurado processo administrativo pela Corregedoria, e que o mesmo se encontrava em fase final de instrução.

O relatório da Comissão de Inquérito, instituída por meio da Portaria/INSS/CORREG n.º 007, de 27.07.2001, teve por objetivo a apuração de responsabilidade a quem deu causa aos prejuízos decorrentes da contratação da empresa BRADIV, cujos aditamentos majoraram em 273% (duzentos e setenta e três por cento) o contrato inicial.

Conforme o relatório, a procuradora federal ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA foi indiciada por infringência ao art. 116, I e II, da Lei n.º 8.112/90 (não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e não observar as normas legais e regulamentares, respectivamente) e a procuradora federal MARIA OTERLINA CARVALHO por infringência ao art. 116, I, da Lei n.º 8.112/90.

Sobre a referida contratação, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão 527/2002 - 2ª Câmara, Seção de 22.10.2002, publicada no D.O de 18.11.2002, considerando necessária audiência para oitiva de administradores e procuradores federais responsáveis pela contratação da empresa BRADIV, em razão das irregularidades e prejuízos constatados.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício INSS/AUDGER n.º 00015, de 20.01.2003, foi encaminhado a esta SFC despacho do Sr. Procurador Geral Federal, de 20.12.2002, aprovando o contido no Parecer n.º 075/PGF/CWFF/2002, de 18.12.2002, que refuta as conclusões exaradas no relatório da Comissão de Inquérito, culminando com a absolvição das Procuradoras Federais ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA e MARIA OTERLINA CARVALHO.

O Parecer n.º 075/PGF/CWFF/2002, considerou o relatório da Comissão omissa e não conclusivo, afrontando o art. 165 da mesma Lei. E, ainda, que a infração, além de não ter sido comprovada, teve prescrita sua ação em decorrência da não efetivação de punição às indiciadas por parte da Administração.

Dentre as alegações contidas no mencionado parecer, consta que: os atos praticados pelas indiciadas limitaram-se a pareceres exarados em minuta de edital de licitação e prorrogações, por Termo Aditivo, com objeto diverso da contratação inicial; que as procuradoras apenas deram cumprimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93; e que, apesar da emissão de juízo de valor sobre a minuta de edital de licitação, o parecer somente terá validade jurídica com a aprovação pelo Procurador-Chefe, Procurador-Geral do órgão e pelo Administrador, inferindo, portanto, que as peças editadas pelas indiciadas, por não serem vinculantes, não poderiam criar responsabilidade solidária das autoras com as autoridades que praticaram o ato administrativo.

Ressalta, ainda, que os pareceres atestam que a minuta do edital está de acordo com as normas legais e regulamentares, não cabendo juridicamente às autoras adentrar no enquadramento do objeto a ser licitado, pois tal tarefa é de responsabilidade do administrador e a responsabilidade perante as irregularidades deve ser atribuída a quem autorizou a despesa, concluindo assim, por isentar de quaisquer responsabilidades as procuradoras federais.

AValiação da SFC:

À vista do exposto, verifica-se que apesar das irregularidades praticadas não houve punição para os envolvidos, sendo inclusive absolvidos conforme relato. Entretanto o assunto encontra-se em fase de audiência pelo TCU.

4.2.2.9 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - PMA

4.2.2.9.1 Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado, de 06/11/2001, Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado n.º 096166, de 23/12/2001 e Notas Técnicas n.ºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR - Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social/PMA

Trata-se de pendência relatada por meio do Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, de trabalhos consolidados pelas Gerências Regionais de Controle Interno - GRCI, no período de 25/07/2001 a 30/09/2001, nos seguintes estados: AM, BA, MA, PA, PR, SC, SP, TO, AL, CE, ES, GO, MG, MT, PE, PI, RJ, RN e RS, com o objetivo de avaliar os atos e fatos ocorridos no período de 01/01/1999 a 30/06/2001, referentes às obras de reformulação das Agências de Atendimento (PMA), do total previsto de 81.

Os questionamentos foram os seguintes:

"Diante das constatações apresentadas nos Relatórios de Acompanhamento elaborados pelas Gerências Regionais de Controle Interno, foi recomendado:

- a) reforçar os mecanismos de controle, visando cumprir, rigorosamente, as determinações constantes da Lei nº 8.666/93, no que tange à formalização legal, sob pena de anulação do ato;*
- b) que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/93;*
- c) anotar em registro próprio, conforme determina o §1º, art. 67, da Lei nº 8.666/93, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e as decisões sobre as alterações efetuadas no objeto;*
- d) que se observe rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade competente;*
- e) recomendamos a obrigatoriedade do termo de recebimento definitivo da obra e que seja exigido do fiscal designado a habilitação e o credenciamento junto ao CREA;*
- f) que se observe fielmente o que foi avençado nas cláusulas contratuais, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;*
- g) observar, quando do lançamento do processo licitatório, a adequada definição do objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, não sendo permitida apenas a inclusão de um limite máximo dos serviços a serem contratados, sem que haja a previsão do que se pretende realizar, ante a vedação constante do § 4º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E quanto ao aspecto qualitativo, que se abstenha de indicar marcas de produtos, quando tal indicação não for tecnicamente justificável conforme § 5º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E por fim, que seja imputada a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, pela infringência do disposto no referido artigo;*
- h) quando do recebimento definitivo das obras, verificar se foram integralmente cumpridas todas as condições previstas no edital e quando houver danos causados à Administração, deverá ser imputada responsabilidade ao contratado, conforme art. 66, 67, 69 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como apurar o prejuízo causado à Instituição, no valor de R\$ 9.320.69, conforme subitem 8.3 do relatório;*
- i) que se tenha mais rigor quanto ao cronograma físico e financeiro, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mãos documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos;*

j) que se obedeça, por ocasião da homologação das licitações, aos preceitos constantes no inciso IV do art. 43, da Lei nº 8.666/93, visando obter nas futuras contratações, propostas mais vantajosas para a Administração;

k) que a Administração forneça obrigatoriamente, junto com o edital, com fulcro no art. 47 da Lei nº 8.666/93, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, para que não ocorram divergências dessa natureza;

l) que se aperfeiçoe os mecanismos de controle, de modo a evitar a ocorrência de acréscimos de itens que podem ser previstos no projeto inicial, evitando-se, com isso, aditamentos que superem as outras propostas apresentadas nos certames licitatórios, devendo adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos prejuízos causados;

m) que se observe com maior rigor o que determina a Resolução INSS/PR nº 311, de 3 de novembro de 1995, item 10, sobre realização de benfeitorias em imóveis locados e, que se proceda a renovação do contrato de locação de maneira a resguardar formalmente o direito do INSS de permanecer no imóvel;

n) que a Unidade, quando houver necessidade de acréscimos ou supressões em contratos, utilize a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, conforme preceitua o inciso I do art. 58 e inciso I, alínea "b", do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

o) que o INSS, nas futuras contratações, observe o disposto no art. 20 da Lei nº 4.320/64, combinado com art. 23 do Decreto nº 93.872/86, que determina que as despesas realizadas em dotação imprópria são passíveis de impugnação, mediante representação do órgão contábil;

p) que se verifique se a empresa apresenta registro nos órgãos competentes, mesmo no caso de Dispensa de Licitação, e que se observe o disposto no inciso II do art. 27 da Lei nº 8.666/93, e ainda, quando da realização de obras e/ou serviços, se observe as disposições contidas no art. 72 da Lei nº 8.666/93, com relação à subcontratação, promovendo a rescisão do contrato quando for o caso, nos termos do art. 78, inciso VI, da supracitada Lei, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 82 da mesma Lei.

A Coordenação de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário do INSS/MPAS, encaminhou memorando circular às Gerências Executivas do INSS e Unidades de Administração e Logística, e os relatórios consolidados, solicitando pronunciamento a respeito do assunto. Recebemos manifestações das seguintes Gerências Executivas: GE Petrolina/PE, GE Canoas/RS e Mossoró/RN."

Assim sendo solicitamos justificativas informando as providências adotadas para sanar as falhas/irregularidades apontadas.

JUSTIFICATIVA:

O gestor encaminhou o Ofício DIROFL/nº 1.713, de 28.10.2002, com o seguinte teor:

"(...) informamos que foi providenciado encaminhamento de Memorando Circular DIROFL/DGPIM nº 07, de 22.02.2002, e estamos elaborando Orientação Interna que trata da normatização de procedimentos e condutas a serem seguidas pelas Gerências Executivas deste Instituto.

Adicionalmente, informamos que para minimizar a ocorrência de problemas dessa natureza, ficou estabelecido que todas as contratações de obras deverão ser previamente avaliadas pela Coordenação Geral de Logística (§ 5º do art. 1º da Portaria INSS/DCPRES nº 2.073, de 15.08.2002).

Outrossim, esclarecemos que a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário promove supervisão, por amostragem, nas fiscalizações de obras das GEX's".

O gestor encaminhou cópia do Memorando Circular nº 07/2002, e da Portaria nº 2.073, de 15.08.2002, que trata do estabelecimento de níveis de alçada para autorização de despesas referentes à aquisição de bens e serviços, contratação de obras e serviços de engenharia, bem como locação de bens móveis e imóveis de terceiros e, também, da definição de atribuições no âmbito das Gerências-Executivas.

Em virtude de a Diretoria Colegiada do Instituto não ter se manifestado de forma concisa sobre as impropriedades apontadas no Relatório Consolidado de Auditoria n.º 096166/2001 e Notas Técnicas n.ºs 062 e 083/2002/DSPAS/SFC/CC/PR, reiteramos as recomendações contidas nesses documentos, tendo o gestor apresentado os seguintes esclarecimentos:

"1) Falhas na formalização dos procedimentos licitatórios - RECOMENDAÇÃO - reforçar mecanismos de controle e instauração de processo em OSASCO/SP.

Foram encaminhadas para as Gerências-Executivas orientações gerais referentes ao assunto (Memorando-Circular n.º 007 de 22/02/02 - item 01).

Com relação à Agência Osasco/SP foi encaminhado o Memorando-Circular 02/2002 apontando os itens em que a Gerência deveria atuar.

2) Fiscalização própria ou terceirizada - RECOMENDAÇÃO - que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente.

O Memorando-Circular 007 (itens 02 e 03) orientou às GEXs nesse sentido. Adicionalmente está sendo feita supervisão das obras por profissionais da Diretoria Colegiada, por amostragem, visto o número reduzido de servidores técnicos do quadro do INSS, e com isso diminuído o número de falhas dos projetos.

3) Ausência e/ou desatualização do diário de obras - RECOMENDAÇÃO - que o diário de obras seja atualizado.

O Memorando-Circular 007 (item 04) orientou às GEXs nesse sentido, determinando que o Diário de Obras seja considerado como documento imprescindível.

4) Falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato - RECOMENDAÇÃO - que sejam designados representantes formais e que, no caso de TEFÉ/AM, seja observado o que determina o art. 63 da Lei n.º 4.320/64.

O Memorando-Circular 007 (itens 02, 03 e 05) orientou às GEXs nesse sentido, esclarecendo que, no caso da Gerência não possuir profissional habilitado, ela deveria solicitar apoio de outras gerências ou dos órgãos centrais. Relativamente a Tefé/AM, esse mesmo memorando determinou que se tenha documentos/relatórios relativos às medições físicas.

5) Ausência de termo de recebimento definitivo da obra - RECOMENDAÇÃO - existência do termo de recebimento definitivo de obras e que o fiscal seja habilitado junto ao CREA.

O Memorando-Circular 007 (item 05) orientou às GEXs sobre a necessidade de existência obrigatória dos Termos de Recebimento

provisório e definitivo de obras, bem como os fiscais possuam habilitação e credenciamento junto ao CREA.

6) Descumprimento de cláusulas contratuais - RECOMENDAÇÃO - que seja observado fielmente o que se estabelece nos contratos. O Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09) orientou às GEXs nesse sentido, recomendando que se imputasse responsabilidade ao contratado no caso de identificação de prejuízos.

7) Inspeção de compras e/ou serviços - RECOMENDAÇÃO - que os processos licitatórios especifiquem com clareza os requisitos quantitativos/qualitativos.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06 e 07).

8) Inspeção de obras - RECOMENDAÇÃO - quando do recebimento definitivo, verificar se foram integralmente cumpridas as obrigações contratuais.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09).

9) Designação de fiscal de obra não habilitado e não credenciado pelo CREA - RECOMENDAÇÃO - que seja designado fiscal habilitado junto ao CREA.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 05).

10) Cronograma físico e financeiro - RECOMENDAÇÃO - que haja fiel cumprimento do cronograma físico-financeiro.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09).

11) Preços de mercado - RECOMENDAÇÃO - que seja observado o inciso IV do art. 43 da Lei 8666/93.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 11).

12) Diferenças existentes entre especificações constantes das planilhas - RECOMENDAÇÃO - que o edital possua as informações necessárias e suficientes para que seja possível a elaboração das propostas.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 12).

13) Metragem - Não há recomendação relativa a esse item.

14) Aditamento - RECOMENDAÇÃO - que o projeto inicial seja aperfeiçoado para evitar a ocorrência de aditamento.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06, 12 e 13).

15) Benfeitorias em imóveis de terceiros - RECOMENDAÇÃO - que se observe com rigor a Resolução INSS/PR/311.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 14).

16) Fracionamento de despesa - RECOMENDAÇÃO - que não se façam DLs para execução de complementos de obra e sim que se façam aditivos aos contratos vigentes. As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 13 e 15).

17) Modificação do projeto inicial - RECOMENDAÇÃO - que os processos licitatórios especifiquem com clareza os requisitos quantitativos/qualitativos.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06, 07, 13 e 15).

18) Classificação indevida da despesa - RECOMENDAÇÃO - que nas futuras licitações as despesas sejam devidamente apropriadas.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 16).

19) Falta de qualificação técnica - RECOMENDAÇÃO - que seja verificada a habilitação das empresas, mesmo no caso de Dispensa

de Licitação, e que sejam previstos os casos de eventual sub-contratação. As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 17).

Adicionalmente, informamos que temos recomendado constantemente nos Encontros do INSS junto aos Gerentes-Executivos, Chefes de Unidades de Serviços da área de Administração e de Logística e técnicos de Engenharia e Arquitetura que cumpram com as determinações da legislação em vigor em especial com a Lei 8.666/93 e normas técnicas da ABTN, devendo ser ressaltado que no treinamento oferecido aos Gerentes-Executivos, em ago/2002, foram dedicados 3 dias para repasse de orientações a todos os Gerentes.

Temos orientado para que os Editais e Projetos Básicos contenham todas as informações requeridas para a realização de um perfeito processo licitatório. Dessa forma, informamos que o INSS está concluindo a elaboração de um conjunto de Check-List que permita a correta formalização de cada modalidade de licitação (...).

Finalmente, informamos que o INSS possui quadro reduzido de servidores Engenheiros e Arquitetos para atender mais de 100 Gerências-Executivas, que exigem constantes obras e serviços de adaptação, reformas, manutenção predial incluindo os equipamentos associados.

Assim, como há necessidade desses profissionais se envolverem em outros trabalhos da área de logística, como: avaliações de imóveis, laudos técnicos e de perícias, estudos e projetos de uso racional e de redução do consumo de energia elétrica, etc."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que foram adotadas providências parciais pela Diretoria Colegiada, estabelecendo orientações e normas de conduta a serem seguidas pelas Gerências Executivas do INSS, no sentido de aprimorar os controles sobre a execução das obras. Ficaram PENDENTES informações sobre apuração de responsabilidades e ressarcimento dos prejuízos que foram causados à Instituição pelos pagamentos realizados indevidamente, como também não foram informadas as providências adotadas pelas Gerências Executivas visando a regularização das falhas apontadas.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para apuração de responsabilidades e, se for o caso, abertura de TCE.

4.2.2.10 INFORMAÇÃO:

4.2.2.10.1 Relatório de Auditoria nº 111473, de 19/12/2002 - PMA

Trata-se de auditoria no Programa "Qualidade no Atendimento da Previdência Social" que contempla a ação "Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social", envolvendo dentre outras atividades, a realização de obras e serviços de engenharia destinados a reformas e adaptações dos prédios onde irão funcionar as novas agências e postos da Previdência Social. Em 2000/2001 foram realizadas 104 auditorias em obras alcançadas pelo Programa de Melhoria de Atendimento - PMA, e em 2002 foram descentralizadas 94 ações de controle, dessas 66 já foram concluídas.

As principais constatações foram: falhas na formalização dos procedimentos licitatórios; realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra; desvinculação do projeto básico; modificações no projeto original; ausência de mecanismos de fiscalização

interna; falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato; recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato; itens aditivados poderiam ser previstos na licitação; acréscimos e diminuições de serviços sem aditivos de alteração; pagamentos antecipados; pagamentos de serviços não executados; não retenção de contribuição devida ao INSS; boletins de medição que não revelam a real situação da reforma; descumprimento de cláusulas contratuais; retirada de penalidade por descumprimento de Cláusula Contratual; serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas; incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro.

Este assunto encontra-se melhor detalhado no item referente a Gestão de Suprimento de Bens e Serviços.

4.2.2.11 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONVÊNIOS

4.2.2.11.1 NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 202, de 26/10/2001 - INSS e CONTAG

Análise de aspectos do convênio celebrado, em 06/04/1999, entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, no que tange à denúncia de fraudes ocorridas na Previdência com benefícios da área rural, pela emissão de certidões falsas de exercício de atividade no meio rural.

No tocante ao caso em questão, foi recomendado no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 087911/2002, que fosse revisto o disposto na letra "a" do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Convênio, uma vez que há necessidade de comprovação, por documento, da autorização para o desconto de mensalidades dos Associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais legalmente reconhecidos, filiados à CONTAG, o que vem sendo processado por meio magnético, conforme prevê o Termo de Convênio.

Conforme consta do Relatório Final de Auditoria do INSS, de 21 de junho de 2002, o Instituto realizou trabalhos de auditoria em várias regionais, apresentando como conclusão que:

"(...) a emissão de Declaração de Exercício de Atividade Rural falsas decorre exatamente da falta de critérios determinados na legislação, por parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Sendo assim, entendemos que a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, órgão controlador dos referidos Sindicatos, seja cientificada de todas ocorrências de irregularidades envolvendo seus filiados. Dessa forma, tanto o Sindicato, emissor de declarações falsas, quanto a CONTAG, sejam solidários com as penalidades previstas em lei, bem como com o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, no caso de concessão de benefícios."

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou que:

*"O convênio celebrado entre o INSS e a CONTAG está sendo revisto conforme minuta de Termo Aditivo (...).O art. 115 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe que:
'Podem ser descontados dos benefícios: (...)"*

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.'

Com relação a letra "a" do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Convênio, a mesma permaneceu inalterada. Nos preocupa a solicitação contida na Nota Técnica 202/2001 - DSPAS/SFC/MF, de que o INSS deve proceder os descontos mediante a apresentação das autorizações dos beneficiários, esta ação acarretará grande prejuízo ao atendimento daqueles segurados que estão requerendo benefícios, sem contar que passaremos a trabalhar para a CONTAG. Atualmente a responsabilidade pelo desconto é da CONTAG numa relação entre associado e Sindicato, sendo os custos de processamento dos descontos pagos pela citada Entidade."

Ainda, por meio do Of./INSS/DCPRES n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF n.º 21, de 24/01/2003, o gestor encaminhou cópia da minuta de convênio a ser firmado com a CONTAG, que em sua Cláusula Segunda, alíneas "a" e "b" determina, como obrigações do INSS, receber, no ato da concessão do benefício, nas Agências da Previdência Social, a autorização do segurado para que possa promover o desconto referente as mensalidades, nos benefícios dos associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, filiados à CONTAG e, também, promover o cancelamento do desconto da mensalidade quando requerida pelo segurado.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Considerando o argumento do gestor de que a apresentação de documentos comprobatórios acarretará grande prejuízo ao atendimento dos segurados, esta SFC não está enxergando que prejuízo seria esse, uma vez que seria apenas cobrado pelo servidor do INSS ao segurado a apresentação do documento autorizando o desconto para a CONTAG.

Esclarecemos, ainda, que esse procedimento, além de ser uma exigência legal, melhoraria os mecanismos de controles internos da Instituição, haja vista a constatação da Auditoria Geral do INSS sobre declarações falsas apresentadas. Contudo, o gestor elaborou nova minuta visando regularizar a questão em pauta, porém o assunto ainda continua PENDENTE.

4.2.2.11.2 NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 249, de 10/12/2001 - Irregularidade no Convênio INSS e CETEAD

Análise do Processo n.º 44000.029441/98-02, alusivo ao Convênio s/n.º celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD, e Termos Aditivos, visando a realização de ações que possibilitem a implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária, atividade e serviços de capacitação e profissionalização no âmbito do Instituto, bem como implantação de programa de desenvolvimento gerencial integrado na busca de melhoria de qualidade da prestação de serviços; aumento do grau de satisfação do cliente e melhoria da capacitação dos recursos humanos do INSS.

No Relatório de Auditoria de Gestão n.º. 087911/2002, no item 6.1.5, foi relatado o seguinte:

"Foi constatada a ocorrência de irregularidades na gestão do convênio, como: dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei (art. 89 da Lei n.º 8.666/93); antecipação de

pagamento sem a contraprestação dos serviços (alínea "c" do art. 65 da Lei n.º 8.666/93); infringência ao art. 38 do Decreto n.º 93.872,86, que dispõe que "não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviços...; liberação de verba sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular (art. 10, inciso XI da Lei n.º 9.429/92).

Embora a despesa tenha sido classificada como Convênio, na modalidade de Aplicação Direta, por não ser contemplado no orçamento do INSS a natureza de despesa de Transferência, evidenciamos pagamentos a empresas privadas do ramo de informática para desenvolvimento de aplicativos para recuperação e tratamento de informações gerenciais e alimentação de bancos de dados (digitação), ou seja, prestação de serviços que obrigatoriamente deveriam ser licitados.

Na prestação de contas do CETEAD, observamos que do valor liquidado de R\$ 7.252.166,34, foram despendidos com Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 96,7%, que de acordo com as ordens bancárias verificadas, referem-se a pagamentos a empresas de informática, descaracterizando o conceito de aplicabilidade de Convênio. Do total liquidado, constatamos que o valor de R\$ 177.728,79 não foi comprovado pelo CETEAD.

Em razão dessas irregularidades foram feitas as seguintes recomendações: ressarcimento ao cofres do INSS do saldo existente de R\$ 177.698,81 devido à ausência de prestação de contas do referido valor e abertura de processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa de ato em desacordo com a legislação vigente.

Por meio do Ofício/DSPAS/SFC/MF/n.º 6.010/2001, foram solicitadas informações sobre o desenvolvimento e os resultados operacionais alcançados com a implantação das soluções de melhoria de gestão nas áreas de Arrecadação e Fiscalização, Benefícios e Procuradoria, bem como a situação atual de utilização. Em resposta, o INSS informou que por problemas técnicos, foi interrompida a manutenção do sistema na área de Arrecadação e Fiscalização, porém não constam informações sobre o desempenho do sistema nas áreas de Procuradoria e Benefícios igualmente abrangidas no objeto do convênio. Em nossa avaliação, o investimento realizado pelo INSS no desenvolvimento do SIGS - Sistema de Informações do Gerenciamento por Segmentação, não alcançou o êxito desejável em relação ao previsto no objeto do convênio, tendo em vista as dificuldades operacionais na execução do projeto que teve sua manutenção interrompida desde janeiro/2001. O produto gerado foi antieconômico para o Instituto, ocasionando dano ao Erário, em torno de R\$ 2.670.000,00, sem levar em consideração os gastos com treinamento de servidores.

Justificativa do Gestor: Em 01/04/2002, foi recebido o Ofício/INSS/DCGAB/n.º487, informando que o processo alusivo ao convênio celebrado entre o INSS e CETEAD foi encaminhado, no dia 13/03/2002, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, depois de uma rápida passagem pela Consultoria Jurídica do MPAS, na mesma data. Contudo, o Ofício/INSS/AUDGER n.º 00094, de 03/04/2002, informou que o processo estará sendo instaurado em 15 de abril do corrente ano. Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o gestor informou que: "o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado em 15 de abril de 2002, através da Portaria INSS/AUDGER nº 26 de 15 de abril de

2002, publicada no BS 78 da mesma data" (Memorando INSS/AUDGER nº 00138, de 17/05/2002).

Recomendação: Mantemos as recomendações contidas na Nota Técnica DSPAS/SFC/MF n.º 249/2001, ressaltando, ainda, a necessidade de se apurar responsabilidades pelos prejuízos causados em decorrência do abandono referente a aquisição e definição do produto 'SIGS'."

Foram solicitadas informações quanto à implementação das recomendações, bem como o resultado do processo instaurado.

JUSTIFICATIVA:

Mediante informações constantes do Anexo ao Ofício DIROFL/nº 1966, de 11/12/2002, com relação ao imediato ressarcimento do montante de R\$ 177.698,81 levado ao crédito do CETEAD, foram adotadas providências visando sanar a irregularidade, conforme Ofício DIROFL/nº 1965, de 11/12/2002, dirigido ao CETEAD solicitando o devido ressarcimento. Com relação a abertura de processo administrativo para apurar responsabilidade de quem deu causa ao problema, o mesmo foi instaurado em 15/04/2002, por meio da Portaria INSS/AUDGER/n.º 26, publicada no BS 78 de mesma data. O processo encontra-se em andamento.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Ante as providências em andamento, adotadas pelo gestor, o assunto permanece PENDENTE de regularização, inclusive, necessitando de medidas para abertura de Tomada de Contas Especial - TCE.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para abertura de TCE.

4.2.2.12 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - TERCEIRIZAÇÃO

4.2.2.12.1 NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 229 de 27.11.2001 - Contrato Emergencial CTIS nº 88/01

Execução de atividades de recepção e supervisão/encarregado de atendimento, nas Agências da Previdência Social, em todo o território nacional, visando a continuidade do Projeto Básico do Programa de Melhoria do Atendimento Previdenciário, abrangendo, inclusive, a identificação de perfis, recrutamento e seleção de prestadores de serviços, conforme Processo nº. 35000.002359/2001-79.

Em trabalhos anteriores realizados por esta SFC, registrados na Nota/DSPAS/SFC/MF nº 229, de 27.11.2001, foi recomendada a revisão das atribuições delegadas para as atividades de Recepção e Encarregado de Atendimento, de forma a verificar se as mesmas estão afetas a estrutura regimental do Instituto, como também que fosse avaliada a real necessidade da contratação de mão-de-obra terceirizada, com vistas a suprir as Agências da Previdência Social. Constatada a necessidade, fosse observada a fixação do quantitativo ideal de servidores de cada unidade, a distribuição e a localização, levando em conta, inclusive, o contingente atual do quadro efetivo, atentando-se para o prazo de 180 dias de vigência do contrato emergencial, para a contratação das atividades previstas no Decreto nº 2.271, de 07.07.97, inseridas no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social.

Foi recomendado, também, a abertura de processo disciplinar com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa a contratação de pessoal sob o regime de terceirização, após a data de ciência de que os serviços de terceirização de mão-de-obra prestados pelo Contrato nº 24/1998, haviam sido considerados irregulares, por não guardarem conformidade com o enquadramento da despesa, ferindo as disposições constantes da Lei nº 8.666/93.

O gestor, por meio do Ofício nº 1300/GABINETE DIRETOR PRESIDENTE/INSS, de 12.12.2001, apresentou justificativas aos pontos levantados, porém, em decorrência dos trabalhos de Auditoria de Acompanhamento realizados por esta Secretaria, referentes a 2002, constatou-se que as recomendações não foram implementadas, exceto quanto à abertura de processo administrativo disciplinar.

Visando acompanhar os fatos e avaliar a atuação do gestor, esta SFC solicitou informações quanto à efetiva implementação das recomendações em questão, bem como quanto ao resultado do processo disciplinar instaurado.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística encaminhou a esta Secretaria Federal de Controle Interno, o Ofício DIROFL/nº 1844/2002, de 22.11.2002, e anexo, informando o seguinte:

"A questão relativa à eventual coincidência entre atribuições delegadas para as atividades de Recepção e Encarregado de Atendimento, foram definitivamente apreciadas pelo Tribunal de Contas da União, decidindo em sessão plenária do dia 16/10/2002 (Ata nº 38/2002 - Decisão 1.408), que as referidas atividades não poderiam ser exercidas por prestadores de serviços. Por outro lado, concedeu o prazo de 06 (seis) meses para que o INSS não mais se utilizasse de terceiros para receber e formatar benefícios. Assim sendo, s.m.j., acreditamos que não cabe rever as atividades de Recepção e Encarregado de Atendimento, tendo em vista que, a partir do final do mês de março/2003, o INSS não poderá utilizar-se de mão-de-obra terceirizada para aquelas atividades.

Relativamente à fixação do quantitativo ideal de servidores de cada unidade, informamos que a Controladoria e Diretoria de Recursos Humanos, permanentemente, vêm aperfeiçoando um modelo de avaliação das Unidades do INSS e que, dentre outros objetivos, prevê a utilização de um modelo teórico para quantificação dos recursos necessários à cada unidade. Alerta-se que, atualmente, as Diretorias de Recursos Humanos e de Benefícios consideram as demandas de serviços para quantificar as necessidades de cada Unidade. Ressalte-se ainda, que essas mensurações não são fixas, podendo ser alteradas com o tempo em função de sazonalidade associada ao perfil da população e de mudanças geo-econômicas. Finalmente, informamos que em termos globais, a necessidade efetiva de pessoal para o Instituto está calculada em cerca de 18.000 servidores, e que essa demanda já foi encaminhada aos órgãos competentes com solicitação de aprovação de concurso público."

Em complemento ao Ofício DIROFL/nº 1844/2002, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística encaminhou a esta Secretaria Federal de Controle Interno o Ofício DIROFL/nº 1.846/2002, de 25.11.2002, informando

que determinou o cancelamento de todos os contratos de terceirização de mão-de-obra e que agregou em um único contrato todas as eventuais necessidades de mão-de-obra, objetivando garantir o cumprimento da determinação do TCU até 04.04.2002.

Comunicou, também, que em decorrência da decisão do TCU, a Diretoria Colegiada do INSS encaminhou relatório detalhado das consequências para a Previdência caso não fosse aprovada a imediata realização de concurso público, o qual foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministro da Previdência e Assistência Social.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Ressalte-se que, considerando a Decisão nº 1.248/2002 - TCU - Plenário, referente TC 010.805/2000-4, que determina ao INSS que *"adote as devidas providências, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no sentido de fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada para a execução de atividade-fim da Autarquia, consistente na habilitação e formatação de benefícios no sistema de processamento de dados da Previdência Social"*, o Instituto efetuou nova contratação emergencial, por meio de Dispensa de Licitação nº 84/2002, processo 35000.002314/2002-00, pelo período de 150 dias e ratificou ao Ministério do Planejamento o pedido de realização de Concurso Público, encaminhado pelo Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Interino, em 10.10.2002, por meio do Aviso nº 315 (Ofício nº 1810/DCPRES/INSS, de 14.11.2002).

Constata-se que o assunto em questão continua PENDENTE de regularização, apesar do prazo concedido pelo TCU, e ainda não foi encaminhada informação sobre os resultados da apuração de responsabilidade para o caso em questão.

4.2.2.13 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - OBRAS

4.2.2.13.1 Relatório de Auditoria n.º 053596B, de 30/06/2000 - Contrato INSS e CDM Ltda.

O assunto referente ao Contrato INSS e CDM, foi objeto de análise e avaliação também no Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, onde foi abordado o seguinte:

"Análise e avaliação dos atos de gestão relativos ao contrato celebrado entre o INSS/SP e a Construtora CDM Ltda. Foi constatado prejuízo à Instituição pela paralisação da obra, tendo sido recomendada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar objetivando apurar quem deu causa à referida paralisação. Em atenção ao proposto, a Auditoria-Geral do INSS informou, por meio do MEMORANDO INSS/AUDGER n.º 00803, de 30/10/2001, que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos.

Em 28/12/2001, a SA n.º 03/0883002001 solicitou informar situação atual do processo administrativo instaurado.

Justificativa do Gestor: *Em resposta, recebemos a informação da Corregedoria do INSS de que os trabalhos da Comissão de Inquérito foram encerrados em 08/01/2002 e os autos se encontravam na Divisão de Corregedoria em São Paulo, para análise.*

Diligenciada pelo Ofício n.º 624/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, a Divisão de Corregedoria, por meio do Ofício INSS/DIVISÃO DE CORREGEDORIA n.º 00129/2002, de 26/02/2002, encaminhou, em anexo, as peças referentes ao Processo Administrativo Disciplinar 35366.000077/00-99.

Foram instituídas três Comissões, a primeira em 28/12/2000, por meio da Portaria INSS/AUDREG n.º 108; a segunda pela Portaria INSS/AR II n.º 06, de 02/03/2001; e a terceira, pela Portaria INSS II n.º 34, de 28/09/2001, para apuração de responsabilidade, sendo que o assunto continua pendente de solução e foi encaminhado à Auditoria Geral, em 30/01/2002, para a realização de Missão de Auditoria objetivando estender verificações desde o projeto básico até a posição atual da obra."

Após a leitura de versão preliminar deste Relatório, o gestor se posicionou da seguinte forma: "a informação de que os autos foram remetidos à Auditoria-Geral em 31.01.2002 não condiz com a realidade, posto que (...) os autos deixaram a Auditoria Regional II - São Paulo, em data posterior a 04.03.2002, dando entrada na Auditoria-Geral em 04.04.02 e retornando àquela Auditoria em 08.04.02 determinando a continuidade da apuração.

Ressalte-se que a informação prestada através da Divisão de Corregedoria pelo Ofício INSS/DIVISÃO DE CORREGEDORIA n.º 129/2002 não foi de conhecimento desta Auditoria-Geral" (Memorando INSS/AUDGER n.º 00138, de 17/05/2002).

Em decorrência da constatação de prejuízos ao INSS pela paralisação das obras, foi recomendado por esta SFC a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Of. INSS/AUDGER/n.º 00439, de 28.11.2002, o gestor informou que após instaurado o referido processo, os autos foram encaminhados para a Divisão de Auditoria em Gestão Interna da Auditoria Regional II-SP, para diligências. Em aditamento ao citado Ofício, foi encaminhado o Of./INSS/AUDGER/n.º 00011, de 13.01.2003, com cópia da Portaria/INSS/AUDREG II-SP/DCORREG/n.º 043, de 05.12.2002, constituindo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos apurados na execução dos contratos.

Para esclarecimento dos fatos, foi também realizada Missão Extraordinária pela Auditoria Regional II/INSS/SP no período de 01/07 a 16/08/2002, cujos resultados, em linhas gerais, foram: descumprimento da Lei n.º 8666/93; ausência de análise dos termos aditivos pela Procuradoria do INSS; inexistência de comprovantes e consultas ao SICAF; inexecução parcial dos contratos, antecipação de pagamentos; pagamentos sem cobertura contratual; pagamentos de serviços diferentes dos contratados.

Foram apurados prejuízos ao Instituto no montante de R\$ 234.976,79, correspondentes aos seguintes instrumentos: Contrato n.º 21-300.1/43/98 (Processo n.º 35366.000340/97-45 - Pirassununga - valor: R\$ 21.604,23); Contrato n.º 21-300.1/45/98 (Processo n.º 35366.000342/97-71 - Itu - valor: R\$ 27.394,13); Contrato n.º 21-300.1/42/98 (Processo n.º 35366.000362/97-88 - Campinas - valor: R\$ 174.084,11) e Contrato n.º 21-300.1/44/98 (Processo n.º 35366.000341/97-16 - Tatuí - valor: R\$ 14.296,51).

Ainda, por meio do Ofício nº 306 /INSS/DCGAB, de 17/03/2003, o Gestor informou que o Processo Administrativo nº 35366.001558/2002-18 encontra-se atualmente sobrestado em face da necessidade de substituição de um dos membros da Comissão Processante.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Ratificamos as recomendações anteriores, quanto à instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades. O assunto encontra-se PENDENTE.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para apuração de responsabilidades e, se for o caso, abertura de TCE.

4.2.2.14 CONSTATAÇÃO:

4.2.2.14.1 Relatório de Auditoria nº 087911/2002 desta SFC - Irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência n.º 002/2001 e contratação emergencial de software destinado ao gerenciamento eletrônico de fila nas APS

Foi citado no Relatório de Auditoria 087911/2002, resumidamente, o que segue:

"O Conselho de Administração da DATAPREV decidiu pela contratação emergencial da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda., por dispensa de licitação, visando o gerenciamento informatizado de 235 APS e a adequação do software em outras 70 APS, com vigência fixada de 16.02.2000 a 13.12.2000. A referida contratação no valor global de R\$ 6.127.595,00 foi realizada pela DATAPREV, sendo homologada em 15.06.2000. O fato gerou encargos tributários desnecessários ao INSS, causando prejuízo no valor de R\$ 857.863,30, referente a Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, considerando que o Instituto, autarquia federal, tem isenção tributária, ao contrário da DATAPREV, empresa pública - pessoa jurídica de direito privado.

Recomendação: Embora o certame licitatório tenha sido anulado, verificamos que não houve apuração de responsabilidade sobre quem deu causa aos prejuízos constatados em razão de contratação emergencial realizada pela DATAPREV, pela qual mantemos a recomendação constante do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão n.º 084952/2001."

Solicitamos informações quanto ao cumprimento da recomendação referente à contratação emergencial realizada pela DATAPREV.

JUSTIFICATIVA:

O gestor manifestou, por meio do anexo ao Ofício DIROFL/nº 1966/2002, que a recomendação foi feita para a DATAPREV, assim sendo, s.m.j., não cabe ao INSS se pronunciar sobre o assunto.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE, uma vez que o INSS arcou com custos adicionais (impostos), no valor de R\$ 857.863,30, por serviços que deveriam ser contratados diretamente pelo mesmo, além de não ter adotado as devidas providências para sua regularização (apuração de responsabilidade e TCE).

RECOMENDAÇÃO:

O INSS deve adotar providências para apuração de responsabilidade, por meio de processo administrativo disciplinar, e abertura de TCE.

4.2.2.15 INFORMAÇÃO:

Foi inserida, indevidamente, no item 6.2.11 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 070246/2001, referente ao exercício de 2000, ressalva quanto à reforma do imóvel em Santo Amaro - PE, que tratou de pagamentos antecipados sem que houvesse

conclusão das etapas em obras do PMA, necessitando, portanto, que o referido item seja corrigido.

4.2.3 ASSUNTO: Tomada de Conta Especial - TCE

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO: Tomada de Contas Especial (IN/TCU nº35/2000 e Decisão Normativa/TCU nº43/2001)

No decorrer do exercício de 2002, foram concluídos 09 (nove) processos de Tomada de Contas Especial, sendo 08 (oito) provenientes de obras inacabadas relativos a construção de Postos de Benefícios, no Estado do Maranhão. Os processos de TCE foram instaurados no exercício de 1995, cujo os autos já foram analisados pelo Tribunal de Contas da União e devolvidos para complementação de informações pelo INSS, e 01 (um) relativo ao Convênio nº 02/91, firmado com a Secretaria de Polícia Federal/DPF, conforme especificamos a seguir:

PROCESSO/TCE/ Nº	ASSUNTO	UF	VALOR TOTAL DO DÉBITO (R\$)	AGENTE RESPONSÁVEL
35000.009478/1995-04	Construção do Posto de Benefício de Tutóia	MA	33.927,19	Almir Lopes Moreira e Marinel Dutra de Matos
35000.009475/1995-16	Construção do Posto de Benefício de Riachão	MA	30.499,12	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009479/1995-69	Construção do Posto de Benefício de Açailândia	MA	34.705,17	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009480/1995-48	Construção do Posto de Benefício de Colinas	MA	67.554,85	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009477/1995-33	Construção do Posto de Benefício de Vargem Grande	MA	72.510,75	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009481/1995-19	Construção do Posto de Benefício de Timon	MA	28.027,54	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009483/1995-36	Construção do Posto de Benefício de Lago da Pedra	MA	12.848,75	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009482/1995-73	Construção do Posto de Benefício de Presidente Dutra	MA	49.767,23	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.004075/94-61 35000.6084/91-81-Ref. Convênio nº 02/91	Convênio firmado com a SPF/DPF	DF	-	-

Com o objetivo de verificar o andamento dos trabalhos e os controles mantidos pela Instituição no que se refere a instauração de Tomada de Contas Especial, no exercício de 2002, solicitamos as seguintes informações:

- informar quantos processos de TCE foram instaurados e a instaurar, no exercício de 2002, pela Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, especificando a data da comunicação para a devida instauração; e
- solicitamos, ainda, informações de TCE em nível Brasil, bem como quanto ao que dispõe o art. 7º da Instrução Normativa/TCU nº 35/2000- 09-18.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 499 INSS/DCGAB, de 24/04/2003, o gestor apresentou as seguintes justificativas/esclarecimentos:

"(...) esta Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade já manifestou a necessidade de alteração da Estrutura do Órgão, sugerindo a criação de uma Divisão, vinculada a esta Coordenação, com atribuição específica, os assuntos relativos as demandas decorrentes dos Órgãos de controle interno e externo, com ênfase no acompanhamento de Tomada de Contas Especial. Outra proposição é estender a atribuição de instauração de Tomada de Contas Especial aos Serviços/Seções de Orçamento, Finanças e Contabilidade localizados nas Gerências-Executivas.

Esclarece-se que houve restrições orçamentárias vividas por este Instituto nos últimos anos, o que dificultou a implementação de uma

ação permanente de capacitação de recursos humanos voltada para objetivo de instauração de TCE's, uma vez que, normalmente, os recursos destinados a atender despesas com diárias e passagens são escassos.

(...)

Esclarecemos ainda, que foi constituído Grupo de Trabalho que instaura TCE, no Estado do Rio de Janeiro - RJ, para que no prazo de 90 (noventa) dias sejam formalizados, analisados e concluídos os trabalhos, referentes a diversos processos, conforme Portaria DIROFL nº 2993, de 17/10/2002, (...)

Finalmente, informamos que esta Coordenação estará promovendo um mapeamento, neste exercício, visando identificar processos que serão objeto de instauração de Tomada de Contas Especial, em especial aos processos relativos à Portaria INSS/DIROFL nº 2.993, de 17/10/2002 (...), objetivando a intensificação de parcerias com a Auditoria-Geral e Corregedoria-Geral."

Quanto aos 21 processos administrativos disciplinares, com indicação de instauração de TCE em virtude da existência de prejuízos à Instituição, por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00063, de 12/03/2003, foram prestadas as seguintes informações:

Itens	Número do Processo	Auditoria Regional Responsável	Data de encaminhamento à Auditoria Regional
01	35301.017912/98-05	AUDREG III - RJ	01.05.2002
02	35000.002073/01-66	AUDREG III - RJ	21.10.2002
03	35204.001657/02-45	AUDREG V - PE	04.11.2002
04	35204.019355/98-48	AUDREG V - PE	18.10.2002
05	35301.001706/99-47	AUDREG III - RJ	18.06.2002
06	35301.000949/00-19	AUDREG III - RJ	18.06.2002
07	35301.010138/98-76	AUDREG III - RJ	19.06.2002
08	35204.004403/99-66	AUDREG V - PE	03.12.2002
09	35301.065989/92-05	AUDREG III - RJ	23.12.2002
10	37284.000629/01-10	AUDREG VI - DF	15.03.2002
11	35301.005705/96-83	AUDREG III - RJ	17.10.2002
12	35166.000076/00-46	AUDREG VI - DF	09.08.2002
13	35301.006275/98-33	AUDREG III - RJ	30.10.2002
14	35232.001610/01-81	AUDREG V - PE	07.08.2002
15	35172.000070/02-98	AUDREG V - PE	25.06.2002
16	35204.017641/97-15	AUDREG V - PE	27.08.2002
17	35204.012598/99-72	AUDREG V - PE	21.08.2002
18	35059.000125/00-95	AUDREG III - RJ	08.04.2002
19	35301.017981/98-10	AUDREG III - RJ	08.04.2002
20	35059.004168/99-34	AUDREG III - RJ	07.05.2002
21	35043.001313/00-82	AUDREG V - PE	12.04.2002

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Direção do INSS responsável pela instauração de TCE, independentemente dos problemas estruturais, deve agir tempestivamente no sentido de constituir comissões nos Estados, onde ocorrerem fatos que resultem em prejuízo ao Instituto, promovendo a instauração de TCE, para apuração de responsabilidade, conforme preceitua a IN/TCU nº 35/2000-09-18, tendo em vista que não houve instauração de processos de TCE em 2002. Ressaltamos, também que o assunto é objeto de decisões do TCU, bem como de recomendações desta SFC constantes deste relatório.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências no sentido de constituir comissões nos Estados onde ocorrerem fatos que resultem em instauração de TCE, visando apuração de responsabilidade, em atendimento ao que preceitua a IN/TCU nº 35/2000-09-18 e Decisão Normativa/TCU nº 43/2001.

4.3 SUBÁREA - CONTROLES INTERNOS

4.3.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

4.3.1.1 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de avaliar a atuação da Auditoria Interna do INSS, solicitamos ao Auditor-Geral que nos fornecesse os relatórios das ações de auditoria realizadas no exercício de 2002, em consonância com o PAAAI; relatórios gerenciais de auditoria das áreas de Arrecadação e Procuradoria, Benefícios, Gestão Interna e Corregedoria; relatórios gerenciais por regional; e relatório gerencial com comentários sobre as restrições que influenciaram nos resultados dessas ações.

Em atenção ao solicitado, o gestor encaminhou a esta SFC os Relatórios de Auditoria elaborados pelas Auditorias Regionais/Corregedoria e Relatório de Gestão da Auditoria Interna do INSS do exercício de 2002.

Corregedoria:

O relatório de atividades da Corregedoria indica o quantitativo de 201 penalidades aplicadas durante o exercício de 2002, quais sejam: 64 advertências, 56 suspensões, 75 demissões, 6 cassações de aposentadoria e destituição de cargo em comissão, bem como o quantitativo de 144 processos administrativos disciplinares em curso.

Foi informado o encaminhamento de 21 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, às Auditorias Regionais, com existência de prejuízos para o Instituto, para instauração de Tomada de Contas Especial - TCE e, 71 Processos Administrativos Disciplinares à Procuradoria Federal Especializada/INSS, para adoção de providências inerentes à Procuradoria.

Como melhoria foi informado a respeito da elaboração do Manual de Procedimento Disciplinar, aprovado pela Resolução/INSS/DC nº 114, de 17/12/2002.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em linhas gerais a Corregedoria apresentou uma evolução dos procedimentos adotados em relação ao exercício anterior, em razão da elaboração do Manual de Procedimento Disciplinar e a constituição de Comissões de Ética no âmbito das Gerências Executivas. Entretanto, não há informações sobre o planejado. Dessa forma, há necessidade de adoção de providências no sentido de elaborar o planejamento com base no estoque existente no início de cada exercício, explicitando os exercícios a que correspondem os processos, destacando as entradas; a quantidade de comunicação para instauração de Processos Administrativos Disciplinares - PAD, e sua efetivação, bem como demonstrar seus resultados.

Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios:

Foram planejadas 279 ações ordinárias, sendo executadas 91, perfazendo 32,6% do total planejado. Encontram-se em andamento 31 ações. Foram realizadas também 27 ações extraordinárias e estão em andamento 7 ações.

O relatório de atividades informa que foram realizadas diversas ações, como: conclusão de análises de processos pertencentes ao acervo interno; avaliação do cumprimento de recomendações de auditoria já

emitidas, elaboração de manuais; implementação de ações de auditoria extraordinária pelas Regionais; avaliação do processo de benefícios rurais; credenciamento médico; acompanhamento das ações relativas à MAGER (SP e RJ); análise de processos de concessão e manutenção de benefícios relativos a aposentadorias, pensão por morte, pensão alimentícia, auxílio-doença.

Visando investir na capacitação de recursos humanos foram realizados os seguintes eventos: Workshop do Sistema SABI; elaboração de bancos de dados e treinamento-prospecção em ACCESS; capacitação de multiplicadores para manutenção, legislação de benefícios e CNIS-VR; fórum Benefícios e Benefício e Auditoria; TV Executiva Prisma - Versão 8.2; parceria benefício e auditoria; atualização do manual do AUDIT, aplicativo SISBEN.

Das 156 ações ordinárias e extraordinárias concluídas, foram detectadas 6.761 irregularidades, sendo emitidas 1.199 recomendações. A maior parte das irregularidades verificadas foram decorrentes de: conversão indevida, não comprovação do vínculo empregatício e não comprovação de atividade rural para segurado especial.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Embora constem informações sobre as ações executadas e dos esforços para capacitação de pessoal, não vislumbramos na atuação da referida Coordenação, sistematização de processo de trabalho das ações planejadas. Observa-se também a ausência de relatórios gerenciais, de forma a consolidar as recomendações, carecendo de ações relativas ao monitoramento e acompanhamento das providências adotadas e as respectivas regularizações. Não constam, ainda, os efetivos resultados dos treinamentos realizados.

Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna:

Foram planejadas 200 ações ordinárias, sendo executadas 95, atingindo 47,5% do planejamento. Foram realizadas, também, 15 ações extraordinárias.

As atividades abrangeram as áreas de Recursos Humanos e Orçamento, Finanças e Logística. Na área de Logística, as ações de auditoria enfocaram: aquisições de material permanente; contratação de serviços de reprografia, limpeza e conservação, vigilância, de obras e reforma de imóveis; manutenção de ar condicionado, de elevadores, viaturas, rede telefônica; locação de veículos, embarcações (postos flutuantes), imóveis de terceiros.

Foram elaborados 18 dossiês que foram remetidos às Divisões de Corregedoria das Auditorias Regionais, sugerindo apuração de responsabilidade em face das irregularidades ocorridas em processos de licitação, de dispensa de licitação e de suprimento de fundos, onde apresentamos os principais dados referentes aos casos analisados:

Gerência Executiva em Jundiaí:

- Foi constatada irregularidade em processo emergencial para contratação de serviços de telefonia na Gerência em Jundiaí e sua jurisdição, não tendo havido a publicação em DOU na época própria, foi realizada a prorrogação da contratação emergencial após expirada a vigência contratual;

Gerência Executiva em Bauru:

- Foi constatada irregularidade no processo n.º 35378.003948/2000, referente à contratação emergencial para operadores de elevadores na Gerência em Bauru, tendo ocorrido a retroatividade da vigência contratual;

Gerência Executiva em Araraquara:

- Foi constatada irregularidade no processo n.º 35373.002241/99-71, referente a contratação emergencial na Gerência em Araraquara, com retroatividade na prorrogação da vigência contratual, uma vez que o Termo Aditivo não foi formalizado tempestivamente, e sem constar a aprovação da minuta do Termo Aditivo pela Procuradoria (art. 38, § único e art. 60, § único, ambos da Lei 8.666/93);

Gerência Executiva São Paulo - Centro:

- Foi verificado o desaparecimento de perfis (alumínio) de divisórias na Gerência - SP - Centro, com o registro no livro de ocorrência da vigilância, constando que servidor não autorizado teve acesso ao prédio fora do expediente, e que também o mesmo servidor teria autorizado terceiros a adentrar as dependências do INSS fora do expediente e retirar materiais.

Gerência Executiva em Ribeirão Preto:

- a) Foi verificada irregularidade no processo n.º 35426.003757/1999-98, referente a contratação de empresa de limpeza em situação irregular, junto à Gerência em Ribeirão Preto, visto não ter sido realizada a consulta ao SICAF antes da assinatura do contrato, permanecendo a empresa por longo período prestando serviços, com os pagamentos não podendo ser realizados pela falta de regularização, e sem ter sido providenciada a rescisão contratual;
- b) Foi verificada irregularidade na concessão do Suprimento de Fundos no valor de R\$ 8.000,00, pelo limite não estar de acordo com o subitem 4.2 da Ordem de Serviço INSS/DFI/n.º 60, de 30 de setembro de 1998, que estipula até 5% (cinco) por cento do valor estabelecido na alínea "a", do inciso II do artigo 23, da Lei n.º 8.666/93, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9.648/98, ou seja, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- c) Foi verificada irregularidade no processo n.º 35426.003134/2000-21, referente a contratação com fulcro no art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, de acordo com o Parecer da Procuradoria, embora a Administração tenha inicialmente enquadrado no art. 24, inc. IV, do mesmo diploma legal, visando a aquisição de 1.800 galões de água mineral na Gerência em Ribeirão Preto, para entrega na localidade de Ribeirão Preto, bem como nas demais Unidades subordinadas, com o valor acrescido para entrega nessas Unidades, levando em conta o custo adicional de operacionalização da entrega. Entretanto, no contrato constou como local de entrega o endereço da Gerência Executiva, e constatou-se que os serviços foram repassados a outras empresas das demais localidades, as quais faziam a entrega, portanto, sem o custo adicional e sem que essa subcontratação tivesse autorização expressa da Administração. Também houve o pagamento antecipado pelo total a ser fornecido pelo período de 6 (seis) meses, com o fornecimento de tickets, tendo sido declarado, indevidamente, o recebimento do total de galões a ser fornecido, no verso da nota fiscal, uma vez que a entrega não foi na forma de galões, mas de tickets, para fornecimento futuro.

Gerência Executiva em Taubaté:

- a) Foi constatada irregularidade no processo n.º 35446.000300/2001-23 - DL art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, referente a conserto de viatura oficial, não tendo sido formalizado o respectivo Instrumento Contratual ou NE/Condições Gerais, bem como, tratando-se de pessoa jurídica, deixou

- de ser exigida a Certidão Negativa de Débito - CND, Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão quanto à Dívida Ativa da União;
- b) Foi constatada irregularidade no processo n.º 35446.000326/2001-71 -DL - art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, referente a aquisição de materiais, não tendo sido formalizado o respectivo instrumento contratual ou NE/Condições Gerais, e não foi aplicado o critério do menor preço;
 - c) Foi constatada irregularidade no processo 35446.000548/2001-94 - DL - art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, também não tendo sido formalizado o respectivo instrumento contratual ou NE/Condições Gerais;
 - d) Foram constatadas irregularidades no processo 35446.001428/2000-99, referente a Serviços de Limpeza e Conservação - TP n.º 09/2000, tendo sido verificado o seguinte: o enquadramento na modalidade inadequada, sem considerar-se as possíveis prorrogações em até 60 meses, de acordo com a Lei; não houve Parecer da Assessoria Jurídica para aprovação das Minutas; não houve publicação na Imprensa Oficial, da Sessão de Abertura dos Envelopes de Propostas; não houve comunicação às empresas da data, horário e local em que seria realizada a Sessão de Abertura de Propostas; não houve formalização da Ata de Sessão de Abertura das Propostas; falta de rubrica da Comissão e dos Licitantes presentes na documentação de propostas; não anexação da documentação de habilitação e proposta de um dos licitantes; exclusão injustificada de uma das empresas na fase de habilitação; decisão da classificação de propostas e adjudicação por apenas 2 (dois) integrantes da Comissão.

Extinta Coordenação de Administração

- Contratação de Manutenção Predial Especializada: Foram complementadas informações referentes à Ação de auditoria realizada na contratação de empresa para execução de serviço de manutenção predial - JOB, na qual haviam sido constatadas diversas irregularidades, que geraram a apuração do valor significativo de R\$ 499.773,05 (quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e três reais e cinco centavos), e encaminhamento à Divisão de Corregedoria para apuração de responsabilidade, após ser convalidado pela Diretoria Colegiada.

Na área de Recursos Humanos as ações envolveram: processos de concessão e pagamento de diárias; demissões ou cassação de aposentadoria por inquérito administrativo; auxílio-transporte; indenização de transporte; ajuda de custo; adicional de insalubridade e periculosidade; acumulação de cargos; declaração de bens e rendimentos.

Das ações realizadas, foram elaborados 3 dossiês com encaminhamento à Corregedoria para apuração de responsabilidade, face as irregularidades verificadas nos processos de ajuda de custo e vantagem pessoal.

Também foram implementadas ações com proposta para atualização dos sistemas de controles internos informatizados, facilitando a supervisão e controle por parte dos gestores, revisão e atualização dos manuais internos de procedimentos, visando a busca contínua da melhoria dos fluxos operacionais do INSS, repassando orientações/instruções técnicas aos servidores que executam tarefas atinentes às áreas de Recursos Humanos, Logística, Contabilidade e Finanças.

Foram emitidas 2.609 recomendações, sendo regularizadas 1.416, que representaram 54,27%. As disfunções/irregularidades encontradas deveram-se, principalmente, ao fato da não capacitação dos servidores das áreas envolvidas.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar da atuação abrangente da Coordenação Geral de Auditoria em Gestão Interna, verificamos a necessidade da elaboração de relatórios de avaliação das Divisões Regionais e de relatório gerencial, por parte da mencionada Coordenação, contemplando as melhorias ocorridas, as providências adotadas pelas áreas auditadas e os resultados efetivos das implementações das recomendações emitidas, por meio de monitoramento e acompanhamento dessas ações.

Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria:

Foram planejadas 162 ações de auditoria, sendo executadas 85 ações ordinárias, o que corresponde a 52,47% do planejado. Foram realizadas 23 ações extraordinárias, perfazendo um quantitativo de 108 ações de auditoria executadas.

As ações envolveram análise de processos referentes a parcelamento, as respectivas fases, NFLD, Dívida Ativa, obras de construção civil, emissão de CND, arrecadação, débitos administrativos, débitos em atraso, créditos extintos, avaliação dos resultados das ações fiscais, planejamento da ação fiscal, procedimento de cobrança judicial, operacionalização da cobrança, denúncias, irregularidades em procedimentos de arrecadação e fiscalização; trabalhos realizados pelas Auditorias Regionais; mapeamento dos riscos dos processos e sistemas da área de Cobrança e Procuradoria, juntamente com a Gerência de Risco/MPAS, visando identificar as fragilidades do sistema, propondo pontos de controle; ação preventiva e corretiva na área de Fiscalização, juntamente com a SFC, avaliando o planejamento e resultado da ação fiscal.

A Coordenação Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria, com objetivo de propiciar maior integração dos servidores da Auditoria Geral e suas Regionais e visando a uniformização de conceitos e procedimentos para realização dos trabalhos, elaborou Projeto de Auditoria a ser implementado em todas as áreas da Auditoria Geral.

Das ações executadas, foram verificadas as seguintes disfunções/irregularidades: Recolhimentos anteriores ao ano de 1988 sem possibilidade de comprovação no sistema; diversas renovações de Certidão Negativa de Débito - CND, anteriores ao ano de 1988, sem possibilidade de comprovação de recolhimento; CND liberada por decadência, levando em consideração Laudo Técnico com base apenas em alvarás; Declaração para Regularização de Obras - DRO sem assinatura; parcelamentos administrativos e judiciais com parcelas em atraso; processos de débito sem movimentação por aproximadamente 40 dias; discrepância na lista de parcelamento judicial extraída do aplicativo INFORMAR; inconsistências quanto a situação/evento/fase de diversos débitos de parcelamentos nos sistemas SICOB e DÍVIDA.

Essas disfunções foram decorrentes de: falta de treinamento específico em operacionalização dos sistemas; carência de recursos humanos, financeiros e operacionais; falta de equipamentos de informática; falta de integração entre os servidores das Auditorias Regionais e servidores da Auditoria em nível nacional para troca de experiências; falta de participação efetiva da auditoria na conquista de espaço dentro dos sistemas informatizados da Previdência.

Foram elaboradas 475 recomendações, sendo regularizadas 175, restando pendentes de regularização, até fevereiro/2003, 300 recomendações.

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Coordenação Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria atuou de forma a melhorar os procedimentos gerenciais e os controles internos, com elaboração de Projeto de Auditoria. Verificamos a necessidade da apresentação de relatórios gerenciais contendo a avaliação, por parte da mencionada Coordenação, contemplando as melhorias ocorridas, as providências adotadas pelas áreas auditadas e os resultados efetivos das implementações das recomendações emitidas.

No tocante à Auditoria Interna/INSS, verifica-se a necessidade de consolidação dos dados e constatações de auditoria, da elaboração de relatórios gerenciais, do monitoramento das atividades executadas pelas Auditorias Regionais e de um acompanhamento mais rigoroso quanto às regularizações das recomendações efetuadas. Ressalte-se, ainda, a necessidade da implementação do Projeto de Auditoria que tem por objetivo, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos de auditoria, principalmente no âmbito das Divisões Regionais, de forma a orientar e acompanhar a execução das atividades realizadas, de modo a tornar mais efetivas as suas ações.

4.3.2 ASSUNTO - ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

4.3.2.1 INFORMAÇÃO:

A Entidade, após a reforma administrativa iniciada em 1999, com a publicação do Decreto n.º 3.081, de 10/06/1999, e Portaria Ministerial n.º 6.247, de 28/12/1999, passou a ter uma estrutura organizacional descentralizada como forma de possibilitar maior autonomia e agilidade administrativa. No Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de 2001, foi comentado que essa reestruturação desencadeou problemas na gestão de atividades administrativas nas Áreas de Recursos Humanos, Logística e Patrimônio, em virtude da falta de capacitação dos servidores que atuam nessas áreas. Isso pode ser sentido nos problemas de gestão orçamentária e financeira detectados nas 1000 unidades gestoras.

Passados cerca de dois anos do início de deflagração do processo, ainda não são palpáveis as melhorias advindas do novo modelo organizacional implementado. Ressalte-se que a Controladoria, órgão criado para aperfeiçoar o processo de planejamento das metas em consonância com as diretrizes dos programas de governo, monitorar as informações acerca dos resultados obtidos e criar condições necessárias ao processo de avaliação desses resultados, não produziu até o encerramento do exercício em apreço, as informações de forma ordenada a partir das quais se possa emitir juízo de valor sobre os resultados obtidos durante o período de gestão, como se pode observar no Relatório de Gestão de 2001, Capítulo Controladoria.

Com base no quadro configurado anteriormente, foi recomendada a adoção de providências no sentido de se obter nível de desempenho padronizado e otimizado mediante a especialização das tarefas nas áreas finalística e administrativa. Foi informado que tais falhas poderiam ser melhor equacionadas com a criação de três mecanismos de monitoramento do processo gerencial, um destinado à Área de Arrecadação, outro à de Benefício e o terceiro à Área Administrativa, mecanismos esses que poderão ganhar corpo por meio de grupos de trabalho.

Assim sendo e considerando que a Entidade não se pronunciou no tocante a este item quando do prazo legal de direito de resposta para o Relatório supracitado, solicitamos posicionamento da Entidade no tocante ao item apontado por esta SFC, por meio da SA nº 101249-07, de 16.09.2002.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 13 CGCONT/DC/INSS, de 31.10.2002, o gestor prestou os seguintes esclarecimentos:

"Em resposta à SA nº 101249-07, datada de 16.09.2002, e considerando visita de representantes dessa Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, onde, na oportunidade foi apresentada toda a ação metodológica do planejamento, inclusive dando ênfase ao Produto "Plano de Gestão das Unidades", que transmite até as Unidades de Atendimento da Previdência Social, de maneira padronizada, a importância de se aculturar as chefias no contexto da ação planejada, informamos que estamos preparando material a ser disponibilizado não somente a essa Secretaria Federal de Controle, bem como a todos os acessantes da rede INTRAPREV, onde realizamos um levantamento de todas as metas do Planejamento Operacional de 2002, demonstrando a execução em relação à previsão de janeiro a setembro do corrente.

Diante de aspectos sinalizados no documento em referência e, analisando, sem entrar no mérito da quantificação inicial de cada meta (que são de responsabilidade de cada área, respectivamente), esclarecemos que diante de todo o contexto restritivo apontado no Relatório de Gestão do ano de 2001, como pessoal, logística, dentre outros, as metas de maior relevância foram atingidas.

Cabe salientar, como exemplo, as metas de arrecadação bancária, onde no período jan/set tinha a previsão de se arrecadar R\$ 41.062.271.914,31, em nível nacional, e R\$41.323.469.280,00 foram executados, ou seja, 100,64% de desempenho positivo no período. Também em relação à meta 1.101, cuja descrição é "Concluir 5.401.416 processos de benefícios, garantindo a capacidade operacional de 450.118 processos/mês", em nível Brasil, já obtivemos, no período jan/set, um desempenho positivo da ordem de 12,91%.

Informamos que a previsão de disponibilização do Relatório supramencionado, onde conterà o detalhamento de todas as metas contidas no Planejamento Operacional 2002 do INSS é dia 08.11.2002".

AValiação DA SFC:

Em face dos esclarecimentos supracitados, da explanação que a equipe da Controladoria fez aos técnicos desta SFC, bem como da visita que realizamos ao citado órgão com o intuito de conhecer melhor Plano Estratégico de 2002, podemos constatar avanços e controles quanto ao monitoramento das ações realizadas, que muito irão contribuir na avaliação dos resultados alcançados pelo INSS.

4.3.2.2 INFORMAÇÃO:

Análise do Relatório da empresa KPMG Consulting, com objetivo de diagnosticar a situação do item segurança de sistemas no contexto das ações de implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (Relatório da

fase II da KPMG Consulting e Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 14, de 13 de junho de 2001 - Segurança de Sistemas) que recomendou providências de curto prazo para as vulnerabilidades dos sistemas em nível de segurança física e lógica, de recursos de software e hardware, de recursos humanos e administrativos, de fidedignidade das informações, segurança de comunicação e redes, gerenciamento do banco de dados, confidencialidade, aderência a normas e padrões, eficiência, eficácia, economicidade e qualidade. Esse relatório serviu de base para o trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho, que demonstrou o estágio em que as recomendações contidas no relatório da KPMG se encontravam, onde 85% das vulnerabilidades eram de responsabilidade da DATAPREV, 9% do INSS e 6% do MPAS. No caso do INSS, foram objeto da Nota Técnica n.º 026/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 07/02/2002, os seguintes aspectos:

"Item - Informação - SP, DF, RJ/Vulnerabilidade

- Inexistência de mecanismos de destruição de papéis, para o descarte de documentos críticos que não serão mais necessários/Criticidade - Alta/Ação - Alguns lugares estão pendentes/Responsável - DOFL - INSS;

Item - Infra-estrutura DF/Vulnerabilidade

- Inexistência de no-break para os equipamentos de conectividade/Criticidade - Alta/Ação - Pendente/Responsável - GEXDF - INSS;

Item - Ambiente Informatizado/Vulnerabilidade

- Inexistência de Plano de Continuidade do Negócio/Criticidade - Alta/Ação - Em andamento/Responsável - CTINF - INSS;

Item - Informação - DF/Vulnerabilidade

- Inexistência de norma para utilização de equipamentos de terceiros (notebooks) na rede interna/Criticidade - Alta/Ação - Em andamento/Responsável - CTINF - INSS;

Item - Política de Segurança/Vulnerabilidade

- Inexistência de política para atualização do software antivírus/Criticidade - Alta/Ação - Em andamento/Responsável - CTINF - INSS;

Item - Política de Segurança/Vulnerabilidade

- Inexistência de plano de divulgação da Política de Segurança/Criticidade - Alta/Ação - Em andamento e Pendente/Responsável - DATAPREV, INSS e MPAS;

Item - Infra-estrutura DF/Vulnerabilidade

- Inexistência de controle físico à sala dos servidores/Criticidade - Alta/Ação - Em andamento e Pendente/Responsável - CTINF- INSS e GEXDF - INSS.

Assim sendo, solicitamos, por meio da SA nº 101249-04, de 16.09.2002, o posicionamento da Entidade no tocante aos itens apontados, ressaltando, na resposta, as providências adotadas, em fase de implementação, acompanhadas do respectivo cronograma.

Justificativa do Gestor:

Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1.715, de 28.10.2002, o gestor informou o que segue:

"Com referência às vulnerabilidades apontadas em relatório emitido pela KPMG Consulting, enumeramos abaixo as providências adotadas e as em curso:

1) Itens a e b: Por tratar-se de aquisição de material permanente no âmbito do INSS, solucionou-se parte do problema, restando algumas pendências em função de limite orçamentário.

2) Quanto aos demais itens, informamos que o desenvolvimento de um trabalho contínuo de avaliação das situações apresentadas no relatório acima mencionado, e o levantamento de outras que poderiam surgir ao longo do tempo, decorrentes da crescente utilização da Tecnologia da Informação, dependerá da implantação de sistemática voltada à identificação e tratamento das situações de risco. Nesse sentido, no âmbito do Comitê de Tecnologia e Informações da Previdência Social, por meio da Resolução CTINF/INSS nº 20, de 20.06.2002, foi implantado o Sub-comitê de Segurança em Sistemas, que tem como atribuição a

proposição das ações necessárias ao aprimoramento dos aspectos de segurança.

Para assessorar os trabalhos do Sub-comitê foi contratada a empresa Módulo Security Solutions S.A., com o propósito de auxiliar na elaboração do Projeto de Segurança da Informação, que deverá ser aplicado em toda a extensão da Previdência e Assistência Social (INSS, DATAPREV e MPAS), contemplando Relatório de Análise de Riscos e Recomendações; Diretrizes da Política de Segurança da Informação; Especificação de estrutura de Política de Segurança da Informação (Normas); Estrutura de padronização de procedimentos; Elaboração de critérios de Classificação da Informação; Elaboração de especificação de segurança para o ambiente informatizado; Relatório do estudo da viabilidade de implementação da solução de infra-estrutura de chave pública (ICP) e Relatório de viabilidade de arquitetura de continuidade de negócios. De acordo com o contrato de prestação de serviço (Módulo Security), está estabelecida a data de 22.11.2002 para término das atividades, ficando o Comitê de Tecnologia da Informação com a responsabilidade pela implementação futura do referido Projeto de Segurança".

Avaliação da SFC:

Quanto ao item 1 da justificativa encaminhada pelo gestor, não ficou devidamente esclarecido qual a parte do problema que foi solucionada e qual permanece pendente, havendo portanto, necessidade de informações complementares.

Em relação ao item 2, que trata das demais vulnerabilidades apontadas pela KPMG, verifica-se que o gestor adotou providências para a regularização das questões, e contratou a empresa Módulo Security Solutions S.A para elaboração de Projeto de Segurança da Informação.

Em razão do assunto ainda continuar pendente, emitimos a SA nº 117146-22, de 26/03/2003, solicitando informação sobre os resultados dos trabalhos de elaboração do Projeto de Segurança da Informação, a cargo da empresa Módulo Security, com término previsto para novembro/2002, bem como de sua implementação. Foi solicitado, também, informações quanto à aquisição de material para a destruição de papéis desnecessários.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00057, de 27/02/2003, complementado pelo Ofício nº 166/2003/CGTI, de 16/05/2003, encaminhou cópia das fls. 193 a 217 do Relatório de Gestão do INSS, referente à Prestação de Contas do exercício de 2002, que trata das atividades realizadas pela Auditoria Interna. Encaminhou, ainda, CD contendo o Projeto de Segurança da Informação formulado pela empresa Módulo Security.

AValiação DA SFC:

Constata-se que o gestor não se manifestou sobre a aquisição de material para a destruição de papéis desnecessários. Quanto ao Projeto de Segurança da Informação, verifica-se que o mesmo foi elaborado, porém não consta informações acerca da posição e avaliação do Comitê de Tecnologia da Informação quanto à sua validação e respectiva implementação. Dessa forma, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.3.3 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

4.3.3.1 INFORMAÇÃO:

Os controles internos da unidade objeto dos exames, nas áreas de gestão utilizadas como pontos de controle, consoante análises e avaliações realizadas por seleção de itens sobre os elementos fornecidos no decorrer dos trabalhos e conforme demonstrados nos subitens próprios deste relatório, apresentam-se:

Na Gestão Operacional: Inadequados;
 Na Gestão Orçamentária: Adequados, porém aprimoráveis;
 Na Gestão Financeira: Inadequados, porém aprimoráveis;
 Na Gestão Patrimonial: Inadequados;
 Na Gestão de Pessoas: Inadequados, porém aprimoráveis;
 Na Gestão de Suprimento de Bens e Serviços: Inadequados;

4.3.4 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**4.3.4.1 INFORMAÇÃO:**

Quanto à formalização da prestação de contas relativa ao exercício de 2002, o INSS apresentou Processo devidamente instruído, com todas as peças pertinentes - consoante o que estabelece a IN/TCU n.º 12, de 24/04/96, exceto às restrições constantes às fls 367, conforme o Parecer da Auditoria Interna do INSS.

5 GESTÃO OPERACIONAL**5.1 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS****5.1.1 ASSUNTO - EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS****5.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

Com o intuito de avaliar a eficácia das metas estabelecidas nos Programas tomamos por base as informações do Sistema de Informações Gerenciais e Plurianual - SIGPLAN, com foco nas Ações dos Programas Finalísticos 083 - Previdência Básica e 084 - Arrecadação das Receitas Previdenciárias.

O Programa Previdência Social Básica, para o exercício de 2002, constituiu-se das Ações discriminadas a seguir:

Ação/Sub-Ação	Produto	Meta Física		%	Meta Financeira		%
		Prevista	Realizado		Previsto	Realizada	
2564-001 Cadastro Nacional de Informações Sociais - PREVICIDÃO	Registro Mantido (mil)	483.871	1.132.164	234,0	8.343.108,00	8.343.108,00	100,0
2535-001 Formação Continuada de Servidores para Reconhecimentos de Direitos Previdenciários	Servidor Capacitado (mil)	14.000	21.542	153,9	1.440.000,00	1.134.478,00	78,8
2593-0001 Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social	Usuário Atendido (unidade)	45.000.000	74.678.580	166,0	283.018.498,00	280.995.318,00	99,3
2571-0001 Orientação aos Segurados para a Previsão de Doenças Ocupacionais e de Acidente do Trabalho	Segurado Atendido (unidade)	20.000	4.760	23,8	180.000,00	139.140,00	77,3
0137-0001 Pagamento de Abono	Pessoa Beneficiada (unidade)	4.684	4.086	87,2	13.241.801,00	12.029.478,00	90,8
0132-0001 Pagamento de Aposentadorias	Aposentado Beneficiado (unidade)	11.233.520	11.460.727	102,0	54.511.256.267,00	54.311.586.232,00	99,6
0133-0001 Pagamento de Aposentadorias Especiais	Aposentado Beneficiado (unidade)	446.483	449.155	100,6	4.303.052.984,00	4.303.052.984,00	100,0
01336-0001 Pagamento de Auxílios	Pessoa Beneficiada (unidade)	1.191.078	1.330.504	111,7	6.208.745.023,00	5.887.984.396,00	94,8
0134-0001 Pagamento de Pensões	Pensionista Beneficiado (unidade)	5.268.304	5.503.957	104,5	20.174.353.616,00	20.174.344.174,00	100,0
0117-0001 Pagamento de Salário-Família	Pessoa Beneficiada (unidade)	186.657	181.640	97,3	24.759.728,00	16.058.796,00	64,9
141-0001 Pagamento de Salário-Maternidade	Pessoa Beneficiada (unidade)	130.152	141.719	108,9	1.333.832.858,00	1.295.642.967,00	97,1
2910-0001 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	Benefício Pagas (mil)	230.220	228.774	99,4	424.035.826,00	424.035.826,00	100,0
2578-0001 Serviço de Perícia Médica	Perícia Realizada (unidade)	2.700.000	2.667.966	98,8	44.414,00	44.384,00	99,9
2581-0001 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	Benefícios Processados (mil)	230.220	228.774	99,4	300.611.551,00	300.611.551,00	100,0
2585-0001 Serviço de Reabilitação Profissional	Segurado Reabilitado (unidade)	35.400	18.142	51,2	8.730.000,00	8.617.292,00	98,7
2591-0001 Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	Benefício Concedido/Cessado (unidade)	2.336.000	6.392.119	273,6	33.069.994,00	33.032.493,00	99,9

As metas do Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias, para o exercício de 2002, constituíram-se das Ações discriminadas no quadro a seguir:

Ação/Sub-Ação	Produto	Meta Física		%	Meta Financeira		%
		Prevista	Realizado		Previsto	Realizada	
2567-0001 Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários	Crédito Recuperado (unidade)	1.500.000	5.733.725,96 3	382,2 48,4	4.632.470,00	3.418.728,00	73,8
2568-0001 Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa	Crédito Recuperado (unidade)	2.500.000	3.839.989,54 6	153,5 99,6	3.699.562,00	3.674.053,00	99,3
2570-0001 Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias	Empresa Fiscalizada (unidade)	27.780	82.597	297,3	27.835.705,00	27.436.639,00	98,6
2611-0001 Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários	Servidor Capacitado (unidade)	12.000	18.315	152,6	3.089.403,00	2.485.370,00	80,4
2015-0001 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	Recursos Julgados (unidade)	192.059	219.183	114,1	4.523.646,00	4.523.523,00	100,0
2596-0001 Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	Usuário Atendido (unidade)	3.000.000	1.008.405	33,6	3.908.946,00	3.834.689,00	98,1
6541-0001 Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social	Guia Recolhida (unidade)	152.825,00 0	133.853.127	87,6	177.888.300,00	177.888.300,00	100,0
2580-001 Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social	Guia Processada (unidade)	95.422.928	133.853.127	140,3	27.001.890,00	27.001.890,00	100,0

Constata-se a necessidade de aprimoramento e ajustes nas metas físicas dos programas. Entretanto, tendo em vista que a maioria das ações vinculadas aos Programas "Previdência Básica" e "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" aproximaram, atingiram ou superaram as metas fixadas tanto no quesito físico quanto no financeiro, consideramos que a gestão dos dirigentes em relação aos referidos Programas, foi satisfatória, ressaltando as irregularidades/impropriedades constatadas.

5.2.2 ASSUNTO - ECONOMICIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

5.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Impossibilidade de Comprovação de Economia na Gestão da Procuradoria

A Procuradoria Geral Federal - INSS, em decorrência de sua atuação na defesa dos interesses do Instituto junto aos tribunais superiores e regionais, durante o exercício de 2002, registrou no Relatório de Gestão 2002 como arrecadação indireta:

- Economia de R\$ 17,51 bilhões ao caixa da Instituição em razão da Tese da não conversão de Benefícios Previdenciários em URV, julgada e pacificada pelo Supremo Tribunal Federal favoravelmente ao INSS;
- Economia de R\$ 60 milhões ano em decorrência da Tese da não incidência de juros de mora sobre a cobrança de Precatórios Complementares;

- Economia de R\$ 32 milhões em decorrência da redução dos gastos com Pagamento de Precatórios - despesa realizada inferior à prevista para o exercício.

Com o intuito de validar essas informações, emitimos a S.A. 117146-29, de 04/04/2003, solicitando que fosse disponibilizada a documentação comprobatória correlata. A despeito das informações adicionais apresentadas pelo gestor, o pleito não foi atendido, qual seja, a disponibilização da documentação comprobatória objetivando aferir os critérios que foram utilizados para determinar os valores informados. Entendemos que o êxito das ações supracitadas representam uma redução de gastos para o INSS, entretanto, quanto aos valores informados, há necessidade de comprovação das informações disponibilizadas de forma a permitir a confirmação da fidedignidade destes.

JUSTIFICATIVA:

O gestor prestou as seguintes informações no Relatório de Gestão:

"(...) houve um substancial aumento na arrecadação proveniente da atuação da Procuradoria, em comparação com o exercício de 2001. Sendo o principal fator desse aumento a edição das Medidas Provisórias nºs 38, 66 e 75/2002, que permitiram ao contribuinte o pagamento de suas dívidas com redução de juros e multa.

Quanto ao REFIS, cabe registrar que no ano de 2002 ocorreu uma arrecadação de R\$ 400.000.000,00, que ainda não foram, em virtude de problemas operacionais, apropriados nos créditos previdenciários, quer administrativos ou em fase de Procuradoria. Quando ocorrer a sobredita apropriação, teremos uma repercussão extremamente significativa na arrecadação de Procuradoria, em razão de que prioritariamente, por força legal, os valores do REFIS serão apropriados nos créditos ajuizados.

Merece destaque os valores que vêm sendo arrecadados na cobrança das contribuições previdenciárias junto a Justiça do Trabalho, que no exercício de 2002 girou em torno de R\$ 700 milhões.

Dois sistemas informatizados aferem a arrecadação promovida pela atuação da Procuradoria: Boletim Informativo de Procuradoria - BIP e o INFORMAR, o primeiro é de uso exclusivo da linha de Procuradoria, alimentando mensalmente e manualmente pelas 113 unidades jurídicas que compõem a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Os valores apurados pelos dois sistemas não conferem, isto se deve a três fatores: datas de apuração diversas, lançamento automático dos valores somente após a apropriação dos créditos no sistema INFORMAR.

O sistema INFORMAR não possui o recurso de atualização imediata de códigos de apropriação, que se modificam de acordo com o fato gerador do recolhimento".

AValiação DA SFC:

Considerando as divergências de valor entre os dois sistemas operacionais e, principalmente, por não haver no SIAFI uma conta contábil capaz de apropriar as receitas arrecadadas decorrentes da atuação da

Procuradoria do INSS, ficou prejudicado o resultado positivo na gestão da Unidade do Instituto.

RECOMENDAÇÃO:

Em face do exposto, recomendamos o máximo empenho dos gestores, visando o aprimoramento dos sistemas em referência, de modo que as informações gerenciais possam ter conformidade com as do SIAFI, facilitando as comprovações dos resultados positivos da gestão.

5.2.3 ASSUNTO - RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

5.2.3.1 INFORMAÇÃO:

Para avaliarmos os resultados da Missão Institucional do INSS é necessário, entre outros, obter informações quanto as metas e resultados das duas principais missões do Órgão, que são garantir o direito aos benefícios previdenciários dos segurados da Previdência Social e proceder a arrecadação das receitas previdenciárias.

Foram solicitadas informações acerca das metas e resultados obtidos, referentes aos programas em questão e, até a presente data, não obtivemos resposta em relação à Área de Benefícios.

Em relação à Área de Arrecadação, anualmente o Ministério da Previdência Social estabelece quanto a Diretoria de Arrecadação do INSS deverá arrecadar em Contribuições Previdenciárias correntes líquidas para suprir o caixa da Instituição dos recursos destinado ao pagamento dos Benefícios Previdenciários sob sua gestão.

Para o melhor gerenciamento das ações implementadas, visando a realização de receita estipulada pelo Ministério da Previdência, a Diretoria de Arrecadação trabalhou com as seguintes metas definidas em seu Plano de Ação 2002:

- Arrecadar R\$ 59.512 bilhões em Contribuições Correntes Líquidas;
- Arrecadar R\$ 4.148 bilhões em Cobrança Administrativa e Retenção do Fundo de Participação dos Estado e Municípios - FPE/FPM; e
- Arrecadar R\$ 23.064 bilhões como Resultado da Ação Fiscal.

No quadro seguinte visualiza-se a proporção de realização das citadas metas:

META	R\$ bilhões		
	Previsão	Realização	%
Arrecadar R\$ 59.512 bilhões em Contribuições Correntes Líquidas	59.512	59.498	99,97
Arrecadar R\$ 4.148 bilhões em Cobrança Administrativa e Retenção do Fundo de Participação dos Estado e Municípios - FPE/FPM; e	4.148	5.740	138,37
Arrecadar R\$ 23.064 bilhões como Resultado da Ação Fiscal.	23.064	20.114	87,21

Analisando os resultados atingidos, podemos constatar que há necessidade de ação mais efetiva, por parte do INSS, na ação de fiscalização no item Resultado da Ação Fiscal.

Ressaltamos que, tendo em vista a falta de informação por parte do gestor e a necessidade de se avaliar o resultado da missão institucional do INSS na Área de Benefícios, foi utilizada informação do exercício anterior, conforme demonstrado a seguir.

INDICADOR	2001		2002		%	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Fís.	Finan.
Benefícios Concedidos	2.882.428	970.615.974,50	3.906.030	1.468.356.780,70	36%	51%
Benefícios Mantidos	20.032.858	76.729.748.947	21.125.512	88.845.922.259	5%	16%
Benefícios Represados	307.212		204.257		-34%	
Revisão de Benefícios	117.368		106.158		-10%	

INDICADOR	2001	2002
Média do Tempo Médio de Concessão (dias)	20	21

Verifica-se que, no quadro anterior, houve acréscimo dos resultados, demonstrando melhorias na gestão em relação ao ano anterior. Cabe relatar que essa forma de análise não é a ideal para o caso em questão, pois há necessidade de se obter os indicadores e parâmetros de desempenho institucional.

Constata-se que apesar dos resultados apresentados nas áreas de arrecadação e benefícios, a gestão ficou prejudicada face as constatações de falhas/impropriedades/irregularidades apontadas nos relatórios e notas a seguir.

5.2.3.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de exigência de CPF e inconsistência de registro de CPF entre a Previdência e a Receita Federal (Nota Técnica nº 0179, de 05/06/2002, desta SFC)

Trata-se de auditoria realizada nas informações registradas nos sistemas da Previdência e da Receita Federal, referentes ao campo CPF, visando verificar a consistência dos registros, com o objetivo de ressaltar a importância da exigência obrigatória de Cadastro de Pessoa Física - CPF nos registros dos sistemas da Previdência Social para fins de concessão e pagamento de benefício do Programa Previdência Social Básica.

Foram encontradas as seguintes situações: 4.256.975 CPF- campo sem informação; 63.330 CPF - campo com 99999999999; 8.283 CPF - campo com 11111111111; 162 CPF - campo com 00000000787; 109 CPF - campo com 00000000191; 1.265.080 CPF - nome do titular diferentes entre as bases; 4.552 CPF - inválidos na base da Receita Federal; 128.651 CPF - não cadastrado na Receita Federal; 1.031.064 CPF - nome da mãe diferente entre as bases; 715.587 CPF - data de nascimento diferente entre as bases.

a) Sistema de Benefício

- CPF

Discriminação	Quantidade	% (*)	Valor Mensal	% (*)
CPF-campo sem informação	4.256.975	23,61	873.934.467,00	15,90
CPF-campo com 99999999999	63.330	0,37	11.508.119,60	0,22

CPF–campo com 1111111111	8.283	0,05	1.589.403,82	0,03
CPF–campo com 00000000787	162	0,006	36.076,43	0,003
CPF–campo com 00000000191	109	0,001	22.739,36	0,001
Total de Inconsistências	4.328.859	24,037	887.090.806,21	16,154

(*) Percentual em relação base total de benefícios encaminhados (Quant. 18.031.466 e Valor R\$5.494.981.268,74)

b) Sistema de CPF da Receita Federal cruzando informações de CPF do Sistema de Benefício

Discriminação	Quantidade	% (*)	Valor Mensal	% (*)
CPF– nome do titular diferentes entre as bases	1.265.080	9,23	353.115.635,28	7,66
CPF– inválidos na base da Receita Federal	4.552	0,03	1.184.069,53	0,03
CPF– não cadastrado na Receita Federal	128.651	0,94	28.052.674,26	0,61
CPF– nome da mãe diferente entre as bases	1.031.064	7,52	411.963.301,41	8,94
CPF– data de nascimento diferente entre as bases	715.587	5,22	238.105.019,31	5,17
Total de Inconsistências	3.144.934	22,94	1.032.420.699,79	22,41
Total de Consistência	6.117.737	44,65	2.344.222.036,43	50,87
CPF– sem informação de mãe na Receita Federal	4.573.133	33,37	1.260.481.636,77	27,35

(*) Percentual em relação base total de benefícios encaminhados para cruzamento de informações (Quant. 13.702.607 e Valor R\$4.607.890.491,99). Esclarecemos que o % está acima de 100% porque houve repetição de inconsistência em mais de um item

JUSTIFICATIVA:

O Gestor não se manifestou especificamente frente aos itens apontados na Nota Técnica, apenas passou a exigir o CPF e registrar no sistema.

AValiação DA SFC:

Verifica-se que o INSS não implementou e nem regularizou todas as recomendações emitidas pela mencionada Nota Técnica.

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, recomendamos ao INSS que, conforme já recomendado pela mencionada Nota Técnica, adote providências no sentido de:

- regularizar as inconsistências e irregularidades apontadas, com as devidas apurações de responsabilidades, se for o caso;
- realizar cruzamento sistemático das bases de dados de CPF da Receita Federal com a da Previdência e Assistência Social; e
- implementar a sistemática de verificação automática das informações de CPF com a Receita Federal, como forma de evitar as irregularidades primárias que vêm acontecendo atualmente na Previdência Social.

5.2.3.3 CONSTATAÇÃO:

Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como nos seus sistemas informatizados (Relatório de Auditoria nº 099921, de 22/08/2002, desta SFC)

Trata-se de avaliação do Programa Previdência Social Básica que tem por objetivo garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei, sendo composto por 16 ações a saber: Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social; Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários; Cadastro

Nacional de Informações Sociais - CNIS; Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários; Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho; Serviço de Perícia Médica; Serviço de Reabilitação Profissional; Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários; Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários; Pagamento de Salário-Família; Pagamento de Aposentadorias; Pagamento de Aposentadorias Especiais; Pagamento de Pensões; Pagamento de Auxílios; Pagamento de Abono; e Pagamento de Salário-Maternidade.

Na área de pagamento de benefícios previdenciários a SFC realizou, no exercício de 2001/2002, ação de controle em cerca de 18 milhões de benefícios e 3,5 milhões de registros de óbito. Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários.

Os principais resultados dos trabalhos foram:

- a) identificados cerca de 20 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios, que, após regularizado, gerará uma economia mensal em torno de R\$ 5,7 milhões e anual cerca de R\$ 73,3 milhões, sem levar em consideração os valores pagos indevidamente nos anos anteriores;
- b) existência de mais de 13 milhões de informações cadastrais inconsistentes/irregulares que provocaram e ainda podem provocar emissões de créditos e pagamentos indevidos;
- c) falhas na lógica e crítica do sistema;
- d) gestão antieconômica por emissão de créditos às agências bancárias, com gasto anual de aproximadamente de R\$ 3,5 milhões; e
- e) beneficiários fantasmas.

As inconsistências/irregularidades foram encaminhadas ao INSS para as devidas regularizações, que serão objeto de monitoramento e avaliação por parte desta Secretaria, onde foram sugeridas diversas recomendações que ora destacamos:

- a) elaborar e implantar projeto de revisão cadastral dos sistemas SISBEN e SISOBÍ, visando a redução das inconsistências existentes, bem como a realização de alterações nos referidos sistemas inserindo regras de validação dos dados cadastrados, para evitar o aparecimento de novas inconsistências;
- b) adotar a emissão de relatórios e a realização de consultas que permitam o efetivo monitoramento e avaliação das informações registradas, de forma a garantir uma atuação mais eficaz dos gestores da Previdência Social;
- c) concretizar a imprescindível integração dos sistemas de benefícios com outros sistemas governamentais (CPF, Justiça Eleitoral) imprimindo um aumento na confiabilidade e fidedignidade das informações existentes nos mesmos;
- d) implementar a realização sistemática de verificações da regularidade dos créditos e pagamentos emitidos mensalmente para a rede bancária, por meio de amostragem e nos mesmos moldes do sistema VALIDA, que faz validação dos cálculos da base de pagamento para liberação da maciça;

- e) formalizar por meio de processos e por Gerência Executiva do INSS para regularizar as inconsistências e irregularidades apontadas neste relatório, para serem posteriormente auditadas;
- f) implementar as recomendações contidas nos itens 16, 20, 24, 27, 31, 36, 66/67, 71/72, 76/78, 81/82, 85/86, 90/92, 95/96, 100/102, 105/106, 109/110, 118/120, 123/124, 128/130, 133/135, 139/141, 145/147, 150/151, 154/155, 158/159, 163/164, 167/168, 172/174, 177/179, 183/185, 189/191, 195/197 e 206 deste relatório;".

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Of./INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, o gestor informou que os trabalhos de atualização dos dados cadastrais tiveram início em 16/12/2002 e terão sua execução durante todo o exercício de 2003, cujos relatórios serão encaminhados periodicamente a esta SFC.

Informou ainda que realizou levantamento em diversas espécies de Benefícios Previdenciários e constatou a existência de 36.334 benefícios ativos com espécie incompatíveis (acumulação indevida), sendo que 26.293 benefícios não estão sendo revistos por força do art. 53 e 54 da Lei 9.784, datado de 29/01/1999, cuja aplicabilidade dos mesmos foram normatizados por meio dos Pareceres CJ/MPAS nº2.434 e 2.440, ambos datados de 17/04/2001, e do art. 516 da IN INSS/DC N° 078/2002, informando que *"somente serão revisados os benefícios com espécies incompatíveis (acumulação indevida) que possuam Data de Entrada de Requerimento-DER a partir de janeiro de 1998"*.

O assunto foi encaminhado a Procuradoria Geral/INSS, a qual emitiu a Nota Técnica PROCGER/CGCONS/DCT/n.º 678/2002, com entendimento de que os benefícios não poderiam ser cessados em razão de não ter havido má fé. Essa posição não foi aceita pela Diretoria de Benefícios, que solicitou que a Nota fosse reavaliada pela Procuradoria, conforme documento da Coordenação Geral de Benefícios, datado de 03/01/2003.

Em 05/02/2003, o Procurador-Geral da PFE/INSS emitiu parecer com entendimento de que há possibilidade de revisão dos benefícios em questão, portanto não cabendo a aplicação do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.874/99, submetendo a apreciação da CJ/MPS, visando a retificação dos Pareceres da CJ/MPS. Por meio da Nota/CJ nº 73, datado de 12/02/2003, emitiu parecer informando que o tema já foi objeto de manifestação da Advocacia-Geral da União que firmou entendimento de que o mencionado prazo decadencial alcança também os atos pretéritos, nos termos do PARECER AGU/GM 002/2000.

O gestor informou que os 26.293 benefícios representam em torno de **R\$ 16 milhões e R\$ 208 milhões**, mensal e anual, respectivamente.

Ainda, por intermédio do Ofício n.º 401/INSS/DCGAB, de 04/04/2003, que encaminhou o Memorando/INSS/n.º 108, de 02/04/2002, o gestor informou que o conteúdo do Relatório de Auditoria nas Bases de Dados de Benefícios foi reavaliado em 18/04/2002, em reunião realizada na DATAPREV/RJ, onde foram definidos critérios para os novos batimentos, elencando, dentre outras, as seguintes situações:

Verificação de Nomes

- com sobrenome ou prenome e nome da mãe, com objetivo de identificar os recebedores cadastrados principalmente antes do SUB - Sistema Único de Benefícios; com um único nome e nome da mãe; com nome e nome da mãe abreviado; com caractere inválido no nome e nome da mãe; nome, nome da mãe ou sobrenome com mais de 10 caracteres; nome e nome da mãe em branco ou com branco na primeira posição; titular com mesmo nome do segurado instituidor para pensões e auxílio-reclusão; titular com mesmo nome do representante legal.

Verificação de NIT

- titulares, segurados instituidores, representantes legais e procuradores sem NIT - Número de Identificação do Trabalhador, antes e após novembro de 2001, data da implementação da identificação única; NIT inválidos; duplicidade de NIT; titulares de pensões e auxílio-reclusão com o mesmo NIT do segurado instituidor; titulares com o mesmo NIT do representante legal; titulares com o mesmo NIT do procurador; duplicidade de NIT com pelo menos um dos dados diferentes (Nome, Nome da Mãe e Data de Nascimento).

Verificação de CPF

- a verificação terá como base os dados de Titular, Segurado Instituidor, Representante Legal e Procuradores, identificando CPF inválido; mesmo nome com CPF diferentes; mesmo CPF com nomes diferentes.

Verificação de Benefícios

- titulares, segurados instituidores, representantes legais e procuradores com NIT sem nome; data de nascimento; CTPS, identidade, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento, casamento ou óbito; nome da mãe. Informou, ainda, que a Diretoria de Benefícios, desde dezembro de 2002, desencadeou trabalhos de atualização de dados cadastrais de 4.700.000 benefícios oriundos do batimento do SUB com o CNIS (Identificação Única), as atualizações estão sendo realizadas por meio do Sistema de Identificação Única de Benefícios - IUB, com cronograma para conclusão dos trabalhos em dezembro de 2003.

Estão em andamento os trabalhos referentes aos benefícios de espécies incompatíveis (acumulação indevida), com prazo previsto para conclusão em 30/04/2003.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das providências adotadas pelo gestor o assunto continua PENDENTE de regularização, inclusive com outras constatações de irregularidades, informada pelo próprio gestor, ainda pendentes de adoções de providências para regularizá-las, face ao entendimento da Consultoria Jurídica do MPS.

Cabe mencionar que o Egrégio Tribunal de Contas da União, em assunto similar, em 25/10/2002, proferiu a Decisão 1.367/2002-TCU Plenário (Processo nº TC - 009.033/1993) dando o entendimento que: "Por outro lado, em se tratando de pagamentos efetuados administrativamente de vantagem indevida ou em duplicidade a correção deve ser feita mediante ato próprio da entidade (INSS), respeitando o devido processo legal, pois a administração nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, tem o poder - dever de anulá-los e revogá-los. Nesse contexto, deverão ser atendidas as determinações emanadas desta Corte de Contas, ante sua competência constitucional originária (art. 71, incisos IV e IX) e a

imposição legal prevista na Lei nº 8.443/92, não se caracterizando como infringência à Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.”.

Portanto, smj, deve ser adotado o mesmo entendimento para o assunto em questão.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC e Diretoria de Benefício do INSS.

5.2.3.4 CONSTATAÇÃO:

Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários das Pensões por Morte espécies 21 e 93 (Relatório de Auditoria nº 101350, de 16/12/2002, desta SFC)

Trata-se de trabalho de auditoria realizado nos sistemas da Previdência Social, utilizando informações das bases de dados do sistema de benefícios do mês de setembro de 2001 com confirmação das informações no mencionado sistema em 2002, de todas as Gerências/Agências do INSS, tendo como objetivo verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle na concessão e manutenção das Pensões por Morte (espécies 21 e 93).

A ação Pagamento de Pensões, inserida no Programa Previdência Social Básica visa garantir ao conjunto dos dependentes do segurado que vier a falecer, inclusive por acidente do trabalho, benefício previsto na legislação, desde que a morte tenha ocorrido antes da perda da qualidade de segurado. No exercício de 2001 foram pagos 5.294.181 benefícios de Pensão por Morte, sendo dispendidos R\$ 17,6 bilhões. Consta da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2002, a meta física de 5.268.304 pensões por morte, e como meta financeira R\$ 19,8 bilhões.

As principais constatações foram: existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com aposentadoria por invalidez (trabalhador rural - espécie 04), aposentadoria por invalidez acidentária (trabalhador rural - espécie 05) e aposentadoria por velhice (trabalhador rural - espécie 07), contrariando o disposto no art. 333 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24.01.1979; existência de pagamento de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Renda Mensal Vitalícia (espécies 30 e 40) e com benefício da Lei Orgânica de Assistência Social (espécies 87 e 88), o que contraria o disposto no § 1º do art. 117 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24.01.1979, bem como no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 07.12.1993; existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Pensão por Morte (espécies 21 e 93) iniciada a partir de 29.04.1995, no caso em que ambas pensões o dependente era cônjuge, companheiro ou companheira do instituidor, contrariando o disposto no art. 124 da Lei nº 8.213, de 24.07.1991, com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.04.1995, apresentando casos de dependente que recebe mais de uma pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira com DIB (Data de Início do Benefício) a partir de 29.04.95, dependente que recebe mais de uma pensão deixada por

cônjuge e irmão, companheiro e pai e de dependente que recebe mais de uma pensão deixada pelo mesmo instituidor.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício/INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, prestou os seguintes esclarecimentos:

"(...)

Com relação a acumulação indevida das pensões parte das informações constam no acervo que está sendo trabalhado pelas APS, observando os procedimentos estabelecidos pela Orientação Interna Conjunta INSS/DIRBEN/PROCGER nº 60, de 30/11/2002.

(...)

Estão sendo implementadas várias ações visando a melhoria do controle, bem como a concessão automática de pensão com a utilização do SISOBI".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que as providências encontram-se em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

5.2.3.5 CONSTATAÇÃO:

Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários dos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço das espécies 47 e 48 (Relatório de Auditoria nº 101351, de 30/10/2002, desta SFC)

Trata-se de Auditoria no Programa de Previdência Básica, ação de controle nos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48). Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados na concessão e manutenção dos abonos de permanência em serviço.

O Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48) representa o benefício concedido ao segurado que já tenha implementado todos os requisitos necessários para uma aposentadoria por tempo de serviço (30 ou 35 anos de tempo de serviço), até 15/04/94, e que opta em permanecer em atividade. Esse benefício foi extinto com a revogação do art. 87 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pelo art. 29 da Lei nº. 8.870, de 15 de

abril de 1994, não podendo ser reconhecido direito a esse benefício a partir de 16 de abril de 1994.

Os levantamentos e análises realizados constataram a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência. Essas inconsistências/irregularidades geraram pagamentos indevidos acima de R\$ 87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. A manutenção destas inconsistências/irregularidades está gerando pagamento mensal de R\$ 939.713,88 e anual de R\$ 12.606.280,18.

As informações foram encaminhadas ao INSS, para implementação das recomendações propostas, o que será objeto de monitoramento e avaliação por esta Secretaria.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Of./INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, o gestor informou que os trabalhos de revisão de benefícios com espécies incompatíveis (acumulação indevida) tem como prazo de conclusão 30/04/2003.

Para os benefícios cujos NIT precisam ser validados pelo sistema IUB, ocasião em que será efetuado batimento com o CNIS, o prazo de conclusão está previsto para 31/12/2003.

Quanto às acumulações envolvendo servidores públicos, estão sendo agendadas reuniões com o MPAS para desenvolver mecanismos visando a revisão dos benefícios.

Os demais casos estão sendo avaliados pela Coordenação Geral de Benefícios.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que as providências encontram-se em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

5.2.3.6 CONSTATAÇÃO:

Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes (Relatório de Auditoria nº 107380, de 04/11/2002, desta SFC)

Trata-se de avaliação do Programa "Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência", referente as ações "Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Portadoras de Deficiência" e "Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes", que visa assegurar o pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas portadoras de deficiência que comprovem não possuir meios para prover a própria

manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal "per capita" não ultrapasse a 1/4 do salário-mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de Previdência Social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem.

As principais constatações foram:

- aumento em torno de 537,37% no processo de concessão de benefícios de prestação continuada à pessoa deficiente, no período de 1996 a 2002, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de renda no país, garantindo os mínimos sociais às pessoas carentes portadoras de deficiência, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais;
- fragilidade nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência;
- as inconsistências/irregularidades geram pagamentos indevidos em torno de R\$193 mil mensais e R\$3 milhões anuais, que poderiam estar sendo utilizados em outras ações em prol da sociedade;
- processo de revisão continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos;
- as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências dos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão.

O relatório já foi encaminhado aos gestores para regularização dos fatos apontados.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Of./INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, o gestor informou que quanto ao processo revisional dos benefícios de prestação continuada - BPC/LOAS, foi criada página REVBPC-LOAS, com objetivo de gerar relatórios gerenciais. Foi implementado no BDSISBEN o módulo REVISÃO sistema de consulta a todos os benefícios com "status" mantidos ou suspensos pela revisão. Esse procedimento possibilitará verificar, entre outros, a data da próxima revisão após a última ação revisional realizada.

O gestor informou, ainda, que as constatações levantada pela SFC foram encaminhadas às Gerências Executivas e o prazo para retorno das informações à Diretoria de Benefícios expira em 31/03/2003.

AValiação DA SFC:

Os esclarecimentos prestados pelo gestor indicam que as providências estão em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

5.2.3.7 CONSTATAÇÃO:

Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas (Relatório de Auditoria nº 107381, de 04/11/2002, desta SFC)

Trata-se de avaliação do Programa "Valorização e Saúde do Idoso", referente as ações "Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas" e "Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas", que visa assegurar o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com idade acima de 67 anos, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal "per capita" não ultrapasse a 1/4 do salário mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de Previdência Social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem.

As principais constatações foram:

- aumento do número de benefícios concedidos, de 1996 a 2002, em torno de 2.024%, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de renda no país, garantindo os mínimos sociais à população idosa carente, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais;
- fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como, falta de integração com outros regimes de previdência;
- as inconsistências/irregularidades constatadas geram pagamentos indevidos em torno de R\$423 mil mensais e R\$6 milhões anuais;
- o processo de revisão e auditoria continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos;
- as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências dos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão.

O relatório já foi encaminhado aos gestores para regularização dos fatos apontados.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Of./INSS/DCPRES/n.º 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF/n.º 21, de 24/01/2003, o gestor informou que quanto ao processo revisonal dos benefícios de prestação continuada - BPC/LOAS, foi criada página REVBPC-LOAS, com objetivo de gerar relatórios gerenciais. Foi implementado no BDSISBEN o módulo REVISÃO sistema de consulta a todos os benefícios com "status" mantidos ou suspensos pela revisão. Esse procedimento possibilitará verificar, entre outros, a data da próxima revisão após a última ação revisonal realizada.

O gestor informou, ainda, que as constatações levantada pela SFC foram encaminhadas às Gerências Executivas e o prazo para retorno das informações à Diretoria de Benefícios expira em 31/03/2003.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Os esclarecimentos prestados pelo gestor indicam que as providências estão em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

5.2.3.8 CONSTATAÇÃO:

Pouca eficácia e morosidade no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários (Relatórios de Auditorias nºs 098535/2002, 101297/2002, 108757 e 120194, de 20/02/2003, desta SFC).

Trata-se de relatórios de trabalhos de auditoria realizados no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários, com o objetivo de avaliar os resultados da atuação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS quanto à recuperação de créditos previdenciários, tomando como base as informações referentes ao período de 2001 a set/2002. Dessa forma, apresentaremos os resultados da avaliação do último relatório do 4º trimestre/2002.

O Programa 09.122.0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias - tem por objetivo aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

Neste Programa estão inseridas as seguintes ações:

- Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social;
- Cobrança de Administrativa de Créditos Previdenciários;
- Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa;
- Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias;
- Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social;
- Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social;
- Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários; e
- Remuneração das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social.

As principais constatações foram:

- o INSS incluiu as informações solicitadas (determinação do Tribunal de Contas da União, constante da Decisão 649/2000 - Plenário), principalmente as concernentes ao perfil da dívida e sua arrecadação, revelando a espécie de crédito (crédito administrativo, parcelamento administrativo, crédito de procuradoria, parcelamento de procuradoria ou parcelamento de especial), o seu valor atualizado (principal, juros e multa) e os pagamentos efetuados, de forma que a apresentação dos dados constantes do CD relativo à listagem dos devedores da previdência permite maior clareza sobre o andamento da arrecadação em relação à cobrança;
- o processo de arrecadação dos créditos previdenciários, tanto na fase de cobrança administrativa quanto na fase judicial, ainda é demorado e pouco eficaz, havendo necessidade de medidas para se investir nos trabalhos de prevenção, desenvolvendo ações de cobranças sistematizadas e automáticas, com cruzamento de informações de todas as bases de dados governamentais, de modo a evitar a sonegação de contribuições previdenciárias e ser tempestivo quando da ocorrência e sinalização de recolhimento a menor;
- em 2002 o total dos créditos de procuradoria aumentou 92,54% em relação ao exercício de 2001, passando de R\$ 48.556.756.190,50 para R\$ 93.491.575.759,76, e em termos quantitativos aumentou 55,83%, passando de 418.619 para 652.341;
- o levantamento dos créditos por faixa de valor, relativamente aos grandes e pequenos devedores da Previdência Social, apresentou que 16.074 débitos são superiores a R\$ 1 milhão, e totalizam juntos R\$ 56.407.967.540,64, isto é, 2,46% dos débitos representam 60,33% dos valores totais devidos. Por outro lado, 49,51% da quantidade de créditos são inferiores a R\$ 10 mil, e somam juntos somente 1,12% do valor da dívida em estoque;
- no exercício de 2002 o número dos grandes devedores sofreu um acréscimo 98,64%, passando de 11.416 em dezembro/2001 para 22.677 em set/2002. A participação deste grupo no total da dívida previdenciária gerou um aumento de cerca de 91,53% no exercício de 2002;
- o INSS vem realizando trabalhos de fiscalização e de cobrança específicos, concentrando o seu planejamento, principalmente, na ação de fiscalização e cobrança dos grandes devedores. Entretanto, há necessidade de intensificar e aprimorar o processo em questão, levando-se em consideração os resultados apresentados;
- 38,17% do total dos créditos previdenciários da área judicial refere-se ao valor principal e, 61,83% são provenientes de juros, multas, INPC, Selic e TR;
- o INSS deverá realizar estudos, procedendo a um levantamento geral dos créditos considerados de difícil recuperação ou mesmo irrecuperáveis, informando as fases em que se encontram nessa situação.

Diante dos fatos apontados, foi recomendado ao INSS a adoção das seguintes providências:

- a) Disponibilizar nos próximos CD as informações relativas aos pagamentos/baixas ocorridos anteriormente (data do

- pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos, nome do devedor), de maneira que possibilite a identificação da diferença encontrada no batimento entre o saldo anterior + ingressos - baixas - pagamentos = saldo atual;
- b) Desenvolver, na área de arrecadação, cobranças sistematizadas e automáticas, a serem encaminhadas diretamente às empresas para os devidos recolhimentos do total devido, levando em consideração o batimento das informações (GFIP, GPS e outras bases de dados governamentais);
 - c) Adotar providências no sentido de realizar estudos aprofundados para avaliar e atacar as causas da expressiva evolução dos créditos previdenciários, rever e buscar estratégias efetivas, no sentido de dar um direcionamento adequado, com vistas a melhorar a arrecadação e contribuir para diminuir o déficit previdenciário;
 - d) Disponibilizar nos próximos CD a relação dos devedores, consignando o nome, CNPJ/CGC, a quantidade de créditos, o valor da dívida não parcelada, as baixas e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais), visando avaliar e verificar a evolução e os resultados de cada um deles.

Os relatórios foram encaminhados ao INSS para as providências cabíveis.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício nº 309/INSS/DCGAB, de 18/03/2003, o INSS informou que com relação aos itens "a" e "d", já foram providenciadas de acordo com a Solicitação de Sistemas Conjunta nº 04/03; quanto ao item "b" a área de Arrecadação elaborou projeto de implantação da cobrança automática, optando, inicialmente, pela realização de um projeto piloto em algumas Gerências; item "c" - foi iniciado um estudo em conjunto entre as áreas de Procuradoria e Arrecadação.

Apresentou ainda, por intermédio do Ofício nº 442/INSS/DCGAB, de 15/04/2003, os seguintes esclarecimentos/informações:

- "a) As alterações no CD trimestral encaminhado ao TCU, nos termos do solicitado, estão sendo providenciadas pela DATAPREV, sob orientação da Procuradoria Geral e Diretoria de Arrecadação do INSS.
- b) O início da cobrança automática de divergências apuradas por meio do batimento GFIP/GPS está previsto para o início do segundo semestre deste ano, mediante a indicação de Gerências Executivas que atuarão como Piloto.
- c) Evolução dos créditos previdenciários em âmbito Administrativo:

Contencioso Administrativo - Estoque em Dezembro de 2001

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)
<i>NFLD – Notificação Fiscal</i>	<i>27.870</i>	<i>18.458.825.845,34</i>
<i>AI – Auto de Infração</i>	<i>12.026</i>	<i>384.095.243,76</i>
<i>LDC – Confissão Espontânea</i>	<i>22.172</i>	<i>4.983.321.443,51</i>
<i>NPP Acréscimos Legais</i>	<i>40</i>	<i>986.855,77</i>
<i>CDF – Parcelamento Rescindido</i>	<i>1.005</i>	<i>87.808.993,12</i>
<i>NRQP – Quota de Previdência</i>	<i>1</i>	<i>1.510,40</i>
Total	63.114	23.915.039.891,90

Contencioso Administrativo - Estoque em Dezembro de 2002

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)
<i>NFLD – Notificação Fiscal</i>	24.957	20.555.598.609,44
<i>AI –Auto de Infração</i>	10.884	522.781.380,02
<i>LDC – Confissão Espontânea</i>	9.686	2.032.773.472,62
<i>NPP Acréscimos Legais</i>	18	496.428,94
<i>CDF – Parcelamento Rescindido</i>	2.033	551.835.122,21
<i>NRQP – Quota de Previdência</i>	1	1.510,40
Total	47.579	23.663.486.523,63

Créditos Parcelados - Estoque em Dezembro de 2001

Descrição	Quantidade	Valor
<i>Especiais e Estados e Municípios</i>	2.578	6.613.962.576,11
<i>REFIS</i>	54.394	39.058.793.842,06
<i>Especiais de Clubes de Futebol</i>	161	34.071.115,57
<i>Especiais MP 2060-2</i>	791	26.328.396,01
<i>Convencionais</i>	56.123	5.661.314.443,25
Total	114.047	51.394.470.373,00

Créditos Parcelados - Estoque em Dezembro de 2002

Descrição	Quantidade	Valor
<i>Especiais e Estados e Municípios</i>	4.357	19.405.958.777,97
<i>REFIS</i>	24.722	27.518.094.281,41
<i>Especiais de Clubes de Futebol</i>	159	34.017.822,97
<i>Especiais MP 2060-2</i>	444	6.039.706,45
<i>Convencionais</i>	47.946	4.990.199.199,71
Total	77.628	51.954.309.788,51

Diante dos quadros apresentados, no que se refere à composição dos créditos do contencioso administrativo, a quantidade que era de 63.114 em 31/12/2001, passou para 47.579 processos em 31/12/2002, redução de 24,36%, correspondente a 15.535 processos a menos tramitando no âmbito do contencioso administrativo. O valor total dos créditos se manteve na casa dos 23 bilhões de reais, indicando uma elevação do valor médio de cada processo. O quadro da composição dos Créditos Parcelados indica que também houve uma redução na quantidade de processos, passando de 114.047 em 31/12/2001, para 77.628 processos em 31/12/2002, redução de 31,9%, correspondente a 36.419 processos de parcelamento a menos tramitando no âmbito administrativo. O valor total do saldo dos parcelamentos em cobrança administrativa se manteve na casa dos 51 bilhões de reais. Diante dos quadros apresentados, constatamos que as alegações de que o valor total do estoque dos créditos em cobrança administrativa, em 2002, aumentou 124,45% em relação ao de 2001 e de que a quantidade total dos créditos teria aumentado 212,07%, também em relação a 2001, conforme apontado no item 39 do Relatório de Auditoria, não possuem qualquer relação com a realidade, bem como as projeções efetuadas para 2003, 112 bilhões, e 2004, 252 bilhões.

d) As alterações no CD trimestral encaminhado ao TCU, nos termos do solicitado, estão sendo providenciadas pela DATAPREV, sob orientação da Procuradoria Geral e Diretoria de Arrecadação do INSS."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Relativamente às alíneas "a", "b" e "d", o INSS informou que está sendo providenciada a implementação das recomendações propostas por esta Secretaria, o que será objeto de avaliação quando do envio a esta SFC do próximo relatório e CD sobre a listagem dos devedores da Previdência Social, relativa ao 2º trimestre/2003.

Quanto à alínea "c", esclarecemos que os valores utilizados no item 39 do Relatório de Auditoria nº 120194/2003, correspondentes aos créditos administrativos de 2001, foram extraídos do CD apresentado pelo INSS, relativo ao 4º trimestre/2001, encaminhado a esta Secretaria por meio do Ofício nº 82/INSS/PR, de 21/01/2002, onde confirma que o valor global dos créditos administrativos em dezembro/2001 era de R\$ 22.300.396.819,69. Porém, o gestor esclareceu, mediante Ofício nº 442/INSS/DCGAB, de 15/04/2003, que nesse valor não estavam incluídos os parcelamentos, informando que em 2001 os valores corretos seriam de R\$ 23.915.039.891,90 para o Contencioso Administrativo - Estoque em Dezembro de 2001 e de R\$ 51.394.470.373,00 para Créditos Parcelados - Estoque em Dezembro de 2001, informados nos quadros acima.

Vale ressaltar que, embora o gestor tenha esclarecido que a evolução dos créditos administrativos em 2002 em relação a 2001 não tenha sido da forma apresentada por esta Secretaria, mantemos a recomendação constante do item 43-c, uma vez que na área de Procuradoria a evolução dos créditos previdenciários é bastante expressiva, tendo em vista que em 2002 o total dos créditos de procuradoria aumentou 92,54% em relação a exercício de 2001, passando de R\$48.566.756.190,50 para R\$93.491.575.759,76 e em termos quantitativos aumentou 55,83%, passando de 418.619 para 652.341.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

5.2.3.9 CONSTATAÇÃO:**Falha e irregularidade no processo de cobrança administrativa dos débitos previdenciários (Relatório de Auditoria nº 099688, de 17/12/2002, desta SFC)**

Trata-se de auditoria realizada na Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI, abrangendo o período de 15.07.2002 a 15.10.2002, tendo como objetivo o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos na área de Arrecadação, em especial à Cobrança de Débitos Administrativos. Os dados foram extraídos dos sistemas da DATAPREV, utilizados para a cobrança pelo INSS, a saber: INFORMAR, SICOB, AGUIA, PRODIN e DÍVIDA. De acordo com informações constantes nesses sistemas, a Gerência Executiva do INSS em Teresina gerencia um montante de R\$ 120,9 milhões, envolvendo 291 contribuintes e 949 processos, referentes a débitos ativos e R\$ 473,1 milhões relativos a parcelamentos, envolvendo 1.018 processos e 944 contribuintes.

O principal critério de seleção foram os débitos baixados ou que tiveram redução considerável de saldos, no período de janeiro/2001 a julho/2002, excluindo-se aqueles cuja redução foi inferior a R\$ 8.000,00. Em seguida, por meio de consultas ao SICOB, foram excluídos aqueles cuja baixa ou redução ocorreu por pagamentos. Após a aplicação desses critérios,

chegou-se a uma amostra de 29 contribuintes, envolvidos em 82 processos, cujo montante somou R\$ 15,4 milhões, representando 4,2% do total de processos, 2,5% do valor total e 2,3% dos contribuintes devedores inscritos em débitos ou parcelamentos ativos.

As principais constatações foram: divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receita proveniente de parcelamentos e débitos; falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança; falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança; falta de integração entre o INSS e o Comitê Gestor do REFIS, ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor; demora nas decisões administrativas devido ao atraso por parte do INSS na emissão da Decisão de Notificação (DN), ocasionando prejuízo para a arrecadação; e ausência de documentação indispensável e de critérios objetivos para fundamentar o cancelamento do débito.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA:

0 gestor, por meio do Ofício nº 242/INSS/DCGAB, de 27/02/2003, apresentou as seguintes informações:

"(...)

No que se refere à fixação de metas (subitem 4.1.1.1), foi encaminhado o Memorando nº 15/INSS/DIRAR, desta data (cópia anexa), informando à Gerência-Executiva que a Diretoria de Arrecadação considerará a recomendação da Controladoria quando da redefinição ou ajustamento, no seu Plano de Ação 2003, das metas para recuperação de créditos administrativos. Convém assinalar, no entanto, que tais metas estão sendo alcançadas a contento graças ao deslocamento constante de pessoal para o interior, como bem foi percebido pela Auditoria.

As divergências nos números da arrecadação apresentadas pelos sistemas SIAFI em relação ao INFORMAR (subitem 4.2.1.1) despontaram na fase final de implantação deste último. Essas impropriedades já foram objeto de regularização a contar do mês de janeiro do ano em curso, mediante ação conjunta deste Instituto e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

As correções das falhas no sistema SICOB (subitem 4.2.2.1) vêm sendo procedidas, em conjunto com a Procuradoria e DATAPREV, e consistem nas providências relatadas no despacho da Coordenação-Geral de Cobrança, datado de 10 de fevereiro de 2003 (cópia anexa), por meio do qual foram atendidos os questionamentos da Controladoria em relação ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 26 de dezembro de 2002.

Quanto ao subitem 4.2.3.1, o processo regular de cobrança de créditos administrativos vem sendo aprimorado com a devida celeridade, estando previsto, ainda para o corrente ano, o treinamento de todos os servidores da área, conforme consignado no mencionado expediente da Coordenação-Geral de Cobrança.

No que alude à recomendação objeto do subitem 5.1.1.2, cujas explicações estão também consignadas no expediente para atendimento ao Ofício nº 9.956, da Controladoria, reforçamos a informação de que o problema que dificultava a cobrança de

créditos após a exclusão do contribuinte do REFIS já foi sanado pela DATAPREV, em dezembro último, com a conclusão da rotina de apropriação dos pagamentos realizados no âmbito do Programa Inscrição Automática dos Processos.

Visando a correção de falhas motivadas por retardamento de decisões no decorrer do processo de cobrança (subitem 5.2.1.1), além das medidas já adotadas no âmbito desta Diretoria, transcritas no expediente que atendeu ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR, consta do referido Memorando nº 15/INSS/DIRAR, encaminhado àquela Gerência-Executiva, orientação no sentido da completa observação das recomendações da Controladoria, especialmente no que se refere ao estabelecimento de prioridades para se evitar prejuízos motivados por perda de arrecadação.

Quanto à última recomendação, a respeito da Construtora HABFÁCIL Ltda., CNPJ nº 00.615.832/0001-12 (subitem 5.2.2.1), o assunto está sendo explicado, quanto aos aspectos que lhe são pertinentes, pela Coordenação-Geral de Cobrança, por meio do expediente que atendeu ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR. Por seu turno, a Coordenação-Geral de Fiscalização determinou uma nova ação fiscal na empresa, de modo a possibilitar a verificação das supostas irregularidades e o esclarecimento dos fatos em toda a sua plenitude. Ao encontro das orientações desta Diretoria, a ação fiscal já havia sido iniciada em 28 de janeiro de 2003, por meio do Mandado de Procedimento Fiscal - Fiscalização nº 09015603 (...)."

RECOMENDAÇÃO:

Face as justificativas apresentadas estarem em andamento e pendentes de realização, recomendamos que o INSS adote providências para implementar as recomendações emanadas por esta SFC, visando regularizar as falhas e irregularidades apontadas, bem como encaminhar os resultados das providências informadas que estavam em andamento.

=> 5.2.3.10 CONSTATAÇÃO:

Falha e irregularidade na área de arrecadação previdenciária (Relatório de Auditoria Operacional nº 099749, de 16/12/2002)

Trata-se de Auditoria Operacional realizada pela SFC por meio da Gerência Regional de Controle Interno/MS, na área de Arrecadação Previdenciária, especificamente no processo de fiscalização em empresas devedoras de contribuição, emissão de CND, e anulação e restituição de créditos previdenciários, realizados pela Gerência Executiva do INSS em MS.

As principais constatações contidas no Relatório de Auditoria nº099749/2002 foram:

- Suspensão da ação fiscal iniciada na empresa COBEL CONSTRUTORA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA, em 19/02/2002, sem esclarecimentos devidos, conforme item 3.1.1.2;
- Emissão de CPD-EM (Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa) à empresa ELMA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, em 21/02/2002, com autorização da Gerente Executiva do INSS em Campo Grande, por meio do Memorando nº06.001/023/2002, contrariando a normas legais, uma vez que a empresa apresentava Débitos com o INSS, os quais eram impeditivos para emissão da respectiva Certidão, pois

somente, foram quitados em 26 e 27/02/2002, conforme item 3.1.1.3; e

- Anulação dos LDC's (Lançamentos de Débitos Confessados) nºs 35.199.151-4 e 35.199.150-6, nos valores de R\$4.060.155,38 e R\$1.760.588,40, referentes a contribuições que lhes eram devidas, e ainda, restitui R\$392.661,00 compensáveis, totalizando irregularmente R\$6.213.354,78, conforme item 3.1.1.4.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou, por meio do Ofício/INSS/DCPRES/Nº 88, de 24/01/2003, o seguinte:

Em relação a suspensão de Ação Fiscal

"Esta Coordenação-Geral de Fiscalização, em 06/01/2003, através de e-mail enviado à Chefia de fiscalização/Serviço de Arrecadação da Gerência Executiva de Campo Grande/MS, solicitou providências no sentido de imediata conclusão da ação fiscal em curso, cadastrada sob o nº 00015837, iniciada em 02/2002, suspensa no mês seguinte e reiniciada em 08/2002, e agora com informação de conclusão neste primeiro trimestre, tendo em vista férias dos auditores-fiscais componentes da junta fiscal designada. Dados de 09/2002 estimam um lançamento de débito em torno de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Neste momento, aguarda o resultado conclusivo de referida auditoria fiscal para proceder ao encaminhamento do resultado solicitado.

2. O Memorando nº005/2003 INSS/DIRAR, em anexo, datado de 17/01/2003, expedido pela Diretoria de Arrecadação, (...) sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, encaminhou à Coordenação-Geral de Auditoria deste Instituto (...).

Em relação a anulação dos LDC's

"Esta Coordenação-Geral de Arrecadação, em 20/01/2003, expediu o Memorando INSS/DIRAR/CGARREC Nº 006, encaminhando à Gerência Executiva de Campo Grande-MS a supracitada recomendação, fundamentada em dispositivo da Instrução Normativa INSS/DC nº80, de 27/08/2002, cópia em anexo."

Memorando INSS/DIRAR/CGARREC Nº 006/2003 -

"(...) Com fins de implementação da recomendação do item 3.1.1.4 subitem 3 do Relatório de Auditoria Operacional nº099749/2002 da Secretaria Federal de Controle Interno (...)

1 -

2 -

3 - Que não se restitua os R\$470.459,23 (somatórios dos valores descritos acima: R\$5.566,40, R\$117.197,44 e R\$239.148,42) requeridos pela empresa (...)

4 -

Orientamos, com fundamento no art. 6º parágrafo único da IN INSS/DC Nº80, datado de 27/08/2002, que alterou a IN INSS/DC Nº 071, de 10/05/2002, o cumprimento do acima estabelecido."

Em relação a emissão de CND:

"O Memorando nº 005/2003 INSS/DIRAR, em anexo, datado de 17/01/2003, expedido pela Diretoria de Arrecadação com fulcro no art. 25 item IV do Regimento Interno do INSS, que dispõe sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, encaminhou à Coordenação-Geral de auditoria deste Instituto cópia do Relatório Operacional em questão, de que trata esta recomendação."

RECOMENDAÇÃO:

Face as justificativas apresentadas estarem em andamento e pendentes de realização, recomendamos que o INSS adote providências para implementar as recomendações emanadas por esta SFC, visando regularizar as falhas e irregularidades apontadas, bem como encaminhar os resultados das providências informadas que estavam em andamento.

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**6.1 SUBÁREA - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO****6.1.1 ASSUNTO - ESTIMATIVA DAS RECEITAS****6.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

Para o exercício de 2002, o INSS trabalhou com uma previsão de receita da ordem de R\$ 98.703.909.578,00 (noventa e oito bilhões, setecentos e três milhões, novecentos e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais), tendo executado R\$ 96.118.457.779,98 (noventa e seis bilhões, cento e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e nove reais, e noventa e oito centavos), correspondendo a 97,38%.

6.1.1.2 CONSTATAÇÃO:**Avaliação dos Critérios e Procedimentos empregados na programação das Receitas.**

Relativamente à programação das receitas, o Art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 estabelece que: "As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas."

Com base no ato normativo ora mencionado esta SFC, por ocasião da Auditoria de Acompanhamento, solicitou ao gestor que informasse:

- Os critérios técnicos e legais relacionados às previsões de receitas utilizadas pela entidade para suas fontes de arrecadação própria;
- Os estudos de sazonalidade da arrecadação das diversas fontes;
- Os estudos de impacto do SIMPLES sobre a arrecadação;
- Os estudos de arrecadação e as políticas para as receitas patrimonial de valores mobiliários e imobiliária e as receitas de alienação de bens; e

- Outras informações relevantes utilizadas pela entidade no tocante à programação da despesa.

O gestor manifestou-se por meio do Memorando INSS/DIRAR/CGARREC/01.400.11/nº 66, de 23.09.2002, e Ofício nº 1.490 INSS/DCGAB, de 26.09.2002, relativamente aos assuntos pertinentes à Diretoria de Arrecadação, da seguinte forma:

"(...)

- *Os critérios legais e técnicos relacionados as previsões de receitas são elaborados com base em estudos que levam em consideração a arrecadação do ano anterior, a taxa projetada de crescimento do PIB, a taxa projetada de crescimento da inflação e a taxa de evasão fiscal esperada para o ano;*
- *encaminhamos, em anexo, caderno contendo estudos desenvolvidos no âmbito da Coordenação-Geral de Arrecadação do INSS. Aproveitamos para informar que se encontra em desenvolvimento nesta Coordenação o projeto de previsão de receita previdenciária que consiste em um modelo econométrico adaptado às bases de dados do INSS, que permitirá prever a arrecadação do INSS com alguma segurança estatística";*
- *Em relação ao impacto do Simples sobre a arrecadação, enviamos, em anexo, um estudo desenvolvido no ano de 2001 onde se mensura o valor da renúncia deste sistema;*
- *Em relação às políticas para as receitas de alienação de imóveis, o gestor alega que em decorrência da reestruturação administrativa a partir de 1999, essa atividade passou para o âmbito das Gerências Executivas, acarretando a necessidade de reestruturação do antigo cadastro de imóveis; e que esse fato, associado ao grande número de obras que se encontravam em execução em todo o território nacional, a carência e o despreparo de recursos humanos, praticamente impôs a paralisação do plano de desmobilização."*

Não respondida especificamente, mas está embutida nas informações acerca das demais questões.

JUSTIFICATIVA:

Não apresentadas quanto à arrecadação da receita imobiliária.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em face dos esclarecimentos proferidos pelo gestor consideramos que os critérios e procedimentos adotados na previsão das receitas previdenciárias são aderentes à norma legal, entretanto, com relação à receita decorrente de alienação imobiliária, o Instituto não dispõe de uma política eficaz destinada a dar vazão ao seu imenso estoque imobiliário, bem como incrementar suas receitas.

RECOMENDAÇÃO:

Considerando que o estoque de bens imóveis apresenta grande volume tanto em termos físicos quanto financeiros, é imprescindível a adoção de uma política voltada para o desfazimento desses bens, haja vista que eles representam receitas previdenciárias não arrecadadas dentro do período de competência, o que tem contribuído fortemente para o aumento do déficit previdenciário.

6.1.1.3 CONSTATAÇÃO:

Avaliação dos critérios e procedimentos adotados na elaboração das Propostas Orçamentárias.

Tendo em vista que a solicitação de crédito suplementar, no mês de abril do exercício de 2001, foi atendida parcialmente em 29.12.2001, quando foram aprovados R\$ 195 milhões, por meio da SA nº 101249-12 solicitamos do gestor as seguintes informações:

- a) Qual a situação que se configura no exercício atual? Será necessária nova suplementação?
- b) Pelo montante de restos a pagar inscritos, parece-nos que o orçamento anterior continua a impactar o exercício atual. Por outro lado, algumas despesas podem ter sido canceladas para serem novamente empenhadas à conta do orçamento do exercício atual. Essa situação existiu? Qual o impacto sobre o exercício atual em termos físicos e financeiros?
- c) Detalhar os critérios técnicos e legais relacionados à fixação das despesas por programas, ações e naturezas da despesa, anexando estudos, planos e outros aspectos diversos.

Em caso de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, informar a estimativa, o impacto orçamentário-financeiro no exercício em vigor e nos dois subseqüentes, anexar a declaração do ordenador de despesas e comprovar a compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta à Solicitação de Auditoria - SA nº 101249-12, o gestor, encaminhou o Ofício DIROFL/nº 1.751, de 04.11.2002, com os seguintes esclarecimentos:

- "a) Quando foi elaborado o Orçamento 2002 (maio/agosto de 2001) á identificava-se demanda reprimida em relação ao teto estabelecido pela SOF, da ordem de R\$140,0 milhões, exclusive despesas com Remuneração Bancária e DATAPREV. Durante a execução orçamentária de 2002, verificou-se que o déficit orçamentário se mantém. Assim sendo, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade solicitou Crédito Suplementar de R\$136,9 milhões (etapas abril/agosto de 2002), entretanto, por solicitação do MPAS, esse valor foi reduzido para R\$ 87,8 milhões;
- b) Asseguramos que a hipótese de despesas terem sido canceladas para serem novamente empenhadas à conta do orçamento do exercício atual, não ocorreu. Entretanto, com relação a Restos a Pagar, houve impacto no exercício de 2002 apenas pela ótica financeira. Os empenhos inscritos em Restos a Pagar na natureza de despesa diferente de 339092 e 319092 foram emitidos visando garantir o atendimento das despesas daquele exercício, em virtude da temporalidade da execução. Quanto aos empenhos relacionados à natureza de despesa 339092 e 319092, foram emitidos para assegurar a conclusão de processos de Despesas de Exercícios Anteriores formalizados em 2001;
- c) A elaboração da proposta orçamentária deste INSS é realizada com base em séries históricas, observando-se o comportamento da execução nos dois últimos exercícios. Os critérios técnicos adotados são a execução efetiva em cada Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, observados as ações e os valores propostos pelas diversas áreas no planejamento operacional, que por sua

vez são ajustados para atender os tetos fixados pela Secretaria de Orçamento Federal, lembrando que a diferença apurada será objeto de solicitação de Créditos Suplementares, acrescidos dos valores não contemplados na Lei Orçamentária que constavam do Projeto de Lei Orçamentária. Quanto ao aspecto legal, a elaboração da Proposta é realizada com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 8.666/93; e

d) Não temos essa situação de expansão ou aperfeiçoamento de Ação Governamental. O gestor encaminhou, em anexo, Quadro Sintético das Despesas por Programa de Trabalho, Natureza de Despesa; Quadro Demonstrativo de Créditos Suplementares".

AValiação da SFC:

Em face dos esclarecimentos formulados pelo gestor é necessário ressaltar dois importantes aspectos:

Ao mencionar, quando da elaboração do Orçamento para 2002 (maio/agosto de 2001) já identificava-se demanda reprimida em relação ao teto estabelecido pela SOF, da ordem de R\$ 140, milhões exclusive despesas com Remuneração Bancária e DATAPREV, o gestor nos passa a impressão de que não se pautou nos princípios da unidade universalidade e anualidade, estabelecidos no art. 2º da Lei 4.320/64, bem como, no art. 6º da mesma lei, o qual disciplina que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções; e Uma vez aprovado o orçamento, quer tenham ocorrido cortes ou não, o gestor de forma alguma, poderá realizar despesas que extrapolem os limites dos créditos consignados. É sabido e notório que a Instituição não pode prescindir dos serviços de arrecadação das contribuições previdenciárias prestados pela rede bancária, bem como, dos serviços de processamento de dados realizados pela DATAPREV, entretanto, estas e outras despesas não podem continuar sendo realizadas sem a correspondente cobertura orçamentária. Há que se tomar uma providência, pois do contrário o orçamento torna-se meramente uma peça fictícia, não atingindo a sua real finalidade como instrumento de controle e fonte de informação para as tomadas de decisões.

RECOMENDAÇÃO:

Em face do exposto é imprescindível o máximo empenho da Direção do INSS no sentido de fazer cumprir a legislação orçamentária por parte dos agentes executores.

6.2 SUBÁREA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO

6.2.1 ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS RECEITAS

6.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Com relação a receita diretamente arrecadada, para o exercício de 2002, o INSS trabalhou com uma previsão da ordem de R\$ 72.175.585.542,00 (setenta e dois bilhões, cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois reais), tendo realizado R\$ 71.465.629.822,15 (setenta e um bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), correspondendo a 99,02% de realização. Ressalte-se que a receita diretamente arrecada não foi suficiente para suprir as despesas fixadas gerando, portanto, um déficit orçamentário, o qual foi coberto com repasses do Tesouro Nacional no montante previsto de R\$ 26.528.324.036,86 (vinte e seis bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, trezentos e vinte

e quatro mil, trinta e seis reais e oitenta e seis centavos) e realizado de R\$ 24.652.827.957,83 (vinte e quatro bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e três centavos).

6.2.1.2 INFORMAÇÃO:

Analisando o desempenho da arrecadação sob a ótica da Fonte Originária da Receita, é importante destacar a performance dos grupos mais representativos tanto no comparativo entre o estimado e o realizado, quanto a representatividade da fonte em relação ao total da receita arrecadada.

Dessa forma a fonte Contribuições Sociais é o mais representativo em relação ao total arrecadado, correspondendo a 96,32% do total realizado, e em comparação com o estimado obteve uma realização de 98,63%;

6.2.2 ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

6.2.2.1 INFORMAÇÃO:

Durante o exercício de 2002 a Despesa Empenhada e executada do INSS foi da ordem de R\$ 98.119.616.384,19 (noventa e oito bilhões, cento e dezenove milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos) incluídos destaque recebido do Fundo Nacional de Assistência Social no valor de R\$ 3.518.362.257,00 (três bilhões, quinhentos e dezoito milhões, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais), restaram, ainda, como saldo da dotação autorizada mais destaque recebido R\$ 584.285.216,92, (quinhentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e dois centavos) de crédito disponível.

6.2.2.2 CONSTATAÇÃO:

Registro contábil, cuja natureza da despesa não guarda conformidade com os Programas de Governo criados para abrigar despesas específicas.

Em decorrência das pesquisas realizadas no SIAFI constatamos, a exemplo do ocorrido no exercício de 2001, elevado número de registro contábil, cuja natureza da despesa não guarda conformidade com os Programas de Governo criados para abrigar despesas específicas.

Mesmo levando em consideração a hipótese de que o assunto em questão resumem-se em simples erros de classificação contábil, a utilização inadequada da dotação orçamentária pode comprometer o alcance das metas físicas do programa, especialmente pelo fato de o orçamento público ser uma peça que contempla as realizações de governo (metas físicas) e os meios para atingi-las (recursos financeiros).

Desta forma, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a premissa.

Ressalte-se que no Relatório de Gestão do Exercício de 2001, esta SFC já havia alertado quanto a observância da legalidade ao rememorar o teor tanto do art. 23 do Decreto n.º 93.872, de 23/12/86, que dispõe, entre outros aspectos, sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, quanto do art. 73 do Decreto-lei n.º 200, de 25/02/67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e que estabelecem que:

"Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços, cujo custo excede aos limites previamente fixados em lei."

Contudo, a despeito do supracitado dispositivo legal e das recomendações formuladas no Relatório de Gestão do exercício de 2001, esta equipe, analisando os relatórios extraídos do sistema SIAFI, constatou impropriedades semelhantes às detectadas naquele exercício, tais como: Projeto Atividade / Subprojeto Subatividade 01170001 - Pagamento de Salário-Família abrigando despesa da natureza 33900556 - Salário-Maternidade; 01320001 - Pagamento de Aposentadorias abrigando despesa da natureza 33900551 - Auxílio-Doença; 01410001 - Pagamento de Salário-Maternidade cobrindo despesa da natureza 33900555 - Salário-Família de Segurado, dentre outras, as quais foram levadas ao conhecimento do gestor por meio do relatório anexo à SA nº 117146-05.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do Gestor veio por meio do Anexo ao Ofício INSS/DIROFL/nº 256/2003, de 28/02/2003, onde foi alegado que: em decorrência da reestruturação do Instituto criando 100 Gerências executivas, com uma Unidade Gestora em cada, a maioria delas tendo um servidor apenas no serviço/seção de orçamento, quase sempre servidores sem experiência na área orçamentária/financeira, o que justificaria a maioria das inconsistências evidenciadas pela SFC; muitas vezes ocorreram execuções incorretas devido à escassez orçamentária, no decorrer do exercício, em determinados programas de trabalhos, e sobra em outros, em momentos diferenciados, não fugindo, assim, da essencialidade da ação, já que todas elas fazem parte do Programa de Trabalho - Previdência Básica; que o serviço de Perícia Médica culmina sempre com uma concessão, manutenção ou cessação de benefício, e que, para cessar/manter o auxílio ou o benefício, às vezes, é necessário haver a reabilitação do segurado para que este reingresse no mercado de trabalho, e é justamente o médico perito que pode reavaliar a capacidade laborativa do mesmo, o que justificaria a execução no Programa de Trabalho da Reabilitação Profissional; Esclareceu, ainda, que Programa de Trabalho Perícia Médica cabe pagamento de Contribuições Previdenciárias, uma vez que alguns médicos credenciados são pessoas físicas, havendo a obrigatoriedade do recolhimento de 20% da parte patronal. Quanto às diárias, indenizações e restituições, os médicos do quadro deste Instituto viajam para fazer perícias em locais diversos do seu ambiente de trabalho, acarretando o pagamento dessas despesas, uma vez que ocorrem deslocamentos; O Programa de Trabalho de Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários está voltado para ações de recuperação de créditos e cobrança de parcelamentos da Dívida Ativa, e, para tanto, os Auditores Fiscais e servidores lotados nas Gerências-Executivas, para desenvolverem as ações estabelecidas, realizam visitas a empresas, necessitando de deslocamentos, o que explica os altos valores em diárias e indenizações/restituições.

AValiação DA SFC:

No relatório encaminhado ao Gestor dando-lhe conhecimento das impropriedades, destacamos alguns exemplos desta, e recomendamos a adoção de providências no sentido de se revisar todos os procedimentos, de modo a detectar todos os tipos de classificação indevida evitar tais ocorrências nos próximos exercícios, já que os registros contábeis do exercício de 2002 não são mais passíveis de correção.

O gestor, na parte inicial de sua explanação, demonstrou reconhecer algumas das impropriedades apontadas, justificando que em decorrência da reestruturação do Instituto criando 100 Gerências executivas, com uma Unidade Gestora em cada, a maioria delas tendo um servidor apenas no serviço/seção de orçamento, quase sempre servidores sem experiência na área orçamentária/financeira, o que justificaria a maioria das inconsistências evidenciadas pela SFC, e que muitas vezes ocorreram execuções incorretas devido à escassez orçamentária, no decorrer do exercício, em determinados programas de trabalhos, e sobra em outros, em momentos diferenciados, não fugindo, assim, da essencialidade da ação, já que todas elas fazem parte do Programa de Trabalho - Previdência Básica. Entretanto, fez ressalvas que o Programa Reabilitação Profissional comporta realização de despesa com Perícia Médica; que no Programa de Trabalho Perícia Médica cabe pagamento de Contribuições Previdenciárias, e que Programa de Trabalho de Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários comporta despesa com diárias e indenizações/restituições. Ressalte-se que esse argumentos são legítimos e com os quais e corroboramos integralmente.

Frisamos ainda, que em grande parte, as impropriedades em comento ocorrem em razão de um programação financeira incompatível com as reais necessidades das unidades gestoras da Instituição.

RECOMENDAÇÃO:

As recomendações foram formuladas por meio da SA 117146-05, quando dos trabalhos de campo, tendo sido recomendado a adoção de providências no sentido de revisar todos os procedimentos de modo a detectar todos os tipos de classificações indevidas e evitar tais ocorrências nos próximos exercícios.

6.2.2.3 INFORMAÇÃO:

Considerando que do montante de R\$ 98.119.616.384,19 (noventa e oito bilhões, cento e dezenove milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos) de crédito orçamentário alocado foram executados R\$ 97.535.331.167,27 (noventa e sete bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos), ou seja 99,40%, consideramos eficaz a atuação dos gestores, entretanto fazemos ressalvas quanto a inscrição de despesa com diária em restos à pagar; pagamento de diárias de servidores de outros órgãos da esfera federal com dotação de colaborador eventual, quando estes estiveram a serviço do INSS, bem como diversas despesas classificadas em projeto atividade/subprojeto subatividade criados para abrigar despesas específicas.

6.2.2.4 INFORMAÇÃO:

Em razão da análise comparativa da despesa realizada nos exercícios de 2001 e 2002, sob o ponto de vista da economicidade é importante destacar o comportamento das rubricas. Tiveram comportamento positivo com reflexo de economicidade na gestão, as despesas realizadas nos seguintes Elementos:

- 04 - Contrato por Tempo Determinado - Pessoal Civil (-71,40%);
- 37 - Locação de Mão-de-obra (-50,84%);
- 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (-19,68%); e
- 92 - Despesas de Exercícios Anteriores (-58,32%).

Por outro lado as rubricas a seguir especificadas registraram expressivos acréscimos evidenciando uma gestão antieconômica dessas despesas:

- 30 - Material de Consumo (53,49%);
- 33 - Passagens e Despesa com Locomoção (107,69%);
- 52 - Equipamento e Material de Permanente (386,97%);
- 91 - Sentenças Judiciais (30,02%);
- 94 - Indenizações Trabalhistas (105,89%).

6.2.2.5 CONSTATAÇÃO:

Concessão de Diárias a Servidores na Rubrica de Colaboradores Eventuais.

Em decorrência do cruzamento de dados extraídos do Sistema SIAPE com dados extraídos do SIAFI, constatou-se o pagamento de diárias a servidores na rubrica de colaboradores eventuais no total de 176 servidores e valor de R\$ 188.241,30 (cento e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta centavos), em desacordo com o Decreto nº 343/91, Lei nº 8.216/91 e Mensagem CORIC/SFC nº 023/1996.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do ANEXO ao Ofício INSS/DIROFL/Nº 259/2003, DE 28/02/2003, o gestor informou que, no pagamento de diárias à servidores públicos federais como colaborador eventual, ocorreu a interpretação incorreta da legislação vigente. Entendia-se que , se o servidor não pertencesse ao Quadro de Pessoal do INSS, considerar-se-ia com colaborador eventual. Assim, após os esclarecimentos contidos na SA, foram adotadas providências no sentido de sanar o referido equívoco, orientando os responsáveis pela execução dessa despesa.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em face das justificativas apresentadas e providências já em andamento no sentido de evitar a ocorrência de tais divergências consideramos satisfatório o posicionamento do gestor, entretanto, o assunto deverá continuar sendo objeto de monitoramento por parte dessa SFC com o intuito de certificar da eficácia das medidas implementadas.

RECOMENDAÇÃO:

As recomendações foram formalizadas por meio da SA 117146-08, tendo o gestor acatado as recomendações desta SFC e se comprometido a adotar providências no sentido de evitar a repetição de falhas desta natureza na gestões seguintes.

6.2.2.6 CONSTATAÇÃO:

Inobservância do Índice Mínimo de Empenho Garantia de Pagamento Contra Entrega na Modalidade Dispensa de Licitação.

Em razão de pesquisa realizada no Sistema SIAFI, detectou-se 110 Unidade Gestoras do Instituto que durante o exercício de 2002, não aplicaram o índice mínimo de 5% do Empenho Garantia de Pagamento Contra Entrega na modalidade Dispensa de Licitação determinado pelo Decreto nº 4.120/2002, criando assim, a possibilidade de prática de custos elevados

nas aquisições. A utilização do Empenho Garantia de Pagamento Contra Entrega está amparada no art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, na realização de despesas pelas Unidades Gestoras, nos elementos 339030 e 339039.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do gestor veio por intermédio do ANEXO ao Ofício INSS/DIROFL/nº 255/2003, de 28/02/2003, com os seguintes esclarecimentos:

- as Gerências-Executivas deste Instituto foram orientadas pela Coordenação Geral de Logística a adotas, na maioria de suas aquisições, a modalidade de licitação "pregão", o que impossibilita a utilização do Empenho Garantia Contra Entrega;
- de acordo com o Decreto nº 2.439/97, os Empenhos com Garantia de Pagamento Contra Entrega só poderão ser utilizados em relação aos fornecedores de pequenas compras e serviços, inscritos no SICAF, que estejam na situação de "apto", cabendo ao SIAFI verificar tal situação quando da confirmação do Empenho; o que, também, impossibilita o procedimento, quando tais requisitos não são atendidos;
- o pagamento da despesa em até 72 horas após o recebimento do bem material ou serviço, deve corresponder à disponibilidade de recursos financeiros sub-repassados pelo Tesouro Nacional, o que, às vezes, não ocorre em tempo hábil, face às contingências financeiras;
- o teto fixado para Dispensa de Licitação (R\$8.000,00), também é um dos empecilhos para adoção deste procedimento;
- verifica-se, também, que a maioria dos Empenhos Garantia Contra Entrega adotados refere-se a despesas de serviços continuados, descaracterizando-se o objetivo dessa modalidade, o qual se aplica mais no sentido de "pechinchar" descontos, quando da compra de materiais e serviços eventuais;
- Foram adotadas as seguintes providências para orientação dos servidores do INSS, com relação à aplicação do Decreto nº 4.120/2002, no art. 8º, parágrafo 2º:
 - a) foi publicada a Orientação Interna INSS/DCPRES nº 04, de 08 de abril de 2002, que dispõe sobre a utilização da modalidade de empenho de pagamento contra entrega;
 - b) quanto à execução da Diretoria Colegiada (UG 512006), informamos a impossibilidade de cumprimento do art. 8º do Decreto acima citado, considerando que o somatório das Notas de Empenho, na modalidade Dispensa de Licitação atinge um montante significativo, tornando cinco por cento desse montante também um valor alto para a modalidade em questão, o que é inviável. Tal montante está vinculado contratos com a DATAPREV, CEB, RADIOBRAS e outros (conforme amostra de Notas de Empenhos extraídas do SIAFI);
 - c) envio de mensagens, por meio do SIAFI, para os Serviços/Seções de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Grupo de Unidades Gestoras das Gerências-Executivas, Grupo de Gerências de Descentralização de Crédito de Orçamento e Transferência de Recursos Financeiros e Unidade Executora da Diretoria Colegiada, Setoriais Contábeis das Gerências-Executivas e as Unidades Coordenadoras da Diretoria Colegiada;
 - d) Ressaltou que existe dificuldade dst Unidades Gestoras emittentes de empenho de pagamento Contra Entrega,

cumprirem o art. 2º da Orientação Interna INSS/DCPRES Nº 04, DE 08/04/2002, conforme mensagens de correio eletrônico. Atendemos solicitação da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do INSS e da Secretaria do Tesouro Nacional, essa Secretaria considerou haver necessidade de se adotar medidas pertinentes para elucidação da matéria conforme cópia de consulta formulada pela CGOFC, em anexo).

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar dos motivos alegados pelo gestor quanto a utilização do empenho garantia, no percentual de 5% das despesas realizadas na modalidade de dispensa de licitação, a não implementação desse mecanismo constitui uma ilegalidade e será objeto de ressalva por parte desta SFC enquanto a norma legal não for integralmente cumprida.

RECOMENDAÇÃO:

Reiteramos as recomendações formuladas por meio SA Nº117146-09, acrescentando que o art. 2º do Dec. 2.439, de 23/12/1997, refere-se a pequenas compras e serviços, portanto não se inclui nesse universo, despesa essenciais previstas no art. 24, da Lei nº 8.666/93, tais como fornecimento de água e energia elétrica - inciso XVI, e DATAPREV - inciso XXI.

Recomendamos ainda, que sejam envidados todos os esforços necessários no sentido de se cumprir os preceitos legais, e evitar ressalvas desta SFC nas Contas do Instituto.

7 GESTÃO FINANCEIRA

7.1 SUBÁREA - RECURSOS REALIZÁVEIS

7.1.1 ASSUNTO - DESPESAS PENDENTES

7.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidades diversas

Em decorrência das consultas efetuadas no Sistema SIAFI, visando acompanhar a execução da despesa e propor medidas corretivas, esta SFC, no decorrer deste exercício, encaminhou ao INSS, a Nota Técnica nº 390/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 20.08.2002, solicitando esclarecimentos/providências quanto:

- a) Pagamento sem dotação orçamentária;
- b) Saldos nas Contas de Juros e Multas;
- c) Saldo na conta de "Pessoal de Exercícios Anteriores;
- d) Convênios em Situação "A Comprovar" com vigência expirada;
- e) Convênios em situação "A Aprovar" com mais de sessenta dias do registro de recebimento na respectiva prestação de contas;
- f) Conformidade Contábil Registrada com Restrição ou sem Registro;
- g) Índice de Utilização de Empenho de Garantia;
- h) Emissão de Ordem Bancária para o Próprio CPF;
- i) Índice de Utilização de Dispensa de Inexigibilidade de Licitação;

Na referida Nota Técnica foi citado que muitas das constatações apresentadas, já havia sido objeto de pedido de regularização em mais de uma oportunidade.

Dessa forma solicitamos esclarecimentos/providências a respeito de impropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidades diversas e, ainda, no que concerne a pagamentos de benefícios a favorecido pessoa física ou jurídica, fazendo com que esses não sejam registrados nos sistemas próprios de benefícios, podendo ocasionar duplicidade. Sendo verificado, dentre os fatos, pagamento de auxílio financeiro ex-IPASE, reembolso salário-família, despesa com complementação de 1,5 diária, para comparecimento ao programa de reabilitação.

JUSTIFICATIVA:

O Gestor apresentou as seguintes justificativas:

"(...)

- a) não se tratam de pagamentos sem dotação orçamentária e sim, devolução de salários pagos indevidamente e/ou duplicidade, e prestação de contas de suprimentos de fundos, registrados nas contas mencionadas, que estão sendo regularizadas via descontos FPP e/ou devolução em espécie via NS. O gestor apresentou comprovante;
- b) foram encaminhadas mensagens via SIAFI às Unidades Gestoras responsáveis relacionadas neste Anexo para que sejam providenciadas justificativas solicitadas. As multas e juros vinham ocorrendo com frequência por falta de recursos financeiros. Foi elaborada e remetida às Gerências Executivas a Orientação Interna Conjunta Nº 055, de 02/09/2002;
- c) os saldos da conta 21212.02.00 - Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores são de processo devidamente formalizados e regularizados;
- d) Convênios "A Comprovar" e "A Aprovar" - por se tratar de registros anteriores ao Sistema SIAFI no INSS, necessitamos de uma análise mais criteriosa visando a identificação de cada caso;
- e) Conformidade Contábil Registrada Com Restrição ou Sem Restrição - na maioria das vezes decorre da ausência de um Contador. Estão sendo providenciados 51 contadores, e promovendo curso de capacitação, de modo que em cada gerência tenha um contador responsável;
- f) Índice de Utilização de Empenho Garantia de Pagamento Contra Entrega - As Unidades Gestoras do INSS já foram orientadas e utilizarem o empenho garantia, visando atingir o percentual mínimo fixado no Decreto nº 4.120/2002, sendo expedida a Orientação Interna INSS/DCPRES Nº 04, de 08 de abril de 2002;
- g) Emissão de Ordem Bancária para o próprio CPF - visando sanar o problema foi expedida a Orientação Interna/INSS/DCPRES Nº 03 de 08.04.2002;
- h) Índice de Utilização de Dispensa de Inexigibilidade de Licitação de Licitação - ocorreu, em grande parte, em razão do registro de despesas com concessionárias de serviços públicos, tais como correios, água, luz e telefone.

(...) informamos o que segue:

- a) com relação a pagamento de benefícios previdenciários, tendo como favorecidos pessoas físicas ou jurídicas, informamos que trata-se de pagamentos relacionados a reembolsos de salários família e maternidade. O pagamento de licença maternidade que, a princípio, seria concedido como um benefício, o qual

não tenha sido requerido. Este caso ensejará requerimento de solicitação de reembolso ao empregados, uma vez que o mesmo comprovou junto ao INSS, os pagamentos dos 4 meses de licença gestante, previsto em lei, obrigando o INSS a conceder o ressarcimento, independentemente de se tratar de pessoa física ou jurídica, ou seja, o reembolso será concedido ao requerente. Outra situação é o reembolso do salário família concedido aos Sindicatos de Trabalhadores Avulsos, ocorrendo com frequência no grandes centros, principalmente nas regiões portuárias. Em resumo pode ocorrer pagamento com indicativo de execução orçamentária nos Programas de Trabalho afetos às ações salário família e salário maternidade no SIAFI a pessoas física e jurídica;

- b) o Programa de Trabalho - Auxílios permite a execução no SIAFI, visando custear as despesas com alimentação e deslocamento a beneficiários, quando propostos pelo INSS;
- c) a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade está monitorando e corrigindo eventuais inconsistências, quanto a execução orçamentária dos Programas de Trabalho vinculados à Unidade Orçamentária 33904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar da justificativa do gestor, as falhas continuam sendo apresentadas no exercício de 2002, haja vista as constatações apontadas. Em relação aos pagamentos de benefícios previdenciários, sobre os procedimentos realizados estarem corretos, não nos foi informada a fundamentação legal que permita a realização de tais pagamentos fora dos sistemas próprios de pagamento de benefícios.

Esclarecemos que este tipo de procedimento, além de não ser registrado nos sistemas da Previdência, não consta das normas previdenciárias, podendo acarretar pagamento em duplicidade para um mesmo segurado.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos, dessa forma, a estrita observância ao art. 73, do Decreto-Lei nº 200/67, e que o Instituto adote medidas corretivas urgentes, uma vez que os mecanismos de controle encontram-se fragilizados.

7.1.2 ASSUNTO - CONTAS A RECEBER

7.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Relativamente à arrecadação decorrente da atuação da Procuradoria, o gestor, em seu Relatório de Gestão, faz referência a dois sistemas utilizados na aferição da mesma, o Boletim Informativo de Procuradoria - BIP e o Sistema INFORMAR. O primeiro é de uso exclusivo da linha de Procuradoria, alimentado mensalmente e manualmente pelas 113 unidades jurídicas que compõem a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Informa ainda, que os valores apurados pelos dois sistemas não conferem em razão de três fatores: datas de apuração diversas, lançamento automático dos valores somente após a apropriação dos créditos no INFORMAR; o INFORMAR não possui o recurso de atualização imediata de códigos de apropriação que se modificam de acordo com o fato gerador do recolhimento. Assim, como durante o exercício de 2002 foram editadas as Medidas

Provisórias nºs 38, 66 e 75, os recolhimentos decorrentes de suas aplicações foram imediatamente lançados de forma manual no BIP e, ao contrário, não foram computados no INFORMAR.

ARRECADAÇÃO INFORMAR	
2001	R\$ 1.021.462.690,43
2002	R\$ 1.712.622.612,88

ARRECADAÇÃO BIP	
2001	R\$ 724.125.726,97
2002	R\$ 3.840.490.182,46

7.2 SUBÁREA - RECURSOS EXIGÍVEIS

7.2.1 ASSUNTO - RESTOS A PAGAR

7.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Inscrição de despesa com Diárias em Restos a Pagar.

Em decorrência de pesquisa extraída do SIAFI constatamos que o INSS, por intermédio de suas Unidades Gestoras, efetuou inscrição de despesa com Diárias em Restos a Pagar no montante de R\$ 352.197,31 (trezentos e cinquenta e dois milhões, cento e noventa e sete mil e trinta e um centavos). Procedimento este que vai de encontro como o estabelecido no art. 6º do Decreto nº 343/91 e do Princípio da Anualidade do Orçamento.

Por meio da SA 117146-07, o fato foi levado ao conhecimento do gestor visando a adoção de providências no sentido de regularizar todas a situação apontadas na relação anexa, bem como, justificar os motivos pelos quais as UGs incorreram em tais falhas.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do gestor veio por intermédio do Anexo ao Ofício INSS/DIROFL/nº 258/2003, de 28/02/2003, contendo o seguinte teor:

"O INSS é um órgão atípico; possui quase 44 mil servidores ativos e uma diversidade muito grande de ações que envolvem diárias, entre elas: forças-tarefas para evitar represamento de benefícios; grupos de comissões de inquérito; projetos que visam redesenhar novo Modelo de Gestão para a Instituição, alocando grande quantitativo de servidores, entre outras atividades que envolvem deslocamentos;

Muitas dessas ações têm atividades continuas, como é o caso de Comissões de Inquérito e do Projeto do Novo Modelo de Gestão, que garantam o deslocamento de servidores até o final do exercício. As despesas foram apropriadas dentro da competência, mas, em função da falta de recursos financeiros, essas despesas só puderam ser liquidadas em janeiro de 2003, o que acarretou saldos nas contas apontadas por essa Secretaria;

Informamos que já estamos adotando os procedimentos necessários para, o mais brevemente possível, acertarmos todas as inconsistências detectadas; e que foram enviadas Mensagens, por meio do SIAFI, para Serviços/Seções de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Grupo de Unidades Gestoras das Gerências-Executivas, Grupo de Gerências de Descentralização de Crédito de Orçamento e Transferência de Recursos Financeiros e Unidade Executora da Diretoria Colegiada, Setoriais Contábeis das Gerências-Executivas e as Unidades Coordenadoras da Diretoria Colegiada (cópias em anexo), no sentido de orientar aos gestores a não mais inscreverem despesa com diárias em restos a pagar,

pois contraria o disposto no art. 6º do Decreto 343/91 e o princípio da anualidade."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar dos argumentos do gestor de que o INSS é um órgão atípico; possuindo quase 44 mil servidores ativos e uma diversidade muito grande de ações que envolvem diárias, entre elas: forças-tarefas para evitar represamento de benefícios; grupos de comissões de inquérito; projetos que visam redesenhar novo Modelo de Gestão para a Instituição, alocando grande quantitativo de servidores, entre outras atividades, houve o descumprimento de uma norma legal, o que não redime da falha cometida.

RECOMENDAÇÃO:

Apesar da regularização das providências adotadas à Diretoria de Administração do INSS deve monitorar assunto em questão, para que a falha/irregularidade não volte acontecer.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 SUBÁREA - INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

8.1.1 ASSUNTO - REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS

8.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Divergência entre os registros do SIAFI e dos Inventários de Bens Imóveis

O inventário Físico e Financeiro de Bens Imóveis apresentado pela Coordenação-Geral de Logística do Instituto, totaliza R\$ 2.816.174.725,48, o que diverge dos valores registrados no SIAFI, em 31.12.2002, de R\$ 2.846.503.041,87, perfazendo uma diferença de R\$ 30.328.316,39, que segundo informações da Auditoria Interna, corresponde a incompatibilidade de registros ocorridos em 24 Gerências-Executivas, conforme demonstrado no Relatório da Auditoria Interna (fls. 333) e Anexo V, da Prestação de Contas do INSS.

De acordo com as informações colhidas junto à Divisão do Patrimônio Imobiliário, o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI, não está interligado às Gerências-Executivas, e os dados são enviados pelas Gerências por meio de fax, e-mail e memorandos, o que vem dificultando a consolidação das informações para compor o citado inventário.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício nº 591 INSS/DCGAB, de 14/05/2003, informou o seguinte:

"(...) Diante dessa proposta, o Sr. Diretor de Orçamento, Finanças e Logística manifestou o seu desejo em utilizar o sistema SPIUNet, solicitando à Secretaria de Patrimônio da União o treinamento de servidores das áreas administrativas das 102 Gerências Executivas desse Instituto (...), que culminou com o atendimento da solicitação acima e, atualmente, estamos procedendo ao treinamento dos servidores das GEX's, com a finalidade de um novo cadastramento dos imóveis do INSS no SPIUNet. (...)"

RECOMENDAÇÃO:

Providenciar a devida conciliação entre os registros físicos-financeiros dos bens imóveis, com vistas a proceder os ajustes aos valores constantes do SIAFI.

Adotar medidas voltadas à operacionalização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, bem como atentar para a elaboração e encaminhamento tempestivos dos Inventários Físicos/Financeiros desses bens por ocasião dos encerramentos dos exercícios.

Promover junto à Auditoria Geral a inclusão nos escopos de suas missões, a serem realizadas em 2003, a avaliação das providências informadas que estão em andamento, com encaminhamento dos resultados para esta SFC.

8.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Incompatibilidade entre os registros do SIAFI e dos Inventários de Bens Móveis

O Inventário Físico-Financeiro do Instituto foi consolidado mediante os Relatórios dos Inventários de Bens Móveis em Uso, realizados pelas Comissões designadas por meio de Portarias nas respectivas Gerências-Executivas/INSS. De acordo com os registros do SIAFI, o saldo em 31.12.2002 totalizou R\$ 133.993.906,27. Das 103 (cento e três) Unidades Gestoras, 14 (quatorze) não apresentaram os inventários e 31 (trinta e uma) apresentaram divergências, conforme evidenciado no Relatório da Auditoria Interna às fls.334, da Prestação de Contas.

A análise realizada nos registros do SIAFI evidenciou saldo na conta "Bens em Processo de Localização", no valor de R\$ 1.038.475,49, lançado pelas Gerências Executivas de São Paulo Norte, Sul, Guarulhos e Ribeirão Preto, ocorrência essa que pode estar acontecendo nas demais Gerências do INSS, apesar de não se observar nos registros do SIAFI.

Cabe esclarecer que na nova versão do Sistema de Administração de Material Permanente - ADMPER, versão WEB, vem ocorrendo divergências entre a classificação de contas do SIAFI quando da migração dos dados do sistema antigo para a versão atual.

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício nº 591 INSS/DCGAB, de 14/05/2003, informou o seguinte:

"(...) Com a versão WEB, quando da migração das bases de dados do antigo sistema para a nova versão, com os necessários ajustes, o catálogo tornou-se único, obrigando o usuário a seguir a classificação da Direção Geral, observa-se no entanto, que os valores totais não acompanham esses ajustes, ficando inalterados.

Convém esclarecer ainda, que estão sendo realizados estudos para a implementação de Comissão para efetuar levantamento único dos bens móveis de todas as Gerências Executivas visando assim, sanar definitivamente as divergências citadas anteriormente."

RECOMENDAÇÃO:

Providenciar a devida conciliação entre os registros físico-financeiro dos bens móveis, com vistas a proceder os ajustes aos valores constantes do SIAFI.

Proceder levantamento dos bens móveis em processo de localização, bem como no caso de desvio dos mesmos, apurar responsabilidade no âmbito das Gerências Executivas de S. Paulo Norte, Sul, Guarulhos e Ribeirão Preto e, verificar se há esse tipo de ocorrência nas demais Gerências Executivas, sem o devido registro no SIAFI.

Adotar medidas voltadas a operacionalização do sistema de controle dos Bens Móveis, versão WEB, bem como, atentar para a elaboração e encaminhamento tempestivo dos Inventários Físicos/Financeiros desses bens por ocasião dos encerramentos dos exercícios.

Promover junto à Auditoria Geral a inclusão nos escopos de suas missões, a serem realizadas em 2003, a avaliação do ADMPER, versão WEB, determinando

as causas e os motivos do aplicativo não estar funcionando de acordo com a finalidade para o qual foi adquirido.

8.2 SUBÁREA - BENS IMOBILIÁRIOS

8.2.1 ASSUNTO - ADIÇÕES DE IMOBILIÁRIOS

8.2.1.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na realização do processo de permuta de Imóveis em Goiânia-GO

Análise do processo n°. 35069.002448/1999-99, que se refere à permuta de imóvel do INSS por imóvel de terceiros. Inicia o processo com o Memo/INSS/GO/n.º 18, de 15/09/99, que solicita abertura de processo de permuta do prédio do Instituto situado à Av. Anhanguera n.º 3536, esquina com Rua 23, Centro - Goiânia - GO, por imóvel que atenda demanda da Agência tipo "C" Goiânia - Dergo.

Por meio do Of. n.º 53/08.300.1/INSS/GO, de 25/10/99, foi solicitado à Caixa Econômica Federal - CEF, que procedesse avaliação do referido imóvel. Foram publicados Avisos de Procura de Imóvel no jornal "O Popular", nos dias 04, 05 e 06/11/99. A avaliação do imóvel foi feita pela CEF, no valor mínimo de R\$ 530.000,00, conforme Laudo de Avaliação datado de 22/11/99. Consta do referido laudo os valores mínimo, médio e máximo para o imóvel, respectivamente de R\$ 530.095,74, R\$ 602.074,15 e R\$ 696.671,12.

Foram apresentadas 2 (duas) propostas para permuta, uma por parte de José R. Paulino e outra da Construtora e Incorporadora Merzian Ltda., ambas datadas de 22/11/99. Em 08/02/2000, o INSS, por intermédio das Cartas 08.301.1/22/00 e 08.301.1/23/00, comunicou aos interessados que por motivo de prioridade e necessidade de serviço, a permuta não mais seria para Agência Dergo e sim por imóvel para atender Agência tipo "B" em Aparecida de Goiânia - GO, solicitando a confirmação do interesse em continuarem participando do processo de permuta. Consta documento com timbre do Hotel Brasil - HB, assinado por José R. Paulino em 11/02/2000, declarando interesse em continuar a participar da permuta. Em decorrência da mudança do local do imóvel a ser permutado, novos Editais de Procura de Imóvel foram publicados no jornal "O Popular", nos dias 10, 13 e 14/03/2000.

Integra o processo Projeto Padrão com Especificações para Construção de Unidades Integradas de Atendimento com 10.000 benefícios, de maio/99, com orçamento estimativo total no valor de R\$ 526.498,22.

Em 23/03/2000, a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda. apresentou proposta ao INSS de terreno situado à Av. Uru c/ Rua Uberaba, Quadra 115, lotes 3/4, Setor dos Afonsos - Aparecida de Goiânia - GO, no valor de R\$ 25.000,00 e de edificação de construção da APS, conforme projeto elaborado e avaliado pelo INSS, no valor de R\$ 504.977,19, totalizando o terreno e a construção o montante de R\$ 529.977,19. O prazo para conclusão da obra foi estimado em 12 meses, a partir da oficialização da permuta.

Em 30/03/2000, foi emitido Relatório de Visita de Imóvel de Terceiros para Permuta com a Previdência Social em Goiás, da visita realizada ao terreno pelos servidores da Logística, Arrecadação, Benefício e da Melhoria do Atendimento do INSS/GO, com a conclusão da viabilidade da negociação.

Por solicitação do Instituto, o terreno foi vistoriado pela Caixa Econômica Federal em 31/03/2000, conforme Laudo de Avaliação datado de 03/04/2000, sendo apurados os valores de R\$ 12.300,00 pelo Lote 03 e R\$ 13.500,00 pelo Lote 04, totalizando R\$ 25.800,00.

Após análises do Engenheiro Luiz Mauro da Silva, da Equipe de Projetos e Obras, em 11/04/2000 e do Chefe da Seção de Logística, Sr. José Aparecido da Silva, em 17/04/2000, que se pronunciaram favoravelmente quanto à proposta da construtora, o processo foi submetido à Procuradoria do INSS, que entendeu pela regularidade da permuta, conforme Parecer PE/SCC/GO/n.º 107, de 12/05/2000, da Procuradora Márcia Maria Domingues Torres, ressaltando que os lotes em questão deveriam ser adquiridos pela empresa, visto serem propriedade de particulares. O citado parecer foi aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria do INSS/GO, Teófilo José Taveira Neto, de acordo com o Despacho/GAB/PPS/Goiânia/n.º 212, de 01/06/2000.

Foi lavrada escritura pública de compra e venda do terreno adquirido pela Construtora Merzian em 23/06/2000, pelo valor de R\$ 21.000,00, conforme registro no livro 584, folha 102, n.º 07057, do Cartório Souza, Comarca de Aparecida de Goiânia - GO.

Vale esclarecer que em 21/11/2000, após decorrido 1(um) ano da data da avaliação do imóvel do INSS, foi firmado Termo de Compromisso de Permuta de Imóveis entre o INSS e a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda., pelo prazo de 12 (doze) meses, constando em sua Cláusula Terceira que o preço do imóvel do INSS prometido para a permuta é de R\$ 530.000,00 e o do futuro imóvel edificado, de propriedade da Construtora é de R\$ 529.977,19. Dessa forma, o valor da torna a ser paga ao Instituto importou em R\$ 22,81.

O INSS encaminhou a Carta 08.301.1/24, de 01/03/2001, comunicando à empresa que não haveria alterações no projeto inicial e que todas as condições definidas no Termo de Compromisso estavam mantidas, autorizando assim o início dos serviços.

Em 07/06/2001, a Equipe de Engenharia, Obras e Telecomunicações realizou a análise do Projeto Elétrico apresentado pela Construtora Merzian, citando as pendências a serem resolvidas. Por meio do Memo/INSS/GO/n.º 08.301.1/008, de 10/01/2002, a Chefe da Seção de Logística informa que o valor total complementar para a conclusão da obra importa em R\$ 150.000,00, sendo R\$ 93.378,76 de mobiliário, R\$ 11.000,00 referente à sinalização e R\$ 45.621,24 da instalação de ar condicionado tipo *multi split* 30 TR.

Em documento datado de 06/02/2002, a empresa encaminhou solicitação de prorrogação do prazo em 40 dias, a contar do término previsto de 11/03/2002, alegando dificuldades na execução dos serviços devido a chuvas, indefinição de lay-out, falta de detalhe das grades de fechamento e indisponibilidade de material no mercado. A solicitação foi submetida à Procuradoria do INSS/GO, conforme Parecer n.º 032, de 27/02/2002, aprovado de acordo com Despacho/GAB/Procuradoria/GEXGOI/n.º 084, de 28/02/2002. Foi formalizado em 12/03/2002, Termo de Aditamento de Compromisso de Permuta de Imóveis prorrogando por mais 40 dias o prazo para entrega do imóvel.

Consta documento da Construtora Merzian, datado de 26/03/2002, informando ao INSS que "abre mão do recebimento de R\$ 5.297,77", referente à diferença encontrada no encontro de contas a favor da empresa.

O Termo de Habite-se foi concedido em 26/06/2002. Foi realizada vistoria, pelo INSS/GO, no imóvel de Aparecida de Goiânia - GO, conforme Termo de Vistoria Final do Imóvel, datado de 28/06/2002. Foi autorizada a Dispensa de Licitação e adjudicada a proposta da Construtora Merzian, pelo Chefe do Serviço de Administração/INSS/GO, em 08/07/2002, tendo sido publicado Extrato de Contrato n.º 38/2002, no D.O. de 17/07/2002.

A Procuradoria do INSS/GO aprovou Minuta para Escritura Pública dos imóveis permutados, em 05/08/2002. Foi providenciada lavratura de Escritura Pública de Permuta em 08/08/2002, porém o documento não foi assinado pelo INSS.

A Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário/INSS/DF, em 02/09/2002, apontou a ausência de avaliação do imóvel edificado pela empresa, cujas providências foram solicitadas à Gerência Executiva do INSS/GO, pelo Chefe de Divisão do Patrimônio Imobiliário/INSS/DF, em documento datado de 01/10/2002. Dessa forma, foram os autos submetidos à Procuradoria Federal Especializada do INSS em Goiânia, que de acordo com o Parecer n.º 140, do Procurador Federal Teófilo José Taveira Neto, de 05/11/2002, entendeu que "a avaliação do imóvel contratado com o Instituto foi fixada no momento da contratação da permuta, (...), e não é passível de alteração por qualquer das partes, assim como não se há cogitar de inovar na avaliação do imóvel do Instituto, igualmente fixada no contrato" (grifo nosso). Alertou, ainda, que "o Instituto encontra-se exposto aos efeitos da mora perante o outro contratante, desde o momento que deixou de firmar a escritura lavrada ara a tradição de ambos os imóveis, sujeitando-se, desta feita, aos ônus financeiros e demais gravames decorrentes do descumprimento de negócio jurídico perfeito". O citado parecer foi aprovado pelo Despacho/GAB/Procuradoria/PFE/GOI/n.º 464, de 06/11/2002, do Procurador-Chefe/PFE/INSS/GO, Arsênio Neiva Costa.

Em 08/11/2002, o processo foi encaminhado à Diretoria de Orçamento e Finanças, para análise e autorização da conclusão da permuta. A Coordenação Geral de Logística, encaminhou o processo à Procuradoria Geral para informar se a legislação vigente permite esse tipo de permuta. A Procuradoria, por sua vez, destacou que o encaminhamento não estava conforme os ditames da Instrução Normativa n.º 47, de 16/03/2001, que estabelece em seu art. 2º que "o encaminhamento à Procuradoria Geral de processos administrativos e documentos que contenham indagação de natureza técnico-jurídica será realizado, exclusivamente, pela Consultoria Jurídica do MPAS e pelos órgãos da Direção Central do INSS", conforme Despacho PROCGER s/n.º, de 3/12/2002. O processo foi restituído à Coordenação Geral de Logística que encaminhou os autos à Diretoria Geral de Orçamento Finanças e Logística, sem que fosse obedecida a determinação da Procuradoria Geral. Em 16/12/2002, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, considerando que o processo já havia sido devidamente instruído, emitiu autorização para a Gerência Executiva do INSS/GO firmasse escritura lavrada para a tradição dos imóveis objeto da permuta, que foi lavrada em 20/12/2002.

Tendo em vista a legislação que trata do assunto, art.17, inciso I, alínea 'c', da Lei n.º 8.666/93 e a Resolução/INSS/n.º 168, de 23/06/93, solicitamos esclarecimentos ao gestor sobre a forma que foi realizada a referida permuta, conforme a especificamos a seguir:

"(...)

Justificar:

- 1) Por que a Construtora Merzian não foi desclassificada, tendo em vista não possuir imóvel para permuta, conforme determina a legislação vigente?
- 2) Como o INSS só tem interesse de negociar, por permuta, imóvel do INSS por imóvel construído para instalação de APS, por que o imóvel adquirido para instalação da APS, não foi avaliado pela CEF?
- 3) Devido ao lapso de tempo decorrido entre a avaliação da CEF do imóvel de propriedade do INSS (22/11/1999), por que não foi providenciada uma nova avaliação desse imóvel e também a avaliação da APS em 26/06/2002, quando da expedição do Termo de Habite-se?"

Observação: Imóvel do INSS - terreno: 521,21m² e área construída de 1.942,04m² (6 pavimentos, mais garagem e cobertura)
Terreno da empresa - Lote 3: 360,43 m² e Lote 4: 444,46 m², totalizando 804,89 m²
 Edificação: 581,38 m² (1 pavimento).

JUSTIFICATIVA:

O gestor, inicialmente, enviou a esta SFC o Ofício n.º 440/INSS/DCGAB, de 14/04/2003, com argumentos apresentados pela Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, em documento datado de 10/04/2003, sendo que os mesmos foram retificados pela Coordenação-Geral de Logística, em 29/04/2003, e encaminhados a esta SFC por meio do Ofício n.º 542/INSS/DCGAB, de 05/05/2003, da Chefia de Gabinete do Diretor-Presidente, conforme transcrevemos a seguir:

"A Administração do INSS tem como uma das políticas na área de Patrimônio Imobiliário a obtenção de prédio próprio para instalação de unidade de Serviço do INSS em localidade de interesse da população, e uma das formas de obtenção de imóveis é a permuta. Embora no Patrimônio Imobiliário constem muitos imóveis, nem sempre, estes, são localizados onde há interesse do INSS em atender a população;

A alienação de imóveis do INSS é regulamentada pela Lei n.º 9.702/98, cominadas com a Lei n.º 9.636/98 e Lei n.º 8.666/93. Mas, outras leis, normas de direito e jurisprudências são utilizadas de forma a estabelecer o arcabouço jurídico e amparar as transações com imóveis do INSS;

A presente alienação foi efetivada com base nas Leis n.º 9.702/98, n.º 9.636/98 (arts. 30 e 39) e n.º 8.666/93 (art. 17, inciso I, alínea "c") e Parecer n.º 140/2002, do Sr. Procurador Federal Teófilo José Taveira Neto, do INSS/GO. E, Lei n.º 5.194/66 e Resolução CONFEA n.º 218/93, que trata de avaliações de imóveis por engenheiro.

Os procedimentos administrativos relativos ao processo n.º 35069.002448/1999-99, bem como, os referentes à permuta de imóveis entre o INSS e a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda, estão a cargo da Gerência-Executiva do INSS em Goiânia/GO, visto seu interesse administrativo na permuta e todos os procedimentos visando sua efetivação.

Assim sendo, a GEX/GO esclarece o seguinte:

1º - 'O procedimento de Permuta foi instruído tendo como objeto a troca de um imóvel do instituto, por um projeto padronizado pelo INSS de edificação futura cuja permuta ocorreria somente quando concluída a obra, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com a Construtora. Entendemos que todos os aspectos legais do procedimento tenham sido objeto de apreciação pelo setor competente, inclusive aqueles relativos à classificação e desclassificação da Construtora.'

'Com a publicação em jornal de maior circulação, neste caso o jornal, "O Popular", para procura de imóvel onde o INSS almejava implantar Agência para atendimento em melhores condições para sua clientela na região Aparecida de Goiânia, cuja Agência em funcionamento apresentava-se em avançado estágio de precariedade, desconforto, insalubridade e

inadequado para uso, ferindo inclusive a NR-18, houve a apresentação de uma proposta com as seguintes condições:

a) Disponibilidade de lotes vagos na região em que era interesse do INSS para instalação da Agência e que atendia as expectativas inerentes ao serviço oferecido pelo INSS, conforme relatório de vistoria e ratificação da viabilidade dos mesmos (...).

b) Disposição em oferta esses lotes para construção da edificação padrão do INSS, conforme as especificações, normas e demais preceitos estabelecidos pelo INSS.

c) Onde o proponente se dispunha a construir, conforme determinado pelo INSS, uma edificação nos moldes do projeto - modelo para 10.000 benefícios, desenvolvido por Grupo de Trabalho constituído pela Direção Geral do INSS/DF, cumprindo todas as etapas construtivas e especificadas, em atendimento ao PMA - Programa de Melhoria de Atendimento da Previdência Social;

Que a proposta oferecida não foi desclassificada pelas vantagens acima enumeradas, sendo acolhida pela Administração, conforme ata de reunião do dia 14 de abril de 2000, e outros procedimentos administrativos (...), analisados pela Procuradoria Estadual do INSS.'

2º - 'O valor do projeto padrão, isto é, prédio adquirido (quando concluído), objeto da permuta, foi avaliado inicialmente por orçamento estimativo, elaborado com base em banco de dados adotados pelo INSS. Nestas circunstâncias, entendemos que sendo o imóvel objeto da permuta, um projeto de edificação futura, não haveria como submete-lo à avaliação da CEF.'

- 'elucidamos que a Permuta somente se efetivou quando a Proponente ofereceu um imóvel edificado, pronto, novo, específico para o uso do INSS, sem ter que o INSS recorrer a adequações, um dos motivos do interesse me autorizar a Permuta. Quanto aos valores a serem apurados através de Laudo de Avaliação, evidencia-se que tal procedimento foi efetivado em época inicial aos procedimentos, e garantido em lei, conforme pronunciamento da Procuradoria Estadual e que por razões estas levou a assinatura por esta Gerência do termo de Compromisso e de autorização para lavratura de escritura e registro, pela Direção Geral do INSS em Brasília.'

3º - 'Entendemos que a ocorrência de novas avaliações (alteração de regras) nos períodos mencionados poderiam ser realizados se as mesmas constassem do Termo de Compromisso.'

'esclarecemos que os valores apurados, com efeito aconteceu exatamente no dia 14/04/2000, relatado em Ata, às 16:00, quando foram aceitos pelas partes interessadas, e que daí por diante devido a tramitação no dia 21/11/2000 se procedesse a assinatura do Termo de Compromisso, haja visto não ser rotineiro transações desta forma e natureza dentro do INSS.'

2. Cabe esclarecer que foi solicitado, por meio do Memorando INSS/CGLOG n.º 388/2003 (...), à Gerência-Executiva do INSS em Goiás, que responda de forma mais objetiva., impreterivelmente, até o dia 08/05/2003, ao questionamento n.º 3 constante dessa Solicitação".

Por meio do Ofício nº592/INSS/DCGAB, de 14/05/2003, o Gestor informou, em complemento a SA 117146-15, o seguinte:

"(...) esclarece que não foi providenciada uma nova avaliação dos imóveis em 26/06/2002, porque tratou-se de uma permuta de imóvel por obra que seria contruída, por preço certo global firmado, conforme termo de compromisso de permuta de imóveis".

2. (...) foi realizada auditoria extraordinária referente a permuta em questão (...). No Relatório de Ação de Auditoria Extraordinária verificamos que o seu item V - Considerações Gerais confirma a justificativa acima transcrita da GEX/GO ao considerar "que o INSS não contratou serviços e sim permuta de imóvel por obra que seria construída por preço certo global firmado..." E, no mesmo item, consta que, procedendo a análise comparativa de preço por metro quadrado de obra construída, foi observado o preço praticado pela empresa ficou inferior ao do Instituto sem o BDI. Ao final, item VI, o relatório concluiu que os atos praticados na execução da permuta acudiram aos preceitos legais vigentes, e que foi atingido o princípio da economicidade, quando se detectou que os custos ofertados pelo

promitente - permutante ficaram inferiores aos praticados pelo INSS, à época."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Ficou evidenciado que o INSS tem autorização para proceder alienação dos bens imóveis de propriedade dos segurados da Previdência Social, conforme verifica-se na Lei n.º 9.702/98, observando no que couber as disposições da Lei n.º 8.666/93 e da Lei n.º 9.636/98.

A permuta de imóveis edificadas ou não, ou por edificação a construir, poderá ser autorizada pelas entidades conforme dispõem os artigos 30 e 39 da Lei n.º 9.636, de 15/05/98.

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificada, será precedida de avaliação e obedecerá as normas, que no caso em questão é permuta, por outro imóvel, que atenda aos requisitos constantes do inciso X, do art. 24, conforme dispõe o art. 17, inciso I, alínea 'c' da Lei 8.666/93.

Observa-se que o art. 24, inciso X, condiciona que no caso de dispensa de licitação, a compra de imóvel deverá ser condicionada ao atendimento das finalidades da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Segundo Marçal Justen Filho, no caso de permuta, a Administração não percebe uma contrapartida em dinheiro, mas obtém uma vantagem que atende ao interesse público. (...)a alínea 'c' disciplina a aquisição do domínio de um imóvel através da transferência do domínio de outro imóvel.

Dessa forma e diante do exposto, visando dar maior transparência ao processo e resguardar o bem público, há uma necessidade da avaliação do imóvel de propriedade do INSS e de propriedade da empresa em questão (imóvel construído e edificado), a ser realizada pela Caixa e aprovada pela área responsável do INSS, uma vez que o objeto de permuta foi avaliado por um custo de orçamento estimativo de um projeto padrão do Instituto.

Portanto, quanto à avaliação, o INSS encontra-se pendente de informação, inclusive de apuração de responsabilidade e TCE, caso se confirme prejuízo com a permuta em questão.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a adoção de providências para que sejam realizadas as devidas avaliações e encaminhadas a esta SFC que deverá se manifestar sobre o assunto em questão.

8.2.2 ASSUNTO - BAIXAS DE IMOBILIÁRIOS

8.2.2.1 INFORMAÇÃO:

O Plano Nacional de Desmobilização - PND, para o exercício de 2002, foi aprovado pela Diretoria Colegiada, na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/07/2002, sendo registrado em ata a indicação de 632 imóveis a serem colocados para alienação, por concorrência pública.

Da projeção inicialmente indicada pelo INSS, somente 66 imóveis foram colocados para alienação por estarem com regularização dominial e,

destes, 18 imóveis foram vendidos, perfazendo um total obtido de R\$ 3.293.562,00.

A composição do total resultante da alienação dos 18 imóveis, segundo consta nas informações do INSS, demonstraram que as avaliações correspondiam a R\$ 2.074.423,03 e os valores das propostas equivaleram a 58,77% da expectativa de venda, isto é R\$ 3.293.562,00.

O INSS, visando liquidar débito com a União, propôs a oferta de imóveis à Secretaria do Patrimônio da União em dação de pagamento, segundo informações da Divisão e Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário. Dessa forma, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 117146-27, solicitando que fosse informado a origem, valor do débito, identificação dos imóveis e os respectivos valores de avaliação.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta, o gestor esclareceu tratar-se de assunto financeiro/contábil, de alçada da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a qual não se posicionou sobre as indagações formuladas.

Esclareceu, ainda, que a proposição era oferecer imóveis do INSS ocupados por órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, perfazendo um total de 346 imóveis, aprovados inicialmente pela Diretoria Colegiada, o que não foi aceito pela Secretaria de Patrimônio da União, uma vez que esta só poderia aceitar imóveis ocupados por órgãos públicos federais. Dentre a relação apresentada, apenas o terreno ocupado pelo Hospital Universitário de Brasília - HUB, estaria de acordo com os trâmites estabelecidos pela SPU, atualmente aguardando parecer do Ministério da Fazenda.

Por meio do expediente anexo ao Of.INSS/DIROFL/nº 1821, de Novembro/2002, o gestor esclareceu também que a operacionalização do plano foi impactada por dificuldades enfrentadas para a renovação do contrato de avaliação de imóveis com a Caixa Econômica Federal - CEF, que somente foi formalizado em 31/10/2002.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Face os fatos preponderantes sobre o Plano Nacional de Desmobilização não terem se concretizado no exercício de 2002, esta Secretaria Federal de Controle Interno estabelecerá diretrizes de acompanhamento sobre a execução do Plano.

Cabe registrar que o INSS deverá estabelecer mecanismos para identificar as origens dos imóveis, de forma a evidenciar os recebidos em dação de pagamento oriundos de dívidas previdenciárias, para que após alienação dos bens se possa aferir os valores ingressados em conta específica de recuperação de débitos previdenciários.

8.2.3 ASSUNTO - UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

8.2.3.1 INFORMAÇÃO:

De acordo com informações prestadas por intermédio do Of./n.º 325/INSS/DCGAB, de 21/03/2003, verifica-se que o INSS possui 368 (trezentos e sessenta e oito) imóveis funcionais. Destes, 362 (trezentos e sessenta e dois) encontram-se ocupados e 6 (seis) imóveis desocupados.

Quanto à situação de ocupação dos mesmos, vale ressaltar que 41 (quarenta e um) imóveis estão subjudice, 319 (trezentos e dezenove) regulares e os demais a regularizar.

JUSTIFICATIVA:

Por meio da Portaria/MPS/GM/n.º 59, de 28/01/2003, publicada no D.O. de 29/01/2003, foi constituído Grupo de Trabalho para levantar a situação dos imóveis localizados no Distrito Federal. O prazo para apresentação do relatório final foi prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, findando em 28/05/2003.

AValiação DA SFC:

Em virtude dos trabalhos que ainda estão sendo realizados pelo Grupo de Trabalho constituído pelo MPS, para proceder o levantamento da situação dos imóveis funcionais do INSS no DF, esta SFC realizará avaliação dos resultados desses trabalhos, para posterior encaminhamento ao TCU.

9 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

9.1 SUBÁREA - MOVIMENTAÇÃO

9.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL

9.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Excedente de lotação de servidores; e servidores trabalhando efetivamente 30h semanais, assinando e recebendo por 40h (Relatórios de Auditoria Integrada de Pessoal, realizados nas Gerências Executivas de Florianópolis/SC e Fortaleza/CE)

A força de trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativa ao exercício de 2002, de acordo com as informações prestadas por meio do Ofício nº 338/INSS/DCGAB, de 25 de março de 2003, aponta um contingente de 48.803 pessoas, assim constituído: 39.020 ativos, cedidos e requisitados; 5.883 estagiários e 3.900 mão-de-obra terceirizada, conforme abaixo demonstrado.

a) Ativos, cedidos e requisitados por Unidade da Federação, conforme área de atuação.

UF	Área-Meio				Área-Fim			TOTAL
	ATIVOS	CEDIDOS	REQUIS.	Total da Área-Meio	ATIVOS	CEDIDOS	Total da Área-Fim	
AC	74	0	0	74	77	0	77	151
AL	196	13	0	209	494	0	494	703
AM	165	2	0	167	350	0	350	517
AP	59	0	0	59	68	0	68	127
BA	565	7	0	572	1.148	1	1149	1.721
CE	440	11	0	451	881	1	882	1.333
DF	1.143	178	0	1.321	469	1	470	1.791
ES	247	3	0	250	703	1	704	954
GO	304	23	0	327	710	0	710	1.037
MA	187	2	0	189	367	0	367	556
MG	880	40	0	920	2.794	6	2.800	3.720
MS	189	1	0	190	422	1	423	613
MT	113	2	0	115	329	1	330	445
PA	237	9	0	246	571	0	571	817

PB	301	1	0	302	601	1	602	904
PE	661	14	0	675	1.054	0	1.054	1.729
PI	156	5	0	161	371	0	371	532
PR	430	12	0	442	1.220	3	1.223	1.665
RJ	2.093	44	0	2.137	4.323	0	4.323	6.460
RN	226	4	0	230	464	0	464	694
RO	144	0	0	144	266	0	266	410
RR	50	0	0	50	64	0	64	114
RS	752	18	0	770	1.528	2	1.530	2.300
SC	398	4	0	402	1.167	37	1.204	1.606
SE	179	12	0	191	278	0	278	469
SP	2.177	37	0	2.214	5.251	7	5.258	7.472
TO	57	0	0	57	122	1	123	180
TOTAL	12.423	442	0	12.865	26.092	63	26.155	39.020

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos do INSS

- b) Estagiários por Unidade da Federação, conforme nível de escolaridade.

UF	QUANTIDADE		TOTAL
	NS	NM	
AL	11	12	23
AM	21	20	41
BA	130	156	286
CE	77	93	170
MS	24	32	56
ES	19	30	49
GO	37	36	73
MA	59	58	117
MT	19	24	43
MG	254	453	707
PA	26	34	60
PB	32	64	96
PR	154	213	367
PE	96	108	204
PI	16	38	54
RJ	337	248	585
RN	33	49	82
RS	364	514	878
SC	245	169	414
SP	448	774	1.222
SE	21	22	43
DF	134	83	217
AC	4	26	30
AP	5	19	24
RR	4	8	12
TO	10	20	30
TOTAL	2.580	3.303	5.883

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos do INSS

- c) Mão-de-obra terceirizada

RECEPCIONISTA I	2.189
RECEPCIONISTA II	1.259
SUPERVISOR DE RECEPÇÃO	452
TOTAL DE TERCEIRIZADOS	3.900

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos do INSS

Vale ressaltar que o Relatório de Prestação de Contas/2002 do INSS registrou uma força de trabalho de 48.803 servidores ativos, o que representa um acréscimo de 3,37% em relação ao contingente de 2001, que era de 47.208 pessoas.

Sobre as contratações dos 3.900 empregados terceirizados, regidos por força do contrato nº 39/2002 (Processo nº 35000.002314/2002-00), o assunto está sendo tratado no tópico Atuação do TCU/SECEX.

Ressalte-se que, em decorrência de estudos promovidos pelo Instituto, foi constatado haver carência de no mínimo 10.706 servidores para os cargos de Nível Intermediário/Nível Superior; não tendo sido considerado no referido estudo a necessidade de servidores pertencentes às categorias funcionais de Médico, Assistente Social, Supervisor Médico Pericial, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Procurador Federal.

O INSS, de acordo com a autorização obtida pelo art. 4º da MP nº 86, de 18/12/2002, realizou concurso público em 16/03/2003, para repor ao quadro funcional o contingente de 3.800 cargos efetivos, sendo 1.525 vagas de Analista Previdenciário e 2.275 vagas de Técnico Previdenciário.

Cabe registrar que nos trabalhos de auditoria de acompanhamento integrada realizados nas Gerências-Executivas de Fortaleza/CE e Florianópolis/SC, tomando como base os resultados dos estudos feitos pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho necessária para o funcionamento das Gerências-Executivas do INSS, em todo território nacional, permitiram verificar excessos de servidores nas áreas de atividades administrativas, excluindo as categorias funcionais de Procuradores Federais, Auditores Fiscais da Previdência Social, Médicos, Supervisores Médicos Periciais e Assistentes Sociais, por não terem sido incluídos no estudo do citado grupo de trabalho.

Comparando os quantitativos informados pelo grupo de trabalho com os existentes nas Gerências-Executivas, evidenciou-se em Fortaleza/CE um excedente de 260 servidores e em Florianópolis, 226 servidores.

Outro fato identificado foi a existência de servidores do Instituto trabalhando efetivamente 30h semanais e assinando e recebendo por 40h, excetuando os pertencentes às categorias funcionais que prevêem tais reduções em Lei.

Diante dessa constatação, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 1171346-28, solicitando que fosse informado o amparo legal e as providências adotadas com vistas a regularizar a situação, por estar em desacordo com a legislação que preceitua sobre a carga horária de trabalho no âmbito do Serviço Público Federal.

Em resposta, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, por intermédio do Ofício nº 427/INSS/DCGAB, de 09/04/2003, informou que constituirá Comissão para solucionar os problemas referentes à jornada de trabalho, definindo os limites mínimos e máximos de horas semanais, nos termos do artigo 19 da Lei nº 8.112/90, visto tratar-se de Órgão cuja atividade principal está relacionada diretamente ao atendimento ao público.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar dos trabalhos desenvolvidos pelo INSS, visando minimizar a situação da falta de pessoal face a demanda por serviços do Instituto ser fator inquestionável, é fundamental ressaltar que devem ser envidados

esforços no sentido de se determinar o efetivo de servidores necessários à manutenção das atividades de suas Gerências-Executivas, corroborando com os resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, objetivando eliminar os excessos de lotações de servidores, conforme verificado nas Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis, situação esta, que poderá estar ocorrendo em outras localidades, para aí sim, determinar a real necessidade de recursos humanos.

No que diz respeito à jornada de trabalho, o INSS deverá encaminhar a esta SFC os resultados alcançados pela Comissão.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para eliminar os excessos de lotação de servidores, bem como regularizar a situação dos servidores que estão trabalhando efetivamente 30h semanais, assinando e recebendo por 40h, excetuando os pertencentes às categorias funcionais que prevêem tais reduções em Lei, conforme verificado nas auditorias realizadas nas Gerências Executivas de Florianópolis/SC e Fortaleza/CE.

9.1.2 ASSUNTO - PROVIMENTOS

9.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Em consonância com as recomendações constantes do Ofício nº 3.419 DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2000, ratificadas pela Decisão nº 160/2002-TCU - 2ª Câmara (TC nº 014077/2000-8), o art. 4º da MP nº 86, de 18/12/2002, publicado no D.O. de 19/12/2002, criou no INSS o quantitativo de 3.800 cargos efetivos, sendo 1.525 vagas para Analista Previdenciário e 2.275 vagas para Técnico Previdenciário.

De acordo com a autorização obtida, o INSS divulgou o Edital nº 01/2003, de 15/01/2003, para a realização do concurso público em conformidade com a Lei nº 8.112/90, realizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/UNB, em 16/03/2003.

Em resposta à S.A. nº 117146-19, o gestor encaminhou o Ofício nº 330/INSS/DCGAB, de 24/03/2003, esclarecendo sobre a orientação dada às suas Unidades quanto ao processo de transição/substituição da mão-de-obra terceirizada, que se dará a medida que os concursados tomarem posse, em cumprimento à Decisão supracitada.

9.1.3 ASSUNTO - MOVIMENTAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS/ENTIDADES

9.1.3.1 CONSTATAÇÃO:

Cessionárias inadimplentes perante o INSS, tendo em vista o não ressarcimento dos vencimentos e encargos dos servidores cedidos

Por meio do Ofício n.º 477, de 22 de abril de 2003, o Chefe do Gabinete do Diretor-Presidente da Diretoria Colegiada do INSS, encaminhou a esta Secretaria Federal de Controle Interno documentação fornecida pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos - CGARH daquele Instituto, em atenção à Solicitação de Auditoria n.º 117146-17. A referida documentação é composta de Relatório de Servidores Cedidos - Ressarcimento 2002, Memorandos, Ofícios, Fax, Ordem Bancária etc., relacionados ao acompanhamento da situação dos servidores cedidos. Dentre outras informações, registramos a seguinte:

"(...) Estamos encaminhando um novo Relatório Geral de Servidores Cedidos, contendo valores de Remuneração, Encargos e Ressarcimento pelos órgãos cessionários, bem como um Relatório - Ressarcimento 2002, cujas cessões deram-se nos termos do art. 93, inciso I, § 1º da Lei 8.112/90. Dos referidos Relatórios, verificam-se as seguintes situações:

- ⇒ No exercício de 2002 estiveram cedidos 613 servidores com ônus para o órgão cessionário, dos quais 39 mediante ressarcimento;
- ⇒ Em 31/12/2002, havia 588 servidores cedidos, sendo 41 com ônus para o órgão cessionário, dos quais 34 mediante ressarcimento;
- ⇒ Das 39 cessões ocorridas em 2002, com ônus para o cessionário mediante ressarcimento, 24 situações encontram-se regularizadas, ou seja, 18 Instituições não efetuaram o ressarcimento (...)"

Quanto ao quantitativo de 613 servidores cedidos, verificamos o retorno ao órgão de origem, durante o exercício de 2002, de 25 servidores. Portanto, no final do exercício, o quantitativo de cedidos do INSS era de 588.

No que diz respeito às 18(dezoito) Instituições que não efetuaram o ressarcimento, a CGARH/INSS apresentou a situação de apenas 13 delas, conforme o quadro abaixo:

Órgão Cessionário	Servidor	Gerência Executiva	Valor Débito R\$
Pref. Mun. de Itiuba/BA	Edilberto Nunes de Sá Retornou ao INSS em 11/07/02, em razão da inadimplência do órgão cessionário.	Salvador/BA	19.888,47
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Ana Paula Procacci Ervilha	Diretoria Colegiada	4.515,00
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Maurício Matos Mendes	Niterói/RJ	23.157,11
ANVISA/DF	Maria Marta L.J. Granja. A servidora foi redistribuída para o Ministério da Saúde em 25/06/02.	Diretoria Colegiada	16.734,04
ANVISA/DF	Edno Joaquim S. T. dos Santos	GEXDF	33.253,82
Pref. Mun. de Contagem/MG	Edson Von Sucro	Contagem/MG	20.070,54
ANVISA/MT	Benedita Alda Santana	Cuibá/MT	13.132,97
GOV/PE	Carolina Guerra de Agostino	Recife/PE	54.431,22
Prefeitura Municipal de Recife/PE	Leozina Barbosa Andrade	Recife/PE	24.425,53
ADENE	Clésio Pinheiro de Oliveira	Recife/Pe	45.490,20
Pref. Mun. do Rio de Janeiro	Cláudio de Mendonça Esquerdo	RJCENTRO/RJ	51.611,76
Pref. Mun. do Rio de Janeiro	Luiz Humberto Côrtes Barros	RJCENTRO/RJ	24.624,43
ANVISA/RJ	Leonor Silva Fernandes	RJCENTRO/RJ	19.361,05
TOTAL			350.696,14

Ainda sobre o assunto, o Relatório de Prestação de Contas/INSS de 2002 registra 505 servidores cedidos para outros órgãos, com ou sem função/cargo em comissão, dos quais 34 estão na situação de cedidos com

ônus para o órgão cessionário. Nota-se, portanto, divergência entre as fontes de informação, no que diz respeito ao quantitativo de cedidos.

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou que, no intuito de sanar as pendências verificadas quanto ao reembolso de remuneração e encargos com servidores cedidos, cujos órgãos cessionários encontravam-se inadimplentes, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos tem orientado as Gerências Executivas para notificarem os órgãos cessionários, no sentido de regularizarem as pendências por acaso existentes. Permanecendo a inadimplência, solicitar o retorno do servidor ao órgão de origem, bem como a inscrição do débito em Dívida Ativa.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Da análise realizada na documentação enviada, comprovamos que o Instituto tem envidado esforços visando fazer cumprir a legislação pertinente. Entretanto, apesar do progresso alcançado, o problema não foi ainda solucionado.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar medidas no intuito de determinar às Gerências Executivas que cientifiquem as cessionárias inadimplentes do prazo e do valor a ser ressarcido, para posteriormente, no caso do não atendimento, aplicar o que dispõe o Decreto nº 4.050/2001, no seu art.10, parágrafo único, que diz:

"Art. 10. Na hipótese do não reembolso pelos cessionários, os órgãos ou as entidades cedentes do Poder Executivo Federal deverão adotar as providências necessárias para o retorno do servidor, mediante notificação.

Parágrafo Único. O não atendimento da notificação de que trata o caput implicará suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente."

9.2 SUBÁREA - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

9.2.1 ASSUNTO - REAJUSTES E LIMITES REMUNERATÓRIOS

9.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Devolução de abate-teto

No que tange ao abate-teto instituído nos termos do art. 37 da Constituição Federal e do art. 5º da Lei nº 8.852/94, evidenciou-se em fichas financeiras a existência de servidores recebendo de forma indevida, devolução de parcelas a título de abate-teto, por força de decisão judicial, concomitantemente com a calculada e paga automaticamente pelo SIAPE, sob a denominação de vantagem pessoal, conforme determina o art. 42 da Lei nº 8.112/90.

Cabe registrar que, de acordo com o Capítulo VII, Seção I, art. 37, parágrafos XI e XII da C.F., art. 42 da Lei nº 8.112/90 e Lei nº 8.852/94, (rubricas 00507 - ativo e 00513 - aposentado), estão sujeitos ao abate-teto os servidores que tiverem sua remuneração superior à soma dos valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes da União.

A base de cálculo limita a 80% da remuneração de Ministro de Estado, percentual este estabelecido pelo art. 10 da Lei nº 9.264/98, excluídas as vantagens previstas no Parágrafo Único do art. 42 da Lei nº 8.112/90, ou seja, o sistema devolve o valor do abate-teto descontado nas rubricas 00507 e 00513.

Com referência ao abate-teto da Lei nº 8.852/94, que trata de abatimento de gratificações que excedam o teto de 80% da remuneração de Ministro de Estado, é restituído simultaneamente ao servidor, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 8.852/94.

Sobre o assunto, na Gerência-Executiva de Fortaleza, evidenciou-se o que segue:

Em análise aos autos do Mandado de Segurança nº 9413601-3 - 1ª VF/CE, cópia em poder da Procuradoria, observa-se que o processo foi impetrado por Maria Auxiliadora de Sousa e outros, reivindicando que as vantagens incorporadas aos proventos e vencimentos, consideradas pessoais, não fossem incluídas no teto máximo de remuneração dos servidores civis, previstos no art. 42 da Lei nº 8.112/90.

Segundo consta nos autos do Mandado de Segurança, o Juiz Federal da 1ª Vara da Justiça Federal no Ceará (fls. 28 e 29) deferiu por Medida Liminar, em 13/12/1994, que o Instituto prestasse os esclarecimentos necessários sobre o pleito, o que foi apresentado pela Procuradoria, em 15/12/95, momento em que requereu a suspensão da Medida Liminar ao Juiz Presidente do TRF 5ª Região, não obtendo êxito, sendo o INSS compelido a dar cumprimento da sentença.

Em 25/12/95, o então Chefe de Administração de Pessoal solicitou a criação de rubrica específica para o pagamento da Decisão Judicial, esclarecendo, posteriormente, em 24/04/96, que a devolução havia sido realizada até o mês de setembro/1995 e, que a partir de outubro/95 ficou impossibilitado de neutralizar o desconto, em virtude da rubrica denominada de abate-teto que vinha sendo utilizada ter sido excluída do SIAPE por parte do gerenciador do sistema, motivo pelo qual ficou na dependência da criação de rubrica específica para dar continuidade à sentença judicial.

Denota-se nos autos do processo, que o Juiz Federal da 1ª Vara no Ceará, em despacho datado de 12/04/1996, deu ciência de que a liminar concedida aos impetrantes Maria Auxiliadora de Sousa e outros, e cujos efeitos foram estendidos aos litisconsortes Cleiton Lima Assunção e outros, Agleda Maria Aguiar Bezerra dos Reis e Outros, teria o prazo de 10 (dez) dias para, a contar da data de recebimento da intimação, providenciar o restabelecimento da devolução proferida na aludida liminar.

Com vistas a prestar informações atualizadas sobre o processo que trata do Mandado de Segurança nº 9413601-3 - 1ª VF/CE, a Procuradora Chefe da Previdência Social em Fortaleza/CE, encaminhou o Processo Administrativo nº 35043.008935/99-35, juntamente com o dossiê do citado Mandado de Segurança, que trata da solicitação de despesas de exercícios anteriores, pleiteando o pagamento do valor de R\$ 156.724,00, relativo aos períodos de 1995 a 1998, por força da Decisão Judicial, requerida pelo servidor CLEITON LIMA DE ASSUNÇÃO, mat. SIAPE nº 0884526, onde vislumbra-se que o citado Mandado de Segurança encontrava-se no TRF - 5ª Região desde 30/06/99.

Observa-se nos autos do processo administrativo, o pronunciamento da Divisão do Contencioso de Pessoal do INSS, registrando

que o recurso interposto pelo Instituto com vista a obtenção da suspensão da sentença concessiva de segurança havia sido indeferido em 02/07/99.

Posteriormente, aquele órgão jurídico informa ter o TRF da 5ª Região dado provimento à apelação interposta pelo INSS, isto em 26/02/2002, e que estavam no aguardo da publicação do acórdão, para dar cumprimento a decisão proferida sobre a cassação do Mandado de Segurança.

A Procuradoria Especializada da Previdência Social em Fortaleza, em 07/10/2002, em razão da execução da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança, determinou o que segue:

"(...) Face ao exposto, tem-se que a decisão liminar de fls.129/130 e a sentença de fls. 97/106 perderam a sua força executiva, não devendo ser cumprida, devendo as parcelas mencionadas no item 2 voltarem a ser incluídas no teto vencimental. Os valores que deixaram de se sujeitar ao abate-teto devem ser objeto de reposição nos termos do artigo 46 da Lei nº8.112/90 e da Súmula 405 do Supremo Tribunal Federal. Como a decisão TRF da 5ª Região ainda não foi publicada, sugere-se, por cautelar, que não se proceda à reposição de imediato, mas apenas a partir de tal publicação, até porque eventual recurso especial ou extraordinário a ser interposto será recebido apenas no efeito devolutivo.

À consideração da Chefia do Serviço de Contencioso Geral sugerindo:

- a) encaminhar o presente ao Recursos Humanos para o fim de informar se a liminar de fls. 129/130 e a sentença de fls. 97/106 chegaram a ser cumpridas;*
- b) encaminhar em seguida o presente expediente à Coordenação-Geral do Contencioso Judicial para o fim de se suspender de imediato a execução de referidas decisões;*
- c) que somente se proceda à reposição dos valores que eventualmente tenham deixado de se submeter ao teto vencimental após a publicação da decisão de fls. 173/178."*

Diante do exposto, o Chefe do Serviço de Recursos Humanos da Gerência de Fortaleza, em 04/11/2002, atendendo o contido no despacho do Órgão Jurídico, esclareceu que as sentenças estavam sendo cumpridas por intermédio da Decisão Judicial e que suspendeu a partir de novembro/2002, na folha de pagamento, a execução da referida sentença.

Os servidores alcançados pela Decisão Judicial, cassada em 26/02/2002, conforme pesquisa SIAPE, que receberam a devolução das parcelas referentes ao abate-teto, são os seguintes:

Relação dos servidores constantes do MS 9413601-3 1ª VF/CE, que efetivamente tiveram devolução referente ao Abate-teto Judicial			
Matrícula	Nome	Recebeu	Período
0884580	Maria Eliane Amaral Mendonça de Castro	21.809,48	Jun/99 a Mar/2002
0884567	Helton Heladio Costa Lima Sales	17.000,45	Jun/99 a Mar/2002
0884115	José Elmar Furtado Arruda	20.294,47	Junh/99 a Abr/2002
0885771	Maria Vilma Barros Nogueira	25.937,70	Junh/99 a Mai/2002
0884578	Leni Sobreira Coriolano	11.613,83	Junh/99 a Ma/2002
08844526	Cleiton Lima de Assunção	404.693,94	Jun/99 a Nov/2002
Total		501.349,87	-

Na Gerência-Executiva em Florianópolis observou-se o que segue:

Em análise aos autos do Mandado de Segurança nº 3539-8/93 - 1ª VF/SC, cópia em poder da Procuradoria, observou-se que por intermédio do

Ofício nº 1.173/93 da 1ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina, datado de 17/05/93, o INSS foi cientificado que o processo foi impetrado por Maria Auxiliadora de Sousa e outros, reivindicando que as vantagens incorporadas aos proventos e vencimentos, consideradas pessoais, não fossem incluídas no teto máximo de remuneração dos servidores civis, previstos no art. 42 da Lei nº 8.112/90.

Em 08/06/93, o INSS ingressou com o pedido de Suspensão da Execução da Liminar, junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, época em que encaminhou as informações quanto a legalidade do ato administrativo.

Diante do Mandado de Segurança, o Encarregado da Seção de Aposentadoria e Pensões do INSS, em 09/06/93, informou ter providenciado a suspensão do desconto do Abate-teto na Folha de Pagamento do mês de junho/93 e devolvido por pagamento suplementar, ao servidor aposentado, o valor correspondente ao mês de maio/93.

Consta dos autos informação datada de 13/07/93, do indeferimento à Liminar, impetrada pelo INSS, como também o Mandado da 1ª Vara da Justiça Federal, recebido no INSS/SC, em 08/04/94, determinando o cumprimento da sentença, visto que em dezembro/93, voltou a ser descontado do aposentado a parcela de Abate-teto constitucional.

A Procuradoria do INSS/SC, comunicou ao Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal, desconhecer os motivos da suspensão da Medida Liminar deferida.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indeferiu o pedido de suspensão de segurança, em 01/12/94.

Em correspondência a Procuradoria do INSS/SC, informa que a Subprocuradoria dos Tribunais iria interpor agravo regimental, com julgamento em 10/01/95.

Em 13/02/95, o INSS requereu ao Juiz da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina que concedesse provimento ao recurso para o fim de conferir à Apelação interposta o efeito suspensivo.

Posteriormente, em 21/02/95, requereu remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, não acatou o agravo do INSS, para sustar os efeitos da Liminar concedida em Mandado de Segurança, em 01/06/95.

Com o objetivo de implementar em Folha de Pagamento a sentença, a Diretora de Recursos Humanos do INSS/DG, em 13/02/96, solicitou a criação de rubrica de devolução do abate-teto.

Como as informações constantes do dossiê do Mandado, reportam-se a 29/05/2002, e tratam da intimação para cumprimento de pagamento de parcelas de devolução do abate-teto de jul/00 a dez/00, mais 13º salário, importando em R\$ 16.358,47, solicitamos à Procuradoria em Florianópolis, posição atualizada sobre o andamento de recursos e que, segundo consta, não ocorreu, posteriormente àquela data, qualquer procedimento jurídico por parte da Instituição.

JUSTIFICATIVA:

Os Gestores apresentaram as seguintes informações:

"(...)

Gerência-Executiva em Fortaleza:

Inicialmente a Procuradoria emitiu um parecer em 07/10/02 o qual concluía por suspender de imediato a execução das parcelas a título de Abate Teto. Atendendo a essa Decisão em novembro/02 suspendemos a execução da referida Decisão. Posteriormente a Procuradoria emitiu novo parecer concluindo pela manutenção da referida liminar e sentença até a publicação do Acórdão. À vista dessa Decisão restabelecemos a devolução das parcelas denominadas abate-teto com vista a cumprir Determinação Judicial. A fim de corroborar com as informações prestadas anexamos cópias dos processos exarados nos autos os quais nos respaldamos para cumprimento.

Gerência-Executiva em Florianópolis:

a) (...);

b) Com referência ao indicado para que a PFE adote providências para reformar a r. sentença proferida no Mandado de Segurança nº 93.0003539-8, impetrado por Altair da Silva Cascaes Sobrinho contra a Superintendência Estadual do INSS, cabe informar que na época própria esta PFE, bem como PROTRIB/RS providenciaram todos os remédios jurídicos para reverter e dar ganho de causa ao INSS, ou seja, houve recurso de apelação, extraordinário, especial, agravo de instrumento, suspensão da liminar e da sentença e, mandado de segurança;

c) Cabe informar ainda, que o "dossiê" da presente ação foi analisado pela Coordenação-Geral do Contencioso Judicial - 01.200.1 - Divisão do Contencioso de Pessoal - 01.200.21, que proferiu Despacho/DCPES nº 118/2001, que no seu item 4 e 6 concluiu que, 'in verbis':

04 - Inexiste nos autos indicativo da presença de qualquer dos pressupostos que autorizem a propositura de ação rescisória.

(...).

06 - Transita em julgado a decisão judicial goza de plena força executória, devendo ser cumprida nos seus exatos termos.'

O citado despacho foi proferido pela colega Procuradora Dra. Christine Philipp Steiner, aprovado pela ilustre colega Procuradora Dra. Thelma S. F. Goulart e com de acordo do digno colega Procurador Dr. Ivan F. de Souza, Coordenador-Geral CGCJUD (doc. 2 e 3);

d) Concluindo, na fase em que se encontra o citado Mandado de Segurança, não pode o INSS apresentar as recomendações indicadas no item 63."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, no Acórdão MS 2393/DF - Mandado de Segurança 1993/0002480-9, entendemos que os Órgãos Jurídicos das Gerências-Executivas devem promover junto às Procuradorias dos Tribunais de suas jurisdições, ações no sentido de impetrar os recursos cabíveis para cessação da devolução do abate-teto, por ser um preceito constitucional.

RECOMENDAÇÃO:

Face a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, no Acórdão MS 2393/DF - Mandado de Segurança 1993/0002480-9, que os Órgãos Jurídicos das Gerências-Executivas promovam junto às Procuradorias dos Tribunais de suas jurisdições, ações no sentido de impetrar os recursos

cabíveis para cessação da devolução do abate-teto, por ser um preceito constitucional.

9.2.2 ASSUNTO - GRATIFICAÇÕES

9.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI (Art. 58 da MP 2.048-26/2000) paga a procuradores indevidamente (Relatórios SC e CE)

Nos indicativos extraídos da folha de pagamento, no período de Dez/99 a Out/2002, evidenciou-se valores de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, rubricas 82066 (aposentados) e 82068 (ativos), devidas aos Procuradores Federais, quando da reestruturação da carreira, que na época do enquadramento, só seria devido para aqueles casos em que ocorressem perdas salariais, sendo a mesma absorvida (extinta) à medida que houvesse promoção ou progressão funcional na carreira.

Do levantamento efetuado, identificou-se que nas Gerências-Executivas do INSS em Fortaleza e Florianópolis vinha sendo paga a citada vantagem que, no decorrer da evolução individual no cargo efetivo, deveria ter sido absorvida conforme dispõe a Medida Provisória nº 2.048-26/2000. Ao contrário, permaneceu inalterada, infringindo o citado dispositivo legal, o que ocasionou pagamentos indevidos a maior, no valor de R\$ 383.423,23.

JUSTIFICATIVA:

Os gestores das Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis adotaram providências na Folha de Pagamento de jan/03, para exclusão e recolhimento dos valores percebidos indevidamente, apresentando as seguintes considerações:

- a) A Gerência-Executiva de Fortaleza, em suas ponderações, teceu sobre divergências ocorridas entre a relação dos servidores constantes da Solicitação de Auditoria - SA nº 101249-23 de 07/12/02 e as constantes do Relatório de Auditoria, no que tange aos valores indicados.
- b) A Gerência-Executiva do INSS em Florianópolis, informa que as exclusões da Vantagem e a reposição dos valores pagos indevidamente atingiu apenas 03 (três) servidores da relação constante do Relatório de Auditoria, uma vez que os demais servidores estão amparados pelo MS nº 2001.7200006719-1.

AVALIAÇÃO DA SFC

Cabe registrar, no que tange às ponderações apresentadas pela Gerência- Executiva de Fortaleza, que a citada solicitação de auditoria teve como objetivo cientificar àquela Gerência quanto a inobservância da evolução funcional dos servidores da categoria funcional de Procuradores Federais, por ter influência direta na manutenção da VPNI art. 58 da MP 2.048-26/2000, fato este, que ocasionou a ocorrência de pagamento indevido no período apurado.

Sendo assim, deverão ser considerados os valores pagos indevidamente informados no Relatório de Auditoria, associados às orientações transmitidas pelo MEMO-CIRCULAR/INSS/DIRH/CGARH nº 5, de 25/02/2003, por intermédio do qual foi repassado a todas as Gerências-Executivas do INSS a uniformização dos procedimentos para o pagamento da VPNI.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Coordenação-Geral da Administração de Recursos Humanos adote medidas, em âmbito nacional, visando acompanhar a uniformização dos procedimentos para o pagamento da VPNI, bem como informar a esta SFC sobre o levantamento dos valores pagos indevidamente, com vistas ao ressarcimento aos cofres públicos.

Com relação ao Mandado de Segurança nº 2001.7200006719-1, existente na Gerência-Executiva de Florianópolis, cabe esclarecer que em se tratando de Decisão Judicial o pagamento da Vantagem deveria ter sido processada por meio do cadastramento no SICAJ e não por intermédio de rubrica administrativa, contrariando o que preceitua o Decreto nº 2.839, de 06/11/98, devendo, dessa forma excluir da folha de pagamento dos servidores beneficiados pelo Mandado de Segurança, por estar sendo mantida em desacordo com o citado dispositivo.

Cabe ainda constar que o Órgão Jurídico da Gerência-Executiva deve informar a esta SCF a posição atual de defesa por parte do Instituto em relação ao MS nº 2001.7200006719-1, que na época dos trabalhos de Auditoria não nos foi informado sobre a sua existência.

9.2.2.2 CONSTATAÇÃO:**Valores pagos indevidamente na transformação de quintos em VPNI**

Com a edição da Medida Provisória nº 2.225, de 04/09/2001, o art. 62-A da Lei 8.118/90 foi transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de natureza especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11/07/1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 02.04.1998.

Desta forma, foi introduzido no SIAPE o módulo denominado de Parcela Incorporada de Função - PIF, com os códigos de rubricas 82106 (ativos) e 82107 (aposentados), denominados de VPNI ART. 62-A LEI Nº 8.111/90, em substituição aos códigos de rubricas, que geravam pagamentos individualizados de parcelas de quintos/décimos (ex. 00000 - 1/10 DAS-1, 00001 - 2/10 DAS-2, ... 00010 - 10/10 DAS-3), adquiridos pelos servidores no decorrer dos anos de exercício em funções, que vigorou até a edição da citada MP.

O novo formato de comando tem como pressuposto a inclusão, no cadastro do SIAPE, de todas as funções exercidas pelo servidor, partindo daí os parâmetros para cálculos automáticos e geração dos valores devidos mensalmente.

Em decorrência dessa nova sistemática, verificou-se por ocasião da Auditoria de Acompanhamento nas Gerências Executivas de Fortaleza e Florianópolis, a ocorrência de valores pagos indevidamente da citada vantagem.

JUSTIFICATIVA:

Informou que está providenciando a revisão em todos os processos de quintos/décimos.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS determine a todas as Unidades de Recursos Humanos das demais Gerências-Executivas que procedam análise nas parcelas incorporadas de quintos/décimos e providenciem apuração de todos os casos em que ocorreram diminuição no valores pagos a partir da instituição da Parcela Incorporada de Função - PIF, identificando os montantes pagos a maior ou a menor, para fins de acertos nos períodos em que ocorreram pagamento indevidos, para restituição ao erário ou ressarcimento ao servidor, observando o que dispõe as mensagens SIAPE nºs 435743, 445315, 445316, 445317, 445318 446649 e 447639.

9.2.3 ASSUNTO - ADICIONAIS

9.2.3.1 CONSTATAÇÃO:

Concessão indevida do Adicional de Insalubridade

Com relação a concessão do adicional de insalubridade, verificamos por intermédio da Auditoria de Acompanhamento Integrada realizada na Gerência-Executiva de Florianópolis que vinha sendo pago o adicional a diversos servidores lotados em áreas não consideradas insalubres, bem como o pagamento a servidores lotados em áreas classificadas como insalubre, conforme laudo técnico pericial, sem as correspondentes Portarias concessivas.

Nos trabalhos de auditoria ordinária realizada pela Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão Interna do INSS, pelas unidades regionais, foram observadas as seguintes ocorrências: pagamento do adicional durante afastamento do servidor; ausência de laudos periciais; e pagamento indevido fora de área considerada insalubre.

JUSTIFICATIVA:

O gestor adotou providências quanto ao ressarcimento das importâncias pagas indevidamente a título de Adicional de Insalubridade na Folha de Pagamento do mês de janeiro/2003.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Face às justificativas do gestor, verifica-se que as providências estão sendo adotadas, visando recuperar para os cofres do INSS os valores pagos indevidamente.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS determine a todas as Unidades de Recursos Humanos das demais Gerências-Executivas que procedam revisão sobre a concessão do adicional de insalubridade, atentando para as disposições legais que versam acerca do pagamento do citado adicional.

9.3 SUBÁREA - INDENIZAÇÕES

9.3.1 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES JUDICIAIS

9.3.1.1 CONSTATAÇÃO:

Pagamento de Duplicidade relativa a PCCS (Relatório de Auditoria nº087911/2002 e Nota Técnica nº 947/2002 desta SFC)

Sobre o pagamento de adiantamento pecuniário - PCCS, mantido pelo o INSS, a Secretaria Federal de Controle Interno vem se posicionando para que sejam atendidas as recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme entendimentos anteriormente proferidos.

O assunto em questão trata da análise e avaliação das informações/justificativas apresentadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativas a pagamentos de Adiantamento Pecuniário - PCCS em duplicidade a ativos, inativos e pensionistas, apontados por esta Secretaria no Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002.

Sobre o assunto PCCS o Tribunal de Contas da União proferiu as seguintes Decisões, determinando o ressarcimento do "Adiantamento Pecuniário - PCCS" recebido em duplicidade por ativos, inativos e pensionistas, sustado desde a vigência da Lei n.º 8.460/92:

- Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1);
- Decisão nº 368/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6);
- Decisão nº 369/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7);
- Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 004.029/1999-2);
- Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9);
- Decisão nº 386/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3);
- Decisão nº 455/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8);
- Decisão nº 456/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7);
- Decisão nº 483/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4);
- Decisão nº 484/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8);
- Decisão nº 485/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6);
- Decisão nº 486/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2);
- Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0);
- Decisão nº 507/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0);
- Decisão nº 1.434/2002 - TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4).

Por meio das SA's nºs 101249-37, 101249-43, 101249-50, 101249-51, 101249-52 e 101249-54, foram solicitadas ao INSS informações atuais sobre as providências adotadas para o atendimento das determinações do TCU, constantes das mencionadas Decisões. Dessa forma, após análise das informações apresentadas, elaboramos a Nota Técnica n.º 947, de 18/12/2002, sendo constatado que o assunto permanece pendente de regularização, uma vez que o PCCS continua sendo pago e, ainda, não foram adotadas providências, por parte do INSS, para apuração de responsabilidades e instauração de TCE, e que as determinações do TCU não foram cumpridas, apesar do Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do INSS que, mediante Memorando 01.200.2 nº 094/2001 apresentou um estudo onde demonstrou que todos os servidores da Previdência Social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, considerando, ainda, que:

"(...) em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial. Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a Administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à Constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade."

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº127 /INSS/DCPRES, de 31/01/2003 e Despacho 01.200.23 nº 28/2003 o Gestor esclareceu que está aguardando Parecer Conclusivo da AGU, sobre a matéria. O assunto foi encaminhado à AGU em 08/11/2002.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que o assunto em questão continua sem solução definitiva, uma vez que os pagamentos estão sendo realizados aos servidores a título de parcela do PCCS e, somente as ações oriundas do Estado do Maranhão foram atendidas, ou seja, os pagamentos foram suspensos em fevereiro de 1997.

Dessa forma o INSS paga, em duplicidade e indevidamente, mensalmente cerca de R\$ 12 milhões, e anualmente cerca de R\$ 156 milhões referentes à parcela de PCCS, a um grupo minoritário de servidores da Previdência, com base em interpretação errônea de decisão judicial. A regularização dessa situação poderia ser objeto de aumento da gratificação existente da previdência para todos os servidores, se devidamente negociada e trabalhada pelos gestores da Previdência Social, junto às esferas competentes, utilizando como critério o desempenho individual e institucional na definição do seu valor, buscando a equiparação com outras carreiras existentes, criando melhores condições para a Política de Recursos Humanos do INSS, principalmente no aspecto motivacional.

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, recomendamos ao INSS a adoção de providências no sentido de:

- a) Atender as determinações do TCU;
- b) Apurar responsabilidade pelos pagamentos efetuados indevidamente e instaurar processo de Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores pagos;
- c) Encaminhar a esta Secretaria informações sobre as providências adotadas para atendimento das determinações do TCU.

9.3.2 ASSUNTO - DIÁRIAS**9.3.2.1 CONSTATAÇÃO:****Persistem as disfunções/irregularidades na concessão de diárias nas Gerências-Executivas do INSS.**

A Auditoria Interna do INSS realizou auditorias ordinárias em concessão de diárias, nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividade de Auditoria - PAAAI, no exercício de 2002. Das análises realizadas, constatou-se que a maioria das impropriedades/irregularidades encontradas, abaixo relacionadas, são praticamente as mesmas apontadas nos relatórios de 2001. Como o problema perdura por muitos anos, nota-se falta de maior empenho por parte dos gestores para fazer cumprir as Leis, Decretos e Normas que regem a matéria:

- convocações/autorizações não estavam anexadas junto a via da Proposta de Viagem - PV;

- pagamentos de diárias com início na sexta-feira, ou em dias de sábado, domingo e feriado, sem a justificativa expressa na PV, ou sem declaração de extravio de bilhetes de passagem;
- pagamento de diárias em duplicidade;
- cálculo incorreto, quanto à inobservância do percentual de acréscimo devido pelo deslocamento a determinadas cidades;
- divergência entre os períodos de ocorrência de ponto constante nas Fichas de Registro de Frequência e os períodos correspondentes de viagem em objeto de serviço constantes nas PV;
- convocação para uma cidade e emissão de PV para outra de percentual de acréscimo maior;
- pagamentos de diárias efetuados após a saída do servidor, ou correspondentes a período superior a 15 dias, de uma só vez;
- pagamento de diárias no período de férias do servidor;
- não efetuado desconto de auxílio transporte, ou efetuado a menor, não considerando a proporcionalidade de 22 dias úteis;
- pagamento indevido de diárias, sem pernoite ou a cidades limítrofes;
- período da PV não corresponde com o de convocação;
- ausência do documento de convocação;
- não devolução dos valores pagos a maior do que a efetiva despesa com passagens;
- concessão do adicional previsto no art. 9º do Decreto nº 343/91 com utilização de carro oficial;
- pagamentos de diárias por longos períodos, descaracterizando o deslocamento em caráter eventual ou transitório;
- PV paga com mais de 05 dias de antecedência;
- PV paga após deslocamento do servidor;
- PV paga para período de férias do servidor;
- não apresentação dos bilhetes de passagem para conferência e anexação à respectiva PV;
- retorno antecipado ou saída postergada à data prevista, sem restituição de diárias;
- valores de diárias pagas em desacordo com a tabela constante do anexo do Decreto nº 1.656/95, em razão da cidade de destino possuir população superior a duzentos mil habitantes.

JUSTIFICATIVA:

Não houve justificativa do gestor até a presente data.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das recomendações concernentes ao exercício de 2001, desta Secretaria Federal de Controle Interno e da Auditoria Interna do INSS, no sentido de que fossem adotadas medidas para acabar com as disfunções/irregularidades na concessão de diárias, verifica-se com as informações apresentadas nos relatórios das Gerências Executivas do INSS de 2002 que o problema persiste.

RECOMENDAÇÃO:

Face ao exposto, reiteramos as recomendações exaradas no Relatório de Auditoria de Gestão/2001 da SFC e nos Relatórios de Ação de Auditoria em Recursos Humanos/2002 da Auditoria Interna do INSS.

Cabe ainda ressaltar que esta SFC entende que a concessão de diárias corridas de longa duração não deve existir. Nossa orientação é que sejam envidados esforços com a finalidade de promover treinamentos de

capacitação de servidores em suas unidades de lotação, em atividades específicas da Instituição, objetivando com isso minimizar custos com gastos antieconômicos para a Administração.

9.3.3 ASSUNTO - AJUDA DE CUSTO

9.3.3.1 CONSTATAÇÃO:

Concessão de Ajuda de Custo sem interesse da administração

Nos trabalhos de auditoria de acompanhamento integrada, realizados nas Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis, ficou evidenciado que as remoções ex-offício ocorrem de modo que os interesses do Órgão não são observados, por não demonstrarem a real necessidade de relocação de pessoal, que em decorrência dessa desarticulação ocorrem pagamentos a servidores redistribuídos de outros Órgãos para Agências da Previdência Social; pagamentos de cotas de dependência de forma indevida; etc.

Ainda sobre disfunções ocorridas na concessão de ajuda de custo, o INSS, por intermédio das ações realizadas pela Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão Interna, desenvolveu trabalhos de auditorias ordinárias, realizadas pelas setoriais regionais, onde foi detectado o seguinte:

Matrícula	Nome	Ocorrência	Processo nº
0939071	Aldenir da S. Trindade	Pagtº s/mudança de domicílio	35426.001351/2000-68
0605320	Paulino R. de Carvalho	Pagtº de cota de dependência indevida e cálculo da Ajuda de Custo a maior	35426.001611/200-87
0937610	Marta A C Martins	Pagtº a maior	35426.003627/2000-98
1286359	Valter R. Oliveira	Pagtº a maior	35426.002620/2001-56
1218726	Mauro A G B Silva	Pagtº a maior	
0631787	Leila de S Ferreira	Ressarcimento transporte mobiliário	35588.001156/2001-84
0935749	Margarete Serafin	Pagtº a maior	35000.002745/2001-42

JUSTIFICATIVA:

Os gestores das Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis, apesar das disfunções verificadas, informaram que observam a legislação pertinente a matéria.

AVALIAÇÃO DA SFC

Apesar das remoções ex-offício ocorrerem conforme preceitos legais, verificamos que os interesses do Órgão não são observados, por não demonstrar a real necessidade de relocação de pessoal.

RECOMENDAÇÃO:

Mantemos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria, de forma que sejam observadas as demandas de recursos humanos das áreas finalísticas, bem como sejam estabelecidos controles mais eficazes sobre a comprovação da mudança de domicílio.

9.3.4 ASSUNTO - VIAGENS E PASSAGENS

9.3.4.1 CONSTATAÇÃO:

Concessão de Indenização de Transporte pelas Gerências-Executivas do INSS, em desacordo com a legislação pertinente.

A vantagem em referência está prevista no art. 60 da Lei nº 8.112/90, regulamentada pelo Decreto nº 3.184/99, concedida a servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.

Os procedimentos para a concessão foram normatizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por intermédio da Portaria Normativa nº 08/99, a qual define como beneficiários os servidores que por opção condicionada ao interesse da Administração, efetuar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção ao realizar serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo.

Em análise às autorizações de serviços externos, relativas ao período de janeiro a agosto de 2002, observou-se a existência de pagamento de indenização de transporte efetuada a Auditores Fiscais da Previdência Social - AFPS, pela atividade em "Plantão Fiscal", o que está em desacordo com o art. 1º do Decreto nº 3.184/99, bem como ao contido no Título II, item 1, da IN/Conjunta INSS/DAF/DRH nº 04/98, que define "Plantão Fiscal" como atividade interna.

Os fatos anteriormente transcritos foram observados nos trabalhos de auditoria realizados nas Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis.

Nos trabalhos de auditoria ordinária realizada pela Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão Interna do INSS, pelas unidades regionais, foram observadas as seguintes ocorrências: pagamento de trabalhos internos ou recessos; pagamento de indenização de transporte acima de 20 dias, sem justificativas; acertos financeiros; devoluções.

JUSTIFICATIVA:

Os gestores das Gerências-Executivas auditadas se posicionaram da seguinte forma:

A Gerência-Executiva em Fortaleza informou que providenciou a regularização dos valores pagos a título de Indenização de Transporte que estavam em desacordo com o art. 1º do Decreto nº 3.184/99 e demais orientações pertinentes a matéria. Com relação aos servidores apontados na planilha de fls. 9/10, do Relatório de Auditoria, estes foram comunicados através de carta sobre os valores recebidos indevidamente, bem como sobre o desconto para reposição ao erário na folha de dezembro do corrente exercício. Diante dos descontos efetuados, o Chefe de Serviço de Fiscalização enviou Memo nº 05-401.2/164/2002, de 20/12/02, o qual foi submetido à análise e consideração da Coordenação (RH/INSS), aguardando pronunciamento acerca da matéria.

A Gerência-Executiva em Florianópolis esclareceu que estão sendo feitas gestões junto ao Serviço de Arrecadação e Procuradoria, com o objetivo de atender tal recomendação.

AValiação da SFC:

As providências adotadas pela Gerência-Executiva de Fortaleza atendem às recomendações constantes do Relatório de Auditoria. Quanto às providências adotadas pela Gerência-Executiva de Florianópolis, apesar da justificativa apresentada pelo gestor, continuam PENDENTES de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

No que tange às providências adotadas pela Gerência-Executiva de Florianópolis, mantemos a recomendação constante do Relatório de Auditoria, acrescentando que sejam especificadas as atividades desenvolvidas e os correspondentes períodos, de forma a garantir a percepção da Indenização de Transporte, conforme preceitua o Decreto nº 3.184/99.

9.4 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR**9.4.1 ASSUNTO - PROCESSOS DISCIPLINARES****9.4.1.1 INFORMAÇÃO:**

A Corregedoria da Auditoria-Geral encaminhou, no decorrer do exercício de 2002, 71 (setenta e um) Processos Administrativos Disciplinares - PAD à Procuradoria Federal Especializada/INSS e à Procuradoria-Geral Federal/AGU, para adoção de providências dessas áreas.

Com a finalidade de maiores informações quanto aos resultados efetivos dos processos em questão, emitimos a S.A n.º 117146-12, de 28/02/2003.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta, foram apresentadas informações sobre o andamento dos processos em referência, por meio do Ofício nº 365/INSS/DCGAB, de 01/04/2003, as quais especificamos a seguir:

Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.00291/2002-91	Procuradoria-Geral do INSS/Arquivado	04.02.2003
35000.00428/2002-15	Procuradoria do INSS no DF/vistas dos autos	24.01.2003
35366.004694/2000-27	Proc. do INSS em Taubaté/Ciência da decisão	22/11/2002
35204.016733/1999-68	CI/PT/AGU/PGF nº 66/2003 (Recife)	13.03.2003
35000.007905/1998-27	PGF - para julgamento	25.02.2003
35232.000576/2001-18	CI/PT/AGU/PGF nº 205/2002 (Natal)	23.12.2002
35232.001929/2000/62	CI/PT/AGU/PGF nº 329/2002 (Natal)	06/01/2003
35013.000062/2001-46	CI/PT/AGU/PGF nº 34/2003 (Salvador)	21.02.2003
35000.033664/1993-85	PGF – para julgamento	10/03/2003
35000.004050/1997-83	CI/PT/AGU/PGF nº 52/2003 (Rio de Janeiro)	28.02.2003
35000.002198/1999-45	CI/PT/AGU/PGF nº 306/2002 (Belem)	10.12.2002
35183.006274/2000-04	CI/PT/AGU/PGF nº 304/2002 (Curitiba)	11.12.2002
35183.012043/1996-18	CI/PT/AGU/PGF nº 330/2002 (Curitiba)	13.01.2003
35000.009380/2000-32	Procuradoria – Geral do INSS – Arquivamento	20.02.2003
35378.000862/2001-01	PGF – para julgamento	25.02.2003
35000.008859/1995-02	PGF	31.07.2002
35000.002225/1999-16	PGF – para julgamento	-
37280.001766/2002-92	PGF – para julgamento	-
37280.001369/2002-11	CI/PT/AGU/PGF nº 68/2003 (Rio de Janeiro)	17.03.2003
35000.004694/1999-98	Procuradoria-Geral do INSS – indicação do CI	27.01.2003
35000.000159/2002-89	Procuradoria-Geral do INSS – indicação de CI	23.08.2002

35000.001370/1994-75	Procuradoria-Geral do INSS – indicação de CI	21.02.2003
00400.001448/2003-99	Procuradoria-Geral do INSS – indicação de CI	19.02.2003
35239.002031/2000-04	Procuradoria-Geral do INSS – em análise	10.03.2003
35393.004949/1998-92	Procuradoria-Geral do INSS – em análise	28.02.2003
35301.143250/1994-03	PGF	29.07.2002
35000.005052/1998-25	PGF	29.07.2002
37280.001374/2002-23	PGF	30.09.2002
37280.000921/2002-53	PGF	30.09.2002
35331.006388/1989-36	PGF	30.09.2002
37280.001757/2001-31	PGF	10.01.2003
35301.006411/2001-17	PGF	17.10.2002
35301.006412/2001-80	PGF	17.10.2002
COMANDO 4836103 – Of.135/2002	PGF	19.07.2002
35346.000491/2000-08	PGF	19.07.2002
35000.003262/2001-74	PGF	31.01.2003
Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.010907/2000-17	PGF	31.01.2003
35366.000480/2001-62	PGF	08.10.2002
35239.001947/2002-73	PGF	17.10.2002
35000.009380/1999-27	PGF	11.11.2002
35000.008191/1997-57	PGF	25.11.2002
37284.000799/2001-02	PGF	03.12.2002
30000.007274/1987-61	PGF	24.07.2002
35204.009392/2002-04	PGF	19.07.2002
35097.002943/2002-56	PGF	19.07.2002
37284.004732/2002-10	PGF	13.09.2002
35460.000546/2002-06	PGF	25.09.2002
COMANDO 6272105 – Of. nº 260/02	PGF	26.07.2002
COMANDO 7499116 – Of. nº 406/02	PGF	07.11.2002
COMANDO 1073882 – RT/PCCS	PGF	08.11.2002
35000.008595/94-43 (COMANDO 5637519)	PGF	08.11.2002
37280.000404/2002-30	Coord. Geral da Dívida Ativa/PG	07.01.2003
35301.007105/1999-20	Setor de Falências e Concordatas da Dív. Ativa/RJ	14.01.2003
COMANDO 6569443 – Of. nº 297/02	Procuradoria do INSS/DF	15.08.2002
35000.009802/1998-65	Seção do Contencioso Judicial em João Pessoa	10.01.2003
35204.001100/2000-33	Coord. Geral do Contencioso Judicial/PG	30.01.2002
35000.003030/1999-01	Chefia de Gabinete/DC	20.11.2002
35000.009278/1996-98	Divisão de Corregedoria/RJ	13.11.2002
35000.000797/1994-74	Procuradoria – Geral do INSS – Arquivado	25.11.2002
37280.003146/2001-18	Divisão de Corregedoria/RJ	09.09.2002
35301.162815/1994-99	Corregedoria – Auditoria – Geral	26.02.2003
31.00.037988/1998-38	Divisão de Corregedoria/RJ	19.12.2002
35301.111235/1992-90	Divisão de Corregedoria/RJ	14.02.2003
35000.008859/1995-02	Repres. Auditoria em Santa Catarina	03.05.2002
35366.000801/2000-93	Procuradoria – Geral do INSS – Arquivado	27.11.2002

35000.003160/2001-02	Corregedoria – Auditoria – Geral	16.01.2003
35069.000257/1996-77 (COMANDO 7729767)	PGF	27.11.2002
35366.001960/2002-01	Corregedoria – Auditoria – Geral	10.03.2003
35000.002787/1999-04	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística	28.02.2003
35000.002255/2001-73	Chefe de Gabinete/DC	26.02.2003
35000.008096/2000-01 (solicitado pelo nº 35069.008096/2000-01)	Procuradoria – Geral do INSS – em análise	10.03.2002

Quanto aos Processos Administrativos Disciplinares encaminhados à PGF/AGU, o INSS esclareceu que solicitou informações sobre o andamento dos mesmos junto à PGF, obtendo em resposta que estão em fase de apreciação por aquele Órgão Jurídico, conforme Ofício/PGF/PFE/PG-INSS/nº 048, de 17/03/03 e Ofício nº 517/INSS/DCGAB, de 29/04/03.

Esclarecemos que em relação aos processos administrativos disciplinares referentes aos contratos: 1) INSS e BRADIV, que visava contratação de serviços de divisórias para a implantação do Programa de Melhoria do Atendimento - PMA); 2) INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo - Parque do Povo, que trata do acordo de desapropriação de imóvel do INSS; o senhor Procurador Geral Federal da AGU determinou o arquivamento do processo em relação aos procuradores, restando, tão-somente, o julgamento em relação aos demais servidores do Instituto.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que as questões tratadas nos processos em referência encontram-se PENDENTES de atendimento.

10 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

10.1 SUBÁREA - PROCESSOS LICITATÓRIOS

10.1.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

10.1.1.1 INFORMAÇÃO:

A aquisição de bens e serviços é uma das atividades de competência da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que no decorrer do exercício de 2002, de acordo como a modalidade do gasto teve o seguinte comportamento:

Modalidade do gasto	Valor R\$	%
Convite	11.784.909,01	1,24%
Tomada de Preço	76.567.912,89	8,08%
Concorrência	86.247.698,72	9,10%
Dispensa de Licitação	469.648.025,63	49,56%
Inexigibilidade	256.659.858,90	27,08%
Suprimento de Fundo	2.230.784,30	0,24%
Pregão	44.546.261,88	4,70%
Total	947.685.451,33	100,00%

Fonte: SIAFI Gerencial – exercício 2002

Como se pode observar, dentro do universo de despesa, onde, por força da lei 8.666/93, é exigível licitação, cerca de 50% dos gastos ainda são realizados mediante dispensa de licitação. Este procedimento, certamente é mais cômodo para os gestores, porém não constitui a melhor opção para a administração pública, pois os preços finais nas compras

fracionadas são seguramente superiores aos das compras de maior vulto onde há margem maior para redução dos preços mediante processo de negociação com os fornecedores.

10.1.1.2 INFORMAÇÃO:

Com referência ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA) foi realizada análise de 68 relatórios de auditoria em obras do PMA. Da meta física prevista de 94 obras com o total orçado de R\$ 51.461.048,00, compondo a reformulação de 39 unidades nos moldes propostos no Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social para 2002 e 55 obras não concluídas em 2001. A consolidação foi feita por meio da análise dos 68 relatórios das auditorias que foram realizadas pelas Corregedorias-Gerais da União nos Estados do AC, BA, ES, MG, PE, PR, RJ, RS, SC e SP no período de julho/2002 a novembro/2002, incluindo exames aplicados na sede das Gerências Executivas do INSS nos respectivos estados, obedecendo as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. As impropriedades/falhas detectadas estão enumeradas no Relatório de Consolidação nº 111473, de 18/dez/2002.

10.1.1.3 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de evidenciar o cumprimento da exigência de que toda contratação de obra, serviço ou compra deve ser precedida de processo licitatório - respeitadas as exceções legais, foi verificado se as dispensas e inexigibilidades de licitação, regularmente justificadas, e o retardamento, foram comunicados dentro de 03 (três) dias à autoridade superior para ratificação e publicação na Imprensa Oficial, de acordo com Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, complementando os exames neste assunto, como condição para eficácia dos atos, foram identificadas falhas na formalização dos procedimentos licitatórios e falhas na elaboração do projeto básico, fatos estes que destacamos nos itens a seguir.

10.1.1.4 CONSTATAÇÃO:

Falhas na formalização dos procedimentos licitatórios

Constatou-se a ausência de documentos comprobatórios da verificação da conformidade dos preços contratados com os vigentes no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso VI da Lei no 8.666/93; ausência de publicação do edital em jornal de grande circulação, contrariando o art. 21 da Lei no 8.666/93; publicação do contrato após o prazo estabelecido no art.61 da Lei no 8.666/93; processo com rasuras, documentos arquivados em duplicidade e fora da ordem cronológica; não utilização do sistema de registro de preços conforme determina o inciso II, do art. 15, da Lei no 8.666/93; data de assinatura do termo aditivo posterior a data da vigência do contrato, ausência de itens do Projeto Básico na proposta da empresa vencedora.

As agências que apresentaram falhas neste quesito foram as seguintes:

No Espírito Santo

1.1. Agência Cariacica

1.2. Agência Colatina

No Rio de Janeiro

2.1. Agência Belford Roxo

2.2. Agência Piabetá

- 2.3. Agência Japeri
- 2.4. Agência Cambuci
- 2.5. Agência Santo Antônio de Pádua
- 2.6. Agência São Fidelis

São Paulo

- 3.1. Agência Cruzeiro
- 3.2. Agência Assis
- 3.3. Agência Tupã
- 3.4. Agência Guarujá
- 3.5. Agência Mogi-Guaçu

Pernambuco

- 4.1. Agência Vitória de Stº Antão
- 4.2. Agência Escada
- 4.3. Agência Pesqueira
- 4.4. Agência Arcoverde
- 4.5. Agência Salgueiro
- 4.6. Agência Serra Talhada
- 4.7. Agência Paulista
- 4.8. Agência Recife

Minas Gerais

- 5.1. Agência Timóteo
- 5.2. Agência Pará de Minas
- 5.3. Agência Palmas

JUSTIFICATIVA:

O gestor, por meio do Ofício nº 408 INSS/DCGAB, de 07.04.2003, informou que:

"(...)

No mesmo ano de 2002, foram realizadas algumas modificações tanto nas especificações como na forma de contratar. Nesta gestão estamos tomando providências para atacar as causas, de forma que não ocorram mais as falhas e irregularidades apontadas por essa Federal de Controle (...)".

Ainda esclareceu que:

"(...) expediu Memorando-Circular nº 25, de 21 de março de 2003, para realização de mapeamento de todos os engenheiros/arquitetos do quadro da Instituição, com o objetivo de alocá-los em uma determinada área de abrangência para fiscalização de obras."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Embora o gestor tenha manifestado ações no sentido de corrigir as falhas/impropriedades apontadas, ratificamos as recomendações, informando que o PMA será escopo de auditorias de acompanhamento no decorrer do exercício de 2003.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos instruir os processos licitatórios anexando as pesquisas de preços, reforçando os mecanismos de controles visando cumprir, rigorosamente, as determinações constantes da Lei nº 8.666/93 no que tange a formalização legal, sob pena de anulação do ato.

10.1.1.5 CONSTATAÇÃO:**Falhas na elaboração do projeto Básico**

Com vistas a verificar se o Projeto Básico da Obra ou Serviço contém:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a possibilitar visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativo de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

Foram identificadas impropriedades nas Agências de Arcoverde/PE, Pesqueira/PE, Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Recife/PE, Paulista/PE, Bauru/SP e Timóteo/MG, onde ficou evidenciado a inobservância do disposto no art. 12, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que seja observado o disposto no art. 12, IV, da Lei nº 8.666/93.

Ratificando a recomendação da CGU/PE:

"(...) recomendamos a anexação, em futuros processos licitatórios para contratação de obras e/ou serviços, o atendimento, pelo(s) contratado(s), das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho, com as respectivas aprovação e autorização da Comissão de Fiscalização, em atendimento ao disposto no art. 12, VI, da Lei nº 8.666/93".

10.1.2 ASSUNTO - PARCELAMENTO DO OBJETO**10.1.2.1 INFORMAÇÃO:**

Com intuito de verificar se o parcelamento de obras, serviços e compras foi motivado tão-somente pela viabilidade técnica e econômica; de comprovar que o procedimento ensejou aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, bem como de confirmar que não houve perda da economia de escala, constatou-se a impropriedade a seguir descrita.

10.1.2.2 CONSTATAÇÃO:

Realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra

Identificou-se, nas Agências de Arcoverde/PE, Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Pesqueira/PE, Salgueiro/PE, Serra Talhada/PE, Paulista/PE, Recife/PE, Passos/MG, Para de Minas/MG, Timóteo/MG, Formiga/MG, Campo Belo/MG e São Lourenço/MG, que a realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerou o custo das obras.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/MG:

"Carece de fundamento os motivos alegados pelo gestor. O próprio INSS, em obras de reforma de APS nas cidades de Viçosa e de Pouso Alegre, realizou primeiramente licitação para reforma do prédio e, posteriormente, estará licitando a compra do mobiliário, sendo suas especificações idênticas aos dos móveis adquiridos para a agência de Formiga.

Tendo em vista que se trata de situação já ocorrida, recomendamos que em casos semelhantes seja feito um estudo criterioso da possibilidade de licitar em etapas ou por itens, conforme for o caso, atendendo ao preceituado pela norma legal."

Complementando que a Unidade, ao elaborar certames licitatórios, deve utilizar o parcelamento como regra na contratação de obras, serviços e compras, a menos que a inviabilidade de ordem técnica, devidamente comprovada, impeça tal atitude, conforme determina a Lei nº 8.666/93, art. 23, § 1º.

10.1.3 ASSUNTO - ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

10.1.3.1 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de evidenciar a objetividade dos julgamentos, avaliar se o resultado da licitação está vinculado ao instrumento convocatório, determinar se o vencedor do processo apresentou, efetivamente, a proposta mais vantajosa para a Unidade e comprovar a não ocorrência de superfaturamento, foram identificadas as ocorrências a seguir relatadas.

10.1.3.2 CONSTATAÇÃO:

Desvinculação do Projeto Básico

Conforme consta no relatório elaborado pela CGU/ES, na Agência de Cariacica, ocorreu inobservância de orientação jurídica relativa a desvinculação do projeto básico, fato este que transcrevemos:

"Verificamos que os quatro fornecedores participantes da licitação apresentaram, em suas propostas, os itens e quantitativos especificados no projeto básico, mantendo, portanto, suas propostas vinculadas a este. Constatamos que houve contingenciamento orçamentário para esta obra: a proposta selecionada na licitação foi no valor de R\$ 428.913,49, da VERSAT Engenharia, e o valor orçamentário disponibilizado de R\$ 300.000,00. Assim, o projeto básico foi alterado, com a exclusão de alguns itens, acréscimos e supressões de outros. Tal alteração ensejou mudanças na classificação dos licitantes, passando o vencedor - VERSAT Engenharia - para o segundo lugar com o valor de R\$ 328.299,48 e o último classificado - FATEQ - para a primeira colocação, com o valor de R\$ 299.901,00. Tendo em vista o impasse jurídico, foi emitida a Nota Técnica 07.201.1/PPS/ES/CONSULTORIA, de 22/03/01, em que o procurador federal Dr. Bento Adeodato Porto se pronuncia da forma aqui resumida:

'a) É possível a supressão proposta, lastreada em fato superveniente, obedecendo ao princípio da razoabilidade. O procurador baseou-se em analogia, tendo em vista que o contrato ainda não havia sido assinado e a Lei 8666/93 somente se pronuncia sobre acréscimos e supressões de 25% a partir do valor inicial do contrato (art. 65, parágrafo 1º).

b) A unidade deve realizar estimativa de preços ou consultar registro concernente para detectar se há probabilidade de se obter propostas mais vantajosas à administração em face do preço praticado pelo mercado; se houver, revogar a licitação.

c) Se for improvável a obtenção de preços menores que o da proposta vencedora - cujo prazo já estava vencido - em nova licitação, deve-se procurar manter a licitação, comunicando à empresa VERSAT o interesse em contratar com a mesma, obedecendo-se ao valor máximo previsto no orçamento para a execução da obra, ou seja, R\$ 300.000,00.'

Em despacho de 02/04/01, o Serviço de Logística justifica que as propostas analisadas são de março/2001, sendo portanto improvável a obtenção no mercado de preços inferiores aos contidos nas mesmas. Não foi realizada a estimativa de preços.

No ofício do Serviço de Logística nº 090/2001, a empresa vencedora da licitação - VERSAT Engenharia - foi convidada a realizar o serviço pelo valor de R\$ 299.901,00. A empresa aceita, cerca de um ano após apresentada a sua proposta, conforme carta a fls. 729."

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos a recomendação da CGU/ES:

"(...) que a Gerência Executiva realize a pesquisa de preços, conforme recomendado pela Nota Técnica 07.201.1/PPS/ES/CONSULTORIA, em casos similares em que haja dúvidas quanto à probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, e então decida pelo cancelamento ou não da licitação. O fato das propostas de preço serem de aproximadamente um ano atrás, por si só, não garante que não se possa obter preços melhores no mercado. Por outro lado, a consulta ao mercado seria necessária até mesmo para aferir se o orçamento final reduzido não teria se tornado inexecutável."

10.1.3.3 CONSTATAÇÃO:

Especificações de serviços indefinidas no Projeto Básico

As especificações de serviços apresentam indefinições que possibilitaram a Contratada requerer acréscimo de serviços.

As especificações do sistema de climatização possuíam as seguintes indefinições:

- não está claro se o projeto executivo já está incluído no preço do sistema multi-split. Esse serviço foi acrescentado ao Termo Aditivo no valor de R\$ 1.547,00.
- a parte elétrica do sistema de climatização foi totalmente inserida no Termo Aditivo ao Contrato no valor de R\$13.340,36. Não é possível determinar nas especificações técnicas se esse valor já estava incluído no sistema multi-split, nas instalações elétricas/ lógica/ telefonia ou se realmente eram serviços passíveis de serem acrescentados no aditivo.

Os projetos básicos de arquitetura não demonstravam as áreas onde seriam colocados cada um dos pisos e cada um dos revestimentos da planilha.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos a recomendação da CGU/SP:

"Recomenda-se ao INSS que o projeto básico seja elaborado com melhor detalhamento, de forma a atender o art. 7º da Lei 8.666/93, especialmente, quando a elaboração do projeto executivo fica a cargo da Contratada para a execução da obra."

10.1.3.4 CONSTATAÇÃO:

Modificações no Projeto Original

Foram constatadas modificações no projeto original, por meio de permutas entre itens orçados, sem a aprovação formal do contratante.

Nas Agências de Santo Antônio de Pádua/RJ e São Fidelis/RJ o valor global contratado foi mantido e, na Agência de Cambuci/RJ houve alteração do valor global e acréscimos para reforço estrutural.

A necessidade de permuta é comum no PMA, caracterizando imprecisão na definição do objeto licitado, o que contraria o disposto no parágrafo 4º, do artigo 7º da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Observar, quando do lançamento do processo licitatório, a adequada definição do objeto a ser licitado, inclusive quanto a quantitativos, não sendo permitida apenas a inclusão de um limite máximo dos serviços a serem contratados, sem que haja a previsão do que se pretende realizar, ante a vedação constante do § 4º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E, quanto ao aspecto qualitativo, que se abstenha de indicar marcas de produtos, quando tal indicação não for tecnicamente justificável, conforme § 5º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E por fim, que seja imputado a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, pela infringência do disposto no referido artigo.

10.1.3.5 CONSTATAÇÃO:

Aquisição de Móveis com Preços Excessivos

Conforme relatório elaborado pela CGU/MG, nas APS/Formiga e APS/Campo Belo, foi constatado preços excessivos na aquisição de móveis, fato que a seguir transcrevemos:

"O preço dos móveis adquiridos alcançou a cifra de R\$ 165.056,57. Estes móveis são padronizados pelo INSS, sendo comprados para todas as agências que são objeto de reforma, variando apenas os quantitativos.

Verificamos que alguns itens tiveram preços que não condizem com a sua finalidade, nem com o custo do material empregado na sua fabricação.

Considerando que nestes valores está incluída a taxa de BDI (de 20,10% em Formiga e de 39,00% em São João Del Rey), temos que os preços pagos na APS de Formiga pelos itens acima são superiores em 34,8% aos que foram pagos pela APS de São João Del Rey (sem o BDI, a diferença é ainda maior: 76,6%).

(...)

A APS/Campo Belo conta atualmente com sete servidores, incluindo a chefe da agência, conforme informação passada por esta. O número de equipamentos (estações de trabalho) orçado/comprado é de 17, incluindo os balcões de atendimento (BAB), os módulos para supervisor, as estações de trabalho com divisórias para duas superfícies e a estação de trabalho para gerente. Isso indica um superdimensionamento da agência, pois há mais recursos disponíveis, em termos de mobiliário, do que servidores para utilizá-los. Mesmo que exista a previsão de contratação de servidores, o fato é que, enquanto isso não ocorrer, haverá um custo de oportunidade relacionado à imobilização desses recursos, que são sempre limitados e escassos quando se trata de

administração pública. Em outro âmbito, existem alguns itens com custos que, a princípio, não condizem com a sua finalidade nem com o custo do material empregado na sua fabricação. Além disso, apesar de serem rigorosamente iguais, têm sido adquiridos por preços bastante diferentes nas diversas agências em que o Programa de Melhoria de Atendimento tem sido realizado.

Já o projeto de comunicação visual (sinalização) da APS/Campo Belo foi orçado pelo INSS em R\$ 14.617,48 (c/BDI) e custou efetivamente R\$ 19.916,11. Embora sabendo que esse item faz parte do projeto de modernização do órgão e realmente proporciona um aspecto mais agradável e renovado às agências, como pudemos observar durante a vistoria, seria interessante analisar o custo/benefício de alguns itens. Como exemplo, citamos o módulo horizontal, afixado em todo o perímetro interno da APS, e que custou - somente este item - R\$ 12.913,00."

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos a recomendação da CGU/MG:

"(...) Recomendamos que os gerentes executivos do INSS troquem informações quando da realização de obras ou compras de mesmos objeto para se certificarem da compatibilidade dos preços com as condições de mercado. Da mesma forma, recomendamos aos setores que elaboram as planilhas orçamentárias que verifiquem se os preços dos bens a serem adquiridos são condizentes com as finalidades a que se destinam, pois um porta-folders com preço estimado de R\$ 2.037,58 não espelha o custo do material para sua construção nem de sua utilidade na agência. A título de comparação, com este recurso seria possível adquirir um microcomputador de excelente capacidade operacional. A relação custo/benefício deve nortear de modo permanente a atuação dos gestores, sobretudo pela insuficiência de recursos governamentais para atender a todas as necessidades da sociedade, e em particular as vinculadas à Previdência Social. (...)"

E ainda, que a Unidade efetue, previamente à homologação do certame licitatório, pesquisas de preços no mercado, nos termos do art. 43, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

10.2 SUBÁREA - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

10.2.1 ASSUNTO - FISCALIZAÇÃO INTERNA

10.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Com o objetivo de confirmar o efetivo acompanhamento e fiscalização do contrato, por um representante da Unidade, foi inicialmente proposto identificar se a Unidade dispõe de mecanismos de fiscalização interna e controles próprios de gestão contratual ou se é assistida e subsidiada de informações de forma terceirizada; se há designação formal no caso de fiscalização interna própria e, se todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato foram anotadas no Diário de

Ocorrências - visando a coordenação e monitoramento da execução dos contratos celebrados, com a base normativa na Lei nº 8.666/93 - art. 67. Foram identificadas as ocorrências a seguir descritas.

10.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de mecanismos de fiscalização interna

Conforme consta nos relatórios elaborados pelas CGU, as Unidades auditadas, abaixo relacionadas, não dispõem de mecanismos de fiscalização interna ou controles próprios de gestão contratual nem são subsidiadas por informações de forma terceirizada, a fim de coordenar e monitorar a execução dos contratos celebrados.

No Rio de Janeiro

- 1.1. Agência Belford Roxo
- 1.2. Agência Piabetá
- 1.3. Agência Japeri

Em Santa Catarina

- 2.1. Agência Caçador
- 2.2. Agência Urussanga
- 2.3. Agência Fraiburgo

Em Minas Gerais

- 3.1. Agência S. João Del Rei
- 3.2. Agência Viçosa
- 3.3. Agência Diamantina
- 3.4. Agência Januária

Em Pernambuco

- 4.1. Agência Vitória de Stº Antão
- 4.2. Agência Escada
- 4.3. Agência Pesqueira
- 4.4. Agência Arcoverde

Nas agências Ribeira do Pombal, Jaguarari e Paripiranga na CGU/BA foi constatado que falhas na fiscalização permitiram serviços imperfeitos gerando desperdícios de recursos, como a seguir demonstrado:

APS	Diferença (R\$)	Diferença em %
Ribeira do Pombal	17.993,06	7,6
Jaguarari	10.138,64	9,8
Paripiranga	1.975,89	6,8

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente, conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/93; bem como apurar responsabilidades pelo prejuízo causado à Instituição, apontado nos relatórios do anexo I deste relatório.

10.2.1.3 CONSTATAÇÃO:

Utilização de empregado de empresa terceirizada em atividades privativas de servidores do quadro efetivo da Autarquia

A análise das autorizações de pagamento e retenção de tributos e contribuições devidas pelas empreiteiras contratadas, correspondentes às faturas anexas aos processos examinados, foi efetuada por empregado de empresa terceirizada (CTIS), e não por ocupante de cargo efetivo do INSS, conforme evidenciado nas AP/GPECR N° 587, 588, 772, 773, 774/02, impropriedade essa identificada nas Agências de Vitória de Santo Antão/PE e Escada/PE.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/PE:

"(...)evitar a utilização de força de trabalho proveniente de contratação indireta (prestação de serviço de caráter continuado) em atividades que são privativas de servidores do quadro efetivo da Autarquia, conforme evidenciado nos documentos acima referenciados, onde a análise dos dados constantes das Autorizações de Pagamento - AP é efetuada por empregado da empresa CTIS Informática Ltda (CNPJ Matriz nº 01644731/0001-32), contratada para a execução de serviços de recepção e supervisão de recepção, bem como aqueles operacionais, durante o exercício de 2002, conforme Processos nº 35000.002359/2001-9 e 35000.000708/2002-15, e Notas de Empenho 2002NE000157 e 2002NE410634."

Salientamos que o exercício de atividades estranhas ao objeto licitado enseja restrição às contas do gestor, bem como a cominação de sanções tipificadas na Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU), consoante jurisprudência daquela Corte de Contas: Acórdão nº 73/1995, Ata nº 28/95-Plenário, Processo TC- 475.054/95-4; Acórdão nº 197/1993, Ata nº 32/93-2ª Câmara, Processo TC- 375.701/85-0 e outros anexados; Acórdão nº 267/2000, Ata nº 42/2000-Plenário, Processo TC-400.044/1998-6; Acórdão nº 30/1997, Ata nº 06/97-Plenário, Processo TC- 600.312/94-1; Decisão nº 296/1997, Ata nº 36/1997-2ª Câmara, Processo TC- 008.429/93-6, dentre outros.

10.2.1.4 CONSTATAÇÃO:

Confiabilidade e qualidade do registro de ocorrências da obra prejudicadas

A confiabilidade dos registros de ocorrências observados nas folhas do Diário de obra foi prejudicada em razão de diversas folhas estarem sem a assinatura do responsável pelos registros, pela ausência de folhas e consequentemente pela insuficiência de informações que pudessem contribuir para atestar a execução do objeto.

Em São Paulo
 1.1. Agência Americana
 1.2. Agência Sumaré
 1.3. Agência Limeira
 1.4. Agência Bauru

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que se observe rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade, com vistas a minimizar a quantidade de falhas e problemas detectados na execução dos contratos de obras e serviços.

10.2.1.5 CONSTATAÇÃO:

Falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato

Não houve designação formal de servidores para o acompanhamento das obras, nas seguintes agências:

1. No Rio de Janeiro
 - 1.1. Agência Cambuci
 - 1.2. Agência São Fidelis
2. Na Bahia
 - 2.1. Agência Ribeira do Pombal
 - 2.2. Agência Jaguarari
 - 2.3. Agência Paripiranga
3. Em Santa Catarina
 - 3.1. Agência Caçador
 - 3.2. Agência Ararangua
 - 3.3. Agência Fraiburgo

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que se observe rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade, com vistas a minimizar a quantidade de falhas e problemas detectados na execução dos contratos de obras e serviços.

10.2.1.6 CONSTATAÇÃO:

Recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato

Foi constatado que um mesmo servidor foi designado para fiscalizar, bem como proceder o recebimento provisório e/ou definitivo da obra, contrariando o princípio da segregação de função, nas seguintes agências:

1. Em Minas Gerais
 - 1.1. Agência S. João Del Rei
 - 1.2. Agência Diamantina
 - 1.3. Agência Januária
 - 1.4. Agência Timóteo

Foi constatado, ainda, recebimento definitivo do objeto por servidores não designados para o ato na agência de Indaiatuba/SP.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendação da CGU/MG:

"(...) o Egrégio Tribunal de Contas da União, mediante Acórdão nº20/96-Plenário, processo TC 006.338/94, publicado no D.O.U. em 18/03/96 (pag.4523), firmou entendimento que o recebimento definitivo das obras pela mesma comissão (ou servidor) encarregada de fiscalizar a execução das mesmas, contraria o princípio da segregação de funções, o que vem a corroborar o posicionamento desta equipe sobre a matéria."

Ratificamos as recomendações da CGU/MG, recomendando ainda, às respectivas Agências do INSS, que observem rigorosamente a Lei nº 8.666/93, em especial quanto ao aspecto da designação de servidor/comissão para participar do processo licitatório, acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras, com vistas a dirimir falhas e problemas detectados, conforme artigos 67 e 73 da citada Lei.

10.2.2 ASSUNTO - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.2.2.1 INFORMAÇÃO:

Foram efetuadas análises com o objetivo de comprovar a manutenção da natureza e especificação do objeto contratual, durante o processo de execução da avença, bem como comprovar a efetiva manutenção, no decorrer do período de execução, do valor inicial contratado, ou ainda que, as alterações ocorridas no valor da avença limitaram-se ao estabelecido na legislação em consonância com o princípio da economicidade, onde foi constatado o que segue.

10.2.2.2 CONSTATAÇÃO:

Itens aditivados poderiam ser previstos na licitação

Nas agências em Santo Antônio de Pádua/RJ, Jaguarari/BA e Urussanga/SC foi constatado que o objeto contratado não apresenta conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vincula contrariando o artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

No caso de Santo Antônio de Pádua/RJ, os serviços adicionais de instalações de divisórias não se enquadram nos casos descritos na artigo 65 da Lei nº 8.666/93. E, em Jaguarari "(...) dos 46 itens acrescidos e/ou inseridos como extras ao edital de licitação, 24 deles (52,2%), pelas suas características e justificativas apresentadas, poderiam ser incluídos na planilha orçamentária. Como exemplos temos:

- remoção total da cobertura e serviços complementares devido às péssimas condições;
- azulejos sanitários/copa e serviços complementares devido à complementação de novas áreas (era previsto colocá-los até 1,5m e as novas áreas se referem ao revestimento total das paredes);
- estrutura em madeira devido às péssimas condições;
- luminárias.

Foi identificado supressão, alterações/compensações de itens do projeto inicialmente avençado, sem a devida inclusão de termos aditivos no processo.

As agências que apresentaram falhas neste quesito foram as seguintes:

1. Santa Catarina
 - 1.1. Agência Urussanga
 - 1.2. Agência Caçador
 - 1.3. Agência Brusque
2. Minas Gerais
 - 2.1. Agência S. João Del Rei
 - 2.2. Agência Pouso Alegre
3. São Paulo
 - 3.1. Agência Sumaré
 - 3.2. Agência Americana
 - 3.3. Agência Limeira
 - 3.4. Agência Tupã
 - 3.3. Agência Guarujá
 - 3.4. Agência Mogi-Guaçu

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações das CGU/BA, CGU/RJ, CGU/MG, CGU/SC, e CGU/SP, recomendando ainda, às respectivas Agências do INSS, a estrita observância da necessidade da conformidade do objeto contratado com os termos da licitação e da proposta a que se vincula, conforme artigo 65, da Lei no 8.666/93.

10.2.2.3 CONSTATAÇÃO:

Acréscimos e diminuições de serviços sem Aditivos de Alteração

Foi constatado, na Agência de Colatina/ES, que o Serviço de Logística do INSS elaborou "Planilha de Acréscimos e Decréscimos de Serviços", tendo sido evidenciado um acréscimo no valor de R\$ 10.905,41 e um decréscimo em idêntico valor, fato que, por óbvio, não importou em alteração do valor contratual pactuado.

Não consta do processo Termo Aditivo referente às alterações de quantitativos de serviços.

Ressaltamos que o Contrato nº 11/2001, em sua cláusula 13ª prevê que "o mesmo poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo."

Esta SFC entende, em consonância com a legislação e os termos do próprio contrato - embora não tenha a devida alteração do valor, haver necessidade da formalização do termo aditivo referente às alterações de serviços.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/ES, recomendando ainda, à respectiva Agência do INSS, a estrita observância da necessidade da conformidade do objeto contratado com os termos da licitação e da proposta a que se vincula, conforme artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

10.2.2.4 CONSTATAÇÃO:

Inconsistências na composição do BDI

Foram constatadas, nas Agências de Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Pesqueira/PE, Arcoverde/PE, Salgueiro/PE, Serra Talhada/PE, Paulista/PE e Recife/PE, inconsistências nas planilhas de composição de encargos sociais e benefícios e despesas indiretas - BDI.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/PE:

- "a) avaliar os impactos decorrentes da sobrevalorização dos custos informados na Planilha apresentada pela licitante vencedora, considerando a legitimidade e a legalidade dos índices propostos para Encargos Sociais, procedendo-se, na vigência do instrumento contratual, aos ajustes julgados pertinentes, inclusive a compensação de valores por ocasião de pagamentos futuros; e*
- b) regularizar a parcela do BDI destinada à cobertura de custos/despesas financeiras, ante o disposto no Decreto nº 1.054/94, procedendo-se à compensação, nos próximos pagamentos, dos valores indevidamente pagos sob essa denominação;*
- c) dotar os servidores designados para comporem as Comissões Especiais/Permanentes de Licitação de instrumentos capazes de examinar as propostas apresentadas pelos licitantes, de modo a evidenciar aquelas cujos custos são compatíveis com a natureza do serviço/obra contratado, bem como a situação fiscal do proponente vencedor, em conformidade com o disposto no item 8.2*

da Decisão/TCU nº 391/2000, Ata nº 17/2000-Plenário, Processo TC-010.766/1999-5;

d) providenciar a restituição de valores pagos indevidamente, relativo à diferença de alíquotas dos tributos federais e municipal contratados e os efetivamente recolhidos, na forma da lei, quando do pagamento das obrigações futuras com a empreiteira; e

e) cumprir normativos baixados pelo INSS, que definiram os critérios e procedimentos inerentes à retenção de contribuição previdenciária nas obras e serviços de engenharia contratados pela Autarquia."

10.2.3 ASSUNTO - PAGAMENTOS CONTRATUAIS

10.2.3.1 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de comprovar a estrita observância das normas legais no pagamento dos valores contratados e, identificar a inexistência de pagamentos sem cobertura contratual, foram observadas as seguintes constatações:

10.2.3.2 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos Antecipados

Com relação ao cronograma físico-financeiro fixado, houve pagamento antecipado de R\$ 44.781,00 em São Fidelis/RJ, Sumaré/SP, Americana/SP, Cubatão/SP, Guarujá/SP, Mogi-Guaçu/Serra Talhada/PE, Paulista/PE e Recife/PE. Também ficou evidenciado que houve ausência de atesto do engenheiro fiscal da obra, confirmando a execução e data junto à rubrica do atesto.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações das CGU e, acrescentamos que haja mais rigor quanto ao cronograma físico-financeiro, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mão documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos.

10.2.3.3 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos de serviços não executados

Destacamos a seguir fato ocorrido na APS/Colatina/ES quanto ao pagamento de serviços não executados:

Constatamos o pagamento do item 13 - SINALIZAÇÃO VISUAL - da planilha contratual, quando da medição da primeira sub-parcela da 3ª Etapa, no valor de R\$ 22.750,00, conforme "Proposta de Desmembramento da Terceira

Parcela" apresentada pelo Serviço de Logística do INSS/Equipe de Engenharia, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 07, de 08.08.2002.

Entretanto, esta Equipe identificou que o valor ajustado do item em comento passou a ser R\$ 18.713,47, sendo R\$ 11.304,49 relativo à sinalização externa e R\$ 7.408,98, à sinalização interna.

Quando da visita in loco, constatamos que os serviços referentes à sinalização externa foram realizados a contento, o mesmo não ocorrendo em relação à sinalização interna, cujos serviços não foram executados.

Pelo exposto acima podemos depreender, segundo medição apresentada pelo INSS, que houve pagamento de serviços não realizados no valor de R\$ 11.445,51 (R\$ 22.750,00 - R\$ 11.304,49).

Ressaltamos que a cláusula quarta do Contrato nº 11/2001, em seu parágrafo primeiro, prevê que na aferição das etapas serão medidos todos os serviços efetivamente realizados, sendo efetuado o pagamento somente quando realizados todos os serviços contratados nos valores previsto para cada etapa, devidamente atestados pela fiscalização da obra.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações das CGU e, acrescentamos que haja mais rigor quanto ao cronograma físico-financeiro, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mão documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos.

10.2.3.4 CONSTATAÇÃO:

Não retenção de contribuição devida ao INSS

Conforme consta no relatório elaborado pela CGU/ES, na Agência de Colatina, não houve o recolhimento de contribuição devida ao INSS, conforme transcrevemos a seguir:

Quando da apresentação da 1ª Medição de Obra (11.07.2001), a empresa CASA MAIOR anexou cópia da Sentença nº 259/2000, da Justiça Federal de Minas Gerais, referente ao Mandado de Segurança nº 2000.38.00.009515- 0, objetivando, com pedido de liminar, que o INSS se abstivesse de exigir a retenção de 11% quando do pagamento de suas faturas e/ou notas fiscais, conforme imposição do Artigo 31, da Lei 8.212/91, modificado pela Lei 9.711/98 e que não aplicasse qualquer penalidade em virtude do não recolhimento dos 11% por parte da impetrante. A decisão da sentença foi favorável à empresa CASA MAIOR.

Quanto ao assunto, em 27.08.2001, a Procuradoria do INSS, por meio da Nota Técnica nº 0050/2001, concluiu que:

"(...) não pode a Gerente Executiva do INSS do ES ser compelida a submeter-se a uma decisão judicial proferida em ação de mandado de segurança em que não integrou o polo passivo. (...) Ante o exposto, opinamos pela aplicação da Lei nº 9.711/98, em todos os seus dispositivos em vigor, ao caso sob exame".

Em análise ao processo, constatamos que a empresa CASA MAIOR não observou as disposições estabelecidas no Inciso I, do Artigo 28, da IN INSS/DC nº 18/2000, pois não apresentou a GPS da competência 07/2001 para comprovação do recolhimento das contribuições incidentes sobre remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal em 11.07.2001, correspondente aos serviços executados, o que elidiria a responsabilidade solidária do INSS.

Como o Contrato nº 11/2001 não contém a discriminação dos valores relativos a mão-de-obra e material, separadamente, a Divisão de Arrecadação do INSS concluiu que o valor da retenção deveria ser calculado com base em 50%, no mínimo, do valor bruto da Nota Fiscal, conforme disposto no item 17.1 da OS INSS/DAF nº 209/99. Desta forma, a contratante (INSS) deveria efetuar a retenção de 11% de que trata o artigo 31 da Lei nº 8.212/91, no uso da prerrogativa prevista no Inciso VI, do Artigo 30, da referida lei.

Ressaltamos que, conforme legislação e demais normativos que regem o assunto, é devida a retenção para empresas de construção civil que executem serviços de cessão de mão-de-obra, aplicando-se, inclusive, a responsabilidade solidária prevista no Artigo 30, da Lei 8.212/91, por tratar-se de execução de obra por empreitada total.

Consta o pagamento de contribuição ao INSS, relativa à primeira medição, no valor de R\$ 425,50 (14.09.2001), quando o correto deveria ser R\$ 5.438,66.

Não identificamos no processo a retenção prevista no Artigo 31 da Lei 8.212/91 para a segunda medição.

Para a primeira sub-parcela da 3ª etapa, constatamos a retenção dos 11%, no valor de R\$ 3.968,79, em 23.05.2002, tendo como base de cálculo 50% do valor bruto da Nota Fiscal nº 00593, de 31.12.2001.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/ES:

*"(...) que a Gerência Executiva do INSS no ES promova a correta retenção referente ao pagamento da primeira parcela e a retenção do valor integral da segunda.
Valores a serem retidos:
Retenção da 1ª Parcela: R\$ 5.013,16 (\$ 5.438,66 - 425,50);
Retenção da 2ª Parcela: R\$ 5.438,66."*

Recomendamos ainda, que essa Gerência estenda o procedimento de retenção prevista no Artigo 31 da Lei 8.212/91 a todos os contratos em que

haja ocorrência de cessão de mão-de-obra, inclusive revisando os contratos cujos pagamentos de serviços já tenham sido efetuados.

10.2.4 ASSUNTO - INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

10.2.4.1 INFORMAÇÃO:

Visando identificar a execução física do objeto contratado, e analisar o quantitativo e a natureza qualitativa do efetivamente executado, face o objeto acordado, verificamos o seguinte: os boletins de verificação física das execuções, elaborados pela Fiscalização Interna; se o objeto do contrato foi recebido definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente; se o contratado cumpriu exatamente com todas as cláusulas contratuais avençadas; se houve inspeção das compras realizadas, dos serviços executados ou em execução, e das obras.

10.2.4.2 CONSTATAÇÃO:

Boletins de Medição que não revelam a real situação da reforma

Foram identificadas nas agências Jaguarari, Ribeira do Pombal e Paripiranga na Bahia, Colatina/ES, anotações que não revelam a real situação da reforma. Nas agências de Cariacica/ES, Caçador/SC, Fraiburgo/SC, Urussanga/SC, Ararangua/SC, Timóteo/MG, Indaiatuba/SP, Cubatão/SP, Guarujá/SP, Escada/PE e Pesqueira/PE, ausência de boletins formalizados de medição; em Piabetá/RJ boletins enviados em fase posterior aos trabalhos de campo; em Pato Branco, Curitiba, Cornélio Procopio, União da Vitória e Umuarama no Paraná, boletins de medição carecem de instrumentos de checagem mais específicos, pois não detalham os itens que o engenheiro deve observar.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações das CGU, reforçando que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

10.2.4.3 CONSTATAÇÃO:

Termo de Recebimento Provisório e Definitivo

Foi constatado Termo de Recebimento Definitivo sem a devida assinatura do representante da empresa contratada, contendo apenas a lavratura do servidor responsável pela fiscalização contratual na Agência Januária/MG. Nas Agências Limeira/SP, Bauru/SP e Americana/SP foi constatada ausência de Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo da obra e, em Sumaré/SP e Mogi-Guaçu/SP não foi encontrado ato de designação de servidor ou comissão pela autoridade competente para receber a obra.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações da CGU/MG e da CGU/SP, reforçando que se observe o que estabelece a Lei nº 8.666/93 em seus artigos 67 e 73, quanto ao acompanhamento e fiscalização e quanto ao recebimento provisório e definitivo da obra.

10.2.4.4 CONSTATAÇÃO:

Descumprimento de cláusulas contratuais

Foi constatado o descumprimento de cláusulas contratuais avençadas, tais como: Do prazo para recebimento da obra, Do pagamento e Das sanções, contrariando o artigo 66 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes agências:

1. No Rio de Janeiro
- 1.1. Agência Cambuci
- 1.2. Agência Santo Antônio de Pádua
- 1.3. Agência São Fidelis

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que se observe fielmente o que foi avençado nas cláusulas contratuais, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93.

10.2.4.5 CONSTATAÇÃO:

Retirada de Penalidade por Descumprimento de Cláusula Contratual

Conforme consta no relatório elaborado pela CGU/ES, na Agência de Colatina, ocorreu "Retirada de Penalidade por Descumprimento de Cláusula Contratual", fato que transcrevemos a seguir:

O contrato nº 11/2001 para execução da obra foi assinado em 24.04.2001, tendo a mesma início no quinto dia após assinatura contratual, ou seja, em 29.04.2001. O prazo de duração foi previsto em 90 dias.

A cláusula quarta - Do Pagamento - estipula que "o pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso máximo acumulado (cronograma físico-financeiro) e avanço físico das etapas, (...)".

A cláusula décima primeira - Das Penalidades - prevê, em sua alínea "b", "multa administrativa no percentual de 0,3% por dia de atraso a partir do primeiro dia útil da data fixada para entrega da obra ou serviço, até o percentual máximo de 10%, calculado sobre o valor do contrato, observando-se os reajustes estabelecidos no contrato."

Em 02.07.2001, por intermédio do Ofício nº 235/2001, o Serviço de Logística do INSS, visando atender o cumprimento do prazo contratual, com término previsto para o dia 28.07.2001, solicitou a presença do

responsável pela empresa CASA MAIOR tendo em vista que, àquela data, 69 (sessenta e nove) dias após a assinatura do contrato, foram executados, parcialmente, em torno de 15% (quinze por cento) dos 66% (sessenta e seis por cento) dos serviços previstos para os primeiros 65 (sessenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.

A empresa CASA MAIOR apresentou a 1ª Medição da Obra em 11.07.2001, no valor de R\$ 98.884,84, e a 2ª Medição em 18.07.2001, com idêntico valor.

Em 01.10.2001, a Equipe de Engenheiros do Serviço de Logística do INSS emitiu relatório no qual constava cálculo do valor da multa a ser aplicada à empresa CASA MAIOR por atraso na execução da obra. Apurou-se um atraso de 44 dias na primeira parcela e 20 dias na segunda, sendo que tais atrasos correspondem aos valores de R\$ 13.052,60 e R\$ 5.933,00, respectivamente, o que totaliza R\$ 18.985,60.

Em 03.01.2002, a Gerente Executiva do INSS manifesta-se favorável à aplicação da penalidade de multa à contratada, conforme proposto pelo Serviço de Logística (despacho à fl.59 do processo 35059.002440/2001), ato ratificado em 21.01.2002.

Em 06.02.2002, a Procuradoria da Previdência Social no Espírito Santo, mediante a Nota Técnica PPS-C/ES nº 010, concluiu pela legalidade da aplicação de multa à empresa CASA MAIOR, por descumprimento dos prazos fixados no instrumento de contrato. Recomendou, também, à Gerência Executiva do INSS, o cumprimento de requisitos formais para a aplicação da penalidade

Em 18.04.2002, a Gerente Executiva do INSS, após reanálise dos autos, em especial à defesa da contratada, concluiu que "*o atraso na conclusão da obra não acarretou prejuízo à instituição*". Sendo assim, declara nulo o ato de aplicação de penalidade, retirando a multa imposta à empresa CASA MAIOR.

Tal decisão mostra-se em desacordo com a previsão contratual sobre aplicação de penalidade, bem como os fundamentos apresentados pelo Serviço de Logística e pela Procuradoria da Previdência Social do INSS. Ressaltamos não constar dos autos parecer da Procuradoria concluindo pela não aplicação de penalidade.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Que a administração do INSS proceda reavaliação do ato de cancelamento da cobrança de multa referente ao descumprimento da cláusula décima primeira do termo de contrato, a fim de que a decisão para o caso guarde compatibilidade com os pareceres técnicos (área de engenharia e jurídica) constantes do processo. Por oportuno, sugerimos o encaminhamento da presente questão ao órgão jurídico da entidade, a fim de que o mesmo se manifeste acerca do assunto. Lembramos por último, que o ato administrativo, seja de cancelamento ou aplicação de penalidade, deve ser fundamentado de acordo com os fatos e o direito aplicável.

10.2.4.6 CONSTATAÇÃO:

Diferença entre os quantitativos executados

Diferenças entre os quantitativos executados e contratados constantes na amostragem dos serviços verificados pela equipe de auditoria resultaram prejuízo de R\$ 23.009,40 ao Erário.

Os serviços selecionados para terem a execução comparada com as especificações do objeto do contrato foram piso cerâmico, piso vinílico, forro, revestimento externo em granito arabesco, esquadrias de alumínio, persianas, iluminação, sistema de climatização e central de telefonia por serem de relevância elevada em relação ao valor total da obra (60% do contrato).

Há diferenças entre os quantitativos executados e contratados nos itens verificados.

Além dos itens da amostragem inicial, foram selecionados outros apontados pela equipe de auditoria interna do órgão para terem a execução comparada, tais como: portas, vidro liso, extintores e luminárias de emergência.

As diferenças entre as quantidades executadas e o contrato resultaram prejuízo de R\$23.009,40.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos atentar para a adequada definição do objeto a ser licitado, inclusive quanto a quantitativos, não sendo permitida apenas a inclusão de um limite máximo dos serviços a serem contratados, sem que haja a previsão do que se pretende realizar, ante a vedação constante do § 4º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E por fim, que seja imputada a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, pela infringência do disposto no referido artigo.

Ratificamos, ainda, as recomendações da CGU/SP:

"Baseado no art.84 do Decreto-Lei n.º200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Art. 148 do Decreto n.º93872, de 23 de dezembro de 1986, recomendamos a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração do valor do prejuízo, determinação dos responsáveis e ressarcimento ao Erário."

10.2.4.7 CONSTATAÇÃO:**Serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas**

Na inspeção feita nas obras realizadas ou em andamento foram detectados serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas, nas Agências abaixo relacionadas:

1. No Rio de Janeiro
- 1.1. Agência Santo Antônio de Pádua

- 1.2. Agência São Fidelis
- 1.3. Agência Cambuci
- 1.4. Agência Piabetá

- 2. Na Bahia
 - 2.1. Agência Jaguarari
 - 2.2. Agência Paripiranga
 - 2.3. Agência Ribeira do Pombal

- 3. Em Minas Gerais
 - 3.1. Agência Formiga
 - 3.2. Agência Januária
 - 3.3. Agência Timóteo
 - 3.4. Agência Passos
 - 3.5. Agência Para de Minas

- 4. Em São Paulo
 - 4.1. Agência Limeira
 - 4.2. Agência Cubatão
 - 4.3. Agência Guarujá
 - 4.4. Agência Jacareí

- 5. Em Pernambuco
 - 5.1. Agência Pesqueira
 - 5.2. Agência Escada
 - 5.3. Agência Arcoverde
 - 5.4. Agência Salgueiro
 - 5.5. Agência Serra Talhada

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos às Agências/Gerências Executivas que exijam das contratadas o reparo dos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme determina o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

10.2.4.8 CONSTATAÇÃO:

Especificação de material diferente do projeto básico

A especificação de piso cerâmico da proposta vencedora estava diferente do projeto básico, o que, conjuntamente com a pactuação do 1º Termo Aditivo, causou prejuízo de R\$ 10.799,34 ao Erário.

O projeto básico da obra de reforma e melhoria da Agência da Previdência Social em Bauru especificava "piso cerâmico com PEI > 4 com 30x30 cm c/ rodapé e rejunte".

A proposta vencedora da licitação apresentada pela empresa CASA MAIOR LTDA. diferiu da especificação do projeto básico, sendo descrito o seguinte serviço: "piso cerâmico com PEI 4 com 30 x 30 cm c/ rodapé e rejunte."

Durante a execução do contrato, optou-se pela utilização de piso cerâmico com PEI 5 e, no Termo Aditivo ao Contrato, foram acrescentados os serviços:

- a) Diferença de preço entre piso PEI-4 para PEI-5, valor correspondente à área de 1.221,12m² multiplicada pela diferença de R\$ 7,23/m², gerando um total de R\$ 8.828,70 (os valores incluem B.D.I).
- b) Piso Cerâmico 30 x 30 cm PEI-5, valor correspondente à área de 221,30 m² multiplicada pelo preço unitário de R\$ 34,25/m², totalizando R\$ 7.579,53.
- c) Rejuntamento de piso cerâmico, valor correspondente à área de 221,30 m² multiplicada pelo preço unitário de R\$ 2,56/m², totalizando R\$ 556,53.

Observa-se que se a especificação do projeto básico fosse respeitada, não haveria a necessidade de aditar tais serviços com relação ao tipo de material empregado, já que PEI-5 se enquadrava em tal descrição.

O prejuízo ao erário foi a totalidade do item "a" e, descontado o valor unitário de R\$ 27,86/m² (piso cerâmico do contrato original), a parcela de R\$ 1.411,11 do item "b".

Como o rejuntamento deveria estar incluído no preço do piso cerâmico, de acordo com a especificação do projeto básico, o valor da totalidade do item "c" também resultou prejuízo.

A somatória dos prejuízos dos itens "a", "b" e "c" resulta no valor de R\$ 10.799,34.

A proposta da empresa 2ª colocada, PROEC ENGENHARIA CIVIL LTDA., também diferiu da especificação do projeto básico, sendo descrito o seguinte serviço: "piso cerâmico com PEI-4 com 30 x 30 cm c/ rodapé e rejunte."

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos, com fulcro no art. 66 da Lei nº 8.666/93, o cumprimento fiel do que estabelece o instrumento convocatório e as cláusulas contratuais.

Ratificamos, ainda, as recomendações da CGU/SP:

Baseado no art. 84 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Art. 148 do Decreto nº 93872, de 23 de dezembro de 1986, recomendamos a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração do valor do prejuízo, determinação dos responsáveis e ressarcimento ao Erário.

10.2.4.9 CONSTATAÇÃO:

Incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro

Na Agência de Urussanga/SC não foi identificado o cronograma físico, o mesmo ocorrendo na Agência de Brusque/SC onde foi constatado,

ainda, o atraso na execução dos serviços. Na Agência de Indaiatuba/SP houve alteração do cronograma físico-financeiro provocada pelo atraso na realização da primeira medição.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo gestor, consoantes ao Programa de Melhoria de Atendimento (PMA), bem como a avaliação desta SFC, encontram-se relatadas no item 10.1.1.4 deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos às Agências/Gerências Executivas que tenham mais rigor quanto ao cronograma físico e financeiro, no sentido de evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mãos documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos.

10.3 SUBÁREA - PROCESSOS LICITATÓRIOS

10.3.1 ASSUNTO - OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

10.3.1.1 CONSTATAÇÃO:

Aquisição Irregular de Uniformes para servidores e terceirizados- Processo nº35.000.010568/99-16 (Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002 e Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 0024/2002)

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue:

"O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, procedeu diversas licitações com a finalidade de contratar empresas para a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados que estão lotados ou prestam serviços nas Agências da Previdência Social, de acordo com o Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA, em todo o Brasil. Foram contratadas as seguintes empresas: CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda. (Processo n.º 35000.010678/99-16); VESTBEL LTDA. (Processo n.º 35166.001363/00-73); DIANA PAOLLUCI (35000.010674/99-65, 35239.000165/01-72, 35000.010680/99-68 e 35000.010679/99-89); HAIEL IND. E COMÉRCIO (35000.010676/99-91); e HADA COM. CONFECÇÕES (35000.010677/99-53 e 35301.009776/01-11).

Analizamos o Processo n.º 35000.010678/99-16, que trata da contratação da empresa CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda., sob a forma de execução indireta no regime de empreitada por preço global, cuja finalidade é a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados lotados ou que prestam serviços nas Agências do Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social, no Estado de São Paulo, sendo firmado o Contrato n.º 034, em 26.06.2000, entre a Gerência Executiva do INSS/São Paulo - Centro e a empresa CONFEX BEL, no valor de R\$ 1.502.308,00, com vigência de 12 meses, contados a

partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

O resultado da análise foi exposto por meio da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 024/2002, onde foram relatadas as seguintes impropriedades/irregularidades: contratação efetivada com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 (prestação de serviço contínuo), quando se trata do item III do art. 6º da referida Lei (compra de bens de fornecimento parcelado); infringência do § 1º do art. 61 da Lei n.º 8.666/93 (prazo para publicação do extrato do termo aditivo); fornecimento de uniformes a pessoal terceirizado, desconsiderando o teor dos contratos firmados pelo INSS com a FUB/UnB e CTIS e o acordo básico com a UNESCO, que descrevemos a seguir:

Acordo Básico UNESCO/CTIS: Objeto e atribuições dos serviços:

a) os executantes do referido serviço deverão comparecer ao serviço devidamente uniformizados, portando na lapela, à altura do peito, sua identificação (crachá plastificado), com seu nome, função e o nome da contratada, não se tolerando uniformes incompletos, sujos ou de mau gosto.

Contrato n.º 24/98 - FUB/UnB: Cláusula Décima-Primeira - Da descrição dos serviços:

b) fornecer uniformes ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC/BRASIL, de acordo com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.

Contrato Emergencial n.º 88/2001 - CTIS: Cláusula Décima-Segunda - Da descrição dos serviços:

c) fornecer uniformes ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC/BRASIL, de acordo com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.

Diante dessas constatações, a equipe recomendou o imediato cancelamento do contrato n.º 034/2000 e respectivos aditamentos, o ressarcimento dos valores correspondentes aos uniformes fornecidos pelo INSS ao pessoal contratado, bem como a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade e punição dos responsáveis, recomendações essas que não foram atendidas.

Justificativa do Gestor: Em resposta ao Ofício n.º 655/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 14.02.2002, que encaminhou a Nota Técnica/DSPAS/SFC/CC/PR/ n.º 024/2002, o INSS mediante o Ofício n.º 284/DCGAB/INSS, de 01.03.2002, informou que: os preços estimados tiveram como referência o valor de mercado; a estimativa dos preços foi buscada nos produtos similares aos serem contratados, na região originária do Edital padronizado; a efetivação da contratação na categoria serviços, foi fundamentada no princípio de que as compras se caracterizam quando existir obrigação de "dar", haverá serviço quando a obrigação for de "fazer"; a ausência de publicação do extrato do Termo Aditivo de prorrogação não é causa de sua invalidação, considerando que é o mesmo contrato reiniciando sua vigência e vigorando por outro prazo, e justificou a aquisição de uniformes para pessoal terceirizado com base na Decisão/TCU/n.º 154/2001 (DC-0154- 25/01-2), que trata especificamente do contrato

firmado entre a Autarquia e a Fundação Universidade de Brasília - FUB/UnB (contrato n.º 024/98).

Recomendação da SFC: Em razão da ausência de embasamento legal para esse tipo de contratação, mantemos as mesmas recomendações constantes da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 024/2002, sendo imprescindível a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade de quem deu causa às irregularidades constatadas, levantamento dos prejuízos causados aos cofres da Instituição referentes aos valores pagos na aquisição de uniformes para pessoal terceirizado e ressarcimento dessas despesas, aplicação das sanções devidas, observando que, no caso de terceirização de serviços, o fornecimento de uniformes deve ficar a cargo da contratada, como tem ocorrido nas demais contratações com o Poder Público, onde ocorre a cessão de mão-de-obra por parte da empresa contratada."

A SFC emitiu a Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 0024/2002, e por meio do Ofício n.º 9.010/DSPAS/SFC/MF, de 22.11.2002, solicitamos à citada Gerência os esclarecimentos/justificativas quanto aos seguintes pontos: qual a finalidade da aquisição; qual o embasamento legal para tal aquisição; qual diretriz da Diretoria Colegiada a que a citada aquisição está vinculada; qual a estimativa de custo unitário; qual o quantitativo do público alvo, e qual a quantidade de uniforme por pessoa.

Em resposta, o Chefe do Serviço de Logística prestou os seguintes esclarecimentos:

- Finalidade de aquisição: confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados que são lotados ou prestam serviços nas Agências do PMA;
- Embasamento legal: Portaria do MPAS n.º 4.508 de 23/06/98;
- Estimativa de custo unitário: planilha em anexo;
- Quantitativo do público alvo: planilha em anexo; e
- Quantitativo de uniformes por pessoa: 02 (dois) por pessoa, exceto camisa que são 03 (três): 02 mangas curtas e 01 mangas compridas.

As informações apresentadas pela Gerência Executiva do INSS - São Paulo/Centro, ensejaram novos questionamentos, razão pela qual requisitamos o processo para uma análise mais aprofundada dos fatos, cujo resultado apontou as seguintes irregularidades/impropriedades:

- Valor global dos modelos/quantidades estimadas importou em R\$ 3.347.740,00, entretanto, no Termo de Contrato foi estabelecido o valor global de R\$1.502.308,00, visando a aquisição das mesmas quantidades;
- A contratação foi efetivada com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, serviço de prestação continuada, quando em verdade, trata-se de compra de bens para fornecimento parcelado nos termos do item III do art. 6º da Lei n.º 8.666/93;
- 1º Termo Aditivo do Contrato foi assinado em 25.06.2001, data em que expirou o primeiro período de vigência, entretanto, o respectivo extrato somente foi publicado no DOU de 14/11/2001, passados 142 dias da data de assinatura, infringindo o § 1º do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, que estabelece o prazo máximo de 20 dias, contados da data da assinatura, como condição indispensável para sua eficácia;
- No que diz respeito a aquisição de uniformes para empregados terceirizados, a Gerência Executiva de São Paulo - Centro,

desconsiderou o teor do Acordo Básico assinado com a UNESCO/CTIS, contrato firmado com a FUB/UNB, este vigente à época, e o contrato emergencial CTIS, nos quais o fornecimento de uniformes estava a cargo dos contratados, conforme Projeto de Terceirização, Plano de Trabalho e cláusulas contratuais.

Em face do exposto, recomendamos:

- o imediato cancelamento do Contrato nº 34/2000 e respectivos aditamentos;
- ressarcimento junto à FUB/UNB e CTIS, dos valores correspondentes aos uniformes fornecidos pelo INSS aos servidores contratados pelas referidas entidades; e
- abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício DIROFL/n.º 1966, de 11.12.2002, e seu anexo, o gestor informou que:

- o contrato nº 034/2000 e os respectivos aditivos foram cancelados;
- com relação ao ressarcimento dos valores correspondentes ao fornecimento de uniformes ao pessoal contratado (UNESCO/CTIS, FUB/UNB e emergencial com a CTIS), a referida Gerência-Executiva está providenciando o levantamento dos uniformes fornecidos aos funcionários terceirizados lotados nas diversas Gerências no Estado de São Paulo, objetivando atender Portaria INSS/CORREG n.º 00164/2002. Foi previsto até o dia 10/12/2002 o término do levantamento;
- no que concerne à abertura de processo administrativo, foi instaurada por meio da Portaria INSS/AUDGER n.º 34, de 06/05/2002, Comissão de Inquérito com objetivo de apurar as responsabilidades. O processo foi concluído e encaminhado à Advocacia Geral da União.
- por meio da PORTARIA INSS/CORREG n.º 00164/2002, foi constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar incumbida de apurar na cidade de Brasília/DF, no prazo de 60 dias, os fatos e irregularidades noticiadas no processo n.º 37284.000956/2002-52 e apensos 35000.008013/98-80; 35000.007902/98-39; 35000.003219/99-59 (02 volumes); 35000.002787/99-04 (02 volumes) e 35000.006462/98-01.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE, haja vista que a PORTARIA INSS/CORREG N.º 00164/2002 não faz menção ao processo 35000.010678/99-16 que deu origem à aquisição de uniformes, objeto das recomendações formuladas pela Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 024/2002. Alertamos para a necessidade, se for o caso, da abertura de TCE.

RECOMENDAÇÃO:

Encaminhar os resultados das cobranças dos valores pagos na aquisição de uniformes e do processo administrativo, visando a apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis. No caso da não devolução dos valores pagos indevidamente, deverá ser procedida a abertura da Tomada de Contas Especial - TCE.

10.3.1.2 CONSTATAÇÃO:**Terceirização de mão-de-obra (Nota Técnica n.º 571/ DSPAS/SFC/CGU-PR, de 23/09/2002)**

Trata-se de auditoria no processo n.º 35239.000704/2002-36, que resultou no Contrato n.º 23/2002, de 13.06.2002, firmado entre o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, por intermédio da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, e a empresa TECNOCOOP SISTEMAS - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Processamento de Dados Ltda, com vigência de 12 meses e contraprestação fixada no valor mensal de R\$ 16.156,53 e global de R\$ 193.878,36, objetivando a execução, pela contratada, de serviços (sic) de preparação, extração de informações, entrada de dados e emissão de relatórios (digitação de dados), a serem executados de forma contínua no âmbito da contratante, num total de 27 digitadores, perfazendo um total de 3564 horas/mês e 162 horas/dia.

A licitação se processou pela modalidade Pregão, tipo menor preço e com base na Medida Provisória n.º 2.182-18, de 23.08.2001, nos Decretos n.ºs 3.555/2000 e 3.693/2000 e na Lei n.º 8.666/93.

As principais constatações foram: os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados, passíveis de execução indireta; as atividades terceirizadas correspondem a tarefas administrativas permanentes, contínuas, inerentes e indispensáveis aos processos de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e aos processos de concessão e manutenção de benefícios e serviços previdenciários (típicas atividades-fins do INSS, conforme art. 3º do Decreto n.º 99.350/90), estando incluídas entre as tarefas de responsabilidade dos agentes administrativos.

O resultado da análise do referido processo foi o seguinte:

- a licitação foi feita na modalidade pregão, justificada, pelo gestor, pela escassez de mão-de-obra e pelo advento da Medida Provisória 1524, de 11/11/96, a partir da qual as funções objeto da contratação foram extintas, tornando-se impossível, por via de consequência e por força da determinação legal, a contratação de novos servidores daquela categoria. Entretanto, as justificativas não procedem, devendo, a contratação em questão, ter sido feita mediante a realização de concursos públicos, e não por seguidos contratos de prestação de serviços, que são reservados às atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- a Medida Provisória mencionada (substituída pela MP n.º 1.606/97 e posteriormente transformada na Lei n.º 9.632/98) extinguiu vários cargos pertencentes aos quadros do INSS, no entanto, não foi extinta a categoria funcional AGENTE ADMINISTRATIVO, código SA-802, que representa o maior contingente de servidores do INSS;
- os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados, passíveis de execução indireta. Observa-se, ainda, que as atividades exemplificadas pelo Gestor divergem daquelas próprias dos agentes administrativos apenas no que tange ao equipamento utilizado para sua execução;
- a contratação pelo INSS de empresa terceirizada para execução indireta das atividades em questão não possui fundamentação

legal, quer seja no Decreto n.º 2.271/97 ou em lei específica.

Assim sendo, foi recomendado ao INSS o seguinte:

- a) que faça gestões junto à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, para que a unidade se abstenha de realizar contratações terceirizadas de mão-de-obra para a execução de atividades tipicamente institucionais; e
- b) que promova a uniformização de procedimentos quanto à terceirização de serviços em suas Gerências Executivas, para que se evitem contratações irregulares.

JUSTIFICATIVA:

O Chefe de Divisão de Administração do INSS/GEXPOA esclareceu que os serviços contratados são prestados em diversas áreas (Procuradoria dos Tribunais, Procuradoria Local, Benefícios, Arrecadação, Administração) e com funções e acesso a programas diversos.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Do exposto, pode-se concluir que a contratação efetuada foi realizada em DESACORDO ao contido no § 2º do art. 1º e no inciso II do art. 4º, ambos do Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote as recomendações emitidas pela citada Nota Técnica desta SFC e adote providências para apuração de responsabilidade.

10.3.1.3 CONSTATAÇÃO:

Aquisição irregular de software (Nota Técnica n.º 273/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 18/07/2002)

Trata-se da análise e avaliação dos fatos ocorridos quando da contratação realizada entre o INSS e a empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda., para atualização de cópias do sistema Data Access for DOS para Data Access for Windows, incluindo os módulos Orçamentário e Financeiro e aquisição de novas licenças do mesmo sistema - processos nºs 35000.010907/2000-17 (Contrato nº 043/2001), e 35000.003262/2001-74 (Contrato nº 001/2002).

Foram constatadas as seguintes irregularidades: Aquisição de softwares por inexigibilidade de licitação, situação que vem ocorrendo desde a primeira contratação (processo nº 35000.003005/1998-74), ferindo o princípio da isonomia; o objeto adquirido não se enquadra como inexigibilidade de licitação, haja vista a grande expansão de empresas de informática, capazes de adaptar ou desenvolver sistemas da mesma natureza, conforme demonstrado nas pesquisas de preços constantes no processo; o SIAFI Gerencial pode ser utilizado como ferramenta alternativa para a confecção dos relatórios gerenciais, considerando principalmente o baixo custo deste em relação ao software adquirido.

Dessa forma, foi recomendado ao INSS que:

- a) abstenha-se de adquirir softwares por inexigibilidade de licitação, realizando o processo licitatório, na modalidade

- compatível com o valor estimado do produto, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração;
- b) estude a viabilidade de utilização do SIAFI Gerencial para a elaboração dos relatórios e consultas imprescindíveis ao gerenciamento da execução orçamentária-financeira da Unidade, quando da necessidade de novas atualizações e aquisições dos softwares, tendo em vista o constante do item 11 desta Nota;
 - c) proceda a abertura de processo administrativo com vistas a apurar responsabilidades de quem deu causa à inexigibilidade de licitação e, se for o caso, instaurar o competente processo de Tomada de Contas Especial-TCE, em relação aos processos nºs 35000.003005/1998-74, 35000.010907/2000-17 e 35000.003262/2001-74.

A mencionada Nota Técnica foi encaminhada ao INSS para adoção de providências, visando a regularização das questões apontadas.

JUSTIFICATIVA:

A Direção do Instituto informou a esta SFC, por meio do Ofício INSS/DCGAB/nº 1898, de 03/12/2002, sobre a emissão da Portaria INSS/CORREG./nº 00182, de 22/11/2002, constituindo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos e irregularidades apontadas nos processos citados.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE, tendo em vista o Instituto não ter apresentado os resultados dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e nem ter adotado providências para instauração de tomada de Contas Especial-TCE.

RECOMENDAÇÃO:

Encaminhar a esta SFC os resultados da apuração do Processo Administrativo Disciplinar e as providências para instauração da TCE.

10.3.1.4 CONSTATAÇÃO:

Ausência de Comparativo e realinhamento de preços (Relatório de Auditoria 087911/2002 desta SFC)

Trata-se de análise realizada no contrato nº 021/2000, firmado entre o INSS e a DATAPREV, no período de 26.09.2000 a 25.09.2001, para prestação de serviços de processamento de dados. Foi recomendado no Relatório de Auditoria 087911/2002, o seguinte:

"Recomendação: Recomendamos à Unidade obediência ao disposto na Lei n.º 8.666/93 quando da contratação por dispensa de licitação, especialmente quanto à realização de pesquisa de mercado, que é fundamental para a comparação de preços praticados e influi sobremaneira na escolha mais vantajosa para a Administração.

Recomendamos, ainda, acompanhamento e avaliação criteriosa dos serviços prestados pela DATAPREV, bem como a adoção de critérios específicos no que se refere aos preços pactuados e quantitativo dos serviços, sempre utilizando como base comparativos de

custos, realização de pesquisas de preços e revisão das reais necessidades da contratação."

- Realinhamento de Preços

Refere-se à análise realizada no Contrato nº 090/2001, firmado entre o INSS e a DATAPREV, no período de 26.09.2001 a 31.12.2001, prorrogado até 30.06.2002, tendo por objetivo a prestação de serviços de processamento de dados. Foi recomendado no Relatório de Auditoria 087911/2002, o seguinte:

"Recomendação: Recomendamos à Unidade obediência ao disposto na Lei n.º 8.666/93 quando da contratação por dispensa de licitação, especialmente quanto à realização de pesquisa de mercado, que é fundamental para a comparação de preços praticados e influi sobremaneira na escolha mais vantajosa para a Administração.

Recomendamos, ainda, acompanhamento e avaliação criteriosa dos serviços prestados pela DATAPREV, bem como a adoção de critérios específicos no que se refere aos preços pactuados e quantitativo dos serviços, sempre utilizando como base comparativos de custos, realização de pesquisas de preços e revisão das reais necessidades da contratação."

JUSTIFICATIVA:

O gestor prestou os seguintes esclarecimentos:

"- No contrato assinado em 01/07/2002, foi iniciado um processo de mudança desse quadro, definindo-se que os valores associados a cada serviço deveriam, num primeiro momento, refletir os custos associados ao mesmo. Certamente, essa não é uma situação ideal, todavia, é o primeiro passo na direção de se buscar forma de comparação com os valores praticados pelo mercado. Hoje foi excluído o componente "subsídio" que estava presente no contrato. Da mesma forma foi eliminado o conceito "mesada" que caracterizava pagamentos praticamente fixos, associados aos benefícios pagos independentemente dos serviços produzidos.

- foi previsto no contrato firmado em jul/2002 que, permanentemente seriam realizados ajustes com o objetivo de buscar compatibilidade com os preços de mercado;

- foi buscado junto ao SERPRO referenciais de preços que possibilitem efetuar avaliação dos preços ofertados;

- que os preços praticados com a DATAPREV não podem ser comparados diretamente com preços praticados por empresas comerciais, uma vez que para esse tipo de serviço não é recomendável a contratação de uma empresa comercial, haja vista que segundo Marçal Justen Filho, em comentários à Lei 8.666/93, a situação é bem próxima da inexigibilidade de licitação, além da necessidade de íntima integração entre o prestador do serviço e administração pública. No tocante a serviços de informática, há questões que envolvem sigilo, segurança e domínio de tecnologia (...); e

- relativamente à recomendação de acompanhamento e avaliação criteriosa dos serviços prestados, a nova sistemática permitirá uma constante avaliação dos serviços, tanto nos seus aspectos financeiros quanto qualitativos."

AVALIAÇÃO DA SFC:

A partir do contrato celebrado em 01/07/2002, nota-se que os gestores, tanto do INSS quanto da DATAPREV, vêm envidando esforços no sentido de estabelecer uma relação contratual, onde num primeiro momento se pretende uma remuneração dos serviços/produtos fornecidos com base nos custos de produção destes. No segundo está previsto a realização de ajustes permanentes com o objetivo de buscar compatibilidade com os preços de mercado. Entretanto, apesar dos avanços ocorridos, o assunto continua pendente de regularização, uma vez que os preços dos serviços/produtos prestados e remunerados não possuem os devidos parâmetros de preços do mercado.

RECOMENDAÇÃO:

Que seja reavaliado o contrato firmado com a DATAPREV, visando estabelecer parâmetros de preços dos serviços/produtos prestados de acordo os preços praticados no mercado.

10.3.1.5 CONSTATAÇÃO:**Redução das tarifas bancárias**

Na negociação com a rede bancária contratada, o INSS conseguiu reduzir os valores das tarifas bancárias referentes aos serviços prestados de arrecadação das Contribuições Previdenciárias e pagamento dos Benefícios Previdenciários, em razão da implementação de medidas como recolhimento das contribuições pela Internet para débito em conta corrente e da GPS Eletrônica. Conforme disposições estabelecidas no Termo Aditivo 01 assinado em 02/01/2002 com 38 instituições bancárias, o INSS obteve as seguintes reduções:

- tarifa referente a benefício pago em Agências Pioneiras foi reduzida de R\$2,20 para R\$1,98, havendo previsão média de redução de R\$6,6 milhões/ano;
- os benefícios pagos por meio de conta corrente/poupança, cuja tarifa é de R\$0,30 (trinta centavos) até maio/2002, tinha uma incidência mínima de 10% sobre o total de pagamentos efetuados por meio de cartão magnético e crédito em conta corrente, passou para 13% de junho a agosto e 15% nos meses subseqüentes, resultando numa redução média de custo estimado de 3,5 milhões/ano para o exercício de 2002;
- implementação do recolhimento de contribuições pela Internet por meio de débito em conta corrente e implementação da GPS Eletrônica, cuja tarifa gira em torno de R\$0,60 (sessenta centavos) enquanto que a arrecadação nos caixas dos bancos é de R\$1,39, o que resultará numa economia anual de R\$5,5 milhões;

Com base nessa repactuação contratual o gestor do contrato em referência informa que o INSS terá uma economia anual da ordem de R\$79 milhões.

JUSTIFICATIVA:

No caso em questão, por ser uma avaliação inicialmente positiva, não foi solicitada justificativa do gestor.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Da análise procedida nos controles internos destinados a aferir os valores faturados pela rede bancária contratada pelos serviços prestados

de arrecadação das contribuições previdenciárias e pagamento dos benefícios previdenciários, bem como dos procedimentos que resultaram na redução tarifária evidenciamos o que segue:

- de acordo com as planilhas de acompanhamento e controle dos serviços bancários os desembolsos nessa rubrica foram: em 2000 R\$ 464.686.525,98 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos); em 2001 R\$ 407.866.327,13 (quatrocentos e sete milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, trezentos e vinte e sete reais e treze centavos); e em 2002 janeiro a setembro R\$ 298.978.369,30 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta centavos); o que resultaria numa economia em 2001 de R\$ 56.826.198,85 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) e em 2002 de R\$ 49.092.295,13 (quarenta e nove milhões, noventa e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e treze centavos), este último projetado com base nos valores de janeiro a setembro.

Dessa forma, o resultado da negociação será em torno de R\$ 49 milhões, e não em R\$79 milhões, conforme informação do INSS. Constata-se que no período em questão, houve duas reduções dos gastos das tarifas bancárias, trazendo economia para Gestão Previdenciária, entretanto ainda há espaço para negociação de reduções de tarifas bancárias, levando em consideração o volume de benefícios e de contribuintes previdenciários sempre crescente.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS realize avaliação visando obter novas reduções de tarifas bancárias, face ao volume de documentos pagos aos bancos conveniados.

10.3.1.6 CONSTATAÇÃO : Ausência de parâmetros e justificativa de preços

Em análise ao processo nº 35000.001445/2002-61, referente ao Contrato nº 047/2002, firmado em 01.07.2002, com vigência até 30.06.2003, entre o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV, foi evidenciado por intermédio do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 101249/2002, o que segue:

"(...)

O contrato nº 047, no valor total de R\$ 366.012.238,02 (trezentos e sessenta e seis milhões, doze mil, duzentos e trinta e oito reais e dois centavos), foi firmado, com vigência até 30.06.2003, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/83, tendo sua revisão prevista para 03 (três) meses a partir da data da assinatura, ou seja, a partir de 01.10.2002.

(...)

Com vistas ao esclarecimento de algumas questões, foi encaminhada ao INSS a Solicitação de Auditoria - SA nº 101249-48, de 20.09.2002, acerca de informações sobre projetos a serem desenvolvidos, suas implementações, cronogramas de realização, nível de execução dos serviços, controles utilizados na execução dos mesmos, atesto de faturas, valores dos serviços, quantitativo de equipamentos, avaliação dos serviços prestados, suas quantidades e comparativo de preços praticados no mercado.

Justificativa do Gestor:

Por intermédio do Ofício/CGTI/nº 120, de 18.10.2002, o gestor informou que:

"A partir do dia 17.09.2002 foi repassada a responsabilidade de gestão do Contrato nº 047/2002, de 01.07.2002, à UGTI (Unidade Gestora de Tecnologia e Informação), atualmente Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação do INSS - CGTI". Foi considerado que "houve um avanço quando da utilização de preço específico para cada serviço associado a métricas que permitem conferir e atestar a execução dos serviços de forma clara e objetiva, o que não ocorria anteriormente. Esta sistemática levou a uma redução do valor global do contrato".

Especificamente em relação aos esclarecimentos solicitados, nos foi informado que:

"Nenhum projeto foi aceito ou validado na vigência do Contrato nº 47/02. Os cronogramas referentes aos projetos em andamento foram solicitados, via ofício, à DATAPREV", e serão posteriormente encaminhados a esta Secretaria. O controle da quantidade de pontos de acesso - assinatura, é realizado por meio do sistema SART - Sistema de Administração de Recursos Tecnológicos. Esse sistema permite acesso a usuários do INSS, para realização de consultas, visando a efetividade na fiscalização de contratos que envolvem TI. Todos os ativos de informática também são controlados pelo sistema SART.

Ainda de acordo com informações prestadas pelo INSS, os serviços de gestão de contratos de manutenção para os recursos de TI estão sendo realizados a contento, não tendo sido registradas reclamações até a data do encaminhamento do Ofício mencionado. A DATAPREV vem atendendo satisfatoriamente quando da necessidade de assessoria técnica para equipamentos. A execução do contrato tem tido como base as Ordens de Execução de Serviços (OES).

Para avaliação dos Relatórios de Aprovação dos Serviços (RAS) e atesto de faturas emitidas, a Cláusula Quinta, Parágrafo Segundo do contrato, dispõe: "Após a execução dos serviços constantes deste contrato, a DATAPREV apresentará ao INSS relatório de aprovação dos serviços, RAS, especificando o quantitativo e valor monetário. Após a concordância do INSS, deverão ser emitidas as devidas faturas". Para tanto, vem sendo adotada a seguinte sistemática:

- de posse do RAS, o fiscal de contrato verifica a execução dos serviços discriminados comparando-os com os documentos geradores (Ordens de Serviço, relatórios do Processamento de Dados ou Propostas Comerciais previamente aprovadas).

- o gestor do contrato confronta as faturas com os RAS, verificando periodicamente se o nível do serviço está de acordo com o acordado em contrato. Caso esteja a contento, a fatura será glosada".

Quanto à realização de comparativo de preços, o gestor justificou que "considerando a Cláusula Décima-Primeira, Parágrafo Segundo do contrato, é prevista revisão trimestral. Disto posto, estamos procedendo pesquisas dos preços praticados no mercado para que possa ser feita a comparação com os praticados pela DATAPREV, evitando, assim, que haja uma grande distorção nos preços".

Avaliação da SFC:

Inicialmente, verificamos que relativamente ao contrato anterior de nº 90/2001, firmado entre o INSS e a DATAPREV, com vigência de 26/09/2001 a 30/06/2002, os valores orçados totalizaram R\$ 373 milhões, com previsão de faturamento mensal de R\$ 36

milhões. Quanto ao Contrato nº 047/2002, esses valores totalizaram R\$ 366 milhões, sendo de R\$ 30 milhões o faturamento mensal previsto. Em comparação ao contrato anterior observa-se que houve redução nos valores estimados, porém, se considerarmos o prazo de duração dos dois contratos, ou seja, do Contrato nº 90/2001, que foi de 09 (nove meses) e do Contrato nº 047/2002, de 12 meses, verifica-se que a redução de 16 % na previsão de faturamento mensal não é significativa se levarmos em conta o prazo de execução do contrato em vigor, que aumentou em 03 (três) meses em relação ao contrato anterior.

O fato de o projeto básico, elaborado pela DATAPREV, não contemplar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, e principalmente que os projetos desenvolvidos não contemplam estudos técnicos preliminares que possibilitem a avaliação dos custos, a definição dos métodos e os respectivos prazos de execução, inviabiliza uma comparação dos preços praticados pela empresa com os de mercado, mesmo considerando o grau de especificidade dos serviços demandados pelo INSS.

Acrescentamos que determinados tipos serviços estão sendo cobrados em duplicidade, a exemplo do item Processamento de Dados, Tabela de Serviços - Anexo XI do contrato, os quais também são cobrados quando do faturamento dos serviços constantes nas Tabelas de Serviços dos demais anexos.

Observamos, também, que os itens Ponto Elétrico e Telefonia incluem serviços que não se encontram entre as atividades finalística da DATAPREV. Sendo assim, os valores estabelecidos para esses serviços podem não corresponder aos mais vantajosos para a Administração, vista que estes podem ser terceirizados, mediante a realização de licitação. O mesmo princípio se aplica aos serviços de manutenção dos equipamentos após o término do período de garantia dos mesmos, devendo, também ser viabilizado processo licitatório com vistas à obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, sob a coordenação do próprio Instituto.

No que se refere às quantidades de pontos de acesso, embora o gestor tenha justificado que estas são controladas por meio do Sistema SART, ressaltamos os critérios de definição das quantidades não estão adequadamente especificados no Termo de Contrato.

São notórios os avanços obtidos com a metodologia de contratação ora empreendida, entretanto é necessário que se desenvolva trabalhos específicos no sentido de melhor avaliar os resultados dessa nova forma de contratação."

Em referência ao Relatório de Acompanhamento nº 101249/2002, o gestor, por meio do Ofício nº 619/INSS/DCGAB, de 15/05/2003, complementou as informações que transcrevemos a seguir na justificativa.

JUSTIFICATIVA:

Complementação da justificativa encaminhada por meio do Ofício nº 619/INSS/DCGAB

"(...)

3. Cabe à gestão técnica e gestão Administrativa, prestar as informações necessárias à Secretaria Federal de Controle quanto a evolução dos trabalhos direcionados ao contrato de prestação de serviço INSS/DATAPREV Nº 047/2002.

3.1 Apartir de 17/09/02 foi repassada a responsabilidade de gestão do contrato nº 47/2002 a então UGTI (Unidade de Gestão de Tecnologia e Informação do INSS) pelo documento ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO CONTRATO INSS/DATAPREV;

3.2 Nomeação dos gestores do contrato nº 47/2002 pela PT/DC/INSS Nº 2.673 DE 01/10/2002 (Anexar PT).

3.3 Seguem, abaixo informações relevantes, ponderações e comentários pautados no item 6.1 do relatório de Auditoria da SFC:

Com referência:

A revisão contratual prevista para acontecer a cada trimestre, foi postergada face a necessidade das projeções, tanto do INSS quanto da DATAPREV internalizarem as novas práticas de gestão do Contrato.

Ressalte-se que a negociação do Primeiro Termo Aditivo foi realizada entre o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística - INSS e Diretoria de Administração e Finanças - DATAPREV.

As tratativas relativas à revisão em que resultou no Primeiro Aditivo ao contrato, restringiu-se a reuniões com as áreas detentoras de anexo, em conjunto com a DATAPREV, para verificação da existência de algum problema relativo aos sistemas discriminados nos referidos anexos. Nestes momentos foram procedidas análises técnicas quanto a viabilidade em se manter/excluir os sistemas em operação ou agregar novos projetos de aquisição de sistemas ao contrato. Não houve a participação do Gestor/CGTI em grande parte das reuniões. O resultado obtido nos anexos, foram corroborados pelas linhas detentoras dos Anexos.

Com relação ao atraso no pagamento das faturas - A designação dos gestores para fins de acompanhamento do Contrato e Fiscalização, aconteceu a partir do dia 01/10/2002. Até então, o relacionamento entre o INSS e a DATAPREV, para efeito de gestão do presente Contrato, seus Anexos e Projeto Básico, se deu exclusivamente por meio da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e da Diretoria de Administração e Finanças - DAF, respectivamente.

A partir da instituição do gestor e seu substituto iniciou-se o procedimento de aceite das faturas de competência do mês anterior (setembro), que deveriam ser apresentadas até dia 30.

Daquela data em diante, foi iniciado o trabalho de análise e conferência das faturas que estavam em sobrestado (meses de julho e agosto), as quais foram encaminhadas ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística para que fosse procedido o ATESTO pois, a competência para tal, somente, foi delegada no mês de outubro.

Neste momento contava-se com uma equipe de 2 (duas) pessoas para proceder a análise e conferência tanto das faturas em atraso quanto das que estavam por vencer.

Encontra-se em anexo a relação das faturas com as respectivas datas de encaminhamentos para ATESTO e pagamento desde o início do trabalho.

Diversas faturas haviam sido encaminhadas sem o devido ACEITE no Relatório de Aceite do Serviço. A justificativa da DATAPREV para tal era de que o contrato previa o aceite "tácito", ou seja, mesmo que o RAS não fosse enviado dentro do prazo estipulado em contrato (5 dias à época) o serviço seria faturado. Entretanto o gestor do contrato, fundamentado no Projeto Básico, do qual originou-se o Contrato, não procedeu o pagamento das faturas até que a situação fosse normalizada. A partir de então as faturas acompanhadas de aceite tácito começaram a ser devolvidas à DATAPREV.

Esta ação foi executada obedecendo o item 9 do Projeto Básico onde lê-se **"As faturas só deverão ser liquidadas, se acompanhadas dos relatórios de aprovação prévia correspondentes ou outro documento que venha a substituí-lo, devidamente atestado."**

Com relação a questão de atualização monetária pelo índice IGP-DI, temos a comentar que, via de regra, os contratos administrativos, em caso de inadimplemento pela Administração, quando as partes não estipularem taxas, estas serão de seis por cento ao ano, os juros devidos por força de Lei.

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Autarquias, quando condenados a pagar juros de mora, por estes responderão na forma do direito civil. É a solução alvitada pela Lei nº 4.414, de 24 de setembro de 1964, ainda em vigor.

As informações sobre projetos a serem desenvolvidos esclarecemos que no Parágrafo segundo da Justificativa do Gestor "Nenhum projeto foi aceito ou validado na vigência do Contrato nº 47/02.", onde se lê **"na vigência"**, entenda-se: **até aquele momento**. Foi solicitado à DATAPREV por meio do Ofício/CGTI/nº 118 de 17/10/02 a relação de Projetos. Da mesma forma, foi solicitado posteriormente (Ofício nº 146/CGTI, de 10/04/02) a atualização de acordo com o Primeiro Termo Aditivo.

Ao comparativo de preços praticados no mercado - Até o presente momento encontramos dificuldades para estabelecer relação entre os preços praticados pela DATAPREV e os do mercado. Esta dificuldade também foi evidenciada pelos Auditores do TCU conforme relatório anexo.

Mesmo assim, estamos procedendo iniciativas no sentido de buscar informações que possam auxiliar neste trabalho como exemplo citamos o Ofício/CGTI/ 151 enviado à DATAPREV, em anexo, solicitando a composição de custos dos serviços e produtos do Contrato o qual nos foi respondido que haveria a necessidade de uma maior especificação visto que o detalhamento dos insumos, segundo a DATAPREV, estão discriminados no contrato.

Ainda com relação a este assunto, a DATAPREV se compromete, no Contrato, a conceder redução nos preços dos serviços especificados nos Anexos de I a XI e Projeto Básico, quando estes se afastarem em muito do preço de mercado.

Para isso, confirma a Cláusula Quarta do Contrato, na qual a Licitação dos Serviços é dispensada, em função de a mesma, ser

empresa criada para fim específico antes da edição da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Ocorre que no Aditivo, foi introduzido uma modificação que retira o enquadramento como Dispensa no Inciso VIII, e inclui no Inciso XVI, o qual não exige a obrigatoriedade, de forma explícita, a praticar preços de mercado.

O Inciso VIII torna dispensável a licitação em caso de bens ou serviços a serem contratados a órgãos ou entidades da Administração Pública, vale dizer que inclui os órgãos subordinados da Administração Direta e as entidades vinculadas da Administração Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista).

A diferença está em que, quando a contratação desses serviços ocorre Inciso XVI, a Lei não obriga a Administração contratante a verificar se o preço contratado concilia-se com o do mercado, como dispõe na hipótese do Inciso VIII.

Logo, o que caracteriza a dispensa autorizada no Inciso XVI é a natureza do serviço, independente de seu valor.

Ainda dentro do tema Preços, o Aditivo conservou a Cláusula inicial, onde afirma-se, que os preços poderão sofrer alterações, após um ano, obedecido os parâmetros estabelecidos entre as partes, em conformidade com os preços vigentes no mercado.

Reportando-se ao controle da quantidade de pontos de acesso - assinatura - O procedimento permanece, contudo existem dificuldades quanto capacitação do usuário do INSS, face a inexistência de projeções da CGTI legalmente constituídas.

Para avaliação da SFC referenciamos:

Quanto a evolução dos faturamentos, o Primeiro Termo Aditivo previu um faturamento médio mensal de R\$ 33 milhões, para sete meses, ou seja, um acréscimo de 10 por cento em relação ao Contrato original. Contudo, vimos percebendo que o faturamento vem ocorrendo na razão de 25 por cento a menos do que o previsto.

Tomando como exemplo o mês de dezembro de 2002, o faturamento foi de R\$ 29 milhões, 12 por cento a menos que o esperado para o Primeiro Termo Aditivo e 3 por cento a menos que o Contrato original.

Outrossim, vimos percebendo um crescente empenho na fiscalização descentralizada do Contrato, fato que implica diretamente neste resultado.

Com relação ao Projeto Básico, a sua função já é definida em lei e norma própria, esta a saber, descrição detalhada do objeto a ser contratado, dos serviços a serem executados, sua frequência e periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, gestão da qualidade, informações a serem prestadas e controles a serem adotados.

Com relação ao nível de precisão adequado, o Projeto Básico, indica que os padrões de qualidade a serem estabelecidos, poderão ser determinados pelo INSS através de seus representantes legais, em relação aos serviços contratados, os quais deverão ser rigorosamente observados pela DATAPREV.

O Instrumento determina ainda que, após definido os padrões de qualidade pelo INSS, qualquer serviço entregue que não atenda a esse padrão, será devolvido a DATAPREV, não sendo objeto de faturamento e, sujeitando-se ainda a DATAPREV às penalidades correspondentes a atrasos no cronograma de atendimento.

Das alterações resultantes do Primeiro Termo Aditivo, foram retirados os seguintes itens do Contrato para o escopo do Primeiro Termo Aditivo, quais sejam:

- Processamento Maiframe;
- Processamentos UNIX/SABI;
- Impressão;
- Armazenamento grande porte;
- Armazenamento em Oracle;
- Servidor WEB - Até 200.000 acessos;
- Servidor WEB - de 201.000 até 700.000 acessos;
- Servidor WEB acima de 701.000 acessos;
- Hospedagem física (Colocation).

Os itens Ponto Elétrico e Telefonia foram retirados do Contrato, conforme tabela "de-para", anexa.

Com relação ao item Manutenção de Recursos de TI, o mesmo não foi retirado. A complexidade da malha Previdenciária é um complicador focada a sua amplitude e diversidade de características sócio-econômicas. Ademais, a título de ilustração, a Gerência Executiva Boa Vista, no estado de Roraima, possui uma unidade de atendimento dista 150 km onde não se dispõe de qualquer empresa de manutenção de equipamentos de microinformática que preencha os requisitos necessários à contratação.

Além disso, vêem a Instituição há cerca de cinco anos optando por locação de equipamentos de TI incluída a manutenção. Com a evolução dessa política, hoje 75 por cento do parque está sob essa modalidade de locação com manutenção/assistência técnica.

Existe estudo da CGTI no sentido de, na próxima alteração contratual, substituir a métrica Ponto de Acesso por CIRCUITO ATIVO, visando o monitoramento do nível de disponibilidade da rede, não obstante aplicação do conceito de nível de serviço."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Analisando as respostas apresentadas houve informação quanto à utilização do preço específico para cada serviço associada a métricas que permitam conferir e atestar a execução dos serviços de forma clara e objetiva, o que não ocorria anteriormente, e que possibilitou redução do faturamento. Entretanto, em relação a fixação dos parâmetros de preços a serem cobrados pelos serviços/produtos compatíveis com os preços de mercado, não houve total regularização da recomendação por parte do Gestor,

inclusive, contendo informação da não necessidade desse atendimento, conforme verifica-se na afirmação apresentada pelo Gestor "Ocorre que no Aditivo, foi introduzido uma modificação que retira o enquadramento como Dispensa no Inciso VIII, e inclui no Inciso XVI, o qual não exige a obrigatoriedade, de forma explícita, a praticar preços de mercado."

Esclarecemos que a mudança de enquadramento da dispensa de licitação do inciso VIII para o inciso XVI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, não exime o administrador de buscar a melhor proposta, buscando sempre obter preços e condições adequados, o que torna imprescindível a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, conforme preceitua o parágrafo único do art. 26, da citada Lei:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º, deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo Único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído no que couber, com os seguintes elementos:

- I - (...)*
- II - (...)*
- III - justificativa do preço;*
- (...)"*.

Diante do exposto, o INSS deve reavaliar o contrato de modo a obter parâmetros e preços para comprovação da compatibilidade dos mesmos com os praticados no mercado, de todos os serviços/produtos, conforme determina a mencionada legislação.

RECOMENDAÇÃO:

Sugerimos que o INSS adote providências para reavaliar o Contrato nº047/2002, de modo a obter os parâmetros e preços de todos os serviços/produtos, com a comprovação da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

III - CONCLUSÃO

Conforme evidenciado nos itens 4.1.1.1, 4.2.1.1 a 4.2.1.4, 4.2.1.6 a 4.2.1.12, 4.2.1.15 a 4.2.1.19, 4.2.2.2 a 4.2.2.5, 4.2.2.8, 4.2.2.9, 4.2.2.11 a 4.2.2.14, 4.3.2.2, 5.2.2.1, 5.2.3.2 a 5.2.3.10, 6.1.1.2, 6.1.1.3, 6.2.2.2, 6.2.2.5, 6.2.2.6, 7.1.1.1, 7.2.1.1, 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 9.1.1.1, 9.1.3.1, 9.2.1.1, 9.2.2.1, 9.2.2.2, 9.3.1.1, 9.3.2.1, 9.3.3.1, 9.3.4.1, 9.4.1.1, 10.1.1.4, 10.1.1.5, 10.1.2.2, 10.1.3.2 a 10.1.3.5, 10.2.1.2 a 10.2.1.6, 10.2.2.2 a 10.2.2.4, 10.2.3.2 a 10.2.3.4, 10.2.4.2 a 10.2.4.9, 10.3.1.1 a 10.3.1.6, deste Relatório, verificamos que o INSS apresenta deficiências gerenciais extremamente relevantes que comprometem a atuação eficaz da Unidade. Tal fato impõe aos seus gestores ações imediatas no sentido de que os desvios identificados

sejam corrigidos, ações estas que proporcionarão ao Instituto a adequada estrutura para o exercício de suas atribuições regimentais.

Em face dos exames realizados sobre os atos e fatos ocorridos na Unidade, durante o período objeto da auditoria, avaliamos que os resultados gerenciais apresentam condições indesejadas, conforme registrado nos itens próprios deste Relatório e referenciados acima.

Informamos que o INSS deverá encaminhar a esta Secretaria Federal de Controle Interno os resultados das medidas implementadas, com vistas à solução dos problemas evidenciados e que a permanência dos fatos citados no exercício de 2003 poderão ensejar certificação de irregularidade na auditoria de avaliação da gestão do mesmo.

Brasília, 14 de maio de 2003.

João de Fátima Marques

Analista de Finanças e Controle

Leni Lopes de Azevedo

Técnico de Finanças e Controle

Márcia Maria Pacheco Moreira

Analista de Finanças e Controle

Valquiria Gomes Lumba

Analista de Finanças e Controle

João Carlos Luiz Cataldi

Técnico de Finanças e Controle

Vitor Alves de Sousa

Técnico de Finanças e Controle

Lourdes Maria Rodrigues

Técnico de Finanças e Controle

José de Ribamar Barbosa Silva

Analista de Finanças e Controle

Francisco Alves Moreira

Analista de Finanças e Controle

Coordenador da Equipe